

**UNIVERSIDADE DE VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

ROLDÃO RIBEIRO BARBOSA

**DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE:
UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
(1966–1994)**

SÃO LEOPOLDO – RS

2018

ROLDÃO RIBEIRO BARBOSA

**DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE:
UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
(1966–1994)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

SÃO LEOPOLDO – RS

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

B238e Barbosa, Roldão Ribeiro

De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994) / Roldão Ribeiro Barbosa. __ São Leopoldo: UNISINOS, 2018.

290f.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Curso de Pós-Graduação em História.

1. Universidade. 2. Maranhão 3. Poder – Relações. I. Título.

CDU 378.096(812.1)(091)

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

ROLDÃO RIBEIRO BARBOSA

**DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1966–1994)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação História, área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 21/06/2018

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. HERNÁN RAMIRO RAMÍREZ (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

PROF. DR. MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

PROFA. DRA. MARLUZA MARQUES HARRES
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

PROFA. DRA. BERENICE CORSETTI
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

PROFA. DRA. ANA PAULA KORNDÖRFER
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Dedico esta produção acadêmica a todos que fizeram a Universidade Estadual do Maranhão acontecer e prosperar, não obstaculizando sua missão histórica de disseminadora e produtora de saberes.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus, o incondicionado.

A todos aqueles que contribuíram, sob qualquer forma, para que essa Tese fosse realizada, em particular:

Ao meu pai e à minha mãe, Francisco Ferreira Barbosa (in memoriam) e Maria José Ribeiro Barbosa, que sempre apostaram na educação escolar como meio de emancipação dos pobres, e que, antes de eu entender do capital simbólico em Bourdieu, advertiam-nos, com senso prático, que o único bem que iam deixar para nós era a educação, e admoestava papai: “estudem, para que não tenham que sofrer o quanto tenho sofrido”.

Aos meus treze Irmãos/Irmãs, Oliveira, Maria Hildenêr, Maria da Saúde, Maria dos Remédios, Francisco Filho, Maria Natalete, Francisca, Paulo Henrique, Maria Goreth, Geraldo, Paulo César, Elizete (in memoriam) e Diana (in memoriam), com quem experimentei o processo de inculcação de um *habitus* familiar.

A Minha esposa, Maria de Lourdes, e aos nossos filhos, Gabriela, Raoni e Ernesto Augusto, que me motivaram, quando eu parecia cansado, dizendo: “Continui, um Barbosa não desiste nunca!”. E, noutros momentos, diante das minhas hesitações e dificuldades, animavam-me como o eterno comandante Che Guevara: “Adelante, compañero. Hasta la victoria final!”.

Aos vinte agentes engajados na vida da Universidade Estadual do Maranhão que, generosamente, partilharam comigo lembranças do tempo vivido na instituição: Arthur Almada Lima Filho, Jacques Inandy Medeiros, Waldir Maranhão Cardoso, Irmã Gema de Jesus Carvalho, Aluízio Bittencourt Albuquerque, Sílvia Maria Carvalho Silva, João Maciel Gonçalves Ferreira, Válber Tomé Ribeiro Gomes, Maria de Lourdes Mota, Joaquim Teixeira Lopes, Gervásio Manoel Carneiro de Azevedo, Jorge de Jesus Passinho, José Geraldo Medeiros de Mendonça, José de Ribamar Bastos da Silva, José de Ribamar Rodrigues Siqueira, Manoel Moreno, Maria de Fátima Félix Rosar, Francisco Limeira de Oliveira, Agostinho Ribeiro Neto e Francinaldo de Jesus Morais.

À Universidade Estadual do Maranhão, através do Prof. José Augusto Silva Oliveira, então reitor, que me possibilitou fazer esse Doutorado. E ao Prof. Dr. Gustavo Pereira Costa, atual reitor, por me ter franqueado acesso aos acervos da UEMA.

À PPG em História da UNISINOS por ter compartilhado instrumentais teóricos para a compreensão do fenômeno humano no tempo e no espaço, através dos docentes que ministraram, com exímia competência, alegria e sensibilidade, as disciplinas necessárias para a acumulação dos créditos exigidos pelo Doutorado: Alexandra Patrícia Lopes Esteves (Universidade Católica Portuguesa), Ana Paula Korndorf, Ana Sílvia Volpi Scott, Cláudio Elmir Pereira, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Eloisa Capovilla da Luz Ramos, Gabriel Santos Berute, Hernán Ramiro Ramírez, Jairo Henrique Rogge, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, Maria Cristina Bohn Martins, Paulo Roberto Stuardt Moreira, Marcos Antônio Witt, Marluza Marques Harres, Inácio Shimith, Rodrigo Weimer.

A todas as colaboradoras da Secretaria do PPG em História, na pessoa de sua secretária Saionara Brazil, muito obrigado, pois tenho a viva percepção de que o atendimento que fizeram com presteza, solicitude, delicadeza e alegria muito contribuiu para essa vitória final.

Ao Prof. Hernán Ramiro Ramírez, muito obrigado é pouco, mas é o que posso lhe dizer pela sábia, paciente e eficaz orientação no processo de concepção, instrumentação e desenvolvimento desta Tese.

À 1ª Turma Especial de Doutorado UNISINOS-UEMA pelo espírito de companheirismo: Moab César Carvalho Costa, Edmilson Rosa Bezerra, José Siney Ferraz, Carmem Barroso Ramos, Ilma Maria de Oliveira Silva, Jessé Gonçalves Cutrim, Yuri Michael Pereira Costa, Maria Goretti Cavalcanti de Carvalho, Jordânia Maria Pessoa, Maria Lúcia Aguiar Teixeira, Elizete Santos e Mariângela Santana Guimarães. E em 2015 tivemos a companhia agradável de José Willame Felipe Alves e Márcia Leyla de Freitas Macêdo Felipe, do Ceará, de Ana Maria da Mata Almeida, do Piauí, e de Mávis Dill Kaipper e Jucimar Pereira dos Santos, da Bahia.

Às companheiras Mariângela, Elizete e Maria Lúcia, pela solidariedade.

À Leila Raquel, que me presenteou a revisão gramatical do texto; e à Eliete Cristina, pela colaboração na transcrição de entrevistas.

Agradeço a todos que, de uma e outra forma, contribuíram para a realização deste trabalho que muito poderá contribuir para fortalecer as identidades das universidades estaduais do Maranhão a partir do conhecimento da história das suas origens e desenvolvimento.

Y si bien a la Universidad de Córdoba en el plano institucional no le cupo un papel destacado en la Revolución de Mayo y en el proceso de Independencia como lo señaló Ceferino Garzón Maceda, ésta formó y aglutinó intelectuales y políticos de destacada actuación en esos sucesos. (RAMÍREZ, 2002, p. 105).

RESUMO

BARBOSA. Roldão Ribeiro. De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966–1994). 289 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2018.

Como os traços marcantes de uma universidade, tais como universalidade, comunidade, estrutura e relações de poder e autonomia foram urdidos para que a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) se desincumbisse de suas finalidades de formar profissionais técnicos e científicos, dinamizar a produção científica e a renovação do conhecimento humano, promover a participação da comunidade nas atividades de cultura, ensino e pesquisa e organizar a interiorização do ensino superior em vista do desenvolvimento do Maranhão? Esse foi o problema científico que orientou as ações de pesquisa em vista da elaboração de uma história da UEMA, utilizando como referencial teórico, principalmente, os conceitos de campo, *habitus* e capital, de Pierre Bourdieu. O uso de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e história oral constituiu a metodologia que possibilitou a construção desta tese compreendendo os tópicos 1 Introdução, 2 Alicerces da construção, 3 Caminho de acesso, 4 Gênese e gestação da UEMA (1966-1981), 5 Institucionalização e consolidação da UEMA (1981-1994). Concluiu-se que o contexto sócio-econômico-político-cultural do Maranhão condicionou a gênese e o desenvolvimento da UEMA e que esta muito contribuiu para viabilizar o desenvolvimento do Maranhão, fundamentalmente na formação de recursos humanos demandados no campo e na cidade, nas administrações, indústrias, na agropecuária e, principalmente, no magistério escolar. E o desenvolvimento da UEMA em nada fica a dever à maioria das universidades brasileiras que foram criadas desde 1920, pois teve origem nas escolas e faculdades isoladas, as quais depois foram federadas e, enfim, constituída a universidade. Mas a relação da UEMA com o Estado houve tentativas de sua extinção, porém esses momentos de crise fizeram firmar os traços de comunidade e autonomia universitária.

Palavras-chave: Universidade. Universidade Estadual do Maranhão. Relações de poder.

RESUMEN

BARBOSA. Roldão Ribeiro. De escuelas superiores y federación la universidad: una historia de la Universidad Estatal de Maranhão (1966-1994). 28 p. Tesis (Doctorado en Historia) -Universidad del Valle del Río de los Sinos. San Leopoldo – RS, 2018.

Como los rasgos marcados de una universidad, tales como universalidad, comunidad, estructura y relaciones de poder y autonomía fueron urdidos para que la Universidad Estatal de Maranhão (UEMA) se desentendiera de sus finalidades de formar profesionales técnicos y científicos, dinamizar la producción científica y la renovación del conocimiento humano, promover la participación de la comunidad en las actividades de cultura, enseñanza e investigación y organizar la interiorización de la enseñanza superior en vista del desarrollo de Maranhão? Este fue el problema científico que orientó las acciones de investigación en vista de la elaboración de una historia de la UEMA, utilizando como referencial teórico, principalmente, los conceptos de campo, habitus y capital, de Pierre Bourdieu. El uso de investigación bibliográfica, investigación documental e historia oral constituyó la metodología que posibilitó la construcción de esta tesis comprendiendo los tópicos 1 Introducción, 2 Cimientos de la construcción, 3 Camino de acceso, 4 Génesis y gestación de la UEMA (1966-1981), 5 Institucionalización y la consolidación de la UEMA (1981-1994). Se concluyó que el contexto socio-económico-político-cultural de Maranhão condicionó la génesis y el desarrollo de la UEMA y que esta muy contribuyó para viabilizar el desarrollo de Maranhão, fundamentalmente en la formación de recursos humanos demandados en el campo y en la ciudad, en las administraciones , industrias, en la agropecuaria y, principalmente, en el magisterio escolar. Y el desarrollo de la UEMA en nada se debe a la mayoría de las universidades brasileñas que fueron creadas desde 1920, pues tuvo su origen en las escuelas y facultades aisladas, las cuales luego fueron federadas y, finalmente, constituida la universidad. Pero la relación de la UEMA con el Estado hubo intentos de su extinción, pero esos momentos de crisis hicieron firmar los rasgos de comunidad y autonomía universitaria.

Palabras clave: Universidad. Universidad Estatal de Maranhão. Relaciones de poder.

ABSTRACT

BARBOSA. Roldão Ribeiro. From isolated high schools and federation to university: a history of the State University of Maranhão (1966-1994). 289 p. Thesis (Doctorate in History) -University of the Valley of the Bells. Sao Leopoldo - RS, 2018.

As the notable features of a university, such as universality, community, structure and relations of power and autonomy, were devised for the State University of Maranhão (UEMA) to fulfill its objectives of training technical and scientific professionals, to stimulate scientific production and the renewal of human knowledge, to promote community participation in cultural, teaching, research activities and to organize the internalization of higher education in view of the development of Maranhão? This was the scientific problem that guided the research actions in view of the elaboration of a history of the UEMA, using Pierre Bourdieu's concepts of field, habitus and capital as a theoretical reference. The use of bibliographic research, documentary research and oral history constituted the methodology that enabled the construction of this thesis comprehending the topics 1 Introduction, 2 Foundation of built, 3 Path of access, 4 Genesis and gestation of UEMA (1966-1981), 5 Institutionalization and consolidation of UEMA (1981-1994). It was concluded that the socio-economic-political-cultural context of Maranhão conditioned the genesis and development of the UEMA and that this contributed greatly to enable the development of Maranhão, fundamentally in the formation of human resources demanded in the countryside and in the city, in the administrations, industries, agriculture and, especially, in school teaching. And the development of the UEMA is no less to most of the Brazilian universities that were created since 1920, since it originated in isolated schools and colleges, which were later federated and finally constituted the university. But the relation of the UEMA with the State there were attempts of its extinction, however these moments of crisis did establish the traces of community and university autonomy.

Keywords: University. University State of Maranhão. Power relations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABHO – Associação Brasileira de História Oral
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI – Ato Institucional
APRUEMA – Associação dos Professores da UEMA
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSUEMA – Associação dos Servidores da UEMA
BEP - Brazilian Exploration Program / Programa de Exploração Brasileira
CAESB - Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Brasília
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAU – Curso de Arquitetura e Urbanismo
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCSA – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CCT – Centro de Ciências Tecnológicas
CECEN – Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais
CEE – Conselho Estadual de Educação
CESB – Centro de Estudos Superiores de Bacabal
CESC – Centro de Estudos Superiores de Caxias
CESI – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz
CEF – Conselho Federal de Educação
CEPEAD – Centro de Pesquisa Administrativa e de Desenvolvimento
CF – Conselho Federativo da FESM
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAGRO – Companhia de Defesa Agropecuária do Maranhão
CONSUN – Conselho Universitário da UEMA
COPEAVE – Comissão Permanente de Vestibular
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CRR – Circunscrição de Recrutamento de Reservistas
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DAT – Diretório Acadêmico Tiradentes
DCE – Diretório Central dos Estudantes
EADM – Escola de Administração do Estado do Maranhão

EAPM – Escola de Administração Pública do Maranhão
EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
FEC – Faculdade de Educação de Caxias
FEI – Faculdade de Educação de Imperatriz
FESI – Fundação de Ensino Superior de Imperatriz
FESM – Federação das Escolas Superiores do Maranhão
FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP
FFPEM – Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias
FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FMVM – Faculdade de Medicina Veterinária do Maranhão
GPC – Grande Projeto Carajás
GT – Grupo de Trabalho
GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IOHA – International Oral History Association /Assoc. Internacional de História Oral
IPÊS – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura ou Ministério da Educação
PCCS – Plano de Cargo Carreira e Salário
PGC - Projeto Grande Carajás
PO – Plano Orientador
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
SAGRIMA – Secretaria de Agricultura do Maranhão
SEEDUC – Secretaria de Estado da Educação
SIDERBRAS – Siderúrgicas Brasileiras
SINTEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de 3º.
Grau do Estado do Maranhão
SNI – Serviço Nacional de Informações
SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco Central
SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva

UEA – Unidade de Estudos de Agronomia

UEEC – Unidade de Estudos de Educação de Caxias

UEEI – Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development / Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Modelo empresarial de Atcon para a universidade brasileira	53
Ilustração 02	Mapa do Estado do Maranhão com as cinco mesorregiões	93
Ilustração 03	Mapa do Complexo Minerador de Carajás	99
Ilustração 04	Instituições de ensino superior criadas por Sarney (1966-1970)	101
Ilustração 05	Placa comemorativa da fundação da Escola de Engenharia	106
Ilustração 06	Formatura da 1ª. Turma da Faculdade de Educação de Caxias	111
Ilustração 07	1ª. Turma de graduados da Escola de Agronomia do Maranhão	114
Ilustração 08	Centro de Estudos Superiores de Imperatriz	115
Ilustração 09	1ª. Turma de Formados de Medicina Veterinária (1975-1978)	119
Ilustração 10	Obras de Estruturação da Cidade Universitária Paulo VI	131
Ilustração 11	Vista aérea atual da Cidade Universitária	132
Ilustração 12	O bondinho da UEMA	134
Ilustração 13	Marco de inauguração da Cidade Universitária Paulo VI	135
Ilustração 14	Estudantes acampados à entrada da Assembleia Legislativa	197
Ilustração 15	Comunidade Universitária em assembleia após vitória dos 5%	201
Ilustração 16	DCE/UEMA lança campanha pelas diretas para reitor.	205
Ilustração 17	Folheto do Plebiscito sobre eleição direta para reitor em 1990.	206
Ilustração 18	Campanha por abstenção na eleição para reitor em 1990	207
Ilustração 19	Ocupação da reitoria da UEMA em 1993	211
Ilustração 20	Escudos da FESM e da UEMA	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Curso completo por pessoas de 10 anos e mais de idade segundo espécie do curso em 1960, no Maranhão.	94
Tabela 2	Curso completo por pessoas de 10 anos e mais de idade segundo espécie do curso em 1970, no Maranhão.	98
Tabela 3	Curso completo por pessoas de 10 anos e mais de idade segundo espécie do curso em 1980, no Maranhão.	146
Tabela 4	Curso completo por pessoas de 10 anos e mais de idade segundo espécie do curso em 1991, no Maranhão.	148
Tabela 5	Resultado geral do Plebiscito da Federalização em 30.05.1985.	179
Tabela 6	Participação da UEMA no total do orçamento da Educação	183
Tabela 7	Profissionais graduados pela UEMA até 1984	184
Tabela 8	Corpo docente da UEMA em 1985	187
Tabela 9	Orçamento fiscal do Estado do Maranhão em 1994	221
Tabela 10	ANEXO IV a que se refere o Art. 6º da Lei 5.242/91.	233
Tabela 11	ANEXO V a que se refere o Art. 6º da Lei 5.242/91.	233
Tabela 12	Docentes do quadro da UEMA por categoria	235
Tabela 13	Concurso para professor da UEMA	235
Tabela 14	Distribuição do pessoal técnico-administrativo	236

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ALICERCES DA CONSTRUÇÃO.....	33
2.1 A história alumando a história	34
2.2 Lentes para além do senso comum	61
3 CAMINHOS DE ACESSO	73
3.1 Pesquisa bibliográfica	73
3.2 Pesquisa documental.....	76
3.3 História oral.....	80
4 GÊNESE E GESTAÇÃO (1966-1981).....	93
4.1 Escolas isoladas: cada uma por si e o Estado por todas (1966-1972).....	100
4.2 Federação das Escolas Superiores: coordenação e controle (1972-1981)....	120
5 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (1981-1994)	144
5.1 A FESM virou UEMA: transformação ou configuração?	151
5.2 Ser ou não ser UEMA: eis as tratativas de “federalização”.....	167
5.3 Sê UEMA: uma luta de seus segmentos organizados	192
5.4 Enfim, uma UEMA consolidada e quase autônoma.....	202
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS.....	245
ANEXOS	264

1 INTRODUÇÃO

... se a história é feita de contradições e contingências, não se pode considerar nenhuma realidade histórica como o simples efeito de uma causalidade linear, como se fosse um processo físico. Se não compreendermos a experiência real pela qual a universidade se constituiu, não compreenderemos a nossa experiência de universidade. Não se trata de explicar uma coisa, mas de compreender uma história. Há, portanto, um dinamismo intrínseco na “ideia” de universidade, que não pode ser confundido com um ideal ou uma essência mais ou menos realizada na efetividade histórica. A ideia de universidade se constrói através daquilo que nela se conserva e daquilo que nela se transforma. E é exatamente por conta dessa duplicidade que a compreensão da experiência presente não pode abandonar o entendimento da experiência passada

Franklin Leopoldo e Silva¹.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), considerando sua existência a partir da fundação da primeira escola superior isolada, a Escola de Administração Pública do Maranhão, em 1966, completou, em 2016, seu primeiro cinquentenário. Porém, ainda não dispõe de uma narrativa de sua trajetória, com enredo construído para desvendar uma trama, enquanto “urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo”², ficando dependente das memórias, no que diz respeito ao processo construído com base nas lembranças e esquecimentos de seus narradores, que cumprem uma relevante função social, pois “a Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documento, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo”³.

Por isso, nesta tese houve a pretensão de urdir uma história da Universidade Estadual do Maranhão, para compreender como a mesma foi se constituindo e se consolidando mediante a materialização dos traços que marcam a ideia de uma

¹ SILVA, Franklin Leopoldo e. *Universidade: a ideia e a história*. Estudos Avançados, v. 20, n. 56, 191-202, 2006, p. 195.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como contexto: leituras da História e da Literatura*. História da Educação, Pelotas: Asphe/UFPel, n. 14, p. 31-45, set/2003, p. 33.

³ STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. III – Século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 418.

universidade, tais como: universalidade, autonomia, comunidade, estrutura e relações de poder; tendo em vista sua missão de produzir conhecimento, formar profissionais nos diversos ramos do saber e ser uma caixa de ressonância dos anseios e conflitos da sociedade.

O **objeto** de investigação desta tese é a constituição e consolidação da Universidade Estadual do Maranhão. E como o conceito universidade compreende traços ou características acima⁴, foi feita uma exposição básica referente aos mesmos, em vista de uma melhor compreensão do referido objeto de estudo.

A *universalidade*, enquanto razão universitária, tem sido condição *sine qua non* da ideação e existência da universidade na história, com o propósito de totalidade na interação das visões de mundo produzidas no diálogo,

... porque na universalidade está inscrita, como no bronze de uma matriz que o tempo não desgasta, a responsabilidade de fazer do saber um espaço sem fronteiras, um discurso sem censuras e um processo sem limites de qualquer espécie: temporais, espaciais, racionais, políticos, ideológicos ou sociais. Cultivar o saber, do ponto de vista da ética universitária, é superar as fronteiras de si mesmo, mas é também almejar mais longe do que o mundo estreito em que existimos; é tentar incorporar em nós mesmos o outro com quem dialogamos, ao mesmo tempo em que, sobre ele, fazemos incidir a sombra que de nós projetamos, à medida que percorremos um caminho interminável: esse caminho que vai do vazio de nossas dúvidas ao escasso saber consentido pelo nosso breve tempo de vida.⁵

Há que se compreender que essa universalidade é uma utopia, portanto, será um imperativo a ser buscado sempre, mesmo em meio às disputas internas e externas, mas cultivando-se “um potencial de solidariedade, de humanismo e de altruísmo, pelo saber e no saber, à dimensão e para a elevação da pessoa humana que é a razão de ser da universidade”.⁶ E a universidade é esse espaço ideal para o cultivo dessa cultura, na perspectiva da globalidade na diversidade, embora a mercantilização do ensino superior na atualidade fomente o surgimento de fábricas de diplomas sem nenhum compromisso com o cultivo da humanização.

⁴WANDERLEY, Luis Eduardo W. *O que é universidade*. 9. ed. de 1994. 2ª. reimpressão em 2003. São Paulo: Brasiliense, 2003, 51-59.

⁵ REIS, Carlos. Universidade e universalidade. In: REIS, Carlos; ZILBERMAN, Regina; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (Org.). *Universidade e universalidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 9.

⁶ WANDERLEY, 2003, *op. cit.*, p. 11.

No entanto, Simon Schwartzman não coloca a questão da universalidade da universidade nessa visão poética de Carlos Reis, embora compreenda que

A universalidade das instituições universitárias se explica, em parte pelo menos, pelo fato de que elas desempenham papéis similares em todas as sociedades, relacionados com a existência de instituições e pessoas dedicadas à criação, manutenção e transmissão da cultura escrita e sistematizada. É esta universalidade, por sua vez, que explica e justifica o interesse intelectual e a profundidade da chamada questão universitária.⁷

Contudo, a universalidade da universidade não é um ponto pacífico, pois esta, na história, tem sido campo de disputa do poder em sociedades medievais, modernas e contemporâneas: na Europa, na Ásia, na África e na América, em todas as nações. Desta forma, a universidade não é simplesmente disputa por ideias, pois o conhecimento, afinal, é também uma forma de poder, porque as nações que investiram em profusão na produção do saber estão desenvolvendo tecnologia de ponta e exercendo domínio econômico, político e cultural sobre as demais, com uma ferocidade que contraria a universalidade da universidade de Carlos Reis.

Quanto à universalidade da universidade, Milton Santos disse:

A tarefa de incorporar a Universidade num projeto social e nacional impõe primeiro a criação e depois a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número e para o homem universal. Devemos estar sempre lembrados de que o internacional não é o universal. O trabalho universitário não é propriamente uma tarefa internacional, mas precipuamente nacional e universal, dependendo, desde a concepção à realização efetiva, da crença no homem como valor supremo e da existência de um projeto nacional, livremente aceito e claramente expresso. É a tarefa que nos aguarda.⁸

A universalidade da universidade, em decorrência da autonomia, pela qual luta-se historicamente, consiste em não se deixar prender à circunstâncias de qualquer natureza, e, a partir das mesmas, procurar superá-las em favor da humanidade, na sua missão sem fronteiras de criar, manter e construir o saber.

⁷ SCHWARTZMAN, Simon. Universalidade e crise das universidades. *Estudos Avançados*. On-line. V.3, n.5. São Paulo. Jan./abr. 1989.

⁸ SANTOS, Milton. A Universidade: da Intencionalidade à Universalidade. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, v. 23, 2000, p. 15. Discurso proferido por ocasião da concessão do Título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no dia 24 de setembro de 1999.

A universidade, segundo a Lei 5.540/68, art. 11, compreende dentre outras características a “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais”. E é esse atributo que faz par com a autonomia para que uma instituição universitária seja uma universidade.

A *autonomia*, enquanto um dos princípios basilares de uma universidade, ao longo da história, se constituiu como objeto de reivindicação permanente contra as ingerências do Estado ou das entidades mantenedoras, respectivamente nas esferas pública e privada, em todos os lugares do mundo, desde as suas origens⁹. A autonomia se constitui num imperativo de primeira ordem à busca da verdade, de forma livre e crítica, exigindo responsabilidade da instituição para com as demandas da sociedade nos seus segmentos e no seu todo¹⁰. Desta maneira, uma instituição de ensino superior que queira reivindicar para si o status de universitária terá que ter a autonomia como um dos princípios fundamentais de sua constituição. Portanto, a autonomia não se justifica somente “como uma forma adicional de comprometer — e não de isolar — a universidade com a sociedade”¹¹, disse Cristóvão Buarque, mas é condição sem a qual a universidade não existirá enquanto universidade.

A Lei 5.540/68 compreendeu a autonomia universitária em quatro dimensões, tal como foi dito no “Art. 3º. As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos”.

- a) Autonomia administrativa – compreende a não ingerência externa no governo da universidade e a possibilidade de autogoverno.(...)
- b) Autonomia financeira – compreende a independência de injunções quanto aos recursos externos alocados e independência no emprego das verbas no âmbito interno. (...)
- c) Autonomia didática – diz respeito à possibilidade de conduzir sem restrições as atividades de ensino e aprendizado. (...)
- d) Autonomia técnico-científica – refere-se à possibilidade da universidade poder escolher os seus valores e determinar os seus objetivos, de poder empregar técnicas e elaborar uma ciência adequada s à realidade, de viver o pluralismo ideológico, de discutir

⁹ Porém, na realidade nem todas as universidades eram autônomas, pois as pontifícias e as reais, que estavam subordinadas à Igreja ou à monarquia, sofriam restrições.

¹⁰ WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 70.

¹¹ BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 167.

políticas governamentais de desenvolvimento e apresentar modelos e propostas alternativas¹².

Considerando a explicitação acima, concernente à autonomia universitária fica evidenciado que na prática o Estado autoritário anulava a lei ao manter uma estrutura por demais centralizada e hierarquizada, bem como ao instituir a espionagem nos campi através da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), a partir de 1970, enquanto braço do Serviço Nacional de Informação (SNI) da Ditadura Civil-Militar, para fazer os expurgos de professores e estudantes inconvenientes¹³. Mas nem por isso a universidade deixou de lutar pela autonomia, porque compreendeu que “A autonomia universitária é sempre tensa e tem de ser conquistada permanentemente, caso a caso”¹⁴. Inclusive, em tempos democráticos, como após a fase autoritária, a autonomia não tem sido absoluta, haja vista a “lista tríplice” na escolha de reitor, em que nem sempre é nomeado o mais votado.

Quanto ao conceito *comunidade*, é importante compreender que a universidade, nos seus primórdios, na Idade Média mais especificamente, à semelhança das corporações de ofício de mestres e aprendizes, era uma associação de professores e estudantes, mediados pela busca do conhecimento; e ao longo do tempo foi adicionando a figura do bedel, uma espécie de funcionário da instituição de ensino superior que passava a lista de presença, controlava o empréstimo de livros, etc. No entanto, a universidade sempre compreendeu a relação social de docentes e discentes, até mesmo em discursos que precederam a Reforma Universitária de 1968, antes do golpe civil-militar de 1964, ficando o corpo técnico-administrativo em segundo plano, como sujeitos ocultos trabalhando para o êxito das ações da universidade.

Comunidade é um conceito um tanto errático, pois é aplicado a muitas situações, desde que uma unidade social partilhe algo em comum, tais como normas, valores, identidade e lugar em que estão situadas, em uma determinada área geográfica ou não, podendo estar localizada em aldeias, bairros, cidades ou espalhadas pelo globo. Assim são construídas as expressões comunidade familiar, comunidade empresarial, comunidade indígena, comunidade lusófona etc. E nessa

¹² WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 72-74.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014, p. 193.

¹⁴ Idem WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 71.

esteira também aparece “comunidade universitária”, para designar um dos elementos estruturantes da universidade.

O conceito comunidade universitária possui pouca teorização, diferente do conceito comunidade acadêmica, mas, frequentemente, ambos os conceitos *mutatis mutandis* são tomados como se tivessem a mesma significação. Por isso foram evocados os conceitos “comunidade” e “sociedade”, de Ferdinand Tönnies (1855-1936) e de Max Weber (1864-1920), expostos a seguir para que haja uma compreensão mais clara de comunidade universitária.

Como coisa e como nome, comunidade é velho e sociedade é novo. [...] a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável; sociedade é somente passageira e aparente. E, numa certa medida, pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como agregado mecânico e artificial¹⁵.

O conceito comunidade, de Ferdinand Tönnies, apresenta-se adequado para compreender a realidade da universidade, desde a Idade Média, quando se congregavam alunos e professores provenientes de várias nações, bem como a existência da mesma hoje, pois, lá e cá, havia uma convivência duradoura perpassada de ligação emocional e afetiva. E nesse sentido conceito abaixo de Max Weber é bastante iluminador.

A comunidade pode basear-se em qualquer espécie de ligação emocional, afetiva ou tradicional...
A sociedade... representa meramente a reconciliação de interesses competitivos...¹⁶

Os dois conceitos acima evidenciam que a universidade é uma comunidade, e não uma sociedade, pois não é um agregado passageiro e artificial de pessoas que buscam a reconciliação de interesses competitivos, até porque os segmentos desta comunidade – corpos docente, discente e técnico-administrativo – buscam satisfazer interesses comuns, embora nem sempre iguais, e por tempo alongado, que é a busca de conhecimento e seu processo de produção e profissionalização.

¹⁵ TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973, p. 98.

¹⁶ WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002, p. 72 e 73.

Quanto aos docentes, seu *ingresso* atualmente ocorre por concurso público de provas e títulos, porém, antigamente era na forma de cooptação; sua *carreira* compreende os níveis: auxiliar (bacharelado ou licenciatura), assistente (mestrado), adjunto (doutorado) e titular (doutor). Contudo, antes de 1968 se sobressaía a figura do catedrático, com poderes quase absolutos para agregar no seu entorno os demais níveis. Ainda sobre a docência, tem a *função* de ensinar, numa relação mecânica professor-aluno, daquele que ensina com o que tem que aprender, bem como a função de educar, numa relação educador-educando, na base do amor, do diálogo e da comunicação; *conscientes e organizados* em associações e/ou sindicatos reivindicam melhores salários, condições de trabalho e uma universidade democrática, bem se comprometem com a qualidade do ensino e com a produção científica¹⁷.

Já no que diz respeito aos discentes¹⁸ o *ingresso* na graduação era, a partir de 1910 até 1969, através de exame vestibular aprovativo, cujas vagas nos cursos mais promissores (medicina, direito e engenharia) eram ocupadas por candidatos oriundos de famílias de classe média, por terem frequentado os melhores estabelecimentos de ensino público ou particular. Todavia, como, com o passar dos tempos, a quantidade de aprovados era crescentemente bem superior ao número de vagas, desencadeou-se o movimento que pressionava os governantes pela ampliação de vagas nas universidades, que foi um dos motivos da Reforma Universitária de 1968 e da Reforma do Ensino Profissionalizante de 1º. e 2º. Grau de 1971¹⁹.

Mas a partir de 1969 o vestibular passou a ser classificatório, isto é, só selecionava candidato consoante a quantidade de vagas ofertadas, tendo o Governo Federal favorecido a ampliação de vagas nas instituições privadas de ensino superior durante todo o período da Ditadura Civil-Militar, inclusive de curta duração. Os *cursos* com duração plena iam de quatro a seis anos, limitando bastante a permanência do estudante no ambiente acadêmico, ofereciam a instrumentação

¹⁷ WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 51-54.

¹⁸ Em algumas universidades de alguns países os egressos, ex-alunos, o *Alumni* participam até dos conselhos, estão vinculados também à universidade. Na Argentina, participam até dos concursos, embora seja quase sempre um aquecimento para ingressar à carreira docente. No Brasil, a vinculação do egresso com a universidade ainda é muito incipiente, consistindo de participação em eventos, trocas de experiências com estudantes. Nos Estados Unidos, via de regra, são encontradas nas universidades associações de ex-alunos que discutem a relação da universidade com o mercado e até financiam projetos acadêmicos de pesquisa.

¹⁹ BRASIL. Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.

básica para o exercício da profissão, cabendo ao estudante, conforme seu interesse e preparação, submeter-se a rigorosas seleções para prosseguir estudos em níveis de mestrado e doutorado, possibilidade ampliada a partir das políticas de qualificação de docentes de ensino superior através do CNPq²⁰ e da CAPES²¹, organismos que, segundo analistas examinados na bibliografia pertinente, receberam bastante incentivo durante o regime militar.

A *organização* em diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes, nos cursos, sob o controle da instituição de nível superior, foram as formas permitidas na Lei 5.540/68, mas antes havia a União Nacional dos Estudantes (UNE)²², que teve sua oficialidade extinta durante a ditadura militar, tendo sido reconhecida e reabilitada em 1985, a qual teve papel preponderante nas campanhas do “petróleo é nosso” e de alfabetização de adultos, respectivamente nas décadas de 1950 e de 1960, bem como nas lutas pela redemocratização do país e pela universidade pública e gratuita, e tem sido um segmento com papel determinante para o êxito das reivindicações do dia a dia nas instituições públicas de ensino superior.

Já os técnicos e administrativos sempre foram esquecidos na legislação e encarados como secundários no cotidiano das instituições de ensino superior, inclusive antes de 1964, nos debates em torno da reforma universitária. Mas a partir da década de 1980, com o aumento da população estudantil universitária e de seu conseqüente aumento, passaram a se *organizar inicialmente* em associações e, a partir da Constituição de 1988, em sindicatos de servidores e a fazerem reivindicações: de Plano de Cargo e Salário, de reajustes salariais e de melhores condições de trabalho, bem como de assento nos órgãos colegiados das universidades. Foi assim que se tornaram um segmento de direito, da comunidade universitária, porém ainda sofrem alguma forma de marginalidade, pois só são vistos politicamente como necessários na hora de votar nas eleições.

²⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado em 15/01/1951, para incentivar a pesquisa no Brasil.

²¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criada em 11/07/1951, para atuar na expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil.

²² Fundada em 1938, funcionou clandestinamente nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar até 1973, quando foi extinta, mas reconstruída em 1979 e reconhecida em 1985.

Na Lei 5.540, isto é, na Lei da Reforma Universitária de 1968, a palavra comunidade²³ aparece apenas uma única vez, fazendo referência aos segmentos da sociedade civil, a quem a universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior na forma de autarquia tem a obrigação de chamá-los para compor o colegiado dedicado à administração da respectiva instituição superior.

Os conceitos de *estrutura* organizacional e de *relações de poder* guardam estreita relação entre si, pois a funcionalidade daquela depende destas. Numa universidade a estrutura organizacional é determinada em leis de criação e decretos de autorização, e a delimitação de competência e responsabilidades cabe ao estatuto e ao regimento²⁴, consensuados entre os pares, homologados pelo Conselho Universitário e decretados pelo Governo.

As universidades brasileiras, a partir de 1968, por força da Lei 5.540, lei da Reforma Universitária, passaram a adotar essa estrutura organizacional – reitor, unidades e departamentos – proposta por Atcon²⁵ (Ilustração 01, p. 53), segundo o modelo de administração empresarial, tipicamente liberal. Portanto, a educação superior era concebida nesse paradigma enquanto vetor de crescimento econômico, obedecendo ao princípio do menor custo e maior rendimento e eficiência. Essa estrutura, no tocante às relações de poderes, foi analisada como tendo uma reitoria altamente concentradora dos processos, o que pouco contribuiria para melhorar o nível de ensino, porque

... o que dá o tônus da organização universitária é o grau de participação de professores e alunos. Quando a presença destes cai, a burocracia administrativa avança, ocorrendo uma alteração no jogo do poder entre as bases da organização e sua alta administração controladora de recursos²⁶.

Para Luiz Eduardo W. Wanderley²⁷ “as estruturas organizacionais da universidade e as relações de poder interno tendem a reproduzir as estruturas e relações da sociedade global”, isto é, com forte hierarquização e rigidez, o que leva

²³ BRASIL. Lei 5.540/68, art. 14, parágrafo único. “Nos órgãos a que se refere este artigo, haverá, obrigatoriamente, representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras”.

²⁴ LEITÃO, Sérgio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. *Revista de Administração Pública* da FGV, Rio de Janeiro, v.4, n.19, p. 3-26, out./dez. 1985.

²⁵ ATCON, Rudolph P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1966, p. 81-89.

²⁶ LEITÃO, 1985, *op. cit.*

²⁷ WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 62-69.

à prática de um clientelismo, sem nada deixar a desejar do “coronelismo”. Isso contribui para uma permanência excessiva de diretores de unidades e chefes de departamento nos cargos, levando à acomodação e improdutividade do corpo docente e, conseqüentemente, de toda a universidade, contribuindo como pretexto para o questionamento externo da autonomia universitária pela sociedade.

Diante da exposição conceitual quanto às características de uma universidade, há que considerar que este objeto, situado e datado, é um fenômeno dialético, o qual está sempre em construção e reconstrução, isto é, não estando pronto e acabado, mesmo porque é multifacetado e aqui há apenas a pretensão de compreendê-lo sob os aspectos inerentes ao caráter da universidade em meios às relações de poder. É que a gestão de uma universidade nem de longe se compara à gestão de uma empresa capitalista, pois não basta ao gestor estar simplesmente investido da autoridade conferida pela função e pela competência exigida para exercer a mesma, tipo autoridade burocrática conferida pelo Estado; é necessário estar investido também de outra autoridade, construída em meio à experiência de convivência na comunidade acadêmica, na relação social, enquanto liderança política, que não é só legitimação democrática pelo voto. Caso contrário, o seu melhor plano de governo, ao ser colocado em prática por meios impositivos, não produzirá os efeitos desejados, pois o verdadeiro poder universitário está na base e não na estrutura administrativa.

Então, a universidade é um espaço de disputa de poder, cujas relações se manifestam em seus vários campos, os quais se constituem em “lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas”²⁸ de disputa do capital de natureza simbólica, sob a forma de bens culturais que os agentes percebem e atribuem valor²⁹, com isso contribuindo para a “reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social)”³⁰, onde o *habitus* é internalizado enquanto disposição que orienta o sentir, o pensar e o agir dos sujeitos no meio acadêmico³¹.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: EdUNESP, 2004, p. 27.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 107.

³⁰ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 76.

³¹ BOURDIEU, Pierre. O esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 61.

No entanto, essa corporação de professores, alunos e técnico-administrativos, regulada por leis, decretos, estatuto e regimento, configura-se como comunidade universitária também quando das disputas de campos, envolvendo o prestígio social dos cursos, bem como o maior ou menor envolvimento de seus docentes com pesquisa e/ou ensino. Neste sentido, Norbert Elias contribui para a compreensão das relações de poder na comunidade universitária com as categorias estabelecidas e *outsiders*, pois na universidade, não raramente, surgem conflitos decorrentes de diferenças de natureza de campo, tipo “ciência dura” (Matemática, Física, Química e Biologia) e “ciência mole” (Pedagogia, História, Antropologia, Sociologia); de localização do *campus*, ser da capital e ser do interior³². E como a universidade é uma realidade social, construída na relação com o outro, o seu significado é transmitido com base no reconhecimento social dessa instituição capaz de dar solução permanente a um problema de uma dada coletividade³³.

E dentre autores que já discorreram sobre a universidade, as principais referências usadas nesse estudo foram: a) no âmbito da discussão teórica ou mais concreta foram Darcy Ribeiro³⁴, que, em “A Universidade Necessária”, expõe o projeto da Universidade de Brasília para ser o protótipo da universidade brasileira moderna como lugar por excelência para produção e difusão do conhecimento científico, que está na base do desenvolvimento tecnológico de uma nação; Luiz Eduardo W. Wanderley³⁵, em “O que é universidade”, apresenta os elementos que compõem a ideia de universidade, tais como universalidade, comunidade, estrutura e relações de poder e autonomia; Boaventura de Sousa Santos³⁶, em “A universidade no século XXI”, apresenta uma contribuição para o debate em torno da reforma da universidade no mundo todo, pontuando as crises de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade; Anísio Teixeira³⁷, com “A universidade no Brasil”, expõe toda uma experiência de quem participou dos debates em torno da implantação da universidade brasileira na década de 1920 e dos anos 1930, em particular em torno do estatuto da universidade brasileira de Francisco Campos e da sua criação da Universidade do Distrito Federal, bem como sua contribuição na

³² ELIAS, Norbert; SCOTON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 23.

³³ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 95.

³⁴ RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁵ WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 62-69.

³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

³⁷ TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

criação da Universidade de Brasília e sua visão da Reforma Universitária de 1968; e Luíz Antonio Cunha³⁸, em a “A universidade temporã” e “A universidade Crítica”, oferece uma visão histórica de conjunto da universidade brasileira antes da Reforma Universitária de 1968.

Também destaca-se que a “reforma universitária de 1968” foi examinada nas seguintes produções historiográficas: “Escola, estado e sociedade” de Bárbara Freitag³⁹; “História da educação brasileira”, de Maria Luisa Santos Ribeiro⁴⁰; “História da educação no Brasil”, de Otaíza de Oliveira Romanelli⁴¹; “Estado militar e educação no Brasil -1964-1985”, de José Willington Germano⁴²; “Ensino superior e universidade no Brasil” (2000) e “A universidade reformada”, de Luiz Antônio Cunha⁴³; “História da educação brasileira”, de Paulo Ghiraldelli Jr.⁴⁴; “As reformas do ensino superior no Brasil”, de Lalo Watanabe Minto⁴⁵; “História da educação”, de Cynthia Greive Veiga⁴⁶; “O legado educacional do regime militar” (2008), de Dermeval Saviani; “As universidades e o regime militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta⁴⁷.

Na perspectiva da compreensão do problema e dos objetivos da pesquisa, é importante considerar que o processo de constituição da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), criada pela Lei 4.400, em 30 de dezembro de 1981, no governo de João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1983), remonta ao surgimento da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada pela Lei 3.260, em 22 de agosto de 1972, no governo de Pedro Neiva de Santana (1971-1975), através do ajuntamento das instituições isoladas de ensino superior, fundadas no governo de José Sarney (1966-1970), denominadas: Escola de Administração Pública do Maranhão (1966), Escola de Engenharia do Maranhão (1967), Faculdade de

³⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade temporã*. 3. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007a; _____. *A universidade crítica*. 3. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007b; _____. *A universidade reformada*. 2. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007c.

³⁹ FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

⁴⁰ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

⁴¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴² GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

⁴³ CUNHA, 2007c, *op. cit.* p. 13-22; CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

⁴⁴ GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

⁴⁵ MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006).

⁴⁶ VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

⁴⁷ MOTA, 2014, *op. cit.*.

Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias (1968) e Escola de Agronomia do Maranhão (1969)⁴⁸.

Deste modo, em continuidade à historiografia que tem servido de base para compreender a constituição e consolidação do ensino superior no Maranhão, esta pesquisa desenvolvida no doutorado tem por tema: **De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)**. Trata-se de uma história a constituição e consolidação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) desde as suas origens, quando da criação das escolas superiores isoladas, na segunda metade da década de 1960, passando pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, criada para coordenar as referidas escolas superiores, tendo existência de 1972 a 1981, chegando à sanção da lei de criação da Universidade em 1981 e à consolidação em 1994, quando o governo impôs uma reforma administrativa, a qual configurou a instituição aos padrões de uma burocracia universitária moderna.

O **problema científico** foi assim formulado: como os traços marcantes de uma universidade, tais como universalidade, comunidade, estrutura e relações de poder e autonomia foram urdidos para que a UEMA se desincumbisse de suas finalidades⁴⁹ de formar profissionais técnicos e científicos, dinamizar produção científica e a renovação do conhecimento humano, promover a participação da comunidade nas atividades de cultura, ensino e pesquisa e organizar a interiorização do ensino superior em vista do desenvolvimento do Maranhão?

Embora uma universidade, por seu caráter de universalidade, não possa restringir sua atuação ao espaço geográfico do seu entorno, nenhuma ação de governo prescinde de uma intencionalidade política quanto à abrangência dos benefícios almejados daí decorrentes, tal como ocorreu com a UEMA, desde a fundação das escolas e faculdades, diante de problemas reais que aviltavam a dignidade humana no estado, a exemplo dos interesses oligárquicos e da falta de um processo de desenvolvimento capitalista mais moderno e menos predatório, que desafiavam a criatividade dos governantes. Por isso, a UEMA foi vista como vetor de desenvolvimento, por uns com menor e por outros com maior clareza.

Desse problema brotaram **ideias norteadoras**:

⁴⁸ MEIRELES, Mário Martins. *O ensino superior no Maranhão: esboço histórico*. São Luís: UFMA, 1981, p. 25-27.

⁴⁹ MARANHÃO. Lei 4.400, de 30 de dezembro de 1981, que transformou a Federação das Escolas Superiores do Maranhão em Universidade Estadual do Maranhão, art. 3º.

a) O contexto social, político, econômico e cultural do Maranhão condicionou a criação das escolas e faculdades isoladas que estão nas origens da UEMA.

b) A criação da FESM possibilitou a estruturação da UEMA.

c) As sucessivas tentativas de extinção da FESM/UEMA interferiram na construção de uma identidade universitária na instituição.

d) O traço comunidade universitária, enquanto sociedade de professores, estudantes e técnicos e administrativos⁵⁰, se fez presente com mais pujança nos momentos de crise.

e) A autonomia da UEMA em meio às relações de poder em âmbito interno e externo foi uma construção diretamente relacionada à democracia.

f) A UEMA cumpriu nesse tempo sua missão histórica de produção e disseminação do saber e sua função social e política de agência fomentadora do desenvolvimento estadual ao formar profissionais competentes e comprometidos com a solução dos problemas sociais.

À vista disso, o problema e suas ideias norteadoras conduziram à formulação de um objetivo geral, enquanto produto final desejado com a tese, e de três objetivos específicos, enquanto aspectos operacionalizadores do objetivo geral.

O **objetivo geral** da pesquisa consistiu em elaborar uma história da constituição e consolidação da UEMA, com recorte temporal de 1966 a 1994, do qual decorreram os seguintes **objetivos específicos**:

a) Construir bases histórico-contextuais e teóricas para compreensão do processo de constituição e consolidação da UEMA.

b) Analisar a interveniência das relações de poder na constituição e consolidação da UEMA enquanto instituição com pretensão de autonomia do campo acadêmico e/ou científico.

c) Relacionar a missão histórica de produção e reprodução do saber com a função social e política de agência de fomento do desenvolvimento do estado.

E para a consecução desses objetivos foi empreendida essa **metodologia**, enquanto caminho trilhado nessa pesquisa histórica, na qual foram utilizadas três grupos de fontes principais, dentre as quais documentos escritos e entrevistas, além de fontes hemerográficas. As primeiras fontes utilizadas foram os *documentos escritos*, na perspectiva de que os mesmos contivessem dados para responder à

⁵⁰ WANDERLEY, 2003, *op. cit.* p. 51-59.

questão central ou problema científico, bem como às ideias ou hipóteses levantadas, mas em verdade, esses mesmos documentos proporcionaram uma melhor reformulação do problema, assim como das hipóteses ou ideias norteadoras. As leis de criação das escolas e faculdades isoladas, da criação da FESM e da UEMA foram de suma importância, do mesmo modo as atas de reuniões do Conselho Federativo, do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário, da Associação dos Professores, da mesma maneira as resoluções emanadas dos respectivos conselhos e manifestos emanados de Associação de Professores da UEMA e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Cartas e telegramas produzidos por autoridades governamentais, assim como outros documentos oficiais ou não oficiais oriundos dos três segmentos da comunidade universitária.

E com base nessas informações documentais foi possível formular um roteiro de *entrevista* dirigido a pessoas que pertenceram ou ainda pertenciam aos quadros da Universidade, nas categorias docentes, técnico-administrativos e estudantes. Ao todo foram feitas 20 entrevistas, 8 no ano 2010⁵¹, 01 em 2015 e 11 em 2016, totalizando mais de 50 horas de gravação.

Quanto aos entrevistados: a) três dirigentes máximos – um presidente da FESM e dois reitores da UEMA, respectivamente, Arthur Almada Lima Filho, Jacques Inandy Medeiros e Waldir Maranhão Cardoso; b) dois diretores de centro: Gema de Jesus Carvalho e Aluizio Bittencourt de Albuquerque; c) quatro técnico-administrativos – João Maciel Gonçalves Ferreira, Manoel Moreno da Silva, Válber Tomé Ribeiro e Maria de Lourdes Mota; d) nove docentes – Maria de Fátima Félix Rosar, José de Ribamar Bastos da Silva, Sílvia Maria Carvalho Silva, Francisco Limeira de Oliveira, Jorge de Jesus Passinho e Silva, José Geraldo Meneses Mendonça, José de Ribamar Rodrigues Siqueira, Joaquim Teixeira Lopes, Gervásio Manoel Carneiro de Azevedo; e) dois discentes: Agostinho Ribeiro Neto e Francinaldo de Jesus Morais. Uma vez transcritas, foi possível confrontar as informações colhidas dos sujeitos entre si e com o que diziam os documentos escritos.

Em menor número foram tomados como fontes hemerográficas informações colhidas nos seguintes periódicos: de grande circulação – *Jornal Pequeno*, *O*

⁵¹ Foram reutilizadas 8 entrevistas feitas em 2010, quando do processo de elaboração da dissertação intitulada “Da Faculdade de Formação de Professores ao Centro de Estudos Superiores: uma história da instalação e consolidação do ensino superior em Caxias (1968-1994)”, na UFPI, cujos sujeitos que fizeram referências à UEMA.

Imparcial e O Estado do Maranhão, O Pioneiro; e de circulação no meio acadêmico – *Diálogos do Alecrim, Linguarudo, Solte a Voz, Vanguarda*. Também serviram de fonte alguns folhetos ocasionais da comunidade acadêmica.

Todo esse trabalho resultou nessa tese intitulada “De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)”, a qual é composta de seis partes: 1 INTRODUÇÃO, na qual são expostos: a situação do objeto da pesquisa, o mesmo é problematizado na relação entre universidade, sociedade e governo; o problema, as questões norteadoras, os objetivos e a justificativa; uma reflexão sobre relações de poder e universidade pública; e metodologia. 2 ALICERCES DA CONSTRUÇÃO, que compreende contextualização histórica do objeto, visão panorâmica das teorias de base e breve revisão literária ou estado da arte. 3 CAMINHOS DE ACESSO, onde há uma descrição dos métodos utilizados no processo da pesquisa, compreendendo a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a história oral. 4 GÊNESE E GESTAÇÃO, em que há uma narrativa das principais decisões governamentais que fizeram erigir as escolas isoladas e a federação de escolas. 5 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO, em que são narrados os acontecimentos da criação da UEMA, das tentativas de extingui-la, da decisão constituinte sobre os recursos para garantir seu funcionamento e a reforma administrativa em tempo de intervenção governamental. 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, onde foram expostas as relações entre o problema, questões norteadoras e objetivos, bem como o estado da arte, nos seus avanços e limitações.

A importância deste trabalho está na necessidade que a UEMA tem de transformar sua memória em história, narrada criticamente, que, como espelho, possibilitará inúmeras reflexões em tempos e lugares diferentes. E a relevância social da escrita da história da UEMA está em proporcionar à comunidade universitária uma reflexão sistematizada sobre o seu passado, contribuindo para compreender o seu presente e projetar o seu futuro, enquanto instituição pensada como vetor de desenvolvimento social, cultural, político e econômico do Maranhão. Já a relevância científica está na ampliação dos conhecimentos pertinentes ao problema científico, pois o tratamento teórico e metodológico possibilitou desvelar aspectos da universidade até então não compreendidos, por força das relações que engendraram os agentes na experiência de sua construção.

Certamente, por força da pesquisa histórica, haverá a identificação de uma concepção ou de algumas concepções de universidade no processo de desenvolvimento da UEMA, o que será de grande valia porque a construção de uma universidade não acontece ao acaso, sem uma intencionalidade a engendrar ações de governo e de gestores que confluíram para que, desde as escolas isoladas, passando pela federação, chegasse à constituição e consolidação da UEMA numa forma *sui generis* de universidade, em estruturas e dimensões, porque a história proporciona possibilidades inusitadas, uma vez que é uma reflexão da experiência humana no tempo⁵².

⁵² SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 390.

2 ALICERCES DA CONSTRUÇÃO

Com base em pesquisa bibliográfica, ao logo do doutorado, foi construída esta fundamentação histórica e teórica, a qual permitiu, de uma forma ou de outra, a compreensão histórica e teórica do objeto. Portanto, a contextualização histórica possibilitou uma visão panorâmica da educação superior no Brasil e no Maranhão, bem como do ensino superior no conjunto da Reforma Universitária de 1968 e da Ditadura Civil-Militar⁵³, durante a qual a UEMA foi engendrada, jogando luz em vista de uma melhor compreensão do objeto. Além disso, a fundamentação teórica construiu-se através de uma incursão pelo pensamento universitário latino-americano, na perspectiva de captar possíveis ideias ou concepções de universidade subjacentes ao projeto universitário que plasmou a UEMA; e uma visita aos principais conceitos pertinentes à epistemologia da história, tais como fonte e documento, memória, cultura e patrimônio, bem como a conceitos analíticos, produzidos no âmbito das ciências sociais, que são de grande importância para a compreensão do objeto em construção: é que teorias e conceitos são como lentes que possibilitam captar a realidade para além das aparências.

2.1 A história alumando a história

Como é de fundamental importância no processo de comunicação que o interlocutor seja inteirado do tempo e do espaço material do qual fala, para poder compreender adequadamente o fenômeno em estudo, a contextualização histórica assume uma importância hermenêutica para a história, pois lança luz sobre os documentos que servirão à elaboração da história. Daí a razão dessa exposição sobre o ensino superior no Brasil e no Maranhão desde os tempos coloniais até a reforma universitária de 1968, em vista de uma melhor compreensão do processo de constituição e consolidação UEMA.

⁵³ “O esforço em compreender a ação de diferentes sujeitos sociais no Golpe de 1964, não é exatamente novo. Em 1981, foi publicado no Brasil o livro 1964 – A Conquista do Estado, de René Armand Dreifuss. O autor investigou o “complexo IPES/IBAD”, que articulou e financiou uma complexa rede de organizações dedicadas a desestabilizar o governo João Goulart. Os interesses e ação de classe envolvidos na campanha oposicionista levaram Dreifuss a cunhar a expressão Golpe Civil-Militar, adjetivo também estendido à Ditadura”. LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul (1961-1968). 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

2.1.1 O ensino superior no Brasil

A instalação de cursos de nível superior no Brasil e nos demais pontos do continente latino-americano remonta ao período colonial (Sec. XVI, XVII e XVIII), por ação de jesuítas, carmelitas e franciscanos. E com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, esse nível de ensino sofreu um abalo significativo, cujas consequências poderiam ter sido muito maiores se outras ordens religiosas não tivessem também a incumbência de ofertar cursos de Filosofia e de Teologia para formar sacerdotes e leigos, necessários ao provimento de demanda da Igreja Católica. Porém, continuou o envio de filhos da nobreza para estudar em universidades na metrópole, em vista do suprimento da demanda da incipiente burocracia local, através dos quais circularam algumas ideias ilustradas de lá que alimentaram os movimentos de inconfidência em Minas Gerais e na Bahia por cá⁵⁴.

E com a fuga da família real portuguesa para a Colônia Brasil, em 1808, aconteceu algo inusitado e alvissareiro: a instalação de cursos superiores na Bahia e no Rio de Janeiro. Também, após a proclamação da Independência, em Pernambuco e em São Paulo houve a criação do curso de Direito e de Belas Artes, assim como de Engenharia no Rio de Janeiro. Mas a ideia de universidade sempre passou ao largo, denotando que a intelectualidade e a elite política portuguesa e brasileira se deixou influenciar o suficiente por uma concepção negativa da universidade do antigo regime na França, que fora pregada pela ilustração e materializada pela Revolução ao destruir a universidade e criar as escolas profissionais sob o domínio de Napoleão Bonaparte. E, como os mentores da República no Brasil eram religiosamente positivistas, todas as vezes que a ideia de criação da universidade aparecia no discurso de algum parlamentar, ela era duramente rechaçada, embora em sua última fala do trono o Imperador Dom Pedro II tenha prometido duas universidades, como também o fizera Dom Pedro I em 1823.

Por tudo isso a organização do ensino superior na forma universitária no Brasil foi temporã, tardia, um século após a Independência⁵⁵, em 07 de setembro de 1920, quando houve a criação da Universidade do Rio de Janeiro, através do

⁵⁴ HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 29-32.

⁵⁵ CUNHA, 2007a, op. cit. p.190.

Decreto nº 14.343,⁵⁶ do presidente Epitácio Pessoa, a partir do ajuntamento da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, todas do Rio de Janeiro.

No entanto, a organização desse nível de ensino só veio acontecer com a Revolução de 1930, no governo provisório de Getúlio Vargas, quando o Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, empreendeu reformas também na educação superior através do Decreto 19.850, de criação do Conselho Nacional de Educação; do Decreto 19.851, de instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras; do Decreto 19.852, da Organização da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1937, esta universidade, que passou a ser chamada de Universidade do Brasil, foi reorganizada para servir de padrão da universidade brasileira, isto é, as demais universidades deveriam ser equiparadas a ela. Essa uniformização ficou mais enfática a partir do golpe do Estado Novo, em 10/11/1937, por força do centralismo e do nacionalismo evidenciados no adjetivo “nacional” contido no nome de todas as Faculdades, por exemplo, Faculdade Nacional de Filosofia (Decreto-Lei no. 1.190, de 1939), Faculdade Nacional de Educação, etc.⁵⁷.

Na chamada Era Vargas (1930-1945) o crescimento das matrículas no ensino superior foi da ordem de 31,4% em 15 anos, passando de 20.739 estudantes, em 1932, para 27.253, em 1945, pois já havia cinco universidades (Universidade do Brasil, Universidade de Porto Alegre, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais e Universidade Católica do Rio de Janeiro) e 293 estabelecimentos isolados, apesar de haver um controle rígido do governo federal sobre o ensino superior, para conter o surgimento de caráter autonomista, embora fosse pago, mesmo nos estabelecimentos oficiais⁵⁸. Há que ressaltar que a população brasileira em 1930 era estimada em 35 milhões e em 1945 era de pouco mais de 41 milhões.

A organização do ensino superior que se seguiu à era Vargas, a partir do fim do Estado Novo, em 1945, na fase conhecida como de redemocratização, pouco

⁵⁶ “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que é oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915; Decreta: Art. 1º. Ficam reunidas, em “Universidade do Rio de Janeiro”, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta de fiscalização”. BRASIL. Decreto no. 14.343, de 07/09/2016. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/decreto.html> > Acesso em: 17/10/2016.

⁵⁷ “Art. 4º. A Universidade do Brasil será inicialmente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino: a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras; b) Faculdade Nacional de Educação; c) Faculdade Nacional de Engenharia...” BRASIL. Lei no. 452, de 05 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm > Acesso em: 17/10/2016.

⁵⁸ CUNHA, 2007b, op. cit. p. 17/18.

tinha de universitária, no sentido estrito, pois havia mais estudantes nas escolas isoladas⁵⁹ e era voltada para a formação profissional, assemelhando-se ao chamado “modelo napoleônico”⁶⁰, em contraposição ao modelo berlinense do livre pensar, humboldtiano⁶¹. Porém, nesse período foram travados muitos debates em torno da reforma universitária, no bojo das reformas de base perseguidas pelo governo democrático de Vargas (1951-1954) e pelo Governo João Goulart (1961-1964), cujo protótipo de organização estava na criação da Universidade de Brasília, em 1960, por Darcy Ribeiro, para servir de padrão da universidade brasileira. Os conteúdos principais da reforma universitária eram, dentre outros: a universalização do acesso à universidade, como um direito de todos; a democratização da estrutura da universidade, pondo fim à cátedra; a ampliação da participação, nos processos decisórios, de alunos e funcionários⁶². Mas esse modelo foi abortado pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sendo demitida a maioria dos professores que o empreendiam.

Então, sucede a Reforma Universitária de 1968, através da Lei 5.540, cujo modelo organizacional apresentado era de matriz norte-americano, o qual subordinava a universidade aos interesses empresariais capitalistas⁶³. Essa reforma incorporou algumas demandas de estudantes e professores, contidas nas propostas de reforma universitária, no bojo das reformas de base do governo João Goulart, tais como adoção do departamento e a reestruturação da carreira do magistério superior ao invés da cátedra vitalícia; matrícula por disciplina e por crédito ao invés de matrícula por ano.

As matrículas no ensino superior público, no período de 1964 a 1984, aumentaram de 87.665 para 571.879, menos que as do ensino superior privado, que

⁵⁹ Ibid., p. 17.

⁶⁰ Na França Napoleão, ao instituir o Estado Nacional, assumiu o controle das universidades e as transformou em organizações sócio-políticas com o único objetivo da formação profissional, com uma rígida hierarquia administrativa, corpo docente organizado e administração centralizada, voltada para o ensino e para o atendimento das demandas do Estado. (CUNHA, 2000, p. 153/154; 2007a, p. 71. LOPES, Luiz Antonio Coelho; BERNARDES, Francesca Ribeiro. Estrutura Administrativa das universidades brasileiras. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>. Acesso em: 05/01/2018).

⁶¹ Para Wilhelm von Humboldt, a Universidade de Berlim, fundada por ele em 1810, enquanto instituição científica, teria a responsabilidade pelo enriquecimento cultural e moral da nação. E pensou a universidade com o tripé: ensino indissolavelmente unido à pesquisa e extensão.

⁶² BERCOVICI, Gilberto. Reformas de base e superação do subdesenvolvimento. Cadernos de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da USP, n. 27, 2014. Disponível em: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/cadernos/caderno_27_2014.pdf Acesso em: 18/10/2016.

⁶³ CUNHA, 2007c, op. cit. p. 13-22.

subiram de 54.721 para 827.660 matrículas⁶⁴. Inegavelmente, o acesso continuou elitizado, pois a Ditadura Civil-Militar, através da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, impôs o ensino profissionalizante em todo o sistema educacional, o qual não oferecia a maior parte dos conteúdos exigidos nos vestibulares, impedindo aos frequentadores de escolas públicas o acesso aos cursos de ponta das universidades brasileiras, tais como Medicina, Engenharia, Direito, Odontologia, restando-lhes apenas as licenciaturas e outros cursos tecnológicos de menor prestígio social. Mas é ponderado, mesmo pelos maiores críticos da reforma universitária de 1968, que o regime militar deu prioridade à pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), da qual o Brasil era carente, o que possibilitou o desenvolvimento de centros de excelência em pesquisa nas grandes universidades do Sudeste e do Sul do País.

Contudo, a reforma universitária desejada, desde antes do golpe civil-militar de 1964, continuou a ser debatida nos anos seguintes na sociedade, em especial com o advento da redemocratização, iniciada em 1979, a partir da “abertura política lenta e gradual”, em fóruns diversos sobre educação e no Congresso Nacional, tendo inclusive, em 1985, sido instituído o GERES (Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior), o qual produziu fartas contribuições que subsidiaram os constituintes entre 1987 e 1988. Portanto, os princípios da reforma foram incorporados à Constituição Federal de 1988 e as diretrizes e procedimentos foram remetidos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a nova LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. Mas a falta de entendimento sobre o modelo ou os modelos de ensino superior a ser ou a serem adotados no país tem sido o gargalo a impedir a existência de uma lei de reforma do ensino superior, substitutiva da Lei 5.540/68.

2.1.2 O ensino superior no Maranhão

No Maranhão⁶⁵ o Convento do Carmo, dos padres Carmelitas (1727) e o Colégio Nossa Senhora da Luz, dos Jesuítas (1731), estavam “autorizados pelo

⁶⁴ SÁ MOTTA, 2014, op. cit. p. 249.

⁶⁵ A Capitania do Maranhão, após o fracasso da colonização em 1535, foi invadida por franceses em 1612, os quais foram expulsos em 1615. Pela Carta Régia, de Felipe III da Espanha, em 12/06/1621, recebeu a dignidade de Estado do Maranhão, com administração independente do resto do Brasil e compreendia Piauí, Pará, Maranhão, Amazonas, Roraima e Amapá, com capital São Luís. Já a partir de 1620, o Estado do Maranhão se tornou grande produtor de açúcar e aguardente de cana, tendo os índios como mão de obra na lavoura. Os

papado a ministrarem cursos que outorgavam o grau de doutor aos que aí concluíssem seus estudos”⁶⁶. Mas após a expulsão dos jesuítas em 1759, do Brasil e do Maranhão, não há registro de tentativas de implantação de ensino superior no Maranhão no Século XVIII e XIX, apenas concessão⁶⁷ de bolsa de estudo.

holandeses, sem sucesso, tentaram invasão em 1641, mas em 1652 foram instituídas as capitanias do Maranhão e a do Grão-Pará. Após esse período houve crise econômica agravada pela abolição da escravidão indígena em 1º de abril de 1660, por influência dos jesuítas. Com isso elevou-se o preço da mão de obra africana e inviabilizou-se a produção de açúcar. Entretanto, os senhores de engenho reagiram invadindo os aldeamentos indígenas dos jesuítas, em busca índios para fazê-los escravos. E como represália aos senhores de engenho foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão (1682), com o monopólio de exportações e importações, ficando isentos só os jesuítas. Esse ato aumentou mais o descontentamento e a crise econômica, sendo o estopim da Revolta de Beckman, a qual instituiu uma Junta Governativa legitimada com a celebração de um *Te Deum*, em 25/02/1685, e decidiu: depor o capitão-mor, o governador, abolir o estanco, extinguir a Companhia de Comércio do Maranhão e expulsar os jesuítas. Todavia, o movimento foi duramente reprimido e Manuel Beckman foi enforcado, porém disse antes: “Morro feliz pelo povo do Maranhão”. Após a revolta a população amargou pobreza, tendo recebido alento só na administração pombalina (1750-1777), que estimulou a produção de algodão para a indústria têxtil inglesa, quando foi criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1765). Contudo, o estado do Maranhão foi extinto em 09/07/1774. E por força desse período de 153 anos com o status de estado do Maranhão, independente do Brasil, quando Dom Pedro I proclamou a Independência em 1822, a nobreza maranhense resistiu até a rendição em 1823, em 28/07, em São Luís, e 01/08 em Caxias. Mas em 1838 volta a rebeldia no Maranhão, com o nome de Balaiada, surgida na Vila da Manga: era um movimento composto por escravos fugitivos e caboclos contra latifundiários e chefes políticos, liderados por Raimundo Gomes, adquirindo proporções inimagináveis. Ao tomar o poder em Caxias e instituir uma Junta Governativa de “homens bons”, alastrou-se para o sul do Maranhão e oeste do Piauí, mas Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias), instituído governador da Província do Maranhão, prometendo anistia aos rebeldes, após estes entregaram suas armas, os prendeu e, covardemente, enforcou Raimundo Gomes. Porém, o movimento ainda continuou sob a liderança de Cosmo, mas como a força dos balaios foi diminuindo, outros acreditaram em anistia e se renderam e, no final, Cosmo foi capturado e enforcado. (LIMA, 1981; MARQUES, 1970; MEIRELES, 1960).

⁶⁶ SOARES, Ana Maria Saldanha de Castro. *O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão: discurso e prática*. São Luís, MA: UFMA/Secretaria de Educação, 1984, p. 3. “A Ordem carmelitana obteve o privilégio de conceder graus de dr. aos seus membros, mestres em teologia. A sua vicaria em Maranhão também o teve pelo breve – *Exponi nobis* – do papa Bento XIII, de 25 de junho de 1727”. MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Typ. Do Frias, rua da Palma n.6, 1870, 3 vol, vol. 1, p. 156

⁶⁷ Lei n. 10, de 05/05/1835, para estudo de ciências naturais; da Lei n. 76, de 24/07/1838, para mandar para a França aluno para aprender o método Lancaster; da Lei n. 889, de 17/06/1847, para mandar o jovem Raymundo Pereira Sanches coqueiro estudar Botânica e Mineralogia na França; da Lei n. 235, de 20/08/1847, para mandar aos Estados Unidos ou as Antilhas José Tell Ferrão estudar agricultura; da Lei 264, de 13/12/1849, para mandar para qualquer dos Estados da Europa o jovem José Martins Ferreira Corrêa, para estudar Escritura e Desenho; da Lei 269, de 18/12/1849, para mandar Tito Jaime da Costa Nunes estudar Engenharia Civil na França; da Lei 599, de 12/09/1861, para mandar o jovem Octaviano Pinheiro de Brito estudar agricultura na França no Instituto de Grignon; da Lei n. 666, de 07/07/1863, autoriza o presidente da Província a mandar estudar na Europa os jovens Horácio Tribuzy e Joaquim Belfort Sabino; da Lei n. 703, de 02/07/1864, para mandar estudar ciências teológicas na Europa João Tolentino Guedelha; da Lei n. 758, de 14/06/1866, que manda manter estudantes maranhenses na França; da Lei n. 769, de 27/06/1866, para mandar estudar desenho e Pintura, na Europa, o cidadão Francisco Peixoto. In: CASTRO, 2009. César Augusto. *Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís, MA: EDUFMA, 2009.

A trajetória do ensino superior no Maranhão foi recomeçada a partir de 28 de abril de 1918⁶⁸, com a criação da Faculdade de Direito do Maranhão⁶⁹, a qual recebeu em 1922 subsídio do Governo do Estado⁷⁰. Em 1919 foi fundada a Escola de Enfermagem⁷¹, não equiparada às oficiais, e em 1922 a Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão⁷², embora a Mensagem Legislativa de 1924⁷³ dissesse que só existiam dois institutos de instrução superior no Estado: a Faculdade de Direito e a Escola de Farmácia, ambas subvencionadas.⁷⁴ Na Mensagem Legislativa de 1927⁷⁵, expedida por J. Magalhães de Almeida, então presidente⁷⁶ do Estado do Maranhão, a Faculdade de Direito apareceu como equiparada às oficiais desde 1924, embora a Escola de Farmácia ainda não o fosse e abrigasse a Escola de Odontologia, inaugurada em 1925. Houve a criação da Faculdade de Medicina em 1929, para cujo benefício o presidente do Estado do Maranhão baixou o Decreto nº 1.320⁷⁷, em 7 de junho de 1930, autorizando a Secretaria Geral de Estado a firmar contrato para exploração de loterias com a Associação Fundadora da Faculdade de Medicina do Maranhão. Em 1932 foi criada a Escola de Agronomia do Maranhão, tendo suas atividades encerradas em 1939 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Estando a Faculdade de Direito em precária situação financeira, o governo do Estado do Maranhão lhe concedeu auxílio financeiro⁷⁸, pago por crédito especial

⁶⁸ MEIRELES, 1981, op. cit. p. 17-27. TÁJRA, Lêda M. C. *1º ciclo de estudos básicos da Universidade Federal do Maranhão*. São Luís, MA: UFMA, 1985, p. 2-27.

⁶⁹ Em 28 de abril, sob a liderança de Fran Paxeco, juntamente com Domingos Castro Perdigão e José Euzébio Carvalho de Oliveira. Fran Pacheco era Cônsul de Portugal no Maranhão na época. Escritor e Consul de Portugal no Maranhão e José Euzébio Carvalho Oliveira foi Deputado Federal e Senador pelo Maranhão na Primeira República.

⁷⁰ MARANHÃO. Lei n. 1.007, de 03/04/1922 “Autoriza o Governo a conceder acréscimo de subsídio à Faculdade de Direito do Maranhão.

⁷¹ Novamente Fran Paxeco, agora junto com os médicos Luis Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras.

⁷² Foi uma iniciativa de Luis Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras. Mas o curso de Odontologia foi adicionado só em 1925.

⁷³ MENSAGEM apresentada ao Congresso, pelo Exmo. Sr. Dr. Godofredo Mendes Viana, presidente do Estado, em seção de 05/02/1924, p. 68.

⁷⁴ Conforme Lei n. 1121, de 09/05/1923.

⁷⁵ MENSAGEM ao Congresso do Estado, lida na abertura da sua 1ª. reunião ordinária da 11ª. legislatura, enviada pelo presidente do Estado do Maranhão, J. Magalhães de Almeida. 1927, p. 16.

⁷⁶ De 1889 até 1930, antes do advento da Revolução, presidente era a nomenclatura para designar o chefe do poder executivo nos estados.

⁷⁷ MARANHÃO. Decreto 1.320, de 07/06/1930. Autoriza o Secretário Geral de Estado a firmar contrato com a Associação Fundadora da Faculdade de Medicina do Maranhão, para exploração de loterias.

⁷⁸ MARANHÃO. Decreto-Lei n. 499, de 16/06/1941. Concede à Faculdade de Direito do Maranhão o auxílio especial de 15:000\$000 (quinze3 contos de réis). In: Coleção de Leis e decretos de janeiro a dezembro de 1941. Acervo Digital da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís-MA.

em agosto de 1941⁷⁹. Além disso, o Interventor Federal Paulo Ramos abriu crédito especial⁸⁰ para pagamento à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, referentes a subvenções dotadas nos exercícios anteriores a 1936. Mas em 1941, o Ministério da Educação e Saúde fechou a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia⁸¹, “sob a alegação de mazelas administrativas”⁸², “no governo do Interventor Federal Paulo Ramos”⁸³, as quais foram reabertas e mantidas, a partir de 1945, pela Fundação “Paulo Ramos”, de direito público, criada para manter o ensino superior no Estado, com as seguintes denominações: Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (Decreto Federal 17.553, de 09.01.1945) e Faculdade de Direito de São Luís (Decreto Federal 17.558, de 10.01.1945). Tais faculdades, pela Lei Federal 1.254, de 04.12.1950, foram federalizadas pelo Presidente Gaspar Dutra, por interferência do senador coronelista Vitorino Freire, ficando, então, a Fundação Paulo Ramos sem função.

Já na fase de redemocratização do país, para evitar a desativação da Fundação Paulo Ramos, pessoas de variados segmentos da sociedade maranhense, capitaneados pela Igreja Católica⁸⁴, em vista da melhoria do magistério secundário, transformaram-na em mantenedora da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, que foi posta em funcionamento a partir de 15.08.1952 e autorizada pelo Decreto 32.606, de 23.04.1953. Então, metade do corpo docente dos

⁷⁹ MARANHÃO. Decreto-Lei n. 508, de 22/08/1941. Abre o crédito especial de 15:000\$000 para pagamento do auxílio especial concedido à Faculdade de Direito do Maranhão, pelo Decreto-Lei n. 499, de 16/06/1941. In: Coleção de Leis e Decretos de jan.-dez. de 1941. Acervo Digital da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís-MA

⁸⁰ MARANHÃO. Decreto-Lei n. 670, de 21/10/1942. Abre crédito especial para pagamento, pela Comissão da Dívida Passiva do Estado, à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão subvenções relativas a exercícios anteriores a 1936. In: Coleção de Leis e decretos de janeiro a dezembro de 1942. Acervo digital da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite.

⁸¹ O Ministério da Educação e Saúde, num contexto autoritário e centralizador do “Estado Novo”, que não admitia o estado interventor fechou, sem explicações, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, mas em seguida as reabriu três anos depois. Mas é mais do que evidente que a motivação para fechar os cursos era “O objetivo de conter a criação de universidades [e faculdades] de caráter mais autonomista que surgiam em outros lugares, como a [Universidade do Distrito Federal] criada por Anísio Teixeira em 1935”. CUNHA, Antonio Luíz. Universidade brasileira: reformas e desafios.

⁸² “O curso de Odontologia, como os de Farmácia e Direito, foi fechado pelo Governo Federal em 1939, sob a alegação de mazelas administrativas. As conversas que mantive com ex-professores desses extintos cursos, via de regra opositoristas ao regime então dominante, e, em particular, ao interventor Paulo Ramos, levam-me a acreditar em forte componente político nessa extinção.” FÁRIA, Regina; MONTENEGRO, Antonio. Jerônimo Pinheiro. In: FÁRIA, Regina; MONTENEGRO, Antonio. *Memórias de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís: UFMA; Brasília: CNPQ, 2005, p. 155.

⁸³ Paulo Martins de Sousa Ramos foi interventor federal no Maranhão de agosto de 1936 a março de 1945.

⁸⁴ D. José Medeiros Delgado (1905-1988) foi arcebispo do Maranhão até 1952-1963 e do Ceará de 1963 a 1973.

cursos de Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia e História e Pedagogia foi indicada pela Academia Maranhense de Letras e metade pela Arquidiocese de São Luís⁸⁵.

Mas a Igreja Católica ao mesmo tempo buscava também um protagonismo maior na implantação do ensino superior no Maranhão, o qual fora manifestado na criação da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, em 1948, que foi reconhecida pelo Decreto 30.628, de 11.03.1952, do Ministério da Educação e Cultura; bem como da Faculdade de Serviço Social do Maranhão, pelo Decreto Episcopal nº 5, de 10.02.1953, que foi reconhecida pelo governo estadual através da Lei 1.114, de 31.12.1953⁸⁶.

O mesmo espírito empreendedor que manifestou a Igreja Católica em nível nacional, ao criar nesse período as universidades católicas, também se fez presente no Maranhão quando, em 29.01.1955, a Arquidiocese de São Luís fundou a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, para servir de mantenedora na criação da Faculdade de Ciências Médicas, em 28.02.1957, autorizada em 03.07.1958 pelo Decreto n. 43.491 e reconhecida, em 09.05.1966, pelo Decreto nº 58.364, da União. A ação da Arquidiocese continuou na fundação da Universidade do Maranhão, em 18.01.1958, integrada pelas instituições: Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Maranhão (da Fundação Paulo Ramos), Escola de Enfermagem São Francisco de Assis e Faculdade de Serviço Social do Maranhão, além da Rádio Educadora do Maranhão Rural Limitada, da Tipografia São José Limitada, do Instituto de Líderes e da Escola Normal de Morros, doando o governo do estado o sítio “Sá Viana”, à margem esquerda da foz do Rio Bacanga, com 241 hectares, para a construção do campus. Sendo o arcebispo o chanceler da Universidade do Maranhão, a qual foi reconhecida pelo Decreto 50.832, de 22.06.1961, como universidade livre⁸⁷.

Em meado da década de 1960, a Universidade do Maranhão, por força de dificuldades financeiras permanentes para mantê-la, foi transferida para a União, com a mediação do então governador José Sarney (1966-1970). Então, através da Lei 5.152, de 21.10.1966, sancionada pelo presidente Castelo Branco (1964-1967), foi criada a Universidade Federal do Maranhão (UFMA)⁸⁸, à qual foram anexadas as faculdades do governo federal: a de Farmácia, a de Odontologia e a de Direito; a

⁸⁵ MEIRELIS, 1981, *op. cit.* p. 23; TAJRA, 1985, *op. cit.* p. 21 e 22.

⁸⁶ *Ibid.* p. 22.

⁸⁷ *Ibid.* p. 32.

⁸⁸ Inicialmente como Fundação Universidade do Maranhão, já no espírito da Reforma Universitária de 1968.

particular, de Ciências Econômicas; e as da Universidade do Maranhão, de Ciências Médicas, de Filosofia, Ciências e Letras, de Enfermagem e de Serviço Social⁸⁹.

Portanto, na criação da Universidade Federal do Maranhão houve a replicação do mesmo processo de constituição da maioria das universidades brasileiras, desde a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Isto é, quando foi feito o ajuntamento de instituições isoladas de ensino superior, as quais possuíam autonomia financeira e administrativa, o que dificultava, no início, a ação coordenada de um reitor, pois quem detinha o poder eram os diretores de escolas e faculdades. E essa mesma experiência do ajuntamento de escolas e faculdades relativamente autônomas vai se repetir quando da criação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), que depois foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2.1.3 A Reforma Universitária de 1968 no contexto da Ditadura Militar

A Reforma Universitária de 1968, dado a sua repercussão para a educação e para a sociedade brasileira até os dias de hoje, é reconhecida como fato histórico da mais alta relevância. Sempre é um tópico lembrado nos mais diferentes *fóruns*, menos para ressaltar suas virtudes e muito mais para imputar-lhe as mazelas pelas quais tem passado a universidade e a educação ao longo dos quarenta anos, após a sanção da Lei 5.540/1968 no regime ditatorial (1964-1985). Como o discurso histórico, oral ou escrito, sempre carrega consigo posições ideológicas ou interesses daqueles que o elaboram, urge que sejam analisados diferentes discursos historiográficos sobre a “Reforma Universitária de 1968”. Isso possibilitará o máximo de aproximação da verdade desse fato, que implicou perdas e ganhos sociais e que, mesmo passados quarenta anos, são objeto de controvérsias. Essa é a grande contribuição da historiografia enquanto “reflexão sobre a escrita e a produção da história”⁹⁰, permitindo ao cidadão reconhecer-se e conhecer-se a partir da história,

⁸⁹ FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís; Brasília: UFMA; CNPq, 2005, p. 263; MEIRELIS, 1981, *op. cit.* p. 28-31.

⁹⁰ SILVA, 2006, *op. cit.* p. 190.

produzindo “uma identidade com raízes fortes no passado, em perspectiva para o futuro”⁹¹.

Após leitura atenta da literatura pertinente à Reforma Universitária de 1968, surgiu a seguinte questão: se essa lei não foi algo gerado espontaneamente pelos militares, mas o resultado de um acúmulo de forças que se avolumou ao longo do tempo, decorridos quase 50 anos, numa perspectiva histórica de média duração, em que é possível ver legado positivo na Reforma Universitária de 1968, pode-se requerê-lo para os movimentos de quais agentes? Portanto, é necessário lembrar que uma reforma universitária já era desejada desde a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, avançando pela discussão, a partir de 1947, do projeto Clemente Mariani, de LDB (Lei 4.024/61), passando pelas pressões dos estudantes em favor de reforma de base nos anos 60, fertilizando-se na campanha de educação popular, despendendo forças contra o golpe civil-militar de 1964, encorpendo-se nas ocupações das universidades e outras instalações do governo por estudantes, tendo desfecho na sanção da Lei 5.540 em novembro de 1968, cujo conteúdo encampou parte das reivindicações de estudantes e professores pertinentes à melhoria da organização e do funcionamento da universidade.

2.1.3.1 Motivações para o golpe civil-militar de 1964

O golpe civil-militar que instaurou a ditadura de 1964 a 1985 não foi fruto do acaso ou de simples desejos pessoais de alguns civis com o apoio dos militares, mas foi consequência de uma crise política e econômica de grandes proporções pela qual passava o Brasil.

Segundo Hirsch (1977:107-8), “a ‘crise política’ se manifesta quando os aparelhos de Estado não podem mais garantir nem a ‘seletividade específica de classe’, necessária à estabilidade do processo político, nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com a composição do pessoal político existente quando é preciso então reestruturá-los de modo significativo”. A crise econômica, de acordo com Ianni (1977:192), “manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de

⁹¹ ARCE, Alessandra (Org.). Apresentação. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&nrm=isso. Acesso em 10 ago. 2009.

investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação”⁹².

Ora, as crises política e econômica atuaram como fatores determinantes do golpe civil-militar, pois a superação das mesmas representava a retomada do projeto de dominação capitalista da parte das elites nacionais abertas ao capital internacional de forma subordinada, uma vez que o modelo de substituição de importações estava sofrendo entraves profundos⁹³. Portanto, interpunham-se a esse objetivo os interesses de elites políticas defensoras do modelo nacional-desenvolvimentista, favoráveis ao capital associado, porém com viés populista. Então, o domínio político dessa elite era algo incompatível com a modernização requerida por um setor da economia brasileira, que exigia flexibilidade nas leis trabalhistas e mão de obra qualificada. E, fazendo coro com segmentos da elite nacionalista com viés populista, estava uma parte significativa da esquerda vislumbrando disputar espaço no governo Goulart em favor do projeto socialista, seguindo a onda desencadeada pela Revolução Cubana (1958) e a campanha socialista na América Latina capitaneada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara.

Logo, os obstáculos que se interpuseram aos objetivos capitalistas americanos foram a razão suficiente para o desfecho do golpe desencadeado por militares do alto escalão das Forças Armadas, o qual fora tramado pelo governo norte-americano em associação com a elite empresarial e congressistas que integravam os institutos IBAD/IPÊS (Instituto Brasileiro de Ação Democrática/Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Mas esse objetivo já vinha sendo tentado sem sucesso, desde as pressões que desencadearam o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, passando por compromissos assumidos por Juscelino Kubitschek para poder tomar posse como presidente em 1956, inclusive o acordo de aprovação da Portaria

⁹² GERMANO, 2000, op. p. 49.

⁹³ “Apesar dessa solução ter se revelado eficaz no momento, acabou por provocar alguns estrangulamentos a longo prazo. Diferentemente do pensado, a nova fase substitutiva requeria maiores importações, cuja manutenção exigia esforços cada vez maiores, devido ao declínio dos termos de intercâmbio, e era difícil manter o ritmo do aumento no gasto fiscal, que provocara um aumento da inflação, disjuntiva que terminou por levar o governo a uma ruptura com o FMI em 1959, abandonando finalmente o plano de estabilização”. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996, 709 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 100.

113 da SUMOC⁹⁴ (Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco Central), pelas pressões que resultaram na renúncia precoce de Jânio Quadros e pelo entendimento parlamentarista que permitiu a posse de João Goulart (Jango), uma vez que as condições subjetivas para a tomada do poder não estavam postas.

Porém, o comportamento vacilante de Jango, ora pendendo para a direita e ora mais para a esquerda, somando-se significativamente à crise econômico-financeira que o país estava passando, desencadeou descontentamentos e greves da parte dos trabalhadores; bem como o programa de metas do Governo Jango que prometia as reformas de base que descontentavam as classes dominantes, seja a burguesia agrária, por força da reforma agrária, a burguesia industrial e financeira, por força da política de juros e de controle de remessas de lucros das empresas estrangeiras, e os empresários do ensino que não viam com bons olhos a reforma universitária que se ensaiava na organização e funcionamento da Universidade de Brasília. Criou-se, portanto, o clima favorável ao golpe⁹⁵, cujos ideólogos, civis e militares, congregados no IPÊS e no IBAD desenvolveram uma campanha publicitária em todos os setores da sociedade e utilizando todos os meios possíveis, legais e ilegais, tendo por mote a defesa da “Família, Deus, a Liberdade e a Propriedade contra do fantasma do comunismo”⁹⁶. “A articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964”, efetivando-se uma ruptura favorável à continuidade da ordem socioeconômica⁹⁷, sendo destituído o presidente da

⁹⁴ Pela qual” reconhecia-se às empresas estrangeiras, interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir, de seus países de origem, maquinarias industriais depreciadas, como se fossem equipamentos novos, embora já funcionando aqui indústrias nacionais similares” (Plínio A. Ramos in Basbaum s. d. (b): 219 apud RIBEIRO, 2000, p. 152).

⁹⁵ “Esta sensação de ameaça logo contagiaria às classes médias, que também temiam perder parte de seus pequenos privilégios. Assim o espantinho do comunismo ou de ter que repassar seus imóveis para os inquilinos a lançaram em massa nas marchas convocadas pela ala mais conservadora da Igreja Católica e outras organizações escudadas na defesa da Família, Deus, a Liberdade e a Propriedade, preparando o cenário que desencadearia o golpe.

Muitos militares tinham passado, há algum tempo atrás, a conspirar ativamente contra o governo, a maioria deles incentivados e até organizados em torno de organizações como o IBAD e o IPÊS, que serviam para articular e oferecer apoio logístico a suas atividades. Assim, foram conformando-se vários grupos que registravam um crescente número de adeptos entre civis e militares, com o qual [o] golpe no [não tardou] em ser deflagrado”. RAMÍREZ, 2005, op. cit. p. 118.

⁹⁶ RAMÍREZ, 2010, op. cit. p. 341-346.

⁹⁷ SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&ing=pt&nrm=iso. Acesso em 10 ago. 2009.

República João Goulart e empossado, em 15 de abril, como novo presidente, Castelo Branco⁹⁸.

Então, desferido o golpe e estando as Forças Armadas no poder, instalou-se um Estado de exceção, no qual, em nome do chamado “Poder Constituinte da Revolução”⁹⁹, todos os direitos e garantias constitucionais foram suspensos, inclusive as universidades foram invadidas por militares. Os líderes de movimentos e instituições identificados com as reformas do governo sofreram arbitrariamente perseguição e prisão ou foram aposentados compulsoriamente ou cassados ou expulsos do país, pois representavam ameaça à consolidação da ditadura e à implantação do modelo econômico de domínio do capital estrangeiro.

E há que ressaltar que de todos os setores da sociedade, o que mais reagiu publicamente ao golpe civil-militar foi o dos estudantes, pois eram os que mais vislumbravam a possibilidade de mudar a sociedade brasileira mediante uma ação política e cultural, e por isso foram também os mais duramente reprimidos¹⁰⁰. Inclusive Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura, logo após o golpe, enfurecido com a pertinácia dos mesmos dizia: “os estudantes devem estudar e os professores ensinar’ (não fazer política)”¹⁰¹. Mas estudo recente mostra que nem todo estudante na década de 1960 era contra o Golpe Civil-Militar, pelo contrário, até 1966 existiu um grupo de estudantes de direita muito forte, chamado Decisão, no Rio Grande do Sul, dentre os muitos movimentos estudantis que fizeram oposição ao governo João Goulart e que apoiaram a Ditadura Civil-Militar¹⁰².

É de bom juízo considerar que as decisões do governo militar não tinham só a intenção de reprimir, mas também a intenção de modificar as estruturas nas quais o Brasil se assentava, como a econômica, a social e a política, embora haja uma tendência a buscar a significação do Golpe Civil-Militar apenas nas medidas repressivas que resultaram em prisões e perseguições políticas a partir de 01 de abril de 1964. E não era para menos, pois foram editados de 1964 a 1988 cinco Atos Institucionais: o AI-1 (10.04.1964) cassou mandatos e suspendeu direitos políticos arbitrariamente; o AI-2 (27.10.1964) acabou com eleições diretas para presidente da república e governador de estado, extinguiu os partidos políticos então existentes e

⁹⁸ Marechal Humberto da Alencar Castelo Branco.

⁹⁹ BRASIL. Ato Institucional N° 2, de 27/10/1965. DOU de 27 e 28/10/1965.

¹⁰⁰ GERMANO, 2000, *op. cit.* p. 113.

¹⁰¹ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 83.

¹⁰² LIMA, 2017, *op. cit.*

induziu à institucionalização do bipartidarismo¹⁰³ (ARENA, partido do “Sim” e MDB, partido do “Sim, senhor!”); o AI-3 (05.02.1966) estabeleceu normas para as eleições federais, estaduais e municipais; o AI-4 (06.12.1966) estabeleceu as condições para a votação do projeto de Constituição no Congresso Nacional; e o AI-5 (13.12.1968)¹⁰⁴ tirou todas as garantias individuais dos cidadãos, quer públicas quer privadas, e concedeu poderes ilimitados ao mandatário do executivo, inclusive para fechar o Congresso Nacional¹⁰⁵.

Desta forma, era necessário modernizar a economia, porém o custo foi a transformação do Estado em instrumento de dominação ou de controle do capital interno pelo externo¹⁰⁶, provocando o atrofiamiento da sociedade civil e política através dos atos acima. Contudo, os resultados econômicos do golpe vieram a partir de 1968, quando houve um acentuado crescimento na economia, cujo ápice foi o chamado “milagre brasileiro”, entre os anos de 1970 e 1973, período farto em repressão política e propaganda ideológica.

E por exigência do processo de modernização da economia, uma vez que a educação era vista como fator de desenvolvimento, foi empreendido a Reforma Universitária (1968) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971). Mas, de fato, a forte pressão por demanda de educação, em especial de ensino superior, no período de 1964 a 1968, provocou o agravamento da crise do sistema educacional que já se arrastava desde os anos 1960, pois a Lei 4024/61 foi incapaz de enfrentá-la, por força da mentalidade reacionária de elites que viam na ampliação de vagas nas escolas públicas uma perda de status social. Essa situação é que justificava os acordos MEC-USAID,¹⁰⁷ que tinham por objetivo reformar o sistema educacional, isto é, adequá-lo ao modelo de desenvolvimento. Por isso, vale ressaltar que os

¹⁰³ A institucionalização do bipartidarismo ocorreu após a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, art. 18, que foi regulamentado pelo Ato Complementar N° 4, art. 1º determinava: “Art. 1º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem.” Como só havia 342 deputados, depois de formadas duas agremiações com 120 deputados cada uma, só restavam 102 deputados, número abaixo do mínimo para formar uma terceira agremiação. Assim, foi instituído autoritariamente o bipartidarismo que vigorou de 1965 a 1979. BRASIL. Ato Complementar N° 4, de 20/11/1965. DOU de 22/11/1965.

¹⁰⁴ RIBEIRO, 2000, *op. cit.* p. 178-179,

¹⁰⁵ MOTTA, 2014, *op. cit.* 153-154.

¹⁰⁶ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 195.

¹⁰⁷ GERMANO, 2000, *op. cit.* p. 125.

acordos MEC-USAID¹⁰⁸ já vinham sendo celebrados pelos governos dos estados e pelo governo federal muito antes do golpe de 1964, como parte da “aliança para o progresso”, que era uma política de contenção do avanço das forças socializantes no contexto da Guerra Fria¹⁰⁹, por parte dos Estados Unidos nos países da América Latina, de tal forma a consolidar a dominação americana no continente.

2.1.3.2 Antecedentes históricos da reforma universitária

A universidade brasileira, possivelmente, foi a última a ser fundada na América Latina, seja por força do controle estatal desde os tempos coloniais, seja por força das elites no poder, que viam na ampliação da educação superior uma ameaça ao *status* dos membros de sua classe. Embora os primeiros cursos superiores oficiais tenham sido criados graças à necessidade de refúgio de Dom João VI em 1808 no Brasil, com a finalidade de formar pessoal para servir às demandas da Corte.

Mas o certo é que a primeira instituição que assumiu de forma duradoura o *status* de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, cuja criação improvisada, em 1920, em 7 de setembro, teve por objetivo primeiro homenagear um príncipe belga, que passara por essas terras, com um título de *doctor honoris causa*, porém um ato presidencial já autorizava a criação de universidade desde 1915¹¹⁰. Em síntese, sua criação formal consistiu no ajuntamento das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito, que serviu de modelo para a Universidade de Minas Gerais (1927) e quase todas que vieram após essa¹¹¹. Todavia, o governo federal, pelo Decreto 5.616, de 28 de novembro de 1928, baixou normas regulando a instalação de universidades nos estados, que determinava o gozo de autonomia administrativa, econômica e didática; e o Estatuto das Universidades Brasileiras foi promulgado pelo Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que dizia que “cada

¹⁰⁸ “A Agency for International Development tem por função não a concepção de uma estratégia da educação, mas influenciar e facilitar esta estratégia nos setores nos quais seus conhecimentos, sua experiência e seus recursos financeiros podem ser uma força construtiva que ajudará a atingir os objetivos visados. Tal estratégia deve ser concebida essencialmente por aqueles que têm o poder de tomar decisões e disponham dos recursos necessários. É então aos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento que cabe decidir sobre a estratégia da educação” (John Hillard, 1974 in ROMANELLI, 2000, p. 210).

¹⁰⁹ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 196.

¹¹⁰ CUNHA, 2007a, *op. cit.* p.190.

¹¹¹ CUNHA, 2000, *op. cit.* p. 162-3.

universidade seria criada pela reunião de faculdades (pelo menos três dentre as seguintes: Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras)¹¹².

Possivelmente, por força das falhas de origem, tais como a improvisação e a não vinculação da universidade com o desenvolvimento socioeconômico nacional, a ideia de uma Reforma Universitária já estivesse “contida em embrião na própria fundação das primeiras universidades no Brasil”¹¹³, em vista da correção das visíveis distorções. Inclusive as discussões do 2º Congresso Nacional dos Estudantes que criou a UNE¹¹⁴ em 1938, propunham reforma do ensino superior no Brasil, como uma tardia alusão ao movimento de Córdoba, na Argentina, deflagrado em 1918. E o ITA¹¹⁵, criado em 1947, é apresentado como um modelo alternativo de universidade, inspirado no modelo americano, com características inovadoras: sem cátedras vitalícias, com organização departamental, cursos de pós-graduação, regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino e à pesquisa e currículo flexível¹¹⁶.

A criação da Universidade de Brasília, pela Lei 3.998/1961, serviu de base para a elaboração do projeto de Reforma Universitária do governo João Goulart, enquanto uma das reformas de base demandadas pela sociedade brasileira, em vista de seu desenvolvimento autônomo, a qual seria empreendida pelas demais universidades brasileiras, “inspirou-se nos ‘esforços pioneiros’ de Anísio Teixeira empreendidos na Universidade do Distrito Federal (1935-1937) e na tentativa fracassada de implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e da Universidade do Rio de Janeiro, enquanto órgão de integração universitária”¹¹⁷.

O Plano Orientador da Universidade de Brasília, apresentado na época por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, previa cursos de curta duração (2 anos), licenciatura (4 anos) e pós-graduação (2 e 4 anos), cursos básicos, sistema de créditos, departamentalização¹¹⁸ e extinção da cátedra, a forma jurídico-administrativa de

¹¹² CUNHA, 2000, *op. cit.* p. 165.

¹¹³ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 82.

¹¹⁴ União Nacional dos Estudantes, criada em 5 de dezembro de 1938.

¹¹⁵ Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

¹¹⁶ CUNHA, 2000, *op. cit.* p. 173.

¹¹⁷ RIBEIRO, 2000, *op. cit.* 176.

¹¹⁸ “O departamento, tal como aqui projetado, é a unidade básica da universidade moderna, a responsável por sua capacidade de dominar o saber, transmiti-lo e aplicá-lo às necessidades do desenvolvimento cultural autônomo. Porém, a criatividade departamental depende mais da implantação de nova tradição acadêmica do que de planos e regulamentos burocráticos. Como uma tal tradição inexistente, é preciso gerá-la e consolidá-la, pela crítica e o diálogo permanente entre docentes e estudantes.

“Aos que sentirem repugnância pela departamentalização, por parecer um transplante de instituições norte-americanas, alheias a nós, recordaremos que tampouco inventamos a Universidade. Suas formas presentes de

fundação¹¹⁹, cujas características básicas eram: “uma estrutura baseada num sistema duplo e integrado de Institutos Centrais, de Faculdades e Unidades Complementares”¹²⁰. Mas o projeto seria desenvolvido por etapas ao longo de dez anos, sendo os dois primeiros destinados à preparação de pessoal, das instalações, de normas para a primeira etapa de funcionamento. Porém, o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 interrompeu a alvissareira experiência, sendo a universidade invadida por tropas militares já em 9 de abril, chegando a uma situação insuportável em 1965 quando 210 professores, que representavam 90% do quadro, entregaram seus pedidos de demissão.

Na perspectiva de superar o transplante cultural foi criada a Universidade de Brasília para servir de protótipo da Reforma Universitária, a qual deveria apoiar-se em três princípios basilares: “... herdar e cultivar, fielmente, os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, apropriando-se do patrimônio do saber humano; capacitar-se para aplicar tal saber ao conhecimento da sociedade nacional e à superação de seus problemas; crescer, conforme um plano, para formar seus próprios quadros docentes e de pesquisa e para preparar uma força de trabalho nacional da grandeza e do grau de qualificação indispensável ao progresso autônomo do País; atuar como o motor da transformação que permita à sociedade nacional integrar-se à civilização emergente”¹²¹.

Então, coloca-se a questão: porque a historiografia e demais discursos pertinentes à Lei 5.540/68 sempre a veem como retrocesso, se até hoje, decorridos quase 50 anos, as universidades continuam a se organizar em departamento, as matrículas são por disciplina, estas são ofertadas em forma de crédito, o vestibular voltou a ser unificado e não se ouve falar em nova reforma universitária? O que fica evidente é que estes pontos eram consensuais, oriundos, pois, dos debates havidos antes do Golpe Civil-Militar, e que a repugnância da Lei ficou por conta da ideia de transplantar o modelo empresarial americano¹²² e da imposição da autoridade e

estruturação, baseadas na escola e na cátedra, são transplante, cristalizados como tradição acadêmica eficiente, impregnada de conteúdos personalistas e tendentes a dar lugar à burocracia e ao favoritismo”. RIBEIRO, 1982, *op. cit.* p. 230.

¹¹⁹ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 83.

¹²⁰ RIBEIRO, 1982, *op. cit.* p. 178; ALENCAR, Heron de. A universidade de Brasília. In: RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 280-1; GERMANO, 2000, *op. cit.* p. 119.

¹²¹ RIBEIRO, 1982, *op. cit.* p. 171/172; MINTO, 2006, *op. cit.* p. 115.

¹²² MINTO, 2006, *op. cit.* p. 122.

disciplina nas repartições públicas por força do Ato Institucional No. 5 (AI-5), de 13/12/1968, e do Decreto-Lei No. 744, de 26/02/1969.

2.1.3.3 A Reforma Universitária propriamente dita

A crise na educação que faz contexto para a Reforma Universitária deita suas raízes num tempo anterior há pelo menos vinte anos, pois a aceleração da implantação da indústria de base, ao criar uma quantidade considerável e variável de novos empregos, dos anos 40 aos anos 50, diante da deterioração dos tradicionais meios de ascensão social, descortinou a possibilidade de ascensão social através da educação. Então, houve uma pressão social das classes médias por educação, mas o sistema educacional era incapaz de oferecer os recursos humanos que demandava a expansão econômica¹²³. As elites políticas e econômicas, que discutiam no Congresso Nacional, no período de 1947 a 1961, o denominado Projeto Clemente Mariani, que resultou na Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Lei 4.024/1961, ao fazerem a polarização ensino público versus ensino privado, desfocaram-se da educação como fator de desenvolvimento econômico e social, por isso a LDB chegou defasada diante da crise. Tendo em vista, que a realidade da educação brasileira entre 1960 e 1968 era a seguinte:

O único nível privilegiado do sistema escolar foi o nível médio. O primário sofreu uma queda acentuada no seu ritmo de crescimento, mas o ingresso nos cursos superiores foi o aspecto mais crítico do problema. Enquanto de 1960 a 1964, a porcentagem de inscritos aos exames vestibulares crescia em 50%, o número de vagas oferecidas crescia praticamente em 64%, num saldo, portanto, positivo de crescimento destas em relação àquela. Todavia, a situação não só se inverteu no período seguinte [1964 a 1968], como se agravou profundamente, pois, a um crescimento [de procura] de 120%, respondeu a oferta, com um crescimento de apenas 52%, porcentagem esta que representou um decréscimo de 11,14% no ritmo da oferta em relação ao período anterior¹²⁴.

Isso é o que se configurou como crise estudantil, pois os alunos tinham a pontuação necessária, mas não havia vagas nas faculdades¹²⁵. Então, a

¹²³ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 205-6.

¹²⁴ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 207.

¹²⁵ VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 309.

consequência imediata foi contestação do sistema educacional por estudantes seguidos de professores nas principais cidades em favor de mais vagas no nível médio e nas universidades. Mas o sistema econômico também pressionava por recursos humanos. Deste modo, perante a crise o governo executou duas ações: a) transformou o Estado em captador de recursos, inclusive editando a Lei 4.440/1964 que instituiu o salário-educação,¹²⁶ inicialmente como fonte de renda para o ensino primário e depois para todos os níveis; b) decretou uma nova reorganização do ensino superior, que era muito oneroso, no sentido de racionalizar seu funcionamento para poupar recursos e gerar mais vagas, inclusive extinguindo a cátedra, através do Decreto-Lei nº 53 (18/11/1966), criando o sistema departamental e reestruturando a representação estudantil,¹²⁷ pelo Decreto-Lei 252 (28/02/1967)¹²⁸. Porém, é importante lembrar que esse movimento por reforma no ensino superior não ocorre por acaso, pois a crise naquele momento não era só no Brasil, mas nos ambientes intelectualizados do mundo todo, em particular nas universidades, inclusive na França, cujo ponto alto foi maio de 1968.

Nesse sentido, visando apresentar uma solução para a crise estudantil, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) contou com contribuições de seminários e *fóruns* realizados pelo IPES¹²⁹ e com os estudos provindos do Relatório Atcon¹³⁰(1965), sobre impasses, necessidades e reestruturação da universidade brasileira¹³¹; além do Relatório Meira Matos (1966), que diagnosticou todo o ensino superior e as possíveis causas da crise¹³². Assim o projeto da Reforma Universitária (1968) pode apresentar “a forma da universidade brasileira,

¹²⁶ Foi instituído em 1964 e era calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas públicas e privadas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e era arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda.

¹²⁷ Eliminando a antiga estrutura da UNE e criando uma nova e determinando:

“Art. 11: É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propagando de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do DA ou do DCE”. (ROMANELLI, 2000, p. 218).

¹²⁸ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 216-218.

¹²⁹ RAMÍREZ, 2005, *op. cit.* pp. 185-273. IPÊS era uma instituição da sociedade civil, integrada por intelectuais, empresários e militares, que articulou as condições subjetivas para a deposição do Governo João Goulart e contribuiu para a consolidação da “Revolução” no imaginário social utilizando todos os meios possíveis.

¹³⁰ “Essa comissão, constituída nos termos de um convênio entre o MEC e a USAID, se compunha de cinco americanos e dois brasileiros”. FREITAG, 1980, p. 83.

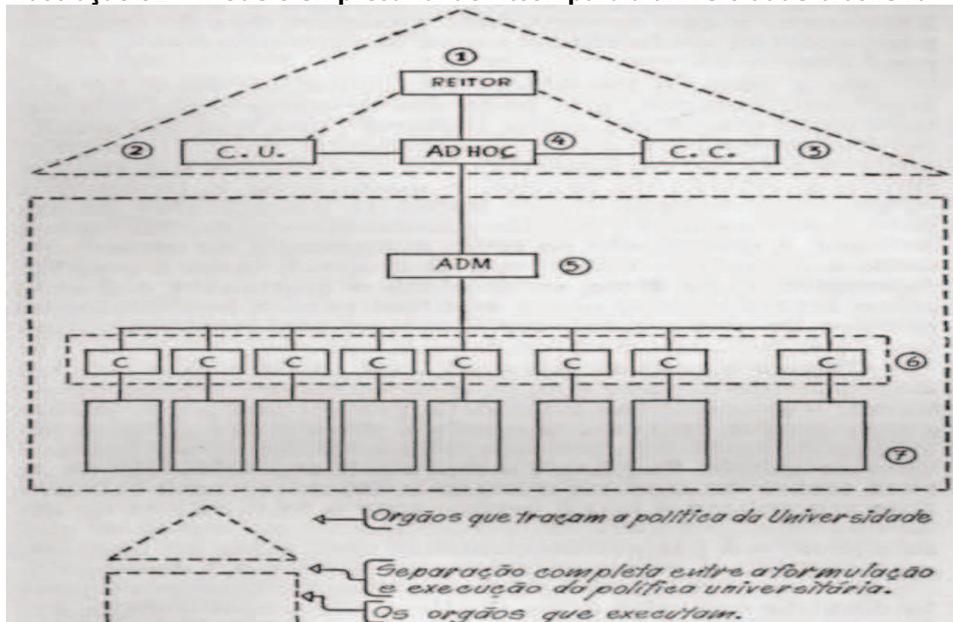
¹³¹ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 83.

¹³² ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 219; GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 117.

visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País¹³³, na visão dos militares.

Os princípios gerais para a organização universitária brasileira, proposta no Relatório Rudolph P. Atcon, que era membro da USAID¹³⁴, publicado pelo MEC em 1966, consistia em: máxima integração economia; atendimento às demandas da sociedade; melhor qualidade e mais quantidade; departamentalização e fim da cátedra; professores de tempo integral; ampliar e diversificar os cursos profissionais; unidades de estudos básicos; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras¹³⁵.

Ilustração 01 – Modelo empresarial de Atcon para a universidade brasileira



Fonte: ATCON, 1966, p. 83.

- a) 1 preside 2 e 3 e tem responsabilidade executiva.
- b) 2 Conselho Universitário — tratando de assuntos de política universitária.
- c) 3 Conselho de Curadores — tratando de assuntos financeiros.
- d) Nenhum membro de 2 deve ser membro de 3.
- e) 4 Comissões "ad hoc" para resolver divergências entre 2 e 3 e sempre presididas por 1.
- f) 5 Administrador — cargo de confiança de 1, preside 6.
- g) 6 Conselho de Chefes de Unidades Administrativas.

¹³³ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 222.

¹³⁴ United States Agency for International Development - USAID. GHIRALDELLI JR., 2006, *op. cit.* p. 116.

¹³⁵ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 212.

h) 7 Unidades Administrativas em número variável para cada universidade¹³⁶.

Portanto, esse era o modelo empresarial de organização da universidade brasileira proposto por Atcon e acatado pelo governo. Então, diante dos protestos dos estudantes, acirrados pelos acordos MEC-USAID, como forma de apaziguar os ânimos¹³⁷, o Relatório da Comissão Meira Matos¹³⁸ propôs as seguintes medidas: atendimento da demanda conforme o crescimento populacional e adequação de cursos e currículo às exigências do desenvolvimento nacional; cobrança de anuidades; menos tempo em cursos de formação profissional, criando os cursos de curta duração; sistema de crédito e matrícula por disciplina; vestibular unificado e classificatório; ciclo básico para todos os cursos; cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado¹³⁹. Enfim, o GT da Reforma Universitária apresentou um projeto de lei após três meses de trabalho, o qual foi apreciado, aprovado e promulgado em menos de dois meses como Lei 5.540/68, propondo se mover em torno dos princípios contraditórios da racionalização da estrutura e dos recursos e da democratização do ensino.

A lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário americano¹⁴⁰. Estrutura o ensino em básico e profissional com dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado – (Art. 17, b); adota o sistema de créditos, ou seja, de matrícula por matéria e propõe a avaliação em vez de notas por menções. Estas como outras inovações já introduzidas no modelo de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília – dissolução da cátedra (Art. 33 § 1º) e departamentalização (Art. 11), implementação de cursos de pequena duração (Art. 23, §1º), adoção de formas jurídicas múltiplas (Art. 4) – são agora generalizadas para todas as universidades brasileiras. Mantêm-se a unidade de ensino e pesquisa (Art. 2) e a obrigatoriedade de frequência do ensino para professores e alunos (Art. 29)¹⁴¹.

¹³⁶ ATCON, 1966, *op. cit.* p. 82.

¹³⁷ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 196.

¹³⁸ “A Comissão Meira Matos teve assim uma dupla função: a) atuar como interventora nos focos de agitação estudantil e b) estudar a crise em si, para propor medidas de reforma. Sob este aspecto, o relatório que apresentou nada mais fez do que reforçar as propostas surgidas com os Acordos MEC-USAID...” ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 197.

¹³⁹ *Ibid.* p. 221.

¹⁴⁰ Os americanos estavam estendendo seus modelos de ensino para vários países, em especial nos cursos de economia, etc. Por exemplo, a Universidade de Chicago influia diretamente, a começar pelo Chile em 1955-56.

¹⁴¹ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 84-5; Cf.: RIBEIRO, 2000, *op. cit.* p. 193; MINTO, 2006, *op. cit.* p. 89; CUNHA, 2007c, *op. cit.* p. 22-25.

As modificações substanciais consagradas pela Reforma Universitária através da Lei 5.540/68, em síntese, foram: departamentalização, matrícula por disciplina, curso básico e institucionalização da pós-graduação¹⁴², porém nada do que foi proclamado se apresentava como novidade, pois sucessivas leis e decretos-leis já haviam determinado as modificações, como por exemplo, a organização departamental estava determinada no Decreto-Lei 53/66 e no 252/67.

Três componentes estruturais da universidade foram consagradas na Reforma Universitária ou Lei 5.540/1968: organização, em que define a universidade como lugar preferencial do ensino superior e o Departamento como o órgão que congregará disciplinas afins; administração, cujo reitor é o executivo e os administradores são o órgão central da coordenação do ensino e da pesquisa, junto com o Conselho de Curadores; Cursos, de graduação e pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, que são promovidos pelas unidades departamentais¹⁴³.

Aliás, a defasagem entre educação e desenvolvimento desde o início da hegemonia industrial e conseqüente êxodo rural, após a proclamação da república, apresentou-se como um problema reclamado por todos, inclusive no projeto da Lei 4.024/61, porém não foi enfrentado. E nisso os militares no poder responderam positivamente na intenção, porém não na realização, pois como o desenvolvimento continuou reflexo e dependente, a educação continuou defasada.

Apesar de em 1972, segundo pesquisa do MEC, ter sido oferecido apenas uma vaga para cada dois candidatos inscritos no vestibular, comparando-se a quantidade de vagas oferecidas em 1968 com as de 1972, verifica-se crescimento da ordem de mais de 300%, no entanto, o crescimento da matrícula no ensino particular foi da ordem de 410% e a de ensino público só de 210%. Logo, esse crescimento das matrículas na rede particular se deu por falta de vontade do governo em resolver a crise através da ampliação da rede oficial, permitindo à iniciativa privada participar da solução¹⁴⁴, ao financiar empresários e oferecer a estudantes um crédito educativo.

¹⁴² RIBEIRO, 2000, *op. cit.* p. 193.

¹⁴³ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 228-9,

¹⁴⁴ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 112-3.

Não resta dúvida de que uma profunda revolução no ensino estava e está sendo proposta por tal política de educação. Pode-se questionar o modelo econômico, assim como o modelo educacional proposto por ele. O que, porém, não se pode negar é que, pela primeira vez, desde que se iniciou aquilo que muitos chamam de Revolução Brasileira, o Estado se impôs a tarefa de organizar a educação com base em sua política de desenvolvimento econômico¹⁴⁵.

O que nos falta saber agora é qual a extensão real dessas modificações e, também, em que grau elas contribuíram para criar as mudanças reais reivindicadas, já há algum tempo, pela sociedade (...) "... processaram-se as mudanças sem que estas tivessem ajudado a criar condições para a formação de um padrão intelectual mais autêntico, mais autônomo¹⁴⁶.

O resultado desejado em relação à Lei 5.540/68, em termos de "padrão intelectual mais autêntico, mais autônomo", quase dez anos após sua publicação¹⁴⁷, bem que já poderia apresentar algum indicador, mas como estava em plena vigência do regime militar, poucas pessoas ousavam ultrapassar os limites impostos pelo Decreto-Lei 477/69, que impunha uma mordaca a toda e qualquer pessoa que ousasse protestar contra o regime, sob pena de cassação de direitos presentes e futuros. Mas, a certa distância no tempo, já adentrando o novo milênio, estudiosos tem apreciado a Reforma Universitária de 1968 e falam de algum bem que a mesma propiciou.

2.1.3.4 O legado da Reforma Universitária

O legado, enquanto algo deixado por pessoa ou instituição, pode ser algo de positivo ou negativo, bônus ou ônus. Como regime militar ficou no imaginário da maioria das pessoas como algo ruim, a inevitável pergunta é: o que deixou de positivo o regime militar implantado no Brasil em 1964? Dermeval Saviani faz referência a ônus e bônus:

Vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente

¹⁴⁵ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 223.

¹⁴⁶ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 230.

¹⁴⁷ Otaíza de Oliveira Romanelli defendeu sua tese em 1976, oito anos após a publicação da Lei 5.540.

da implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária europeia¹⁴⁸.

Como já foi afirmado, a Reforma Universitária assimilou parte das demandas e reivindicações do movimento estudantil e de parcela dos professores, bem como experiências inovadoras da UnB. E é indiscutível como positiva a implantação da pós-graduação, mesmo com limitações¹⁴⁹.

[...] apesar dos golpes desferidos na educação pelo Regime Militar, a reforma universitária contém, sem dúvida, elementos de renovação, sobretudo na pós-graduação. Ao mesmo tempo que o estado exercia o mais severo controle político-ideológico da educação, possibilitava, contraditoriamente, o exercício da crítica social e política, não somente ao regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário. Estamos nos referindo, evidentemente, à pós-graduação em Ciências Humanas. Por sua vez, isso revela que o aspecto restaurador [da ordem] não elimina a possibilidade de ocorrerem mudanças efetivas, que se tornam matrizes de novas modificações, segundo Gramsci (1977: 767)¹⁵⁰.

Parte do que a Lei 5.540/68 determinou já constituía um desejo de Reforma Universitária que não aconteceu com a Lei 4.024/61 porque as elites políticas e intelectuais conservadoras não estavam preocupadas em democratizar a educação, principalmente o ensino superior neste país; o que não aconteceu com a implantação da UnB, porque as mesmas elites abortaram a iniciativa. Então, como o sistema capitalista funciona independentemente da vontade de algumas elites, o governo civil-militar, a serviço do capital internacional, retirou os princípios filosóficos, humanistas e democratizantes que vitalizavam a Reforma Universitária, e impôs esta à força, para que setores propugnadores de uma universidade autônoma não se reconhecessem como autores de parte da referida, tal foi a desfiguração provocada. Então, o que se observou foi uma dificuldade por parte da esquerda educacional de reconhecer alguns méritos decorrentes das ações dos militares, por força da imposição e da repressão sofridas.

Portanto, enquanto conceito básico de organização, em vista da facilitação de supervisão, coordenação e controle de docente e de sua respectiva produção

¹⁴⁸ SAVIANI, 2008, *op. cit.*

¹⁴⁹ GERMANO, 2000, *op. cit.* p. 145.

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 148.

intelectual, “A departamentalização criou, como queriam os técnicos da USAID, a mentalidade empresarial dentro das escolas”¹⁵¹. Mas possivelmente o escritor esteja fazendo um juízo desconhecendo que o departamento, como menor unidade administrativa da universidade, foi defendido por Darcy Ribeiro¹⁵² para a UnB, em substituição à cátedra vitalícia, o qual foi saudado positivamente por todos os intelectuais progressistas.

Quanto à pós-graduação, Dermeval Saviani afirma:

Embora implantada segundo o espírito do projeto militar do “Brasil grande” e da modernização integradora do país ao capitalismo de mercado, a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica. No caso da educação, contribuiu de forma importante para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, gerando estudos consistentes a contrapelo da orientação dominante alimentou um movimento emergente de propostas pedagógicas contra hegemônicas¹⁵³.

Pode-se afirmar que um legado que se opõe ao bom senso¹⁵⁴, deixado pela Ditadura Civil-Militar, que provoca sempre a indignação de agentes engajados na luta em favor da democratização da instrução pública, foi a tendência à privatização do ensino público, isto é, do fim da “gratuidade”, e em particular da educação superior¹⁵⁵. E contra isso Bárbara Freitag refletiu:

Com a separação entre rede oficial e particular, reintroduziu-se a dualidade do antigo sistema educacional, que oferecia uma via para os filhos dos ricos e outra para os filhos dos pobres. Com auxílio do ensino particular se realiza novamente o esquema antigo da reprodução das relações de classe, de uma forma bastante *sui generis*¹⁵⁶.

E para a questão colocada por Otaíza Oliveira Romanelli: “... por que o Governo resolveu promover a Reforma Universitária, quando era ela reivindicação

¹⁵¹ GHIRALDELLI JR., 2006, *op. cit.* p. 118-9.

¹⁵² RIBEIRO, 1982, *op. cit.*

¹⁵³ SAVIANI, 2008, *op. cit.*

¹⁵⁴ Porque contribuiu para sedimentar a ideia de que o público é desnecessário ou o “gratuito” não é de direito; é injusto, pois numa república, um cidadão, seletivamente, pagar duas vezes por um serviço público que ele já pagou republicaneamente ao serem recolhidos impostos.

¹⁵⁵ MINTO, 2006, *op. cit.*

¹⁵⁶ FREITAG, 1980, *op. cit.* p. 115.

da ala mais contestada da sociedade brasileira na época”, Florestan Fernandes respondeu:

[...] percebeu que ‘a extinção do antigo padrão de escola superior não ameaçava o status quo.

Assim, pois, a modernização da universidade ocorreu menos por pressão da rebelião estudantil do que pela descoberta de que a inovação poderá ser manipulada sem ameaça à estrutura de poder...

[...] Assim, pois, o Governo não só cedeu às pressões, como também assumiu a responsabilidade da inovação. E foi esse fato que deu sentido ao “expurgo” dos aspectos político-ideológicos¹⁵⁷.

Mas quanto à interrogação inicial sobre quais agentes se deveria creditar os bônus da reforma universitária brasileira de 1968, Rodrigo Patto Sá Mota, a uma distância temporal de 46 anos do acontecimento, fez a seguinte avaliação:

A Lei 5.540, portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças dispare, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos. Combinando em graus diversos negociação, cooptação e imposição à força, o comando militar apostou em medidas modernizadoras necessárias a seu projeto econômico e úteis para reduzir a oposição nos meios universitários. Os estudantes foram o grupo com menor acesso às instâncias decisórias, e sua proposta de universidade popular e crítica certamente foi derrotada. Não obstante, de maneira paradoxal, o movimento estudantil teve influência apreciável no processo, exercendo uma espécie de “poder de veto” implícito. Assim, por temor dos protestos, parte dos acordos com a Usaid (*sic*) foi bloqueada, assim como a cobrança de mensalidades. Sobretudo, a pressão estudantil serviu de estímulo político para que a arrastada discussão sobre reformas no ensino superior saísse dos planos e se tornasse realidade¹⁵⁸.

A assertiva acima, em se comparando com aquelas que analisavam a Reforma Universitária de 1968 no calor dos acontecimentos, como uma ação que provocava indignação, porque negava todos os avanços projetados nas discussões anteriores ao golpe civil-militar, remete ao conceito de história como a experiência

¹⁵⁷ ROMANELLI, 2000, *op. cit.* p. 229 e 231.

¹⁵⁸ SÁ MOTTA, 2014, *op. cit.* p. 108.

humana no tempo¹⁵⁹, a qual é ressignificada sucessivamente pelos agentes históricos no tempo e no espaço. Por isso faz brotar a compreensão de que não há uma história no singular, mas histórias, não por arbítrio do historiador, porém, por força da luz que a distância temporal inexoravelmente, faz incidir sobre o fenômeno histórico. Assim, bandeiras da oposição são apropriadas pela situação e desta são apropriadas por aquela, por força das reflexões feitas sobre as experiências a partir dos questionamentos lançados pelo presente sobre o passado.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo por contexto nacional de gestação e nascimento a Ditadura Civil-Militar, iniciada em 31 de março de 1964 e terminada em 15 de março de 1985, é tributária da Lei 5.540, da Reforma Universitária de 1968, pois em toda a sua pretensão de desenvolver o ensino superior, desde os estágios de escolas superiores, faculdades e de federação de escolas, e como universidade, foi concebida e estruturada nesse espírito. Portanto, desde o seu início já conheceu a organização departamental, o sistema de créditos por disciplinas, o ciclo de estudos básicos, o vestibular unificado e classificatório, além do controle sobre a representação estudantil nos seus colegiados, bem como a tendência à cobrança de mensalidade no ensino público¹⁶⁰.

2.2 Lentas para além do senso comum

Foram tomados como base teórica para a construção do objeto da pesquisa: a) o pensamento universitário latino-americano em sua relação com o pensamento latino-americano; b) conceitos pertinentes ao discurso historiográfico, consagrados pelos teóricos do campo da história, entre os quais o de patrimônio, o de história e o de memória; c) e outros construídos por Pierre Bourdieu, tais como capital cultural, capital simbólico, poder simbólico, campo; por Norbert Elias, estabelecidos e outsiders; por Peter Berger, construção social da realidade; e por Robert Michels, oligarquia das organizações.

¹⁵⁹ BLOCH, 2001, p. 55.

¹⁶⁰ Lei 5.540/68, art. 38. § 2º Os regimentos elaborados pelos diretórios serão submetidos à aprovação da instância universitária ou escolar competente. §3º O diretório cuja ação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído, será passível das sanções previstas nos estatutos ou regimentos.”

2.2.1 O pensamento universitário latino-americano

Tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, no passado e no presente, a universidade tem sofrido duras críticas, sendo avaliada como defasada e inoperante, principalmente quanto ao *locus* apropriado à produção de conhecimento para resolver os problemas fundamentais da sociedade. E nessa perspectiva foram empreendidas sucessivas reformas universitárias em países da América Latina no século XX, a exemplo da Reforma Universitária de 1968, aqui no Brasil, refletida atrás. Ressalta-se também que no processo de consecução dessas reformas foi considerado como de fundamental importância reflexões sobre os modelos existentes, em seus devidos contextos, para, com base nas experiências, construir um paradigma próprio de universidade, considerando o contexto de implantação.

Mas as muitas universidades latino-americanas estabelecidas em quase todas as então colônias espanholas, do século XVI ao XVIII, foram replicação da universidade da Espanha¹⁶¹. E foi contra essa universidade, com características medievais, com algumas alterações sofridas a partir das independências nacionais, que se rebelaram os estudantes da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, ao lançar o “Manifesto Liminar de la Reforma Universitaria del 21 de Junio de 1918”, o qual é iniciado assim:

La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica.

Hombres de una República libre, acabamos de romper la última cadena que, em pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país con una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana¹⁶².

¹⁶¹ O Brasil não é referido porque, enquanto colônia portuguesa, só teve sua primeira universidade em 1920.

¹⁶² MANIFESTO LIMINAR [de Córdoba] de la Reforma Universitaria del 21 de junio de 1918. Disponível em: <<http://www.fder.edu.uy/archivo/documentos/manifiesto-reforma-universitaria.pdf>> Acesso em: 18.03.2015.

Darcy Ribeiro disse que “a principal força renovadora da Universidade latinoamericana foi a reforma iniciada em Córdoba em 1918”¹⁶³, cujo protagonismo do movimento coube à classe média emergente, que desejava uma abertura da universidade para a sociedade, pois a universidade era controlada por uma velha oligarquia e pelo clero, haja vista que “la Universidad aparecía ante los ojos de la nueva clase como el instrumento capaz de permitirle su ascenso político y social. De ahí que el movimiento propugnara por derribar los muros anacrónicos que hacían de la universidad un coto cerrado de las capas superiores”¹⁶⁴. Portanto a “Reforma de Córdoba” foi um marco na história da universidade na América Latina, pois a evocação da mesma é imprescindível à compreensão das reformas universitárias realizadas no Peru, em Cuba, no Uruguai, no Chile, no México e outros, por isso, estará presente em todo e qualquer debate que tenha por objetivo a democratização da universidade com base nos seguintes princípios:

a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; e) docência livre; f) assistência livre; g) gratuidade do ensino; h) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; i) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso j) extensão universitária; k) integração e unidade latino-americana¹⁶⁵.

Eduardo Devés Valdés oportunizou uma ligação entre o pensamento latino-americano e a universidade ao afirmar que aquele é constituído de permanências e mudanças, e que a mudança se dá nas ideias como tais, nas dimensões da institucionalidade “... en la que se enmarcan o generan las ideas (universidades, sociedades, redes intelectuales)...”¹⁶⁶. Exemplifica isso o fato de que José Vasconcelos,¹⁶⁷ líder intelectual latino-americano de grande prestígio na segunda e

¹⁶³ RIBEIRO, 1982, *op. cit.* p. 122.

¹⁶⁴ BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *La universidad latinoamericana ante los retos del siglo XXI*. México, DF: JLSG, 2003, p. 63. Digitalizado pela Fundação Enrique Bolaños. Disponível na WEB. Acesso em: 20.06.2015.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>> Acesso em: 05.04.2015.

¹⁶⁶ DEVÉS VALDÉS, 2000, *op. cit.* p. 21.

¹⁶⁷ José Vasconcelos Calderón (1882-1959). México. En 1907 se graduó con una tesis sobre teoría Dinámica del Derecho. De 1905 a 1908, Vasconcelos destaca como abogado, primero al servicio gubernamental. Participa como Secretario de Instrucción pública y Bellas Artes durante el breve lapso de 1914 a 1915. Vasconcelos se exilia y hace una brillante gira como conferencista en universidades norteamericanas, durante el mismo lapso, dictó en la Universidad de San Marcos en Lima, una célebre conferencia bajo el rubro de “El movimiento

terceira década do século XX, possivelmente tenha influenciado no acontecimento que desencadeou a Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, uma vez que o mesmo, já em 1916, havia realizado conferências no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile: “ésta fue una época de mucha vitalidad, expresada en la Reforma de Córdoba y en su irradiación continental, Vasconcelos, en cierto modo, ‘surfea’ sobre esa ola que iniciándose en Córdoba se expandió por el continente”¹⁶⁸.

Há evidências de que o Manifesto de Córdoba sofreu influência do pensamento latino-americano anterior e cujas teses principais – 1) Intervenção dos estudantes na direção da universidade; 2) Renovação dos métodos pedagógicos; 3) Reforma do sistema docente – circularam por toda a América Latina em perspectiva de uma universidade própria, apontando para a formação de uma identidade latino-americana. Por exemplo, no Peru, pátria de Mariátegui, a Reforma de Córdoba repercutiu em maio de 1919, entusiasmando toda a população estudantil da Universidade de São Marcos, da Universidade de Cuzco, da Universidade de Lima, a Universidade de Trujillo; e na Universidade de Cuzco houve receptividade da parte do corpo docente e administrativo. Nas demais houve uma aceitação inicial, mas depois houve retrocesso, seja pela mentalidade conservadora de docentes e discentes e autoridades, seja por falta de clareza dos objetivos e da persistência dos estudantes. E sobre a crise que sofreu o movimento universitário depois de 1919, até 1927, expressou-se Mariátegui:

A juventude não está totalmente isenta de responsabilidade. Suas próprias insurreições nos ensinam que é, em sua maioria, uma juventude que age a partir de frágeis contágios de entusiasmo. Este, na verdade, é um defeito de que sempre se acusou o hispano-americano. Vasconcelos, num artigo recente, escreve: “O principal defeito de nossa raça é a inconsistência. Incapazes de persistir no esforço, não podemos por isso mesmo desenvolver um plano nem levar adiante um propósito. E, mais adiante, agrega: No geral é preciso desconfiar dos entusiasmos. Entusiastas é um adjetivo ao qual devemos mais danos que a todo o resto do vocabulário dos qualificativos. Com o nobre vocábulo entusiasmo acostumaram a encobrir nosso defeito nacional: bons para começar e para prometer; péssimos para terminar e cumprir”¹⁶⁹.

intelectual contemporâneo de México”. Disponível em: <http://biblio.unam.mx:8050/index.php/la-biblioteca/7-historia-de-la-biblioteca> Acesso em: 14/01/2018.

¹⁶⁸ DEVÉS VALDÉS, 2000, op. cit. p. 167.

¹⁶⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Seis ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular; Ciaco, 2008, p. 148.

É necessário ressaltar que o “Manifesto de Córdoba” não surgiu ao acaso em 1919, mas refletia um pensamento latino-americano, ou produzido a partir da universidade e/ou influenciando a universidade, o qual efervescia na América espanhola desde o processo de independência, seja na perspectiva identitária, seja na perspectiva modernizadora. Nesse sentido, ressalte-se o que o professor Hernán Ramírez, tematizando a relevância da Universidade de Córdoba (1778-1820), no processo de reprodução da elite da classe dominante, disse em sua tese de licenciatura em História:

Y si bien a la Universidad de Córdoba en el plano institucional no le cupo un papel destacado en la Revolución de Mayo y en el proceso de Independencia como lo señaló Ceferino Garzón Maceda, ésta formó y aglutinó intelectuales y políticos de destacada actuación en esos sucesos¹⁷⁰.

Embora a universidade ainda não produzisse um genuíno pensamento latino-americano que espelhasse a realidade e as aspirações do povo¹⁷¹, ficou claro que a ação dos agentes sociais já evidenciava uma postura latino-americana que, de uma forma ou outra, teria recebido um contributo da universidade, uma vez que a maioria dos mesmos, seja de correntes à direita ou à esquerda, era egressa das universidades, segundo a biografia dos principais autores.

No início do século XX, tendo por pivô o Manifesto de Córdoba, houve toda uma movimentação em torno da reforma da universidade na América Latina, na tentativa de modernizá-la, onde o elemento que mais se evidenciava era a autonomia e a renovação dos métodos de ensino. Nessa época, o Brasil não esteve presente na discussão, pois ainda não havia a universidade brasileira, mas apenas ensino superior em instituições isoladas. É que a universidade só passa a pontuar na pauta do governo federal em 1920, quando foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro, que na prática mais parecia uma federação de escolas superiores. Mas,

¹⁷⁰ RAMÍREZ, Hernán. *La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la elite em el período colonial y principios del independiente*. Córdoba, AG: Ferreyra Editor, 2002, p. 105.

¹⁷¹ Segundo Hernán Ramiro Ramírez, Córdoba, nessa época Córdoba e sua universidade estavam muito divididas, entre um pensamento conservador, clerical, de outro mais reformista, modernizador. E houve vários intentos de reforma, os jesuítas tiveram uma abortada, depois em 1808 e finalmente em 1918.

segundo Carlos Tünnermann Bernheim¹⁷² (1998), pronunciamentos dos meios universitários brasileiros surgiram em 1928 incorporando o Movimento reformista de Córdoba.

Tanto a criação da Universidade de São Paulo (1934) quanto na criação da Universidade do Distrito Federal (1935) perseguiram o pensamento modernizador, europeizante e não latino-americano, haja vista que para ambas funcionarem houve a contratação de missões estrangeiras europeias, decorrendo daí que os professores lecionavam em seus idiomas de origem, o que obrigava o aluno aprender francês, italiano, alemão, inglês para poder interagir nas aulas. Possivelmente essa circunstância tenha contribuído para o cultivo do acentuado “complexo de próspero” que tem padecido uma parte das elites brasileiras, mas foram das turmas de egressos das décadas de quarenta e cinquenta que surgiram também pensadores com perspectiva identitária latino-americana, a exemplo de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro.

Ressalte-se que em 1937, quando da realização do 1º Congresso Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, na Casa do Estudante do Brasil, a historiografia registra que os princípios básicos da Reforma de Córdoba foram evocados na perspectiva de inovar a nascente universidade brasileira, como que integrando a mesma no contexto latino-americano, tendo a autonomia como principal reivindicação. Também no debate em torno da reforma da universidade brasileira, na década de 1960, os eixos do Manifesto de Córdoba mais uma vez se fizeram presentes. E no contexto dessa discussão da reforma universitária, em pleno período da ditadura civil-militar no Brasil, Anísio Teixeira¹⁷³ disse:

¹⁷² Carlos Tünnermann Bernheim nasceu em Managua, Nicarágua (10.05.1933). Bacharel em Ciências e Literatura. Doutor em Direito. Assessor do Programa UNESCO-PNUD na Colômbia, em 1975. Ministro da Educação da Nicarágua. Conselheiro da UNESCO. Presidente do Conselho Centro-Americano de Acreditação do Ensino Superior (CCA). Membro do Comitê Científico p/a América Latina e o Caribe do UNESCO. Livros sobre o ensino superior: A reforma universitária de Córdoba (1978); Pesquisa na Universidade Latino-Americana (1976); Pensamento da Universidade da América Central (1980); Ensaio sobre a Universidade Latino-Americana (1981). Estudos sobre a Teoria da Universidade (1983); Situação e perspectivas do Ensino Superior na América Latina (1996); Educação superior no limiar do século XXI (1996); Abordagem histórica da Universidade e seus problemas atuais (1997); Desafios para Educadores e Ensino Superior (1998); Desafios do professor universitário antes do século XXI (2000); Mudança e transformação da universidade (2003), em coautoria com Marilena de Souza Chauí. Disponível em: <http://www.congresoretosyexpectativas.udg.mx/Congreso%206/Conferencias%20Magistrales/Mesa4/cvcarlos.pdf>. Acesso em: 15.05.2015.

¹⁷³ Anísio Spínola Teixeira (1900—1971), brasileiro, jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro. Nas décadas de 1920 e 1930, difundiu o movimento da Escola Nova e foi quem liderou a formulação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, divulgado em 1932. Fundou a Universidade do Distrito Federal, em

A reforma universitária na América Latina, que tanto relevo deu à conquista da autonomia, refletiu a convicção de que essa autonomia era indispensável para conduzir a transformação da universidade tradicional na universidade moderna, devotada à produção do conhecimento e não apenas à transmissão da cultura existente.

.....
 Se a missão da universidade é contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, o exemplo de sua organização e de seu método de trabalho, autônomos e responsáveis, será a sua grande contribuição à reconstrução democrática dessa mesma sociedade. A autonomia da universidade é assim, repetimos, a própria condição para a eficácia do seu esforço, e, além disso, a oportunidade para se fazer uma escola de prática de autogoverno que é a própria essência da democracia¹⁷⁴.

Tal como assinalou Anísio Teixeira, a categoria da autonomia tem implicação direta com a universidade e com a sociedade, pois a autonomia da universidade é suporte fundamental para a autonomia da sociedade e a autonomia desta garante a autonomia daquela. Portanto, a autonomia universitária foi, nos períodos de instabilidade constitucional das nações latino-americanas, considerada elemento central reivindicado dos governos como garantia isenta da produção e difusão do conhecimento.

Darcy Ribeiro¹⁷⁵ formulou, no final da década de sessenta, do século passado, duas indagações pertinentes que, naquele tempo e hoje, tem relação com a autonomia universitária: 1) “Pode a universidade vincular-se mais intimamente à nação, fazendo com que esta não cumpra funções conservadoras e, ao contrário,

1935, depois transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Com Darcy Ribeiro projetaram e implantaram a Universidade de Brasília, como modelo para a reforma da universidade brasileira. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf> > Acesso em: 14.01.2018.

¹⁷⁴ TEIXEIRA, Anísio. Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.105, jan./mar. 1967. p.55-67. Disponível em: < <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/> > Acesso em: 20.02.2015 (TEIXEIRA, 1967).

¹⁷⁵ Darcy Ribeiro (1922 – 1997), brasileiro, antropólogo pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1946. Dedicou-se inicialmente ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia (1946-1956). Com Anísio Teixeira empreendeu a criação da Universidade de Brasília, fundada em 1961, tendo sido seu primeiro reitor. Redigiu o projeto do Parque Indígena do Xingu, criado em 1961. Idealizou a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Sua bibliografia é vasta. No governo de João Goulart foi Ministro da Educação (1962-1963) e Chefe da Casa Civil (1963-1964). Foi cassado pela ditadura civil-militar e exilado no Uruguai. Foi vice-governador do Rio de Janeiro, (1983-1987) no governo de Leonel Brizola, quando criou, planejou e dirigiu a implantação dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEP). Foi senador pelo Rio de Janeiro (1991-1997). Em 1969 Publicou: A Universidade Necessária (1969) e O Povo Brasileiro (1995). Disponível em:<<http://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>> Acesso em: 14.01.2018.

atue de modo ativamente renovador?”¹⁷⁶; 2) ”Pode a Universidade converter-se em um instrumento de mudança intencional de nossas sociedades?”¹⁷⁷.

Essas questões não têm respostas tão simples quanto possam parecer, pois o papel da universidade na sociedade implica a autonomia frente aos governos e à sociedade e ao mesmo tempo compromisso com a sociedade e disponibilidade para prestar relevantes serviços para que os governos possam servir às demandas da sociedade. E mais adiante, em sua obra “A universidade necessária”, Darcy Ribeiro¹⁷⁸ evidencia que uma universidade tanto pode servir à consolidação da ordem vigente como atuar para transformá-la. Mas a universidade comprometida com o desenvolvimento autônomo da nação terá que se constituir como utopia, como projeto, como ideia no discurso e na prática dos sujeitos históricos, pois exige compromisso e não se trata de simplesmente aplicar o projeto em si.

Apesar de todas as universidades trazerem em suas leis de criação, estatutos e regimentos a autonomia como cláusula pétrea, constantemente esse princípio tem sido ameaçado ao longo da história, inclusive em meio à relativa estabilidade constitucional e em meio à onda neoliberal disseminada nos países da América Latina nos anos noventa do século XX, exigindo uma dose acentuada de protagonismo das comunidades universitárias quanto a suas reformas, para evitar a imposição dos governos dependentes dos financiamentos de organismos internacionais que dão suporte à economia de mercado.

Es claro que las reformas de los noventa pusieron a las universidades en una situación defensiva frente al estado. La articulación de políticas estatales en el marco de concepciones gestadas en organismos internacionales de crédito definió los parámetros del cambio, abonado en una situación de crisis de calidad, financiamiento y legitimidad social de la educación superior. Cabe preguntarse por qué las universidades no tuvieron la capacidad de autorreforma, imponiendo los parámetros de cambio bajo la forma del consenso en la comunidad académica. Ciertamente, la dependencia financiera del estado es una condición estructural de peso para dificultar la autonomía en la fijación de la reforma¹⁷⁹.

¹⁷⁶ RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 8.

¹⁷⁷ *Ibid.* p. 21.

¹⁷⁸ RIBEIRO, 1982, *op. cit.* p. 172-177.

¹⁷⁹ VACAREZZA, Leonardo Sílvio. *Autonomía universitaria, reforma y transformación social*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 43/44. Disponível em: < <http://www.reforma.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2014/09/3Leonardo.pdf> > Acesso em: 25.04.2015.

A autonomia e seu pleno exercício também se encontram no espaço do campus que tem sido, por séculos, inviolável, e se agora não é ditada pela lei, sim, é mandatado pela história e pela tradição, o que constitui uma garantia para a dignidade dos professores e alunos no livre exercício da sua vida universitária.

Ao relacionar o pensamento e a universidade latino-americanos com a realidade da Universidade Estadual do Maranhão, pode ser predicado que a UEMA se constitui, enquanto concepção, num reflexo do modelo napoleônico ao estar visceralmente vinculada ao estado e dependente do mesmo e direcionada, desde as escolas e faculdades isoladas, à profissionalização de mão de obra para atender à demanda das indústrias e da agropecuária, do aparelho burocrático estatal e da docência na educação básica, sem preocupação com a pesquisa. Mas a autonomia tão cara aos discentes de Córdoba está presente: na Lei 3260, que instituiu a Federação das Escolas Superiores do Maranhão, no art. 2º, outorga autonomia didático-científica e administrativa; na Lei 4.400/1981, que determina a transformação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão em Universidade Estadual do Maranhão, no art. 2º, determina sua autonomia administrativa, didático-científica, financeira e disciplinar; embora haja uma distância muito grande entre o proclamado nas leis e o realizado na prática concreta da existência da UEMA. Por isso, o ideário da autonomia da universidade desde seu nascedouro, na Idade Média, passando de Córdoba, no limiar do Século XX, tem exigido uma luta permanente.

2.2.2 Conceitos analíticos

Na reflexão histórica foram utilizados os conceitos de: *habitus*, campo, capital e reprodução de Pierre Bourdieu; construção social da realidade, de Peter Berger¹⁸⁰; e configurações universais estabelecidos e *outsiders*, de Norbert Elias¹⁸¹, expostos a seguir, por possibilitarem uma visão da realidade acadêmica para além do particular.

O *habitus*, enquanto disposição meio que orienta o sentir, o pensar e o agir dos sujeitos, podendo ser individual ou coletivo, em vista da sedimentação de ações

¹⁸⁰ BERGER.; LUCKMANN, 2013.

¹⁸¹ ELIAS, Norbert; SCOTON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

sempre condicionadas a um campo, é concebido como produto da obediência inconsciente a regras¹⁸², o qual é idealizado como:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente¹⁸³.

A UEMA, enquanto campo acadêmico se constitui em espaço social no qual os agentes atuam em lutas concorrenciais de posições para transformar e/ou reproduzir as estruturas e processos que servem de mediação de acesso ao controle de posições de poder, pois “os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas”¹⁸⁴. Melhor dizendo:

... un campo puede ser definido como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones están objetivamente definidas, en su existencia y en las determinaciones que imponen sobre sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación presente y potencial (situs) en la estructura de distribución de especies del poder (o capital) cuya posesión ordena el acceso a ventajas específicas que están en juego en el campo, así como por su relación objetiva con otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etcétera)¹⁸⁵.

Portanto, *habitus* e campo, numa perspectiva dialética, em que se juntam objetividade e subjetividade, fazem a integração de estrutura e ação, de objetividade e subjetividade em um sistema de reprodução. Então, a instituição social denominada universidade, enquanto campo, como as demais instituições escolares tem por função a reprodução e a produção da existência em sociedade pelo *habitus*:

¹⁸² BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 86-107.

¹⁸³ BOURDIEU, 1983, op. cit. p. 61.

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, loïc. *Uma invitación a la sociología reflexiva*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.2004, p. 27.

¹⁸⁵ BOURDIEU; WACQUANT, 2008, op. cit. p. 134/135.

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social)¹⁸⁶.

A partir do entendimento de que capital consiste em “riqueza ou valores disponíveis” ou “qualquer bem econômico suscetível de ser aplicado na produção” ou “qualquer riqueza capaz de dar renda e que se emprega para obter nova produção”¹⁸⁷, pode-se dizer que o objeto específico da UEMA é o capital cultural, o qual pode existir:

... no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais¹⁸⁸.

As certificações que a universidade controla e distribui em nome do Estado são percebidas como capital simbólico de maior ou menor valor na sociedade.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. [...] Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.)¹⁸⁹.

¹⁸⁶ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 107.

¹⁸⁷ FERREIRA, [1993], op. cit. p.343.

¹⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 74.

¹⁸⁹ BOURDIEU, 1996, p. 107.

Uma universidade é uma realidade social construída seguindo um modelo padrão institucionalizado há mais de um milênio, o qual sofre alterações na história, conforme as exigências do tempo e do espaço de ocorrência, mas certas características permanecem tais como o compromisso com a produção e conservação do saber, com autonomia e universalidade.

A transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade dada. Por conseguinte, os atores potenciais de ações institucionalizadas devem tomar conhecimento sistematicamente desses significados. Isto exige alguma forma de processo “educacional”. Os significados institucionais devem ser impressos poderosa e inesquecivelmente na consciência do indivíduo. Como os seres humanos são frequentemente preguiçosos e esquecidos, deve também haver procedimentos mediante os quais estes significados possam ser reimpressos e rememorizados, se necessário por meios coercitivos geralmente desagradáveis¹⁹⁰.

Mas como os atores das ações institucionalizadas são pessoas humanas, na universidade é comum a existência de disputas, tipo a figuração estabelecidos e outsiders, seja na relação entre fundadores e não fundadores, entre concursados e não concursados, entre sede e interior, entre veteranos e novatos ou entre ciências humanas e ciências exatas e naturais.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer¹⁹¹.

Dentre autores que já discorreram sobre a universidade, as principais referências usadas nesse estudo foram – no âmbito da discussão teórica – Darcy Ribeiro (1982), Luiz Eduardo W. Wanderley (2003) e Boaventura de Sousa Santos (2005); – no âmbito da historiografia da educação – Anísio Teixeira (2005), Luíz Antonio Cunha (2000; 2007a; 2007b; 2007c) e Lalo Watanabe Minto (2006).

¹⁹⁰ BERGER; LUCKMANN, 2013, op. cit. p. 95

¹⁹¹ ELIAS; SCOTON, 2000, op. cit. p. 23.

3 CAMINHOS DE ACESSO

O processo metodológico da pesquisa desenvolvido na elaboração desta tese, intitulada “De escolas isoladas e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)”, compreendeu revisão bibliográfica, pesquisa documental e história oral, enquanto métodos de pesquisa, para responder às questões norteadoras, as quais foram constituídas em objetivos a serem alcançados através da pesquisa histórica.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Fazendo uso da pesquisa bibliográfica, enquanto “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”¹⁹², foi elaborada uma revisão literária em vista da apropriação de conceitos adequados à compreensão da instituição universitária, em particular a Universidade Estadual do Maranhão, enquanto objeto de pesquisa, seguindo procedimentos da metodologia científica¹⁹³.

Na perspectiva de uma contextualização histórica, a fonte bibliográfica mais abrangente, pertinente à história do ensino superior no Brasil, do século XVI ao século XX, é de autoria de Luiz Antônio Cunha, publicada em três volumes, narrando de forma analítica a universidade brasileira no tempo e no espaço¹⁹⁴, toda ela embasada em meticulosa pesquisa documental, fazendo uso de documentos escritos oficiais e não oficiais - os mais diversos. Essa obra foi precedida por um capítulo do mesmo autor, denominado de “Ensino superior e universidade no Brasil”, publicado em obra comemorativa dos 500 anos do Brasil¹⁹⁵, no qual fez um balanço crítico sobre o desenvolvimento da universidade brasileira. Também de grande importância foi a obra de Anísio Teixeira, que trata da evolução do ensino superior brasileiro até 1969¹⁹⁶. E a obra intitulada “O Estado militar e a educação no Brasil

¹⁹² ESTEVES, ESTEVES, Alexandra. *Metodologias e técnicas de investigação em História II*. [S.l.]: Universidade Católica Portuguesa / Lab2PT, [2015]a.

¹⁹³ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

¹⁹⁴ CUNHA, 2007a, p.15; 2007b; 2007c, p. 13-22.

¹⁹⁵ CUNHA In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, op. cit.

¹⁹⁶ TEIXEIRA, 2005, op. cit.

(1964-1985)” foi de bastante valia, pois narra tangencialmente a história da educação superior no Brasil, de uma forma bastante crítica e calcada em fontes primárias¹⁹⁷. E em se tratando das reformas do ensino superior no Brasil, examinou-se a obra de Lalo Watanabe Minto¹⁹⁸.

Já sobre a história do ensino superior no estado do Maranhão, a produção bibliográfica é muito insipiente, pois há apenas uma obra de Mário Martins Meireles¹⁹⁹, feita em base documental, a qual remete aos estabelecimentos de ensino superior (Seminários de jesuítas, franciscanos e mercedários que ofertavam cursos de formação filosófica e teológica para candidatos à vida religiosa ou sacerdotal) no período colonial até 1759 e a partir de 1918 até a década de 1970. Também há duas outras referências sobre o ensino superior no Maranhão, mas tributárias do autor anterior²⁰⁰, bem como o livro “Memórias de professores: histórias da UFMA e outras histórias”²⁰¹.

Em se tratando de embasamento teórico quanto a um modelo de universidade para o Brasil, tem-se compulsado a obra “Universidade necessária”²⁰², de Darcy Ribeiro, na qual este expõe as ideias mestras estruturantes da Universidade de Brasília, fundada em 1961, cujo projeto de ideação e implantação foi compartilhado por Anísio Teixeira.

E para compreender o objeto universidade e as relações de poder nela travadas pelos seus segmentos, foram tomados como referência teórica os seguintes pensadores: Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Peter Berger & Thomas Luckmann, respectivamente, em suas obras “Os estabelecidos e os outsiders”²⁰³, “O poder simbólico”²⁰⁴ e “A construção social da realidade”²⁰⁵.

Outras fontes bibliográficas, pertinentes a falas sobre universidade também foram tomadas como necessárias para compreender o objeto de pesquisa, tais como Mota²⁰⁶, Baranow e Siqueira²⁰⁷, Salmeron²⁰⁸, Dasaulniers²⁰⁹, Nussenzveig²¹⁰,

¹⁹⁷ GERMANO, 2000, op. cit.

¹⁹⁸ MINTO, 2006, op. cit.

¹⁹⁹ MEIRELES, 1981, op. cit.

²⁰⁰ SOARES, 1984; TÁJRA, 1985, op. cit.

²⁰¹ FARIA; MONTENEGRO (Orgs.), 2005, op. cit.

²⁰² RIBEIRO, 1982, op. cit.

²⁰³ ELIAS; SCOTON, 2000, op. cit.

²⁰⁴ BOURDIEU, 2009, op. cit.

²⁰⁵ BERGER; LUCKMANN, 2013 op. cit.

²⁰⁶ MOTTA, 2014, op. cit.

²⁰⁷ BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia Dalledone (orgs.). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias (1912-2007)*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2007.

Santos²¹¹ (2004), Ramírez²¹² (2003), Meneghel²¹³, Macedo²¹⁴ (2000), Mariana²¹⁵ (2000), Marcovitch²¹⁶ (1998), Morosini²¹⁷ (1998), Catani²¹⁸ (1996), Farias²¹⁹ (1996), Pereira²²⁰ (1989), Boaventura²²¹ (1988), Cunha²²² (1987), Saviani²²³ (1985), etc. A maioria das obras citadas foram produzidas a partir de fonte documental, isto é, de documentos de primeira mão, haja vista se tratar de trabalhos acadêmicos (dissertações e teses).

A pesquisa bibliográfica é necessária no início da atividade de pesquisa em qualquer área de conhecimento. Ela faz parte daquele estágio da investigação chamado pesquisa exploratória, que possibilita ao pesquisador ter o máximo de conhecimento quanto à natureza do seu objeto de estudo, quanto aos estudos já realizados tangencialmente ao seu objeto e quanto às teorias que possam dar suporte à tentativa de explicação científica para o seu problema formulado. Mas, indubitavelmente, a pesquisa bibliográfica faz parte da investigação histórica também, pois preside todo o processo de delimitação e formulação do tema; de construção do problema científico e da hipótese ou questões norteadoras; de elaboração de objetivos e da justificativa; assim como da escolha do método científico e de suas operações lógicas. E na operação historiográfica não é diferente.

²⁰⁸ SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. 2.ed. Brasília: EdUnB, 2007.

²⁰⁹ DASAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. *Responsabilidade social & universidade*. Canoas; Porto Alegre, RS: Ed. ULBRA; EDIPUCRS, 2006.

²¹⁰ NUSSENZVEIG, H. Moisés (org.). *Repensando a universidade*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ/Copea, 2004.

²¹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

²¹² RAMÍREZ, Hernán. *La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la elite em el período colonial y principios del independiente*. Córdoba, AG: Ferreyra Editor, 2002.

²¹³ MENEGHEL, Stela Maria. *A crise da universidade moderna no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

²¹⁴ MACEDO, Gilberto de. *A universidade dialética: consciência, liberdade e saber*. Maceió, AL: EdUFAL, 2000

²¹⁵ MARIANA, serrano Zalamea. *Reforma e autonomia universitária na Universidade Nacional de Colômbia (1964-1993)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

²¹⁶ MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

²¹⁷ MOROSINI, Marília Costa (org.). *Universidade no Mercosul*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

²¹⁸ CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Universidade Na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1996.

²¹⁹ FARIAS, Manoel Severo de. *Raízes da criação da Universidade federal do Acre*. 1996. Tese (doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996.

²²⁰ PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Universidade e utopia: o pensamento de Robert Maynard Hutchins*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1989.

²²¹ BOAVENTURA, Elias. *Universidade e estado no Brasil*. 1988. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

²²² CUNHA, Célio. *A emergência de uma universidade brasileira: o resgate pela regionalização*. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1987.

²²³ SAVIANI, Dermeval. *Ensino Público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1985.

3.2 Pesquisa documental

A pesquisa na qual é utilizada a documentação como procedimento para a obtenção ou produção de dados ou informações necessárias à solução ou compreensão de um problema científico é denominada de pesquisa documental²²⁴. A documentação é a ação de documentar, organizar o conjunto de todos os registros encontrados como forma de expressão física ou virtual de informação de primeira mão que interessam à pesquisa. Mas também é o domínio da técnica ou habilidade de tirar o maior proveito possível dos documentos enquanto depositários de conhecimentos; e o documento é um suporte que guarda conhecimentos ainda não processados. Por isso...

Não existe investigação sem documentação. Para realizar o estado da arte, a pesquisa documental é um procedimento central da investigação, pois permite ao investigador: alargar o seu conhecimento teórico; situar comparativamente a problemática; conhecer resultados interessantes²²⁵.

Portanto, a documentação é necessária para se proceder qualquer investigação, mormente a pesquisa historiográfica, tão importante para que se tenha conhecimento do passado, se compreenda o presente e trace perspectivas de futuro, daí a assertiva de Marc Bloch: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente²²⁶.”

Há unanimidade no que disse Marc Bloch, no entanto, há divergência quando se trata de construir e usar os métodos e as técnicas no ofício de historiador, pois a “história tradicional” é diferente da “história problema” como é explicitado abaixo:

A fonte interpretada pelos métodos da historiografia tradicional só nos comunica aquilo que passou pela reflexão do seu criador: o cronista, o escritor, o religioso, o legislador, o escrivão e, por conseguinte, está condicionada pelas concepções e interesses desse criador. Ela já contém a interpretação dos factos que narra.

²²⁴ GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 45-47

²²⁵ ESTEVES, [2015]b), *op. cit.*

²²⁶ BLOCH, 2001, *op. cit.* p. 65.

Todavia, quando o historiador consegue ouvir o passado e também quando estuda toda uma variedade de objetos materiais, acaba por entrar num contato mais direto com a sociedade estudada e obtém fragmentos não filtrados da autêntica realidade histórica²²⁷.

A história tradicional é factual e não abre espaço para a diversidade de pontos de vista, privilegiando a descrição, o “quando” e o “como”; enquanto a nova concepção da história, inaugurada com Lucien Febvre e Marc Bloch, avança para a história problema, priorizando o por quê. Para a história problema, “o conceito de fonte liberta-se do espartilho da fonte escrita, de preferência inédita, para se alargar a tudo o que possa testemunhar a história humana, incluindo os silêncios das próprias fontes ou os fenómenos da natureza”²²⁸. Portanto, nessa concepção, “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”²²⁹, haja vista que compreende a história como a ação do homem no tempo e no espaço.

A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’²³⁰.

Trata-se de informação indireta mediada pelo temporal. “A ‘matéria’ sobre a qual o historiador trabalha é de carácter muito peculiar: restos materiais de atividades humanas, relatos escritos, relatos orais, textos de qualquer gênero, vestígios de todo tipo, documentos administrativos, etc.”²³¹. Os materiais de trabalho do historiador são as fontes, as quais já se encontram feitas, exceto quando na história presente faz uso da história oral.

A fonte não se constitui no tudo para o historiador, mesmo que o método historiográfico esteja estreitamente ligado às fontes, uma vez que a fonte não é neutra, pois precisa ser construída pelo historiador sob a perspectiva da

²²⁷ ESTEVES, [2015]a, *op. cit.*

²²⁸ *Ibid.*

²²⁹ BLOCH, 2001, *op. cit.* p. 54.

²³⁰ VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília, DF: EdUnB, 1998, p. 18.

²³¹ ARÓSTEGUI, 2006, *op. cit.* p. 94.

temporalidade, para que assim possa ser chamada fonte histórica, própria para a operação historiográfica, mediante técnicas. Nesse ponto

... o método é um conjunto de princípios sempre ligados à teoria, enquanto as técnicas, que são as que realmente devem se adaptar em cada caso à natureza do objeto de investigação, podem ser compartilhadas e são intercambiáveis entre diferentes disciplinas”²³².

A exemplo do uso do questionário, por quase todas as ciências sociais, ou a exploração do arquivo e outros tipos de fontes escritas, frequentemente por historiadores, no processo de elaboração desta tese intitulada: “De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)”, dispôs-se de fontes não escritas, escritas, oficiais e não oficiais e estatísticas. Isso porque nenhuma fonte se basta a si própria, pois todas, ao bem da verdade, têm que ser analisadas em associação outras; mas as não escritas merecem um maior cuidado, principalmente na atualidade, pois são mais vulneráveis a manipulações. Portanto, faz-se necessário “interpretá-las com prudência, compará-las entre si e com as fontes escritas disponíveis”²³³. Das fontes não escritas são distinguidos quatro conjuntos: a) objetos e vestígios materiais, b) iconografia, c) fontes orais e d) imagem e som registrados. De todas essas modalidades de fontes não escritas foram encontrados exemplares sobre a UEMA, dos quais se lançou mão nessa investigação.

Nesta pesquisa, quanto a objetos e vestígios materiais, foram encontrados instrumentos de trabalho docente, que ao longo desse tempo ficaram obsoletos, tais como episcópio, projetor de slide, retroprojetor, quadro de giz e carteiras escolares duplas; máquinas de escrever e de calcular, bem como as maquinarias das oficinas dos cursos de Mecânica, de Engenharia Civil e de Agronomia; o “trenzinho” e seus trilhos, veículos; os arquivos dos departamentos, das escolas e faculdades, da prefeitura, das pró-reitorias e da reitoria. Também se constituem num volume grande de vestígios as placas de formatura e de inauguração, bem como os prédios e monumentos comemorativos, os escudos ou brasões da UEMA e as logomarcas dos sucessivos reitores.

²³² ARÓSTEGUI, 2006, *op. cit.* p. 96.

²³³ ALBARELLO, Luc et alii. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. 2.ed. Lisboa, PT: Gradativa, 2005, p. 18.

Quanto à imagem e som registrados, há uma abundância de fotografias das mais diversas ocasiões, bem como vídeos ou pequenos filmes, tanto em poder da instituição quanto dos sujeitos que nela tiveram vida ativa ao longo dos 28 anos correspondentes ao marco temporal (1966-1994).

Mas a profusão maior desse bloco de fontes não escritas são as fontes orais não registradas, com testemunhos vivos diretos das ações que provocaram transformações na vida da UEMA, passando de um simples aglomerado de escolas superiores, depois passando a uma federação de escolas e posteriormente obtendo o estatuto de universidade, cuja trilha conheceu a intervenção dos sujeitos: alunos, professores, administrativos, dirigentes e políticos com uma multiplicidade de interesses.

Poderíamos citar aqui as tradições orais, as canções populares (muitas vezes canais de oposição política e social), os discursos, os depoimentos, as entrevistas, as declarações, os debates, as palestras, os boatos ou simplesmente o fato de se ter vivido um acontecimento²³⁴.

Tanto num caso como noutro não se pode descartar o acentuado peso das subjetividades, pois ninguém faz uma fotografia ou constrói um prédio de forma neutra, por exemplo, pois as ações dos homens na sociedade estão carregadas de intencionalidades diversas, num jogo de relações objetivas e subjetivas.

As fontes escritas são de três modalidades: os documentos oficiais (arquivos) públicos e privados; as fontes não oficiais, tipo imprensa, revistas e publicações periódicas, livros e documentos intermediários; e as fontes estatísticas (estatísticas correntes e análises estatísticas). Dessas três modalidades, nessa investigação tem-se feito um exame dos documentos oficiais e não oficiais, os quais ainda não receberam um tratamento arquivístico, e que são abundantes.

Todo o conjunto dos documentos foi submetido à crítica externa e à crítica interna, pois o historiador terá que ter sempre presente na sua consciência de que o seu ofício tem um compromisso com a verdade, mesmo sabendo que a verdade absoluta de um acontecimento é algo quase que impossível de ser atingida. Mas o historiador, não obstante os relativismos superabundantes nos tempos pós-

²³⁴ ALBARELLO et alii, 2005, *op. cit.* p. 19/20.

modernos, terá que carregar consigo, sempre, a presunção de que a verdade é possível de ser alcançada por uma criteriosa e persistente investigação científica, muito embora a verdade seja sempre uma construção do historiador na relação com suas fontes em meio a todos os condicionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais a que está exposto.

3.3 História oral

A História Oral é um misto de método, fonte e técnica, embora também seja evocada como campo científico de disputa de hegemonia acadêmica junto às agências de fomento à pesquisa historiográfica.

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados²³⁵.

Enquanto método de pesquisa a História Oral privilegia o acesso à informações diretamente das fontes testemunhais; e esse método produz fonte, que são os depoimentos, as narrativas, as quais são colhidas através da técnica de entrevista, que ficam à disposição dos estudiosos, como é o caso do banco de dados do CPDOC²³⁶ da Fundação Getúlio Vargas.

Especificamente, neste trabalho acadêmico foi usado a História Oral, enquanto abordagem, isto é, enquanto método, no processo de construção da história da UEMA, que é um campo acadêmico no qual sujeitos se embatem na disputa de espaços que lhes garantam poder. Nesse intento, objetivou-se refletir inicialmente sobre os conceitos de história, história oral, memória, fontes orais, os quais precisam ser revisitados, a fim de que o leitor possa se situar no contexto da discussão. Em seguida foi realizada a discussão sobre o uso de história oral ou de fontes orais na construção de uma história da UEMA.

²³⁵ ALBERT, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 17. Grifo do autor.

²³⁶ Centro de Pesquisa e Documentação.

A história oral é uma “metodologia histórica que trabalha com depoimentos orais, realizando entrevistas a partir das quais o historiador constrói suas análises”²³⁷. A entrevista é a técnica de obtenção dos dados que, uma vez transcrita, se constitui num documento. Portanto, a história oral é uma fonte construída pelo historiador, literalmente falando, mas não se pode descartar a ação do sujeito que fornece os dados; diferente da fonte documental, a qual é recebida pelo historiador. Por isso, há que se ter com relação aos depoimentos dos sujeitos os mesmos cuidados que são dispensados aos documentos, quanto à análise crítica, pois as falas dos sujeitos, muitos anos após o ocorrido, são ressignificações dos acontecimentos, a partir do tempo presente.

Foram entrevistados sujeitos que tiveram papel ativo nos tempos compreendidos desde a criação das escolas superiores²³⁸, passando pela instituição da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM)²³⁹ e pela instituição e consolidação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)²⁴⁰. Tais sujeitos são profissionais egressos dos cursos oferecidos, agentes administrativos e professores ativos e inativos, inclusive aqueles que exerceram funções administrativas de diretor de curso, chefe de departamento, presidente (FESM) e reitor (UEMA). Esses sujeitos foram contatados previamente, de modo informal, para serem informados sobre o objetivo da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como para escolherem o melhor dia e a melhor hora e o melhor local para a concessão da entrevista. E como alguns sujeitos manifestaram preocupação quanto às perguntas a serem feitas no dia da entrevista, foi solicitado que procurassem se lembrar dos acontecimentos presenciados, durante a trajetória na UEMA, que julgassem mais importantes para serem conhecidos por todos. Optou-se por um roteiro flexível, apenas com aspectos a serem narrados (ver apêndice). E as narrativas orais de cada sujeito foram cedidas pelos entrevistados para utilização como fontes primárias agora, na elaboração dessa tese, e posteriormente.

Deste modo, “o conhecimento histórico como qualquer outro se constrói com informação e conceitos, com observação e com pensamento formal, estando

²³⁷ SILVA & SILVA, 2006, *op. cit.* p. 186.

²³⁸ Escola de Administração – 22.12.1966, Escola de Engenharia – 08.06.1967, Faculdade de Formação de Professores de Caxias – 23.02.1968, Escola de Agronomia – 03.11.1969.

²³⁹ 1972-1981

²⁴⁰ 1982-1994

ambas as coisas ligadas dialeticamente”, segundo Julio Aróstegui²⁴¹. Isso significa que fontes e categorias são instrumentos fundamentais no trabalho historiográfico, bem como técnicas, que permitem ao historiador desenvolver a operação historiográfica. Esses três instrumentos, entrelaçados dialeticamente, permitem a construção da narrativa histórica, considerando que o trabalho do historiador não é neutro, mas reflete seu posicionamento na sociedade, muito embora o objetivo final seja a construção de uma verdade histórica.

3.3.1 Contexto histórico da história oral e principais conceitos

A oralidade em forma de tradição oral foi muito utilizada no início da formação da História enquanto campo de conhecimento, portanto, a história oral não é algo recente, pois os antigos historiadores gregos, Heródoto e Tucídides, na confecção de seus textos, consideravam as testemunhas orais dos acontecimentos. Também o povo judeu, segundo a exegese bíblica, nunca depreciou a tradição oral enquanto fonte da revelação divina. E a Igreja Católica sempre considerou como bases da fé três fontes: o texto sagrado, a tradição oral e os ensinamentos pontifícios. Mas, depois, por muito tempo, a história foi feita a partir somente de documentos, com preferência pelos oficiais, principalmente a partir do século dezoito e dezenove, com o advento da tendência positivista nas ciências sociais e na filosofia, quando se tornou regra aceita por todos que “história se faz com documentos”.

Foi a partir da década de 1940, mais precisamente em 1948, com o advento do gravador portátil, que a História Oral foi instituída como uma abordagem da História Política, “como uma técnica de documentação histórica, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana”²⁴². No Brasil, após mais de duas décadas, sob a inspiração do Programa de História Oral da Universidade de Colúmbia, houve uma replicação dessa iniciativa na década de 1970, mais precisamente a partir de 1973, quando da criação do Programa de História Oral do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, cujos estudos foram voltados para

²⁴¹ AROSTEGUI, 2006, *op. cit.* p. 488.

²⁴² THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 89.

documentação oral de lembranças da elite política²⁴³. É constatado que aqui e em outros países a História Oral se desenvolveu muito com as ditaduras, pela inexistência ou dificuldade de acesso às fontes escritas.

Porém, na década de 1970, nos Estados Unidos, o método da História Oral, a despeito de ter surgido com interesse na História Política, ligou-se à História Social²⁴⁴, voltando-se para a tematização da história dos excluídos (índios, negros, mulheres, operários)²⁴⁵. Nessa perspectiva, “a força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os ‘derrotados’”²⁴⁶, inclusive os povos ou grupos à margem da escrita, buscando registrar suas recordações, isto é, as impressões que os fatos ou acontecimentos deixaram em suas memórias individuais e coletivas.

No Brasil, apesar da iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, a História Oral, até o início da década de 1990²⁴⁷, vivia o seguinte desprestígio: “... não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, não implicava nenhuma reflexão específica e nem contava nas programações de seminários e simpósios”, tendo tomado impulso só a partir da criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994, e da Associação Internacional de História Oral (IOHA), em 1996, bem como da realização, no Rio de Janeiro, do X Congresso Internacional de História Oral, em 1998.

É unânime na produção historiográfica a convicção de que a História Oral se consolidou no mundo e no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990 e atualmente vive a sua maturidade, com uma produção acadêmica vultosa, inclusive no Brasil, haja vista que, desde a Conferência Internacional do Rio de Janeiro, em 1998, até a XIV Conferência Internacional de História Oral, na Austrália, em 2006, foi destacada a participação com apresentação de trabalhos por parte dos pesquisadores brasileiros²⁴⁸, bem como em eventos posteriores.

²⁴³ MEIHY, José Carlos Sabe Bom. (Re)introduzindo a História Oral no Brasil. In: _____. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 5-7.

²⁴⁴ SILVA; SILVA, 2006, *op. cit.* p. 186.

²⁴⁵ THOMPSON, 1992, *op. cit.* p. 89.

²⁴⁶ JOUTARD, 2000, *op. cit.* p. 33.

²⁴⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: In: MEIHY, José Carlos Sabe Bom. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996., p. 14.

²⁴⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Institucionalização e expansão da história oral: dez anos de IOHA. *História Oral*, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007.

Mas permanece o antigo dilema: ser um campo de conhecimento ou uma metodologia? História oral ou fontes orais? O que é mesmo a história oral? As respostas obtidas são variadas. Mas a maior parte da bibliografia consultada compreende a história oral como abordagem, como metodologia para a obtenção de fontes para a elaboração historiográfica. Assim, a história oral é uma “metodologia histórica que trabalha com depoimentos orais, realizando entrevistas a partir das quais o historiador constrói suas análises”²⁴⁹. Portanto, a história oral, como método-fonte-técnica, é “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como formas de se aproximar do objeto de estudo”²⁵⁰.

Ao analisar e relacionar todos os fenômenos com a vida dos sujeitos da história, na perspectiva da história local ou da microhistória, é adequado utilizar fontes orais na investigação, na confecção da história, incorporando-as “como uma fonte documental a mais”²⁵¹, pois a história oral é “um conjunto orgânico e coerente de entrevistas”²⁵².

Como a história é criada em torno de pessoas em relações de produção da existência, com uma finalidade social, a inexistência de história suscita a necessidade de cria-la. Aí reside, em parte, o desafio da História Oral. Pois, segundo Thompson, “quando não existe história alguma disponível, ela é criada”²⁵³.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança²⁵⁴.

A história oral é construída na dependência da memória e do monumento, em que memória significa monumento e monumento significa memória, ambas

²⁴⁹ SILVA & SILVA, 2006, *op. cit.* p. 186.

²⁵⁰ ALBERTI, 2005, *op. cit.* p. 18.

²⁵¹ GARRIDO, Joan del Alcàzar i. Fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 1992/ago. 1993, p. 33/34.

²⁵² *Ibid.* p. 38.

²⁵³ THOMPSON, 2002, *op. cit.* p. 21.

²⁵⁴ *Ibid.* p. 44.

palavras de origem latina. Segundo o “Aurélio”²⁵⁵, memória significa: “1. Faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente; tem boa memória. 2. Lembrança, reminiscência, recordação: A memória daqueles dias. 4. Monumento comemorativo”²⁵⁶. E monumento significa: “1. Obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável. 2. Edifício majestoso; sepulcro suntuoso; mausoléu. 4. Qualquer obra notável. 5. Memória, recordação, lembrança”²⁵⁷. Daí esses dois termos poderem ser sintetizados como lugares de memória, uma vez que um lugar de memória não necessariamente é um lugar espacial. Mas não se deve esquecer de que “a memória é essencialmente seletiva e, por isso mesmo, parcial e interessada”²⁵⁸.

Não se fala aqui de memória individual, simplesmente, mas de memória coletiva, do que é lembrado e esquecido pela sociedade. Por isso, a memória coletiva é uma conquista, um instrumento e objeto de poder das sociedades cuja memória social é predominantemente oral. De acordo com Le Goff, “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”²⁵⁹.

Contudo, memória e história não são palavras sinônimas, pois tem significados diferentes e opostos.

A memória é a vida, sempre carregada por vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (...) A história, ao contrário, pertence a todos

²⁵⁵ Aurélio, popularmente, no Brasil, a partir da década de 1980, passou a ser sinônimo de dicionário, isto é, do Dicionário da Língua Portuguesa feito Aurélio Buarque Ferreira.

²⁵⁶ FERREIRA, 1993, *op. cit.*

²⁵⁷ FERREIRA, 1993, *op. cit.*

²⁵⁸ GARRIDO, 1993, *op. cit.* p. 38.

²⁵⁹ LE GOFF, 2003, *op. cit.* p. 471.

e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. ... A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido²⁶⁰.

As lembranças dos indivíduos se organizam agrupando-se em torno da pessoa e distribuindo-se em uma sociedade, portanto, como memória individual e coletiva, assim:

Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal... Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo.²⁶¹.

A memória individual (pessoal) e a memória coletiva (social) se interpenetram e se apoiam, mas não se confundem. Ambas se apoiam na história vivida, pois “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”²⁶². Por isso, a reprodução, algum tempo depois de um mesmo fato, presenciado por duas pessoas, não apresenta traços idênticos.

A memória coletiva ... é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que de modo geral, lhe é bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um painel de semelhanças, é natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo... Como o grupo é sempre o mesmo, as mudanças devem ser aparentes: as mudanças, ou seja, os acontecimentos que ocorreram no grupo, se resolvem em semelhanças, pois parecem ter papel desenvolvedor sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, os diversos traços essenciais do próprio grupo”²⁶³.

²⁶⁰ NORA, 1993, *op. cit.* p. 9.

²⁶¹ HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In. _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71.

²⁶² *Ibid.* p. 91.

²⁶³ *Ibid.* p. 109.

Portanto, a memória, individual ou coletiva, é constituída por acontecimentos, personagens e os lugares de memória. E, no trabalho de enquadramento da memória e no trabalho da memória em si, a memória é seletiva, construída e identitária. Por isso “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”²⁶⁴.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta”²⁶⁵.

A história oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, evidenciou o valor das “memórias subterrâneas” que se opõem à “memória oficial”²⁶⁶.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis²⁶⁷.

Inferre-se que a história oral, enquanto passado ressignificado pela memória, tem finalidades sociais essenciais para as sociedades que ainda não construíram uma história escrita. Por isso, é imperativo respeitar três fidelidades que estão na origem da história oral: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as

²⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 206.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 207.

²⁶⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 3

²⁶⁷ *Ibid.* p. 9.

realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono"²⁶⁸.

Como a escrita é seletiva, limita ou abrevia, por falta ou por excesso de responsabilidade, as expressões de sentimentos silenciam a comunicação de fatos ou fenômenos inconfessáveis experimentados e ressignificados pelos sujeitos ao longo de suas vidas, a oralidade faz lembrar aos borbotões o que a memória guardou ou deixou de guardar. E aí é que mora o perigo para quem trabalha com fontes orais, por exemplo: as memórias sociais muitas vezes são memórias cristalizadas, ou seja, um grupo fixa algo que entende por memória e as pessoas decoram isso, tendo ou não participado daquilo, como sendo suas próprias vivências. Também ela vai sendo enquadrada, para ficar com menos arestas, sem fricções. Assim, o tempo presente e até futuro contamina a memória do passado.

3.3.2 O uso de fontes orais na construção de uma história da UEMA

Como um exemplo típico de memória cristalizada, há uma narrativa bem sintética da trajetória da UEMA, já exposta na introdução deste trabalho, a qual tem sido repetida constantemente em discurso de aniversário da instituição ou de colação de grau, na apresentação de um Projeto Político Pedagógico de curso e no do Plano de Desenvolvimento Institucional na UEMA. E essa é a história da UEMA conhecida por parte do corpo discente, do corpo docente e do corpo técnico-administrativo; portanto, essa é a memória oficial da UEMA divulgada principalmente por dirigentes. Mas, quando da busca de fontes para a construção dessa história da UEMA, cada pessoa que se dispôs a colaborar com uma entrevista apresentava uma história única, com traços comuns e diferentes ou opostos aos demais ou ao que a maioria havia mencionado de um mesmo acontecimento, e fazia questão de destacar com bastante ênfase a sua participação nos acontecimentos considerados mais relevantes, evidenciando apenas aqueles aspectos dignos de aprovação pela comunidade universitária.

Como as fontes da história oral são pessoas, e não documentos, nesse ponto é evidenciado o paradoxo principal: as pessoas não aceitam que suas vidas sejam reduzidas a fatos à mercê da visão de outros, pois a visão do entrevistado já

²⁶⁸ JOUTARD In: FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI (Orgs.), 2000, op. cit. p. 33.

está embutida em sua fala, bem como a motivação para dar a entrevista, a qual está repleta pelo interesse de recordar e contar a sua versão do fenômeno experienciado na sua subjetividade.

[...] a subjetividade existe, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitem em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais²⁶⁹.

Como as fontes orais também têm limitações, necessário se faz trabalhar com registros documentais escritos e registros documentais orais, sem querer que sejam complementares, pois, verdades, que nunca seriam explicitadas só a partir de documentos escritos e muito menos de pesquisa oral²⁷⁰, poderão ser melhor compreendidas. Então, na busca pela elucidação do problema objeto da pesquisa, o pesquisador terá que ter um duplo compromisso, com a honestidade e com a verdade: “o compromisso com a honestidade consiste no respeito pessoal para com os entrevistados e respeito para com o material obtido; e compromisso com a verdade é uma busca utópica e uma vontade de saber ‘como as coisas realmente são’”²⁷¹.

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as

²⁶⁹ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, dez. 1996, p. 63/64.

²⁷⁰ GARRIDO, 1993, *op. cit.* p. 40.

²⁷¹ GARRIDO, Joan del Alcàzar. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997, p. 15.

lembranças de duas pessoa são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais²⁷².

Sem dúvida o ato de recordar está ligado à subjetividade, pois a recordação acontece na forma de emoções, sentimentos ou imagens, uma vez que a memória necessita de encadeamentos, eles para poder recordar²⁷³.

... para além de todas as informações passíveis de serem obtidas num depoimento, da subjetividade revelada, da valorização das experiências vividas, é a própria rememoração do passado e os usos desse passado na dinâmica social um ponto importante na pesquisa com história oral. É a experiência do indivíduo com o passado que precisa ser compreendida, o que implica termos em conta o trabalho da memória²⁷⁴.

Nesse sentido, foi observado que as entrevistas feitas no campus da UEMA foram muito mais carregadas de informações significativas, em particular no contado com agentes administrativos com escolaridade reduzida e de idade avançada, porque os monumentos e o próprio espaço físico aguçavam a memória. Então, o campus se apresentou como um autêntico lugar de memória, pois permitiu lembrar das lutas pelo restaurante gratuito e pelos 5% do orçamento do estado para a UEMA, das dificuldades de acesso ao campus, dos sucessos no âmbito das disputas internas na APRUEMA (Associação dos Professores da UEMA) e nos cargos de direção.

Mas os lugares de memória são construções coletivas, “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”²⁷⁵.

Na perspectiva de não escravizar a história e nem assassinar a memória, aqui se tem por objetivo apenas construir “uma história” da UEMA, ao invés de “a história” da UEMA, pois cada memória é uma história, pois há uma multiplicidade de ressignificações. Portanto, “não cabe à memória escravizar a história, e tampouco à

²⁷² PORTELLI, 1997, *op. cit.* p. 16.

²⁷³ HARRES, Marluza Marques. Trabalhando com rememorações: memória e história da reforma agrária do Banhado do colégio: Casmaquã, RS, Brasil – 1962-1972. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 127-141, jun. 2008, 133.

²⁷⁴ *Ibid.* 140.

²⁷⁵ NORA, 1993, *op. cit.* p. 13.

história assassinar a memória. Que a musa Clio²⁷⁶ continue a dançar para os deuses, inspirada por sua mãe Mnemosine²⁷⁷.

A história é um conhecimento objetivado, materializado na escrita, e a memória é uma experiência vivida intimamente pelo sujeito.

Mas as memórias não são objetos. São experiências vividas interiormente, o que as distingue do conhecimento. Se o conhecimento só nos pertence de forma contingente, as memórias são indissolúvelmente nossas, fazem parte de nós e nos constituem. Estamos no centro delas e só quando elas fazem conscientemente parte de nós podemos partilhá-las com outros. A recordação, portanto, não se separa da consciência, mantendo com ela uma via de mão dupla. As memórias dizem quem somos. Integram nosso presente ao passado, tanto na perspectiva de que inventamos um passado adequado ao presente, quanto o contrário. O que permite usar as memórias como fonte é a possibilidade de poder articulá-las²⁷⁸.

A UEMA, mesmo já tendo um tempo cronológico de 51 anos, desde a criação da Escola de Administração Pública do Maranhão, em 1966, ainda não tem uma história, mas somente memórias documentais e memórias orais. Quanto aos documentos, reclama-se da falta de um arquivamento dos mesmos em um único lugar, que poderia ser a Biblioteca Central, pois estão dispersos e sendo extraviados, e de uns tempos para cá, por força da informatização todo documento em papel é digitalizado e incinerado, justificando-se pela facilidade do arquivamento sem necessidade de espaço físico. Quanto às memórias orais, com bastante frequência os fundadores estão falecendo ou perdendo a capacidade de recordar. Daí se impõe a urgência da elaboração de uma história escrita.

E a pretexto da necessidade de registro escrito dos acontecimentos, é oportuno salientar um fato relacionado à memória e à história de uma reunião do CONSUN, no ano de 1985, em que o Conselheiro Aluízio Bettencourt de Albuquerque questionou a participação do Eng^o. Haroldo Tavares na comissão criada pelo então Ministro da Educação Marco Maciel, para apresentar mudanças no

²⁷⁶ Clio era também filha de Zeus, que por sua vez o era de Chronos, o tempo, a quem tinha derrotado.

²⁷⁷ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, mar. 2013, p. 44.

²⁷⁸ NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 131-145, p. 135.

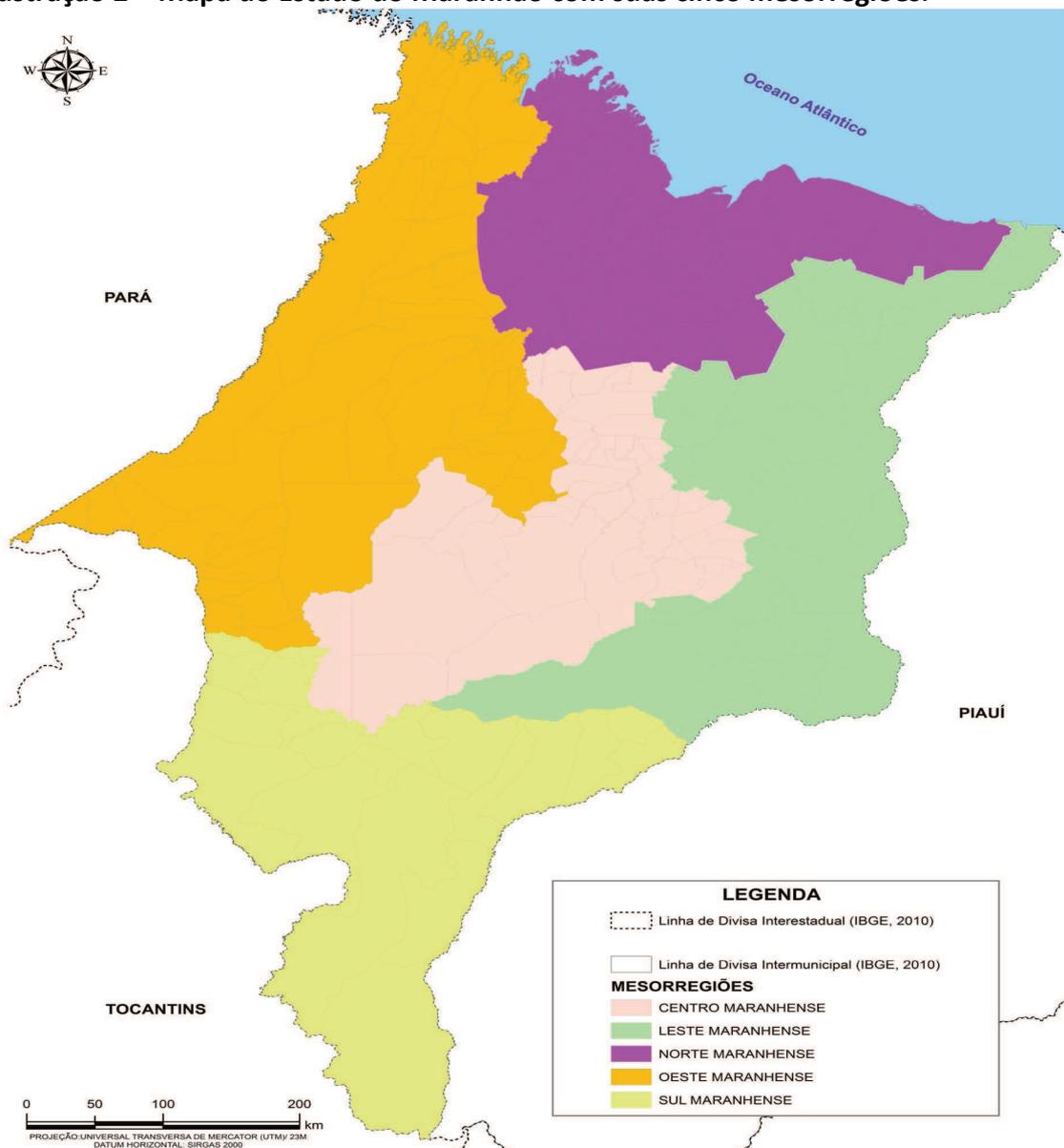
ensino superior, ao que os demais conselheiros saíram em defesa do professor engenheiro com os maiores elogios, porque sobre quem conviveu na FESM e, em particular, na Escola de Engenharia com o referido não pairavam quaisquer dúvidas quanto à sua competência e idoneidade. Por isso, houve a indicação de que se fizesse um documento narrando a história da UEMA.²⁷⁹ Aí reside a importância da memória e da história para a comunidade. Então, essa História da UEMA, embora elaborada trinta e sete anos após aquele apelo veemente dos representantes da instituição, terá uma acolhida positiva pelas gerações atuais que, mais do que as daquela época, estão carecendo de mais memória e de mais história, pois as testemunhas dos fatos primordiais já se despediram ou já estão se despedindo sem que sejam ouvidas. Conseqüentemente, a necessidade de instituir um CPDOC em História Oral da UEMA.

²⁷⁹ “Em seguida solicitou a palavra o Conselheiro ALUIZIO BITENCOURT ALBUQUERQUE, que questionou quanto à participação do Dr. Haroldo Tavares na comissão de alto nível designada pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, para apresentar profundas mudanças no ensino Superior. Na oportunidade, vários conselheiros apresentaram os maiores elogios à pessoa do Dr. Haroldo Tavares; e o Estado do Maranhão não poderia estar melhor representado; o Prof. Haroldo Tavares foi criador e fundador da Escola de Engenharia do Maranhão; tem o referido professor, um QI acima da média; e ainda, que a Universidade vem se afastando das pessoas que muito contribuíram com sua história, hoje esquecidas, como é o caso do Prof. Haroldo Tavares. Em decorrência do problema levantado e dada a dificuldade para identificar a pessoa do Prof. Haroldo Tavares como professor da Escola de Engenharia, foi discutido a elaboração de um documento registrando toda a história da EX-FESM, hoje Universidade. O Conselheiro JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS MUNIZ solicitou o apoio de todos para que, juntamente com a Biblioteca, fosse elaborado referido documento. Sobre o assunto falou o Conselheiro CELSO BECKMAN LAGO que solicitou a participação do CONSUN nesse estudo, explicando que toda a comunidade universitária deve participar da elaboração de tal documento, lembrando ainda que referido Conselho tem um papel muito importante nas decisões da Universidade, estando o Reitor em 1º lugar. Falou também de várias pessoas que tiveram uma participação muito ativa na criação da antiga FESM. Na oportunidade sugeriu que essas pessoas fossem ouvidas pois elas trabalharam, lutaram pela criação de cada curso, os quais surgiram para atender necessidades do próprio Estado que na época não encontrou respaldo do Governo Federal, tanto que olhando a história do ensino superior no Estado, constatamos um total de sete cursos no interior mantidos pelo Estado contra dois cursos mantidos pelo Governo Federal”. ATA DO CONSUN em 03/05/1985.

4 GÊNESE E GESTAÇÃO (1966-1981)

O Estado do Maranhão, onde está situada a Universidade Estadual do Maranhão, enquanto objeto de estudo, situa-se na região Nordeste do Brasil, limitando-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao leste com o Estado do Piauí, ao oeste com o Estado do Pará e ao sul com o Estado do Tocantins. Sua capital é São Luís, fundada em 1612, com a ocupação francesa que durou até 1615. Está dividido, desde 1970, em cinco mesorregiões: Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul.

Ilustração 2 – Mapa do Estado do Maranhão com suas cinco mesorregiões.



Fonte: IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos.
<http://imesc.ma.gov.br/maranhaoemmapas/Home>. Acesso em: 20/05/2018.

O Censo de 1960 ofereceu o seguinte retrato do Maranhão quanto ao “grau do curso completo das pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo...”. Quanto a esses dados, observa-se que os profissionais da educação para atuarem no ensino médio, isto é, nos ciclos ginásial e colegial, somam apenas 114, ficando patente que a maior parte do ensino médio estava entregue a professores leigos, isto é, sem formação de nível superior.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais com curso completo, por sexo, segundo a espécie do curso em 1960

CATEGORIA	MULHER	HOMEM	TOTAL
Curso Primário	56.006	47.942	103.948
Curso Ginásial	4.212	4.124	8.336
Curso Colegial	995	1.241	2.236
Curso Superior	273	1.055	1.328
Técnica Agrícola	0	1	1
Agronomia	1	53	54
Arquitetura	1	10	11
Artes Domésticas	1	0	1
Geografia/História	13	6	19
História Natural	6	6	12
Letras	39	25	65
Matemática/Física/Química/Desenho	5	11	16
Outros cursos	8	27	35
Ciências Econômicas/contábeis/atuariais	1	7	16
Técnico Comercial	547	526	1.073
Direito	50	353	403
Eclesiástico	6	98	104
Educação Física	0	2	2
Engenharia	0	80	80
Farmácia	64	71	135
Industrial	3	1	4
Medicina	14	141	155
Militar	0	46	46
Normal ou Pedagógico	96	1.787	1.883
Odontologia	53	102	155
Química Industrial	0	10	10
Serviços Sanitários	14	0	14
Medicina Veterinária	3	15	18
TOTAL	63.998	55.201	119.199

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 1960: Maranhão-Piauí. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – Tomo III - 1ª Parte.

Esta tabela evidencia uma angústia que poderia permear qualquer equipe de governo que tivesse preocupação com o bem comum, pois contavam com

apenas 1.328 profissionais com nível superior, denotando a precariedade com que funcionavam as escolas, bem como as demais áreas julgadas essenciais para dotar o estado de infraestrutura passível de superar as condições de subdesenvolvimento. Então, a realidade estava bem próxima àquela referida por Atcon em seu relatório encomendado pelo MEC em 1965, em vista da Reforma Universitária de 1968, pois eram mais ou menos cinco graduados por 10 mil habitantes, condenando o Maranhão à estagnação.

Uma região que apresenta um índice de graduação universitária da ordem de menos de quatro por dez mil da sua população, não pode progredir. Está fatalmente condenada à estagnação, apesar de tudo o que os organismos de planejamento econômico possam dizer em sentido contrário²⁸⁰.

A população presente no Maranhão em 1960²⁸¹ era de 2.477.371 habitantes predominantemente rurais, pois a população urbana era de 442.995 pessoas, isto é, 17,88%. O serviço público em termos de organização e competência administrativa, segundo José Maria Cabral, era um caos em 1966, marcado pela improvisação e falta de planejamento. E apenas em 1965 é que a Faculdade de Economia e Administração²⁸² iniciou suas atividades com 40 alunos, não tendo condições de atender à demanda do serviço público.

Em 1965²⁸³ foram registrados 470.245 domicílios ocupados no Maranhão, dos quais apenas 5.690 tinham ligação de água tratada, em 9 dos 127 municípios; a rede de esgoto existia em apenas 4 municípios, atendendo 8.872 prédios. A infraestrutura básica de transporte da produção era constituída de ferrovia e rodovia, aquela só cobria 452 Km (São Luís-Teresina) e esta cobria 25.046 Km, porém, de 1.682 Km de rodovia federal, apenas 95 Km era pavimentado; de 2.074 Km de rodovia estadual, só 73 era pavimentado; e todos os 21.290 Km de rodovia municipal não eram pavimentados; portanto, o transporte rodoviário do Maranhão

²⁸⁰ ATCON, 1966, *op. cit.* p. 10/11.

²⁸¹ IBGE. *Censo Demográfico de 1960: Maranhão-Piauí*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – Tomo III - 1ª Parte. Tabela 3 – População urbana e rural por sexo segundo a idade. Tabela 2 – Condição de presença por sexo segundo a situação do domicílio e grupos de idade.

²⁸² Era instituição de ensino superior isolada que a partir de 1967 passou a integrar a Universidade Federal do Maranhão.

²⁸³ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – AEB/1966*. Tomado como suporte para a elaboração da justificativa para a criação das 4 escolas superiores pelo governo estadual.

em 1965 era precaríssimo, tornando o estado intransitável no período chuvoso, conseqüentemente, tornando o escoamento da produção agrícola²⁸⁴ oneroso.

Sabiam ler e escrever apenas 621.325 pessoas, isto é, 20,07% da população; no Ministério da Educação e Cultura nos anos de 1963 a 1965 houve registro definitivo e provisório de professores em número de 5 e 6 respectivamente. Em 1964 havia 1.104 professores no ensino médio: 638 professores de ensino médio secundário (557 ginásial e 81 colegial, sendo 140 da esfera pública e todos lecionando na capital) e 566 no ensino médio profissional, isto é, comercial (140 ginásial e 52 colegial, todos da esfera particular), industrial (79 no ginásial e 29 no colegial, todos da esfera pública), normal (118 no ginásial e 143 no colegial, sendo 81 da esfera pública, dos quais apenas 17 atuavam no interior) e nenhum professor de ensino agrícola²⁸⁵.

A agricultura ocupava 589.927 pessoas, principalmente no cultivo de arroz, feijão, mandioca e milho. Inclusive, como 4º produtor de arroz do Brasil em 1965, feito numa área de 444.051 hectares e obtendo uma produção de 615.892 toneladas, teve uma posição absolutamente desvantajosa em relação ao Rio Grande do Sul, 1º produtor, que numa área quantitativamente semelhante, de 449.561 ha, produziu em 1965 1.304.210 toneladas, apontando para a exigência do implemento técnico-científico para tornar mais produtivo, rentável e competitivo o trabalho do agricultor do Maranhão, pois o cultivo da agricultura ainda era primitivo, na base “de corte e queima” ou “roça no toco” ou “sistema itinerante”²⁸⁶.

A realidade do Maranhão era alarmante na década de 1960. O Estado possuía fortes traços patrimonialistas²⁸⁷ e coronelistas²⁸⁸, o qual estava

²⁸⁴ *Idem*. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – AEB/1966.

²⁸⁵ *Idem*.

²⁸⁶ “Fazem parte do processo de transformação das florestas em roças e pastagens, utilizadas pelos pequenos agricultores familiares, que praticam a agricultura “de corte e queima” ou “roça no toco”, “sistema itinerante”. Este sistema de uso de terra alterna períodos de pousio e cultivo, liberando para os solos nutrientes sob a forma de cinza. Obtendo bons resultados nos primeiros cultivos, após a derrubada do mato”. SANTOS, Rejane Valéria Costa dos. *As queimadas no sistema itinerante de produção agrícola e seus efeitos sobre os indicadores ambientais, sociais e econômicos: o caso do município de Bequimão*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão São Luís - MA, 2006, p. 33.

²⁸⁷ “Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular... A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 146

²⁸⁸ “Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 44.

desorganizado e sem recursos humanos qualificados, faltava-lhe meios para tocá-lo na sanha pelo progresso. Na sociedade dominava o analfabetismo, o baixo número de crianças e adolescentes na escola e o reduzido número de pessoas detentoras de nível secundário e uma quantia insignificante de pessoas com curso superior, em todas as áreas do conhecimento.

Então, é nesse contexto que o governador José Sarney²⁸⁹, com sua equipe de governo, como que num impulso, de modo espasmódico,²⁹⁰ empreende a criação de instituições de ensino superior para atender à demanda do próprio estado, com maior urgência, e da sociedade com mais vagar, as quais vão surgindo nessa sequência, como que indicando as prioridades, conforme as urgências: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Faculdade de Formação de Professores e Escola de Agronomia. Como se a escala de necessidades fosse: primeiro, **formar administradores**, para organizar um estado a serviço do bem comum; segundo, **formar engenheiros**, para construir estradas e edificações; terceiro, **formar professores**, para dominar a cultura escrita; quarto, **formar agrônomos**, para fazer a terra produzir e combater a fome²⁹¹.

Em 1970, a população presente no Maranhão era de 2.945.776 habitantes dos quais 752.027, isto é, 25,52% moravam na cidade. Naquele ano, em que o governador Sarney encerrou seu mandato, o número daqueles que possuíam diploma de nível superior já era de 2.844, isto é, havia sido elevado em 114,15% acima do índice de 1960, chegando mais ou menos nove diplomados por cada 10 mil habitantes. Mas mesmo assim o índice ainda era muito baixo ao comparar com o Brasil, que tinha 60 diplomados por cada 10 mil habitantes em 1970²⁹².

²⁸⁹ “Numa reunião com os secretários, Sarney fez o seguinte comentário: ‘Puxa! Essa Universidade [do Maranhão] aí não sai com outros cursos necessários ao Maranhão, só tem essas carreiras tradicionais. Não tem Administração, Engenharia, Agricultura, Veterinária’. É verdade, não tinha, mas esse era um problema do Governo Federal. Como Sarney chegou a insistir no assunto, todo mundo se entusiasmou com a ideia. O secretário da Agricultura quis logo criar Medicina Veterinária e Agronomia; o secretário de Viação e Obras Públicas quis uma Escola de Engenharia. Esse entusiasmo havia começado quando saiu a Escola de Administração”. MARQUES, José Maria Cabral. [Entrevista]. In: FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antônio Torres. (Orgs.). *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís; Brasília: UFMA; CNPq, 2005, p. 232.

²⁹⁰ Isto é, sem muito planejamento, movido mais pelas emoções.

²⁹¹ Esse começo foi suficiente para José Sarney ser considerado a maior liderança política do estado do Maranhão, posto assumido por quase cinquenta anos, com características coronelísticas, como se fosse o sucedâneo do Coronel Vitorino Freire, que ele, José Sarney, combateu com veemência.

²⁹² IBGE. CD de 1970. Brasil. Tabela 6. População: 93.139.037 habitantes. Diplomados em curso superior: 541.384 pessoas.

Tabela 2- Pessoas de 10 anos ou mais com curso completo, por sexo, segundo a espécie do curso em 1970

ESPÉCIE	MULHER	HOMEM	TOTAL
Curso Primário	72.777	62.918	135.695
Curso Ginásial	11.614	11.670	23.284
Curso Superior	939	1.905	2.844
Administração	4	11	15
Agrícola	0	33	33
Agronomia	17	117	134
Arquitetura	0	4	4
Bacharelado e Didática	375	84	409
Belas Artes	4	7	11
Ciências Econômicas	12	67	79
Ciências Contábeis e Atuariais	28	70	98
Ciências Estatísticas	0	4	4
Comercial	796	1.207	2.053
Direito	102	471	573
Eclesiástico	15	187	202
Educação Física	0	4	4
Enfermagem	83	4	87
Engenharia	8	256	264
Farmácia e Bioquímica	79	72	151
Industrial	8	53	61
Medicina	71	259	330
Militar	0	20	20
Normal	5.275	58	5.333
Odontologia	60	98	158
Química Industrial	0	18	18
Serviço Social	69	0	69
Veterinária	8	9	17
Outros	105	196	301
TOTAL	86.955	79.224	166.179

Fonte: IBGE. Censo Demográfico Maranhão: VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Nacional. Vol. O – Tomo V.

O contexto de origem e constituição da Universidade Estadual do Maranhão compreende quase todo o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), caracterizado pelo modelo econômico dependente e periférico subordinado ao capital estrangeiro, que se evidenciou no Maranhão, estado pertencente 50% à denominada área da Amazônia Oriental, pela instalação do Projeto Grande Carajás (PGC), cujo processo aconteceu desde 1967, com a descoberta pela Brazilian Exploration Program (BEP), subsidiária da United States Steel, do grande potencial de ferro na região de Carajás, o qual passou a fazer parte do discurso dos políticos e do imaginário da população maranhense, desde então, até se materializar em

1983²⁹³. O PGC compreendia: mina, áreas de beneficiamento, porto e ferrovia, cuja infraestrutura para a extração dos minérios teve início em 1978²⁹⁴. A mina é localizada na Serra de Carajás, no estado do Pará; as áreas de beneficiamento são as cidades de Paraopeba (Pará), Açailândia e São Luís (Maranhão); o porto é o Porto de Itaqui, na ponta da Madeira, em São Luís; e a ferrovia é a Estrada de Ferro Carajás – São Luís. Às margens da Estrada de Ferro Carajás foram instalados altos fornos da Vale para transformação do ferro bruto em ferro-gusa. Em São Luís foi instalado o Complexo ALUMAR, em 1984, composto pelas empresas transnacionais Alcoa (americana), BHP Billiton (anglo-australiana) e Alcan (canadense).

Ilustração 3 – Mapa do Complexo Minerador de Carajás.



Fonte: Vale S.A. apud FAUSTINO & FURTADO, 2013, p. 26

O Projeto Grande Carajás, desde o começo do seu desenho, criou um misto de expectativas na população e no governo estadual, no contexto da ideologia do “Brasil grande”, cujo dístico era “até 1964 o Brasil era o país do futuro, mas agora o futuro chegou” expressava o desejo de uma elite social e econômica por modernização da sociedade brasileira, para se equiparar aos chamados povos do

²⁹³ GISTELINCK, Frans. *Carajás, usinas e favelas*. [São Luís, MA]: [Minerva], [1988].

²⁹⁴ COELHO, Tázio Peters. *Projeto Grande Carajás*. Rio de Janeiro: IBASE, 2014, p. 31.

“primeiro mundo”. E o Maranhão, em 1965, com a eleição do governador José Sarney, embebeu-se na atmosfera de construção do “Maranhão Novo”, rompido com a política dos “coronéis” e avançando na política moderna, sonho esse apregoado aos quatro ventos através de um discurso alvissareiro em palanques, em rádio, em televisão e em cinema²⁹⁵.

E para fazer frente a essa realidade que necessitava de transformação, entre as muitas ações do governo estava o investimento em educação, em particular a educação superior com a criação de quatro escolas superiores isoladas, para atender à demanda de pessoal qualificado a fim de ocupar postos da burocracia estatal (Escola de Administração Pública do Maranhão); objetivando suprir a necessidade de criação de infraestrutura rodoferroviária e de edificações (Escola de Engenharia); com o intuito de atender à premente necessidade de professores para lecionar nos ginásios e colegiais (Faculdade de Formação de Professores) e para atender à necessidade de modernização e aumento da produção agrícola (Escola de Agronomia).

4.1 Escolas isoladas: cada uma por si e o Estado por todas (1966-1972)

Os estabelecimentos isolados são uma das formas de organização do ensino superior brasileiro, tal como estabelecido pela Lei 5.540/68, nestes termos: “o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (Art. 2º.), cujas denominações mais comuns são “escola” ou “faculdade”, tal como as escolas e faculdades que estão na origem da UEMA.

Há que observar (Ilustração 4) que a autorização da Assembleia Legislativa, em Lei, para a criação de uma instituição estadual de ensino superior deveria anteceder no tempo ao Decreto de criação do governador, bem como a instalação deveria ser posterior à Resolução de funcionamento. Mas é verificado que esse tempo está desencontrado, revelando que o entusiasmo da ação concreta

²⁹⁵ MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney. Produção de Luiz Carlos Barreto. Direção de Glauber Rocha. MAPA, 1966. Um documentário sobre José de Ribamar Ferreira Costa, o José Sarney, discursando a uma multidão sequiosa de esperança no dia de sua posse aos 35 anos de idade. Esse documentário serviu de base para o filme “Terra em Transe”, que conta a história de um político popular que depois de empossado se volta contra o povo, com traços comuns à maioria dos políticos nordestinos de então.

antecedeu à formalização legal. Isso aconteceu com a Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias e com a Escola de Agronomia do Maranhão. Também essas ações de governo não objetivavam sanar de imediato os impecílios encontrados na gestão do então governador Sarney, mas solucionar a médio e longo prazo os entraves ao desenvolvimento do Maranhão, pois os primeiros diplomas só foram expedidos depois do ano de 1971, pois os cursos duravam de 3 a 5 anos.

Ilustração 4 – Instituições de ensino superior criadas por Sarney (1966-1970).

INSTITUIÇÃO	AUTORIZAÇÃO DA CRIAÇÃO	CRIAÇÃO	FUNCIONAMENTO	INSTALAÇÃO	RECONHECIMENTO
Escola de Administração Pública do Maranhão	Lei estadual N. 2.728 22.12.1966	Decreto estadual N. 3.494 03.03.1967	Resolução CEE N. 09 14.02.1968	02.03.1968	Decreto federal N. 73.252 04.12.1973
Escola de Engenharia do Maranhão	Lei estadual N. 2.740 08.06.1967	Decreto estadual N. 3.574 12.07.1967	Resolução CEE N. 06 04.12.1967	01.07.1968	Decreto federal N. 72.544 30.07.1973
Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias	Lei estadual N. 2.821 23.02.1968 ²⁹⁶	Decreto estadual N. 4.393 08.03.1971	Resolução CEE N.02 26.07.1974	06.01.1970	Decreto federal N. 81.037 15.12.1977
Escola de Agronomia do Maranhão	Lei estadual N. 3.003 03.11.1969	Decreto estadual N. 4.045 02.12.1969	Resolução CEE N. 26 26.08.1970	07.1970	Decreto federal N. 74.086 21.05.1974

Fonte: BARBOSA, 2011.

Então, infere-se que estas ações transcendem interesses eleitoreiros e apontam para a uma visão política em perspectiva ao desenvolvimento do Estado do Maranhão, muito embora transpareça, no decorrer do tempo, que nem todos os governadores foram capazes de compreender que essas instituições se constituíam em vetores que apontavam para o progresso do estado, como foi percebido nas atitudes de Pedro Neiva de Santana, de João Castelo Ribeiro Gonçalves e de Luís Alves Rocha, ao autorizarem a absorção da FESM e depois da UEMA pela UFMA, respectivamente, em 1974, 1979, 1980 e 1984.

4.1.1 A Escola de Administração Pública do Maranhão (1966-1981)

A Escola de Administração Pública do Estado do Maranhão (EAPM), criada no Governo Sarney, foi fundada pelo Prof. José Maria Cabral Marques, então titular

²⁹⁶ MARANHÃO. *Perfil da administração pública – administração direta*. V. I. São Luís-MA: SEGEP, 2015. DECRETO Nº 4.393, DE 08 DE MARÇO DE 1971. Cria a Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio, cria função gratificada e dá outras providências. DOE nº 45, de 10/03/1971, p. 01.

da Secretaria de Estado da Administração e Planejamento (SEAP), o qual, na qualidade de autor do projeto pedagógico do curso, juntamente com João do Garimpo (1967-1968), então diretor, envidou todos os esforços para organizar a escola para o seu funcionamento. Portanto, em 22 de dezembro de 1966 foi que o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo, através da Lei nº 2.728, a criar a EAPM, sob a forma de autarquia especial vinculada à Secretaria de Estado de Administração e Planejamento (SEAP), com autonomia administrativa, didático-pedagógica, científica e disciplinar, com a finalidade de formar administradores públicos, em nível superior e médio, bem como capacitar e aperfeiçoar servidores do Estado, através de treinamentos, conferências e cursos intensivos.

O corpo docente, foi constituído num processo de cooptação, tendo sido composto por doze professores. Como a instituição tinha como missão formar profissionais competentes para suprir as demandas do serviço burocrático do Estado, houve, para começar, uma preocupação em capacitar o corpo docente a nível de pós-graduação. Então, seis, dentre os doze, foram fazer curso de mestrado na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, com duração de doze meses, pelo Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA)²⁹⁷: José Joaquim Ramos Filgueiras (desembargador), Arthur Almada Lima Filho (juiz), Profa. Lucimar Ferreira, Profa. Mundicarmo Rocha Ferreti, Prof. José Bastos e Silva e Prof. Benedito Buzar. E no retorno dos mesmos, como a Escola já estava montada, houve a nomeação do corpo docente, a constituição dos departamentos.

Após isso, Arthur Almada Lima Filho (1968-1974) foi nomeado diretor para substituir João do Garimpo, que atuou inicialmente na organização da escola e na

²⁹⁷ O PRONAPA da FGV foi uma das oportunidades de trabalho que a Fundação Ford vislumbrou, já após o Golpe Civil-Militar de 1964, no Brasil, na perspectiva do desenvolvimento de seu programa Governo e Sociedade Civil (GCS), após ter se envolvido com o IPÊS, que articulou a derrubada do Governo João Goulart, a pretexto de combater o comunismo na América Latina, inclusive no Brasil. STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. Da administração pública à participação democrática. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUSP / Fundação Ford, 2002, p. 167-197.

“... ao sabor da lei e com tempero da assistência técnica norte-americana, o ensino da Administração Pública (AP) experimentou o auge no país: manteve-se a instalação de bacharelados em IES, como na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no Instituto de Administração e Planejamento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ambos em 1967, e seguidamente, na Escola de Administração Pública do Estado do Maranhão (UEMA) em 1968”. COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 20, n. 66, p. 403-422, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300003 Acesso em: 19.01.2018.

articulação com os programas de mestrado no exterior. E para a EAPM cumprir a sua missão foi realizado vestibular para compor a primeira turma de discentes.

Em 1969, como decorrência da opção por oferecer um curso de Administração Pública (AP) de alta qualidade, foram mandados para estudar no exterior os seguintes professores: José Linhares, Célia Frazão Soares Linhares²⁹⁸ e Zita Fernandes, que foram para os Estados Unidos da América; Rosa Mochel Martins foi para México; e Renato Bacelar foi para França. Assim, com a volta deles do mestrado no exterior e os que se formaram na Fundação Getúlio Vargas, foi constituído o núcleo intelectual da Escola de Administração. O curso de AP era reconhecido como de alto nível, inclusive pelo fato de ter a maioria do seu corpo docente com pós-graduação. Também foram levados para lá Nelson Almada Lima, professor de Estatística, e Carlos Madeira²⁹⁹, para ensinar Direito Constitucional.

Já em 1968, foi criado um centro de treinamento para capacitar pessoal do serviço público do Estado e de outras instituições que demandassem pessoal habilitado para atividades administrativas; criou-se o Escritório Técnico³⁰⁰, que prestava serviço a empresas, o qual, depois, foi transformado na Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) e no Centro de Pesquisa Administrativa e de Desenvolvimento (CEPEAD).

A EAPM funcionava na Praça Antônio Lobo, num prédio da Circunscrição de Recrutamento de Reservistas (CRR), em frente à Escola Modelo, com duas salas de aula, a diretoria e a biblioteca, o que demandou, com sua expansão, aluguel de mais salas no Seminário Santo Antônio. E para o Escritório Técnico de Administração Municipal foi alugado o andar de um prédio em frente à reitoria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na Rua de São João, onde dez anos depois, em 1976, já havia treinado 2.452 pessoas, tendo ofertado 90 cursos para funcionários públicos. Além disso, o funcionamento em salas alugadas em prédios separados se constituía como dificuldade para desenvolver um trabalho integrado. Mas esse empecilho ao bom funcionamento da Escola despertou a luta por uma sede própria,

²⁹⁸ Esposa de José Linhares. Célia Linhares depois se tornou professora da Universidade Federal Fluminense.

²⁹⁹ “Carlos Madeira foi meu colega de turma e amigo de Sarney, o qual terminou no Supremo Tribunal Federal”. ALMADA LIMA, 2015. Foi colega de Almada Lima e de José Sarney.

³⁰⁰ “Com Centro de Treinamento e o Escritório Técnico nós fizemos reformas de prefeituras, inclusive de São José de Ribamar e Colinas, aqui nessa área de cocais. E o Centro de treinamento prestava serviço às empresas. Nele trabalhavam os maiores economistas do Maranhão, Bandeira Tribuzi, Noel Spíndola, Joaquim Itapary, Nelson Almada Lima e outros. Esse pessoal prestava serviço às empresas”. (LIMA FILHO, 2015, l. 35-48).

a qual passou a funcionar num colégio das Irmãs Alemãs, no bairro Alemanha, no começo alugado e depois adquirido pelo Estado³⁰¹.

As principais realizações da gestão de Arthur Almada Lima Filho foram: criação da Biblioteca; criação do Centro de Treinamento; aquisição prédio da Escola, no bairro Alemanha; continuidade dos programas de pós-graduação; aquisição de duas bolsas de estudo da Fundação Getúlio Vargas por ano, para aluno, na Escola de Administração Pública da FGV do Rio de Janeiro e na Escola de Administração Empresa da FGV de São Paulo. Mas o diretor reclamava que perdia muito tempo, todo mês, para a obtenção de recursos para pagar despesas com professores, fornecedores etc., porque, em verdade, as despesas da instituição eram custeadas pela SEAP³⁰².

E quando da criação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1972, a Escola de Administração Pública do Maranhão passou a ser denominada só Escola de Administração do Estado do Maranhão (EADEM)³⁰³, cuja alteração de nomenclatura não aconteceu de forma gratuita, mas representou uma readaptação da filosofia do curso à realidade brasileira, pois o curso foi criado no auge da demanda do Estado por profissionais formados em Administração Pública, inclusive, a motivação primeira para a criação da instituição foi a necessidade do suprimento de mão de obra de nível superior qualificada para a gestão das repartições públicas estaduais. Inclusive, a Fundação Ford, quando instalou seu escritório no Brasil, em 1959, fazia a leitura de que a corrupção no país seria sanada com a lotação de vagas no serviço público por mérito profissional e não por indicação política; mas a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, com a influência norte-americana, houve um

³⁰¹ “... as Irmãs Alemãs tinham um colégio no bairro da Alemanha, um prédio excelente, para instalações de jardim da infância, curso fundamental e segundo grau. As irmãs resolveram vender o prédio por quinhentos mil cruzeiros. Eu procurei governador Sarney. Ele se mostrou um pouco... Primeiro mandou dizer que não tinha tempo de tratar desse assunto, depois ele mandou me chamar e me perguntou: para que você quer um prédio daquele? É para botar a Escola de Administração? Basta um prédio para botar a secretaria, a diretoria, a biblioteca, cinco salas de aula. Aquilo é um mundo. E eu disse: essa é a escola de administração que você pensa, agora a que eu estou imaginando não é essa, ela vai ser igual à fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, porque nós vamos ter cursos dentro dela, inclusive de comunicação e uma série de coisas. Então ele me disse: você parece um Haroldo Tavares, vocês são uns sonhadores. Eu disse: não, calma, o Haroldo pode até voar, mas eu só piso no chão. E ele disse tá bom. Então, eu vou comprar. As Irmãs pediram Cr\$ 100.000,00 de entrada e Cr\$ 50.000,00 por mês. O estado, inclusive relaxava muito o pagamento das prestações. Sarney saiu e ficou o Antônio Dino. E depois, com o campus da Universidade lá na Cidade Operária, os cursos foram todos para lá, mas aí já não era comigo”. (LIMA FILHO, 2015, I. 55-75).

³⁰² LIMA FILHO, 2015.

³⁰³ MARANHÃO. Lei 3260 de 22/08/1972. Institui a Federação das Escolas Superiores no (sic) e dá outras providências. “Art. 10 – A Escola de Administração Pública do Maranhão passa a denominar-se Escola de Administração do Estado do Maranhão”. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 29/08/1972.

acento no enfoque empresarial, portanto dirigido às demandas do mercado, que estava carente de profissionais da administração voltados para o gerenciamento de empresas privadas. Nesse duplo sentido, a Fundação Getúlio Vargas manteve a Escola de Administração Pública no Rio de Janeiro e a Escola de Administração de Empresa em São Paulo. Também é fato que essa mudança refletiu aqui no Maranhão com o deslocamento do sistema universitário nacional da referência europeia para a tendência norte-americana³⁰⁴.

No regime de federação, a EADEM, assim como todas as demais escolas e faculdades, perdeu as prerrogativas de autonomies, uma vez que integrava a FESM, a qual tinha a atribuição de integrar as instituições isoladas, fato óbvio, pois na nova configuração a FESM é que era a detentora das referidas autonomies. Mas esse fato representou um avanço, pois a instituição passou a ter um referencial de natureza acadêmica, uma vez que da forma como estava se parecia uma extensão da secretaria de governo.

Em 1978, quando foi construído o Campus Paulo VI, a EAPM foi a última unidade da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM) a ser transferida para lá, a qual funcionava no Bairro Alemanha. Mas, enquanto isso não acontecia, disseminava-se um mal estar por toda a comunidade, como se a EAPM fosse privilegiada em relação às demais escolas, por três motivos: a) principalmente pelo fato de que o alunado era composto majoritariamente de pessoas oriundas de classe média; b) porque o campus da FESM ficava na zona rural de São Luís, o qual era de difícil acesso; c) a maioria de seu corpo docente já era constituída de mestres, os quais eram vistos como uma elite intelectual, enquanto os demais cursos tinham corpo docente constituído majoritariamente de simples graduados. Mas, segundo outras fontes, isso não passava de conjecturas infundadas do cotidiano acadêmico geradas pela disputa de prestígio entre os campos acadêmicos, pois o que mais impactava era a reconhecida qualidade do curso³⁰⁵ na sociedade.

³⁰⁴ COELHO; NICOLINI, 2013, *op. cit.*

³⁰⁵ “O que marcou pra mim assim foi na administração de Francisco Bastos, na qual foi finalmente consolidada a transferência do Curso de Administração que até então funcionava aqui na Alemanha. (...) Foi assim a ação mais impactante para a nossa universidade, foi a chegada do Curso de Administração na gestão do Francisco Bastos [Freitas], que na época era o diretor do curso. (...) Se não me falha a memória agora, mas foi naquele momento que a UEMA [FESM] criou impulso. Primeiro porque [era] um curso de Administração com qualidade... CARDOSO, Waldir Maranhão. Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão”. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em sua residência do Araçagi, em São Luís - MA, em 15.01.2016. Seção c., l. 13-22.

Com a transformação da FESM em UEMA em 1981, a EADEM foi transformada em Unidade de Estudos de Administração e a escola se fez memória. E para que as lembranças da Escola de Administração do Estado do Maranhão não se apaguem pela ação do tempo, periodicamente egressos das primeiras turmas, lá da época da Rua Antônio Lobo ou do Bairro Alemanha, se reúnem para lembrar.

4.1.2 A Escola de Engenharia do Maranhão (1967)

O Engenheiro Civil Haroldo Olympio Lisboa Tavares ao assumir a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas do Maranhão, no Governo José Sarney, verificou que no Maranhão só havia 35 engenheiros civis e percebeu a necessidade urgente de mais profissionais na área, para projetar e dirigir a execução das grandes obras de infraestrutura que o estado demandaria nos anos seguintes. Então, com o apoio do então governador José Sarney e com a ajuda de outros maranhenses,³⁰⁶ idealizou e fundou a Escola de Engenharia do Maranhão (EEM). No discurso de fundação da instituição disse: “o que pretendemos fazer é uma grande Escola, que seja para todos os jovens, um motivo de orgulho e cujos alunos aqui formados sejam melhores do que nós”.

Ilustração 5 - Placa comemorativa da fundação da Escola de Engenharia



Fonte: O pesquisador, 2014.

³⁰⁶ Dentre eles estão: José Maria Cabral Marques, João Guy Martins, Júlio Rebelo dos Santos, Francisco Batista Ferreira e José Garcia Fernandes. (APRUEMA).

A EEM foi criada em 1967 e instalada em 1968, com o Curso de Engenharia Civil, tendo por mantenedora a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, dirigida pelo Engenheiro Haroldo Tavares. Só em 1974 foi autorizado e posto em funcionamento o curso de Engenharia Mecânica.

A EEM³⁰⁷ funcionou inicialmente na Quinta do Macacão, próximo à rotatória da Ponte Bandeira Tribuzi, depois foi para o Bacanga e de lá foi para o Campus Paulo VI, no Bairro Tirirical, a qual era mantida pela Secretaria de Obras do Maranhão, sob o comando de Haroldo Tavares, que era o Secretário de Obras do governo Sarney.

No contexto de implantação do Projeto Grande Carajás e de discussão do Complexo Alumar, foi implantado o **Curso de Engenharia Mecânica**, o qual foi autorizado pela Resolução 23/74, do Conselho Estadual de Educação, em 30 de março de 1974. E através do Decreto nº. 79.803, de 27 de junho de 1977, o Governo Federal autorizou o seu funcionamento.

O curso de Engenharia Mecânica foi implantado na EEM e autorizado o seu funcionamento em 30 de março de 1974, em nível estadual, através da Resolução 23/74 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE) e na esfera federal, o Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, autorizou o seu funcionamento na EEM, mantida pela FESM, em 27 de junho de 1977, através do Decreto Nº. 79.803.

O reconhecimento do Curso de Engenharia, habilitação mecânica, deu-se através da Portaria nº. 86, de 16 de janeiro de 1981, assinada pelo Ministro de Estado da Educação Cel. Rubem Ludwig³⁰⁸.

Haroldo Tavares, reconhecidamente “um sonhador”, ao vislumbrar a efetivação iminente do parque industrial Alumar, constatou novamente a carência de

³⁰⁷ “Quando entrei lá [na Escola de Engenharia] eu estava cursando a universidade. Sou formado na primeira turma de Matemática da Universidade Federal do Maranhão, na UFMA. E eu entrei como um professor para orientar a criação das entidades estudantis, que chamavam Centro Cívico. Então eu entrei lá pra trabalhar no Departamento de Estudos Complementares, que era chefiado pelo professor Kalil Mohana, e pertenci ao departamento do professor Ramiro Azevedo, da professora Rosa Mochel Martins, do Edilson Baldez das Neves, que hoje é o presidente da FIEMA, da Josefa Batista Lopes e eu era o mais novo do grupo. Depois eu conclui o curso de Matemática e me deram cadeira na Engenharia Civil, na área de matemática. Eu já fui pegar a primeira turma lá no Bacanga... A Escola de Engenharia, quem a mantinha era a Secretaria de Obras. E quem comandava a Escola de Engenharia eram: o Dr Haroldo Tavares, que era secretário de obras do governo José Sarney; o Dr Libério, que era engenheiro da Estrada de Ferro [São Luís – Teresina], e tinha um terceiro, que me foge a memória, mas eram três diretores.” (MENDONÇA, 2016, linhas 11-32).

³⁰⁸ UEMA. PPC ENGENHARIA MECÂNICA. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís - MA, 2015, f. 11.

profissionais, desta vez na área da indústria metalúrgica, e conclamou a EEM para implantar o Curso de Engenharia Mecânica³⁰⁹.

Anualmente eram mandados dois alunos, um de Administração e outro de Engenharia [Mecânica], para estagiarem na fábrica da Ford, a fim de aprenderem administração empresarial e mecânica. Também foi feito um convênio com a Universidade de São Carlos para instalar o laboratório de solos na Engenharia Civil, com objetivo de emitir certificado de controle de qualidade, para toda construção de estrada, de prédio, a fim de evitar adulterações na composição do asfalto, do concreto etc., por exemplo: o projeto diz que é uma tonelada de areia e duas toneladas de asfalto, hipoteticamente, mas alteravam, faziam uma tonelada de asfalto e duas de areia; colocar barro na construção de um prédio, quando tudo deveria ser cimento e areia; o madeirame de teto madeira branca, quando deveria ser diferente. Nesse sentido, Arthur Almada afirma: “então, se esse certificado de controle de qualidade tivesse sido institucionalizado com a Lei, rapaz, era suficiente para manter, não só o Curso de Engenharia Civil, mas os dois e até os outros”³¹⁰.

Na administração nós fizemos o Centro de Treinamento, treinamos o pessoal das secretarias, da própria CEMAR, mas as outras eu não tenho notícia, a ser com esse laboratório de solo que foi implantado na Engenharia e que começou atuando no Certificado de Controle de Qualidade e que depois fecharam. Os próprios engenheiros acabaram com isso porque não tinham interesse, pois são donos de firma... Mas eu tinha sim...³¹¹.

³⁰⁹ E quando surgiu no Maranhão a possibilidade da chegada da ALUMAR, o Dr Haroldo fez uma reunião na Escola de Engenharia – eu estava presente nessa reunião –, convidando os alunos que estávamos no sexto, sétimo, oitavo período de Engenharia Civil para passarem para o curso de Engenharia Mecânica porque ele sonhava, ele era um visionário, porque a ALUMAR ia chegar e nós não íamos ter Engenheiro Mecânico disponível para trabalhar na ALUMAR. Então a primeira turma de Engenharia Mecânica foi formada pelos alunos que estavam na Engenharia Civil, que aceitaram transferir-se para a Engenharia Mecânica. Não havia professores para Engenharia Mecânica no Maranhão, por isso o Estado conviniu com a Universidade de São Carlos, e o curso passou a ser tipo modulado: vinha um professor que cumpria a carga horária de uma disciplina e ia embora; vinha outro professor... e assim surgiu a primeira turma de Engenharia Mecânica. Concomitante a esse período foi criada a comissão para elaborar a proposta da criação do curso de Engenharia Mecânica. Eu fiz parte dessa comissão: eu, Raimundo Parente Brandão, que Papai do Céu já chamou, e Luís Carlos Calvet Aquino. Nós três montamos o projeto de criação, botamos o curso de Engenharia Mecânica aqui. E o curso foi aprovado, pois recebemos a visita do Ministério [da Educação e Cultura] para as inspeções. Mas primeiro o Conselho Estadual autorizou o funcionamento, depois o Conselho Federal veio e reconheceu o curso; e hoje está aí funcionando. (MENDONÇA, 2016, linhas 43-61)

³¹⁰ LIMA FILHO, Arthur Almada. Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias em 22.10.2015..

³¹¹ Ibid.

Há que observar que a grande preocupação era com a formação de mão de obra, e nesse sentido a direção da FESM tinha a preocupação em oferecer o melhor para que o Maranhão tivesse competentes profissionais nas áreas de Engenharia Civil e de engenharia Mecânica.

4.1.3 A Faculdade de Formação de Professores de Caxias (1968)

Como uma das metas do Governo era elevar a escolaridade da população, foram pensadas soluções como o Projeto Bandeirante, que consistia na criação do Ginásio Bandeirante para abranger 84 municípios que não possuíam o ensino ginásial. E para prover os ginásios com professores foi criado o Projeto Centauro, que visava a formação de professores através de treinamentos rápidos e de cursos de licenciatura curta; daí a ideia de uma faculdade direcionada à formação de professores: com objetivo de sanar a carência de docentes no ginásio³¹². Em 23 de fevereiro de 1968, foi sancionada a Lei 2.821³¹³, em que a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão autorizava a criação da Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias (FFPEM), com o intuito de oferecer à comunidade os cursos de licenciatura curta em Ciências, em Letras, em Estudos Sociais e em Pedagogia, mas este último só funcionou a partir de 1973. Como havia urgência para atender uma demanda represada de professores para atuar no primeiro ciclo do ensino médio³¹⁴, o ato seguinte de José Maria Cabral Marques, o qual se classificava então como um jovem sonhador, foi, após consultar o governador, procurar apoio na UFMA para por em funcionamento a FFPEM, como força motriz do projeto, mas sem sucesso³¹⁵.

³¹² Na década de 1960, o ensino básico era constituído do curso primário e do curso secundário; e este compreendia dois ciclos: o curso Ginásial e o Científico, preparatório para o vestibular, ou Técnico em Contabilidade, preparatório para o trabalho, ou Normal, para formação de professores do curso primário.

³¹³ Na ilustração 04, p. 49 – Instituições estaduais de ensino superior criadas na gestão de José Sarney (1966-1970), há uma sequência lógica, na ordem dos acontecimentos, nas escolas de Administração, Engenharia e Agronomia, mas a Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias teve sua criação autorizada em fevereiro de 1968 e os cursos passaram a funcionar em janeiro de 1970, mas o decreto de criação só aconteceu em abril de 1971 e a autorização do Conselho Estadual de Educação para funcionar só ocorre em 1973. Parece algo feito de improviso, como se a educação escolar do povo fosse de menor importância. ESTADO DO MARANHÃO. Diário Oficial de 05.02.1968. Lei N. 2821, de 23 de fevereiro de 1968, que autorizou o poder executivo a criar a Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias.

³¹⁴ O Governo do Estado construiu, de 1966 a 1970, Ginásio Bandeirante em 84 municípios.

³¹⁵ “E eu fui pensando que ia ser recebido com fogos, discursos, banda de música e muita gente acenando bandeirinhas. Só não me jogaram pedras, mas disseram que ir para Caxias era coisa de louco, que querer uma instituição de ensino superior lá era fantasia, que eu estava fantasiando a vida, que queria fazer promoção

Diante dessa situação, o gestor da Secretaria de Estado da Educação (SEEDUC) não desistiu, mas pediu autorização ao governador José Sarney para buscar solução junto à Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), cujo diretor era o Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, para onde se dirigiu e o projeto obteve excelente acolhida. Além disso, houve uma exposição de motivos, na qual foi contada a história da ideia do Ginásio Bandeirante, enquanto elemento desencadeador do sonho de criação da Faculdade em Caxias para a qual surgiam muitas dificuldades. Então Dr. Eurípedes, empolgado, disse:

Isso é muito bom! Muito bonito! Gostei muito da ideia! Mas nós temos que ir para a Congregação. Você tem coragem de ir?” Repliquei-lhe: “A mim não vai faltar coragem. Só o fato de vir de São Luís para cá, sem conhecer o senhor, arriscando a ouvir um não seu, atesta que tenho coragem. Além do mais, fico feliz por o senhor me ter aberto as portas aqui, mostrando a máxima boa vontade e um interesse incomum³¹⁶.

Nesse sentido, Cabral Marques explicou que a história de Ginásio Bandeirante remetia a principal ideia de interiorização que motivou as bandeiras no período colonial, mas com o objetivo de expansão das fronteiras do conhecimento, e não territoriais, tendo a ver com paulista ajudando pessoas do Nordeste. E concluiu: “Os paulistas foram os primeiros bandeirantes. E eu espero que São Paulo queira ajudar os irmãos mais pobres. Ele riu e afirmou: ‘Está apelando!’ Retorqui: ‘É, a gente também apela, não é?’” E a Congregação aceitou a missão com entusiasmo.

Fomos para a Congregação, e eu contei lá a mesma história. Empolguei-me mais ainda com o negócio. Tanto que afirmei que, se tivesse o aval do diretor naquela hora, íamos mandar brasa. O Prof. Dr. Aziz Ab’Saber (que foi, posteriormente, presidente da SBPC), renomado geógrafo, foi o primeiro a se pronunciar: “Estou apoiando esse projeto, porque conheço o Maranhão andando e sobrevoando,

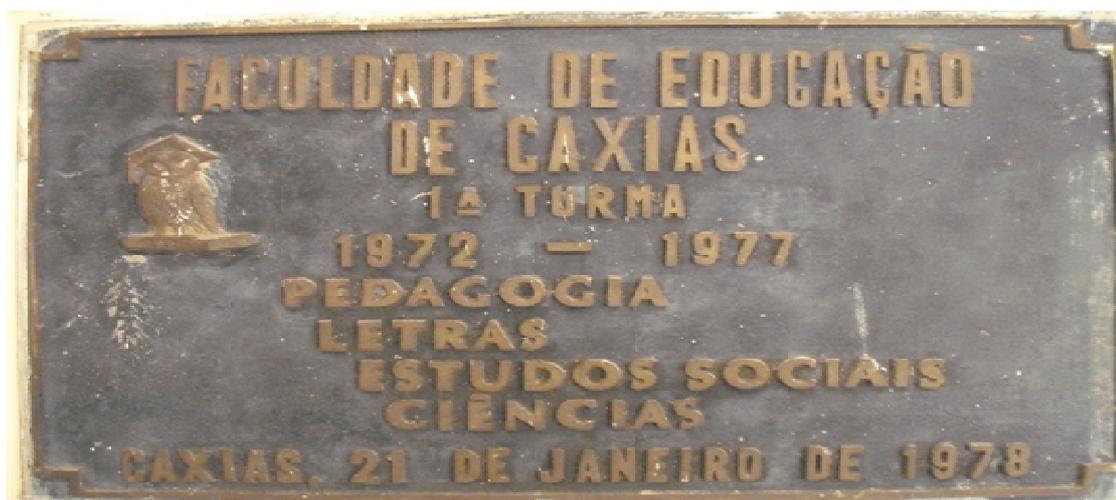
política de governo, sei lá. Não me disseram nesse português, mas, no fim, o que queriam me dizer era isso. Expliquei ao pessoal que estávamos provendo esses Ginásios com professores treinados, mas que isso era uma solução provisória e que era preciso ir logo preparando uma solução definitiva. Quanto à opção de Caxias, nós a tínhamos feito em função das condições que apresentava. Se fizessemos na capital, ninguém ia para o interior nem vinha de lá. Daí a ideia de fazer em Caxias para, a partir de lá, se expandir por Bacabal, Imperatriz, Pinheiro. Pensávamos em fazer de Caxias um centro de irradiação. O fato é que tive de desistir [da parceria com a Universidade Federal do Maranhão]”. FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). José Maria Cabral Marques. In: _____. Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís; Brasília: UFMA; CNPq, 2005, p. 227/228.

³¹⁶ FARIA; MONTENEGRO, 2005, *op. cit.* p. 228/230.

e o Maranhão está precisando de ajuda, senhor diretor. Sou o primeiro candidato a ir para essa tal faculdade”. E, então, um a um, todos os professores da Congregação levantaram-se, seguindo o exemplo do Dr. Ab’Saber. Vieram muitos ensinar, até o diretor e sua mulher³¹⁷.

A partir de então a Secretaria de Estado da Educação³¹⁸ tratou de celebrar um convênio com a FFCL da USP para cuidar da implantação dos cursos, desde o planejamento, até a indicação de equipamentos e as bibliografias, bem como os professores para ministrar aulas nos referidos cursos. As aulas foram iniciadas em 06 de janeiro de 1970³¹⁹, no prédio do Ginásio Bandeirante “Duque de Caxias”, situado no Morro do Alecrim, inicialmente vinculada à SEEDUC, mas, pouco a pouco, a maior parte dos alunos foi sendo composta de estudantes residentes em Teresina - Piauí, denotando, à primeira vista, que a comunidade local pouco valorizava os cursos, pelo fato de serem cursos de licenciatura curta e/ou não serem reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), inclusive suscitando uma ideia de transferir a FEC para Bacabal, uma vez que não estava cumprindo os objetivos desejados, que era formar professores para o interior do Maranhão, segundo Artur Almada Lima.

Ilustração 6 – Formatura da 1ª. Turma da Faculdade de Educação de Caxias.



Fonte: Dependências do CESC/UEMA, à entrada ao Auditório Leôncio Magno, 2010.

³¹⁷ Ibid., *op. cit.* 228/230.

³¹⁸ O Secretário de Educação era o Prof. José Maria Cabral Marques.

³¹⁹ Era uma modalidade intensiva. Por exemplo: Três professores, respectivamente, de Ciências, de Letras e de Estudos Sociais lecionaram suas disciplinas num tempo de 45 dias, logo em seguida chegam outros três e assim sucessivamente. Os alunos trabalhavam de dia e estudavam à noite e aos sábados o dia inteiro. Infelizmente o Governo do Estado rescindiu o convênio ao final do primeiro semestre de 1971, alegando falta de recursos financeiros, após rompimento com o comando de José Sarney, que a esta altura já era senador.

A partir de 1975, a FFPEM foi encampada pela FESM com a denominação de Faculdade de Educação de Caxias (FEC). Mas a FEC, em 15.12.1977, teve seus cursos reconhecidos pelo MEC através do Decreto Federal Nº 81.037, ensejando a colação de grau dos concludentes de 1973-1977, totalizando quase mil licenciados, em 21 de janeiro de 1978, numa cerimônia inesquecível para a instituição e para a cidade de Caxias, na qual se encontraram as mais altas autoridades municipais, estaduais e federais.

Em 1981, com a transmutação da FESM em UEMA, a FEC passou a ser chamada Unidade de Estudos de Educação de Caxias (UEEC) e, a partir de 1994, passou a ser nomeada como Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC).

Os diretores da UEEC até 1983 foram nomeados por indicação dos grupos políticos locais dominantes. Assim, aconteceu com Raimundo Nonato Medeiros e Cônego Aderson Guimarães, que eram amigos do prefeito Tenente Aluizio Lobo; com Genival Costa e Silva, indicado por João Castelo; com Hélio Benévolo Nogueira, indicado por Aluizio Lobo; com a Irmã Clemens Carvalho, indicada por Alexandre Costa. Mas a partir do momento em que a UEMA foi constituída, com estatuto e prezando pelo status de universidade, os dirigentes de suas unidades passaram a ser escolhidos por lista tríplice composta por professores da instituição submetidos ao crivo do voto secreto de estudantes, técnico-administrativos e professores.

Assim, em 1983 o nome de um membro da família Coutinho foi levado pelo então prefeito José Castro ao governador Luís Rocha, para suceder a Irmã Clemens na direção da UEEC, tendo o governador apresentado o nome ao reitor Jacques Inandy Medeiros. O reitor, ex-colega de Liceu do governador, ponderou dizendo que não havia impedimento para a pessoa ser nomeada, desde que o nome viesse na lista tríplice. Então, chegado o momento da eleição, um grupo de professores que construía uma hegemonia de base “progressista” lançou os candidatos Aluizio Bitencourt, Maria de Fátima Félix e Joaquim Ribeiro, e o outro grupo, representante da elite “tradicional”, lançou os candidatos Valquíria Fernandes, Wilson Egídio e Sílvia Carvalho. O resultado foi que o campo “progressista” fez a lista tríplice e caiu por terra a indicação política, mas o grupo direcionou a escolha do diretor da UEEC

para Aluízio Bitencourt³²⁰, por ter este mais trânsito entre os grupos dominantes locais e, conseqüentemente, com o reitor.

Em 1986 todos os cursos da UEEC passaram para licenciatura plena, como uma das exigências do MEC para que a UEMA pudesse ser autorizada com o status de universidade, inclusive podendo registrar os diplomas expedidos aos seus egressos profissionais, pois até então seus diplomas eram registrados na UFMA.

O campo progressista que assumiu a direção da UEEC em 1983, mesmo com a intervenção havida na UEMA em 1987, teve sua continuidade na administração de Joaquim Ribeiro de Sousa Neto (1987-1991), cujo nome foi submetido a apreciação da comunidade, o qual foi sucedido por Mamede Chave (1991-1993), que, por sua vez, foi sucedido por Luís Faustino (1993-1995).

Em 1994, em uma nova fase de sua história, a UEMA passou por uma reforma administrativa, através das leis estaduais nº 5.921, de 15 de março, e nº 5.931, de 22 de abril, de 1994, tendo a UEEC passado a ser denominada de Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC.

4.1.4 A Escola de Agronomia do Maranhão (1969)

Escola de Agronomia do Maranhão (EAM) foi criada por um grupo de agrônomos sob a liderança do Secretário de Estado de Agricultura, Lourenço José Tavares Vieira da Silva, com a participação de José Mariano dos Santos, de José Trajano Brandão Martins e de Joaquim César dos Santos, que funcionou desde o início numa fazenda do Estado, no Bairro Tirirical, onde era instalada a Secretaria de Agricultura, tendo a mesma sido cedida em 1976 para a construção do Campus Paulo VI, inaugurado em 1978, que foi o espaço principal de instalação das escolas superiores da FESM e, posteriormente e atualmente, respectivamente das unidades e centros de estudo da UEMA³²¹.

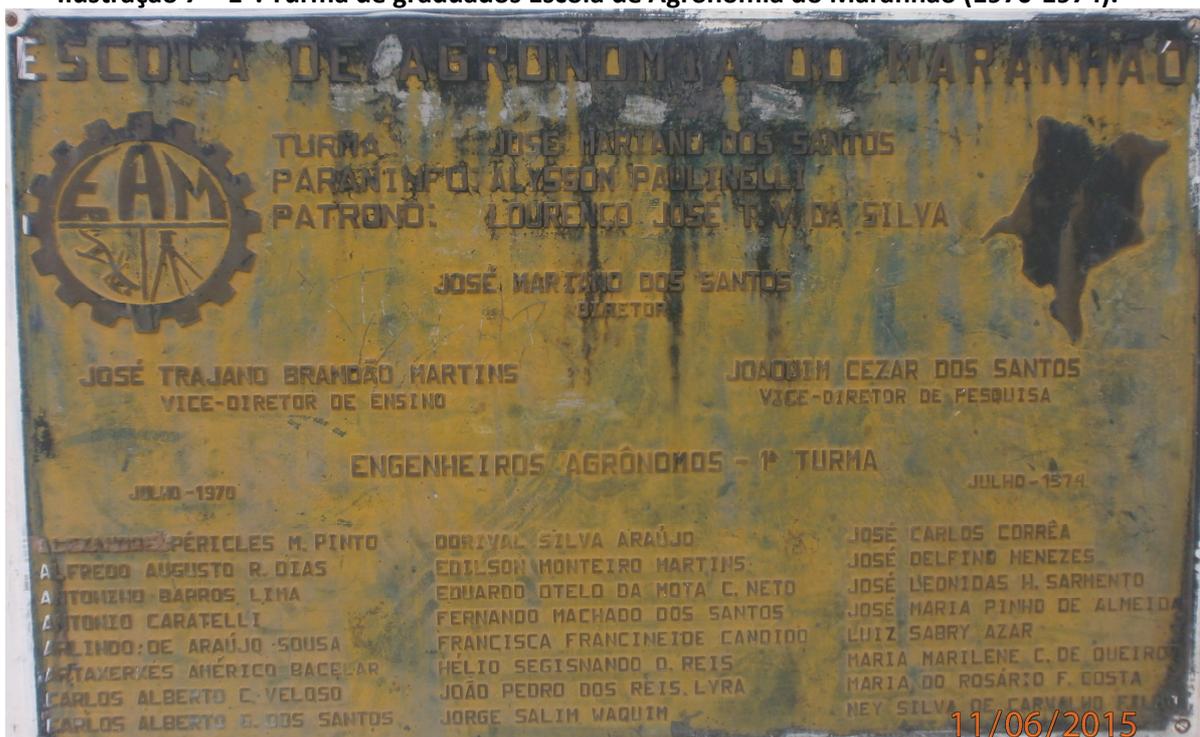
A autorização da criação da EAM aconteceu através da Lei Nº 3.003, de 03 de novembro de 1969, sancionada pelo governador José Sarney, o qual em ato seguido baixou o Decreto Estadual N 4.045, de 02 de dezembro de 1969 criando

³²⁰ Aluízio Bitencourt foi diretor da UEC de 1983 a 1987, o qual passou o comando ao companheiro de lista tríplice Joaquim Ribeiro de Sousa Neto que, num período de intervenção na UEMA, foi referendado pela comunidade acadêmica e nomeado pelo interventor Warwick Estevan Kerr.

³²¹ MENDONÇA, 2016, linhas 34-36.

efetivamente a referida instituição. Em 30 de agosto de 1970 o CEE, através da Resolução Nº 26 autorizou o funcionamento da EAM, mantida pelo Estado, como uma autarquia, com autonomia financeira e administrativa, tal como as congêneres de Administração, de Engenharia e a Faculdade, passando, portanto, a funcionar o Curso de Agronomia em julho de 1970.

Ilustração 7 – 1ª. Turma de graduados Escola de Agronomia do Maranhão (1970-1974).



Fonte: O pesquisador, 2014.

O Governo Federal, através do Decreto Nº 74.086 , de 21 de maio de 1974, “concede reconhecimento à EAM, com o curso de Agronomia, com sede na cidade de São Luiz, estado do Maranhão”, a qual já havia sido incorporada à FESM, quando da criação desta.

A EAM, mesmo incorporada à FESM, conservava seu caráter institucional de autarquia, embora perdesse sua autonomia administrativa, didático-científica e financeira, mas quando da transformação da FESM em UEMA a EAM perdeu a sua condição de autarquia, passando a ser denominada Unidade de Estudos de Agronomia (UEA), e quando a UEMA teve seu estatuto reformulado em 1994 passou a ser denominado Centro de Ciências Agrárias (CCA).

4.1.5 A Faculdade de Educação de Imperatriz (1972)

A Prefeitura Municipal de Imperatriz, com base na Lei Municipal Nº 10, de 08.08.1973, criou a Faculdade de Educação de Imperatriz (FEI), a qual tinha por mantenedora a Fundação de Ensino Superior de Imperatriz (FESI), em conformidade com a Lei 5.540/68. À semelhança do que ocorreu com a FFPEM de Caxias, foi feito um convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), para implantação e funcionamento dos cursos de licenciatura curta de Letras, Estudos Sociais e Ciências, inclusive sendo as aulas lecionadas por professores da própria UFPR, por absoluta insuficiência de pessoal qualificado no estado do Maranhão.

Ilustração 8 - Centro de Estudos Superiores de Imperatriz.



Fonte: Google, 2016

Esses cursos tiveram o funcionamento autorizado pelo Decreto Federal 79.861 de 27.06.1977, assinado pelo Presidente da República Ernesto Geisel, tendo em vista o favorável Parecer 74/75 do CEE. Além disso, o MEC, através da Portaria 147, de 06.02.1980 os reconheceu.

A incorporação da FEI à FESM ocorreu pelo Decreto Estadual 7.197, de 16.07.1979, embasado na Resolução Nº. 1579/79, de 28/06/1979. E com a transmutação nominal da FESM para UEMA, por força Lei 4.400, de 30/12/1981, a referida instituição passou a ser denominada de Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI).

Por exigência do processo de autorização do funcionamento da UEMA, com todas as prerrogativas de universidade, que tramitaria pelo MEC, também os cursos

de licenciatura curta da UEEI foram convertidos em licenciatura plena, através da Portaria 501, de 03.07.1985, do Ministério da Educação.

Ofertou a UEEI à comunidade mais estes cursos: Administração, criado e em processo de autorização pela Resolução 103/92 do CONSUN; Letras Português-Inglês, reconhecido pela Portaria 585 de 15/06/1992 do MEC; História, reconhecido pela 897 de 15/06/1992 do MEC; Ciências – Química, autorizado pela Portaria 596 de 13/11/1992 do MEC; Formação de Professores do Currículo do Ensino de 2º. Grau – Esquema I, criado pela Resolução 103/92 do CONSUN, e em processo de autorização no MEC.

Também por força da Lei 5.921, de 15 de março de 1994, que reorganizou a UEMA, a UEEI passou a ser denominada CESI (Centro de Estudos Superiores de Imperatriz).

4.1.6 Escola de Medicina Veterinária (1974)

Médicos veterinários, que lecionavam na EAM e trabalhavam na Secretaria de Estado da Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), no Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão e na Delegacia Regional do Ministério da Agricultura, em 1973, pensaram e elaboraram o projeto de criação da Faculdade de Medicina Veterinária do Maranhão (FMVM), o qual foi apresentado ao CEE.

Houve um encontro com todos os colegas e lançamos a pedra fundamental da Escola de Medicina Veterinária. O Maranhão estava totalmente com vocação agrícola, já com uma Escola de Agronomia, e nós não podíamos deixar de ter uma Escola de Medicina Veterinária. Não devíamos esperar que os agrônomos fundassem a Escola de Medicina Veterinária. Tinha que ser nós veterinários³²².

A EMVM foi criada através da Lei Nº 3.517, de 14 de junho de 1974, sancionada pelo governador Pedro Neiva de Santana. Em 29 de outubro de 1974, o CEE, através da Resolução Nº 120/74-CCE, autorizou o funcionamento da EMVM, mantida pelo Estado, enquanto uma entidade autárquica, com autonomia financeira

³²² MEDEIROS, Jacques Indandy. Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede da Academia Caxiense de Letras, em 06.01.2016. Seção a. l. 16-22.

e administrativa, tal como suas congêneres referidas anteriormente. E o Curso de Medicina Veterinária passou a funcionar no primeiro semestre de 1975³²³.

Desse modo, através do Decreto N. 5.678, de 02 de setembro de 1975, baixado pelo governador Oswaldo da Costa Nunes Freire, a EMVM foi incorporada à FESM. E com base no parecer do CFE N. 7.154/78, pelo Decreto Federal Nº 83.067, de 22 de janeiro de 1979, “é concedido reconhecimento ao Curso de Medicina Veterinária, ministrado pela EMVM, mantida pela FESM”³²⁴.

Jacques Inandy Medeiros lembra que, na qualidade de professor da EMVM e presidente do Departamento de Ciências Fisiológicas:

[...] conhecia bem a estrutura da escola, a qual já era uma escola muito boa para o tempo, com bom padrão de ensino, tanto na parte prática como na parte teórica. E eu fiz um trabalho de aproveitar os alunos que estavam saindo, inclusive eu cito aqui um aluno, que foi meu aluno, o qual foi aproveitado como professor colaborador e mais tarde auxiliar de ensino, que é o Prof. Waldir Maranhão Cardoso, que é deputado [federal] e que foi reitor. Ele foi aluno da primeira turma de Medicina Veterinária, quando comecei a aproveitar aquela mão de obra produzida por nós³²⁵.

Por ocasião da passagem dos 30 anos do Curso de Medicina Veterinária, em 2004, foi afixada uma placa no CCA em homenagem aos 44 professores fundadores³²⁶.

³²³ UEMA. PPC MEDICINA VETERINÁRIA. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís - MA, 2015.

³²⁴ BRASIL. Decreto N. 83.067. de 22/01/1979;. Cf. UEMA. PPC MEDICINA VETERINÁRIA. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís - MA, 2015., f. 10/11.

³²⁵ MEDEIROS, 2016, op. cit. l. 87-94.

³²⁶ 1-Antônio Rodrigues da Mata Neto, 2-Antônio Guará Sobrinho, 3-Avelino Oliveira Serra, 4-Antonio Dias de Moraes, 5-Antônia Oliveira Sousa, 6-Benedito Gonçalves Lima, 7-Benedito Soares de Lyra Pessoa, 8-Carlos Alberto dos Santos Marques, 9-Denise Magalhães Lobão Silva, 10-Djalma Nina Rodrigues, 11-Francisco de Sousa Rocha, 12-Francisco Cordeiro Damasceno, 13-Geraldo de Vasconcelos Yahon, 14-Graccho Bolivar Pinheiro da Silva, 15-Geraldo da Cunha Carvalho, 16-Gilson Mendes Caminha, 17-Hiran Carneiro dos Santos, 18-Ivo Anselmo Honh, 19-José Fernando Soares Dias, 20-José Nilson Silveira Maciel, 21-Joaquim Manoel Menezes de Gusmão, 22-João Batista Braga, 23-José Ribamar Miranda Carvalho, 24-José Abel Pereira da Silva, 25-José Ribamar Moreira Lima, 26-José de Jesus Reis Ataíde, 27-João Alberto Silva Sousa, 28-José Geraldo Góes de Oliveira, 29-Luiz Barbosa Guerra, 30-Lourenço José Tavares Vieira da Silva, 31-Margarida Maria do Rego Barros Pires leal, 32-Maria Adélia Maranhão Waquim, 33-Maurício Mendes, 34-Maridalva Martins Ribeiro, 35-Plínio de Vasconcelos Brito, 36-Paulo de Vasconcelos Brito, 37-Paulo Jesus de Brito Tenório, 38-Raimundo Cardoso Nogueira, 39-Reynaldo Soares de Lyra Pessoa, 40-Raymundo João Barbosa Pinheiro, 41-Raimundo Arnaldo Castelo Gomes, 42-Raimundo Nonato Negreiros Vale e 43-Severino Pessoa de Lima. Obs.: Jacques Inandy Medeiros. entrevistado em 05/01/2016, disse que foi um dos fundadores da Escola de Medicina Veterinária do Maranhão, mas seu nome não consta na placa.

Olha, quando ela começou a funcionar, tinha poucos professores que só se dedicasse à Escola de Medicina Veterinária. Normalmente eram funcionários do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura ou então da EMATER. Como esses professores tinham outras fontes, normalmente a luta salarial não era tão grande... Como eu, que era do Banco de Desenvolvimento [do Estado do Maranhão], comecei com 12 horas [aula], depois passei para 20. Então, esse problema [salarial] não tinha muito no início, mas quando eu assumi a Escola, já como segundo diretor, já começou [o problema salarial], porque nós já começamos a trazer professores [de outros estados]. Chegou um mineiro dizendo: eu quero 40 horas porque eu vou passar o dia aqui. Aí já passou o cara a depender daquele salário e inicia luta salarial que sempre tivemos e vamos continuar tendo. Então, essa integração com os professores e com os alunos era muito boa. Já pensou, um ex-aluno ser um professor colaborador, ser auxiliar de ensino mais tarde de um professor seu! Normalmente, quando um departamento pedia, pedia aquele aluno que tinha se destacado naquela área, a exemplo de Waldir Maranhão, Adalberto, a Profa. Lourdes, em laboratório, a Profa. Fátima³²⁷.

Portanto, está explicada a razão de um quadro tão grande de professores para um curso que estava no seu início, pois a maioria dos professores não possuía o magistério como única fonte de renda, pois tinham outros empregos. Mas isso não os eximia da preocupação com a qualidade teórica e prática do curso, ao ponto de o curso ter sido avaliado sucessivas vezes como padrão, isto é, de alta qualidade.

Num estado com grandes extensões de terras agricultáveis como o Maranhão, no início da década de 1970, não havia médico veterinário, por exemplo, o diretor do Departamento Animal da SAGRIMA era um agrônomo e só havia dois veterinários maranhenses trabalhando lá e os demais eram de Pernambuco e do Ceará. Isso significaria que a formação de médicos veterinários pela EMVM produziria um impacto muito grande na produção agropecuária do Maranhão, pois possibilitariam expandir a saúde animal, a fiscalização de produtos alimentícios e o controle de zoonoses em pequenos e grandes animais³²⁸.

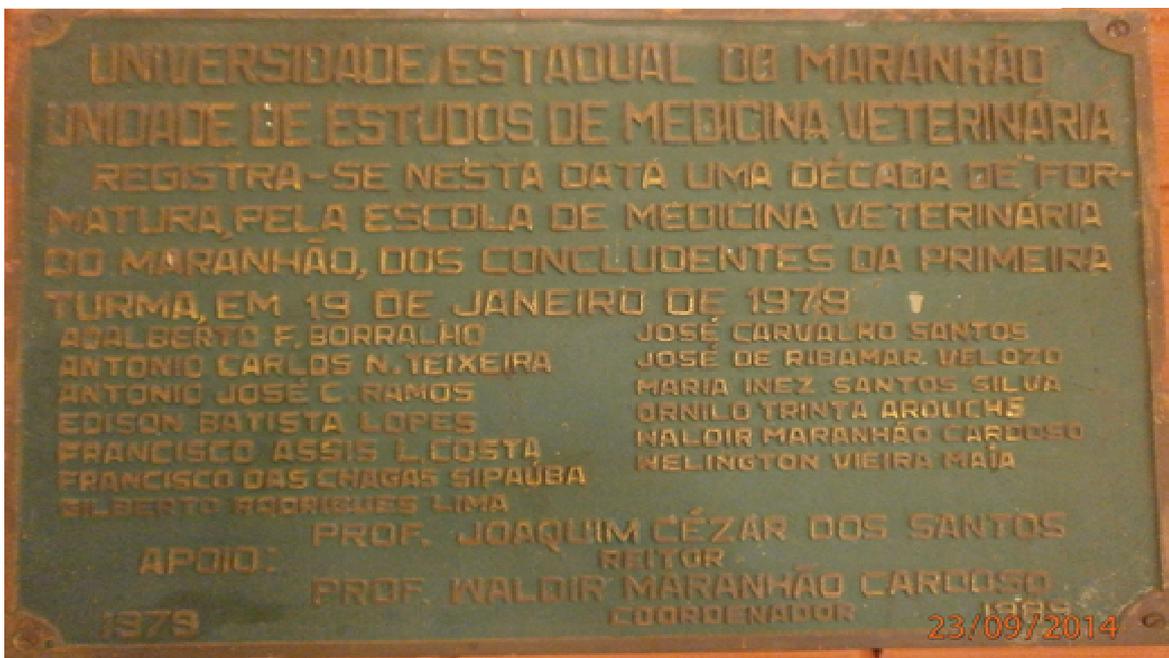
O curso de Medicina Veterinária, na década de 1970, representou para os jovens um despertar para a realidade agropecuária do estado, o qual tem, por sua tradição, uma economia baseada no setor primário. Uma vastidão de campos agrícolas, permitiu entender que o curso trouxe como um componente fundamental a possibilidade de explorar da atividade agropecuária com fundamento em conhecimentos. E os profissionais da Medicina Veterinária contribuíram muito para

³²⁷ MEDEIROS, 2016, *op. cit.* l. 165-182.

³²⁸ MEDEIROS, 2016, *op. cit.*

com a economia do estado, na perspectiva de aumentar a produtividade do rebanho, uma vez melhorada a sua qualidade biológica.

Ilustração 9 – 1ª. Turma de Formados de Medicina Veterinária (1975-1978)



Fonte: O pesquisador, 2014.

Os primeiros professores do curso de Medicina Veterinária foram egressos da Universidade Federal de Pernambuco, os quais vieram trabalhar no Ministério da agricultura e na Secretaria de Agricultura, se lhes faltavam titulações, sobravam-lhes conhecimento, entusiasmo e motivações para dar suporte àqueles jovens da primeira turma, em 1975. Essa turma começou com 30 alunos, mas, como houve as naturais evasões, ao final do curso apenas 13 alunos colaram grau em 1979.

Mas, de tudo aquilo que eu vivi intensamente no curso de Medicina Veterinária, foi a consciência de estar num estado eminentemente agropecuário, com fronteiras fantásticas, e um dos maiores rebanhos bovinos na época. O Maranhão tinha uma atividade leiteira muito forte. São Luís era uma bacia leiteira. Nossa vaca era de produção de leite de alta linhagem. (...) Sonhávamos fazer pesquisa na EMAPA (Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária), na CODAGRO, que eram empresas que davam suporte à produção agropecuária do estado. Então, no meu imaginário, fazer um curso de Medicina Veterinária, na Ilha de São Luís, distante dos maiores centros produtores, tipo de Bacabal, Imperatriz, Santa Inês, era um

grande desafio da época, era um curso, eminentemente voltado para o setor rural, feito na área urbana, em São Luís³²⁹.

Então, essa formação acadêmica era percebida pelos alunos como se fosse um laboratório, a qual impulsionava os formandos a saírem de São Luís para conhecerem a experiência no interior (Pedreiras, Bacabal, Imperatriz, Santa Inês), isto é, nos grandes centros produtores, ao invés de ficar fazendo um curso circunscrito a uma realidade voltada para pequenos e grandes animais.

Em síntese, as escolas e faculdades que formavam a FESM compreendiam seis campos de conhecimento: Administração, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Agronomia, Medicina Veterinária e Educação. Todas essas instituições, envolvendo campos do saber tão essenciais para o desenvolvimento humano, não tiveram suas potencialidades minimamente exploradas por muito tempo, haja vista que o Maranhão continuou sendo um estado não tão menos pobre do que antes, talvez mais por inépcia dos governantes do que por competência dos gestores dessas instituições. O que perdurou mesmo depois de agregadas as escolas e faculdades na forma de federação, considerando-se a insistente tentativa de se desfazerem desse complexo científico, alegando simplesmente a necessidade de priorizar o atendimento do ensino fundamental, como ficou dito nas sucessivas exposições de motivos para proceder à incorporação dos cursos à UFMA. Mas, como quem não conhece a própria história está passível de repetir os erros cometidos pelos antepassados, e quem a conhece se capacita para ressignificar o presente com experiências exitosas e não exitosas do passado, dando respostas ao presente a partir de uma reflexão sobre o passado, possivelmente esses agentes políticos tenham padecido de ignorância histórica.

4.2 Federação das Escolas Superiores: coordenação e controle (1972-1981)

Nada acontece por acaso. Então, a congregação dos estabelecimentos de ensino superior do Maranhão ocorre por força da Lei 5.540/68, na perspectiva de modernização da instituição universitária brasileira, a qual recomendava, no artigo

³²⁹ CARDOSO, Waldir Maranhão. Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede do Partido Progressista, em São Luís - MA, em 14.01.2016a, seção b, l. 57-88.

8º, o ajuntamento de estabelecimentos de ensino superior de uma mesma região em federação de escolas, inclusive considerando importante em vista de programas de financiamento do ensino superior. E diz a Lei:

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.

Nessa época, em 1971, o governador Pedro Neiva de Santana se queixava aos quatro ventos do estado que o Governo Estadual não tinha condições de levar à frente a incumbência com o ensino superior, inclusive rescindiu o convênio celebrado nesse mesmo ano com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, então é possível compreender a **criação e estruturação da FESM** tendo em vista a racionalização dos custos. E quando o Governo Federal financia e visita as obras da **Cidade Universitária Paulo VI**, em 28 de outubro de 1978, fica ainda mais evidente o espírito da Lei 5.540/68, da dita Reforma Universitária.

Dentro do espírito da Lei 5.540/68, em vista da racionalização de recursos humanos e financeiros, dos quais o governador e o SEEDUC reclamavam serem as escolas superiores isoladas muito onerosas para o erário público, houve a Lei N. 3.260,³³⁰ de 22.08.1972, que instituiu a FESM, com a finalidade de coordenar e integrar os estabelecimentos isolados de ensino superior no Maranhão, nos seguintes termos: “Art. 4º - A Federação congregará: I – a Escola de Engenharia do Maranhão; II – a Escola de Administração do Estado do Maranhão; III – a Escola de Agronomia do Maranhão; IV – a Faculdade de Educação de Caxias”. Mas a

³³⁰ MARANHÃO. Lei N. 3.260, de agosto de 1972, que instituiu a Federação das Escolas Superiores do Maranhão. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, 29 de agosto de 1972.

Faculdade de Educação de Caxias já figurava no Estatuto da FESM,³³¹ aprovado pelo Decreto N. 5.285, de 19 de fevereiro de 1974, mesmo só estando autorizada pelo Conselho Estadual de Educação através da Resolução N. 52, de 26 de julho de 1974. Assim, a partir de 1975, a Faculdade de Educação de Caxias foi incorporada à FESM sem restrição.

Como determinava o Estatuto da FESM em seu artigo 6º, parágrafo único, que “A Federação poderá criar ou congregar novas unidades de ensino ou de pesquisa que forem criadas pelo Estado ou por outra pessoa de direito público, bem como pela iniciativa privada, uma vez satisfeitas as exigências legais”, em 1975 foi incorporada a Escola de Medicina Veterinária, e, em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz.

A natureza da FESM é descrita como uma autarquia de natureza especial, congregando todas as instituições isoladas de ensino superior do estado sem que estas perdessem de todo a autonomia de unidades isoladas, como determinavam as leis que as criaram. Mas seria uma instituição com atribuições e poderes maiores para supervisionar e uniformizar as ações, as escolas e faculdades, mediante o auxílio de um Conselho Federativo (CF), constituído por representação paritária de diretores e representantes das congregações, auxiliado pelas superintendências de ensino, de administração e tecnológica³³².

Os presidentes da FESM, de 1972 a 1981 todos foram *pro-tempore*³³³: Francisco Batista Sales, 1972-1974; Arthur Almada Lima Filho, 1974-1976; José Mariano dos Santos, 1976-1979; José de Ribamar Fiquene, 1979-1980; e Francisco Sousa de Bastos Freitas, 1980-1981³³⁴. Este último presidiu a transição de FESM para UEMA, por todo o ano de 1981, a qual foi acompanhada de estudos e debates em torno do tema da modernização da FESM.

Na gestão de Francisco Batista Sales, 115 professores das escolas de Administração, Agronomia e Engenharia foram classificados na categoria Professor

³³¹ MARANHÃO. Decreto N. 5.285, de 19 de fevereiro de 1974, que aprovou o Estatuto da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, 08 de março de 1974.

³³² MEIRELES, 1981, *op. cit.* p. 37.

³³³ As fontes documentais atestam que todos os presidentes da FESM foram “pro tempore”, bem como os reitores da UEMA que não foram escolhidos dentre nomes constantes em lista sêxtupla de votados pela comunidade universitária e homologada, respectivamente, pelo Conselho Federativo ou Conselho Universitário. O “pró-tempore” significa temporariamente ou por um tempo, isto é, o presidente ou reitor que não tenha feito parte da composição de lista sêxtupla, portanto, não eleito e, conseqüentemente, com possibilidade de ser substituído a qualquer tempo, ao sabor do arbítrio do poder que o nomeou.

³³⁴ MEDEIROS, Jacques Inandy. FESM x UEMA, um pouco de história. *O Imparcial*, São Luís – MA, 11 ago. 1995.

Titular³³⁵, por mérito, isto é, sem a titulação acadêmica correspondente. E ele foi classificado por Arthur Almada Lima filho como homem admirável, mas José Sarney o havia levado para ser presidente da Cia de Água, Esgoto e Saneamento de Brasília (CAESB), pois era um especialista na área, de tal maneira que não teve a oportunidade de implantar as superintendências da FESM enquanto instâncias de administração da presidência, equivalentes às pro-reitorias.

Arthur Almada Lima Filho foi promotor de justiça, em seguida juiz, cuja função fora colocada em disponibilidade, isto é, afastado compulsoriamente e sem remuneração por injunção da Ditadura Civil-Militar de 1964. Filho do Desembargador Arthur Almada Lima que, nos anos de 1966 e 1967, foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Enquanto não retornou à magistratura, foi jornalista, professor, diretor da EAPM e presidente da FESM³³⁶ nos governos Pedro Neiva de Santana e Oswaldo Nunes Freire, de 1974 a 1976.

É creditada a Arthur Almada Lima Filho a estruturação da FESM com suas superintendências e autonomia administrativa, financeira e didático-técnica. Mas nada disso teria sido possível, disse ele³³⁷, sem a participação efetiva e apaixonada de um grupo constituído por homens extraordinários como os professores Arthur Azar, Mariano dos Santos, Severino Pessoa e Renato Bacelar, respectivamente diretores das escolas de Engenharia, de Agronomia, de Veterinária e de Administração, e os professores superintendentes de Ensino, Ivo Anselmo Höm, de Planejamento, José Trajano Brandão, e de Administração, Antônio Augusto Brandão.

Mas o Secretário de Educação, meu amigo, Jerônimo Pinheiro,³³⁸ resolveu incorporar a Federação à Universidade Federal do Maranhão. Ele tinha razão em certo ponto. Qual era o motivo? O Governo gastando dinheiro em cima de ensino superior, quando o ensino fundamental estava caótico, precisando de recursos. Como eu me dava com um cunhado do Nunes Freire... Nunes Freire era amigo nosso, de nosso de família, de meu pai, de minha mãe, e da mãe dele. O Araújo, cunhado dele, que não queria essa incorporação me procurou e perguntou: Qual o teu ponto de vista? Eu disse: Eu sou contra! Aí disse os motivos. Basta ver as leis que criaram a Escola de Engenharia, de Agronomia, de Administração e tudo

³³⁵ FESM. Resolução nº 09/74-CF, de 10/10/1974. Classificação na categoria Professor Titular.

³³⁶ MEDEIROS, 1995, op. cit.

³³⁷ LIMA FILHO, Arthur Almada. *Algumas palavras*. São Luís – MA: Colorgraf, 2009, p. 15/16.

³³⁸ Jerônimo Pinheiro, odontólogo, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da qual foi pró-reitor de planejamento, de 1972 ao início de 1975, de onde saiu para assumir a Secretário de Estado de Educação até 1979, no Governo Nunes Freire (1975-1979). Sua biografia registra que foi um grande entusiasta em favor da UFMA. Nasceu em 1929 e faleceu em 2010.

mais... Que eram tudo dentro de um projeto de desenvolvimento... do que o Sarney chamou de Maranhão Novo. Eu disse: vamos tirar do Estado o instrumento do seu desenvolvimento. Além do mais, eu acho que é um contrassenso pegar o patrimônio do estado e dar para o Governo Federal. Ao contrário, tem-se que tirar é do Governo Federal para cá e não daqui para lá. Nunca se viu isso! E o ônus político: o que a história vai dizer do governador? E Araújo me levava para jantar com o Nunes Freire.

O Jerônimo [Pinheiro] passava o dia catequisando o governador e eu à noite contra-atacando. O fato é que seduzi o governador. Ele se convenceu de que não podia ter aquele ônus político muito sério, de se desfazer do patrimônio do Estado³³⁹.

Nessa fala há evidências de disputa entre duas instituições do campo acadêmico: a FESM, que estava ainda se constituindo, e a UFMA, que já tinha uma história de mais de 16 anos, considerando os 8 anos de Universidade do Maranhão e os 8 anos de Universidade Federal do Maranhão. Essa ilação fica patente quando se considera que Jerônimo Pinheiro foi pró-reitor de planejamento da UFMA até antes de ser secretário de estado da educação do governo Nunes Freire. Mas como Arthur Almada Lima Filho, um dos fundadores da EAPM, estava imbuído do espírito que norteou a criação das escolas, isto é, de que as mesmas foram criadas para serem instrumentos diretos do governo estadual para fomentar o desenvolvimento do Maranhão, captou as reais intenções do secretário de educação, voltadas para a grandeza da UFMA em si, cuidou de montar a tática para o sucesso da estratégia, que era a continuidade da FESM³⁴⁰.

Mas, segundo Jerônimo Pinheiro, mais ou menos 23 anos depois, disse que no bojo dos debates em torno das perspectivas de implantação do Projeto Carajás, houve sucessivas reuniões na SIDERBRÁS (Siderúrgicas Brasileiras), com a participação do MEC e do Governo Estadual, tendo em vista a necessidade de mão de obra qualificada, que resultou na criação do curso de Engenharia Elétrica da UFMA e na recomendação da fusão das duas instituições de ensino superior estadual e federal, isto é, da FESM e da UFMA. Então, o Ministério da Educação aprovou a exposição de motivos do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), autorizando o Secretário de Educação, Jerônimo Pinheiro, a proceder aos

³³⁹ LIMA FILHO, 2015, *op. cit.* l. 182 -201.

³⁴⁰ Arthur Almada Lima disse que estava viva na memória dele a experiência de um “não” dado pela UFMA quando o governo estadual a procurou em 1968 para ajudar a por em funcionamento a então Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias, quando José Maria Cabral Marques por pouco não foi apedrejado, pois os docentes da instituição só olhavam para o próprio umbigo.

entendimentos necessários para esta finalidade. Assim, da parte da FESM houve a designação dos professores José Mariano dos Santos, Renato de Carvalho Couto Bacelar Nunes e José Joaquim Guimarães Ramos para compor a Comissão de Estudos Preliminares da viabilidade da integração da FESM-FUM³⁴¹.

Para esse fim, o MEC enviou uma comissão para avaliar a possibilidade de incorporação da FESM à UFMA, a qual ao chegar se reuniu com o reitor da UFMA, José Maria Martins, com o superintendente de ensino e o presidente da FESM, respectivamente, Ivo Anselmo e Arthur de Almada Lima Filho, ficando, por sorteio, a primeira reunião na sede da FESM, onde foi travado um caloroso debate³⁴². Mas como a reação da FESM foi vigorosa, e a da UFMA foi apática, “a emoção venceu”³⁴³, e, ao final do debate, a Comissão do MEC deliberou por levar o assunto para Brasília, sendo posteriormente decidido deixar tudo como estava, e a FESM continuou a existir.

Essa primeira tentativa de abortar a FESM enquanto embrião da UEMA denotou falta de perspectiva por parte do governador e assessores, em 1975, que se queixavam da falta de recursos financeiros para custear o ensino superior, haja vista

³⁴¹ FESM. Resolução nº 06/75-CF, de 30/06/1975. Designação de professores para compor com a FUM uma Comissão de Estudos da viabilização da integração FESM-FUM.

³⁴² Aconteceu uma coisa interessante! Eu na Presidência, aqui, sentei aqui; o reitor da Universidade, cujo representante, não sei o que aconteceu com o Martins. Mal nos sentamos... O pessoal do Ministério da Educação ficou do lado de cá. Mal a gente senta ele diz: senhores nós estamos aqui reunidos... Tomou a presidência! Estamos reunidos para tratar de incorporação da Federação à Universidade Federal! Meu amigo, eu fiquei com tanto ódio, me deu uma vontade de dá um bufete na cara dele, mas eu respirei... Calma! [e disse]: Senhoras e Senhores, Professores, declaro aberta esta reunião, que vai tratar de estudos... Proponho como método de trabalho, primeiro, que nós conheçamos uns aos outros. O que é a Universidade [UFMA]? O que é a Federação (FESM)? Eu queria acabar com a Universidade! Isso é que é verdade! Aí começou. Corpo docente? Não! Cursos? Cursos? Nossos cursos estão todos reconhecidos, com exceção dos cursos de Engenharia Mecânica e o curso de Medicina Veterinária, cujos processos já estão em andamento. Aí o cara da Universidade disse: mas há cinco cursos em Caxias! Aí eu pensei: esse é idiota, morreu! Sim! Vamos ver o que diz a Lei: A Faculdade de Educação de Caxias será incorporada depois de reconhecida. Como não foi reconhecida, não está incorporada, portanto não pertence à Federação. É da Secretaria de Educação! Portanto, acabou: nós estávamos todos limpinhos! Aí começam a exposição deles! Era uma vergonha! Havia curso que não tinha sido reconhecido, mas já tinha diplomado gente, essas pessoas já estavam sendo professores desse mesmo curso. Rapaz, foi um desastre, devido a desorganização deles. E o pessoal do Ministério da Educação, estava todos de olho! Aí passamos para a parte física, isto é, campus, instalações. Aí eu acabei com eles. A reitoria: A reitoria da Universidade está instalada no prédio do Arcebispado do Maranhão e nós estamos instalados em prédio próprio, da Federação. Aquela área que tem hoje o bairro Cidade Operária, aquilo tudo, era campo da Agronomia. Aí eles disseram: nós temos um campus de não sei quantos hectares. Aí eles foram ver. Acharam magnífico para instalar o campus lá. E eles estavam brigando porque não queriam o Bacanga! E o nosso estava tudo de acordo, não tinha discussão em nada. Eles estavam indecisos: tira do Bacanga, bota no Bacanga! Por fim essa Comissão levou para Brasília e nós fomos – eu, presidente da Federação, o reitor da UFMA, ele, Secretário de Educação, e os meus dois assessores: Ivo Anselmo e o Trajano. A primeira coisa que aconteceu foi que o diretor do DAU (Departamento de Assuntos Universitários) me chamou no gabinete e me disse: quero lhe dizer uma coisa, Parabéns para vocês da Federação. LIMA FILHO, 2015, op. cit. l. 252-293.

³⁴³ FARIA; MONTENEGRO, 2005, *op. cit.* p. 168.

que tinham que priorizar o ensino de primeiro e segundo graus. Mas embora a intenção da absorção da FESM pela UFMA parecesse algo bom, pois visava atender à necessidade do desenvolvimento do estado, ao que parece não houve um debate aberto com a presidência da FESM. Contudo, esse foi um primeiro teste de resistência da FESM, que poderia ter deixado de existir em 1975, não fosse a ação política perspicaz do seu então presidente Arthur Almada Lima Filho na relação com os detentores do poder em âmbito estadual, isto é, com o secretário de educação e com o governador do estado. Mas a FESM sobreviveu e continuou sua missão de subsidiar o Maranhão com mão de obra qualificada para atender à demanda social de professores, de engenheiros civis, de agrônomos, de veterinários e, com urgência urgentíssima, de engenheiros mecânicos, pois a infraestrutura necessária ao Grande Projeto Carajás (GPC), que estava sendo implantado, exigia pressa.

Nesse momento de tensão ficou evidenciada a tática do presidente da FESM para romper com o sistema tradicional de organização das escolas superiores e montar sua estrutura de poder efetivo, que passava pelo controle das superintendências e pelo controle orçamentário³⁴⁴. É que a FESM continuava, ainda em 1975, mesmo já tendo passado mais de dois anos da sua criação, como uma instituição decorativa, uma vez que cada unidade tinha seu orçamento e autonomia

³⁴⁴ O que era a Federação? Somente a presidência: o gabinete do presidente, o motorista, o orçamentozinho da Federação, e as unidades todas com seus orçamentos, com independência financeira. Aí eu raciocinei: assim não dá porque quem tem dinheiro é que manda. E o Pedro Neiva [no seu governo] é que me dava muita força nesse negócio, nessa confusão, porque ele queria que eu permanecesse, aí eu disse: Governador, nessa proposta orçamentária eu queria uma reivindicação, isto é, que fosse o orçamento à Federação. E na Federação nós é que transferiríamos recursos para as unidades automaticamente. Aí eles sentiram já a força da Federação. E a implantação das superintendências levou também a muitos problemas, porque todo mundo tinha seu pessoal, a nível pessoal, departamento financeiro e quando concentrou, eles não se conformaram. Ficaram indignados, mas não tinha como, então eu dizia: está aqui a Lei. A Lei manda que tenham as superintendências. Eu levei o Ivo Anselmo – um homem admirável e que tinha autoridade respeitada, pois todo mundo respeitava o Ivo -, peguei o José Trajano B. Martins, que vinha da Agronomia, bom de planejamento, coloquei no Planejamento; e coloquei o Antônio Augusto Brandão como administrador, isto é, Superintendente de Administração. Antônio Augusto foi o que teve mais medo. Dizia: rapaz, esses homens vão direto... E eu dizia: lá quero saber disso! não está na Lei? Deixa de ser mole!... Portanto, enquanto o Jerônimo [Secretário de Estado da Educação] estava naquela idiotice dele, nós implantamos [as superintendências]. Se ele tivesse sido mais perspicaz, ele tinha nos cortado, porque ele não permitia que o orçamento fosse da Federação. Ficava aquele presidentezinho ali abestado, sem superintendência, sem nada e as unidades é que iam resolver se incorporavam ou não. Mas nós concentramos e ele não se deu pela coisa! Quando ele pensou que a Federação não era nada, ficou espantado, apavorado quando a viu toda estruturada, com todas as superintendências funcionando. (kakaka!!). Acho que ele disse: Rapaz, aquele Arthur foi um cretino, meu amigo me traiu, me iludiu, botando no jornal dele que ia incorporar, e eu aqui abestado entreguei para ele a administração, não fui examinar essa FESM dele, esse caboclo montou a estrutura. Mariano, aliás, quando eu recebi a administração [da FESM], disse: Arthur recebeu um papel e o transformou numa federação. Porque nós é que montamos todas as coisas. Nós... Eu não! (LIMA FILHO, 2015, l. 215-248). Obs.: citações foram deixadas longas para que o leitor possa sentir a temperatura daquele momento histórico narrado por agentes do processo.

administrativa e didático-técnico-científica, totalmente contrariando o que determinavam a sua lei de criação, o seu estatuto e o seu regimento, todos elaborados com base na Lei 5.540/68.

Na gestão de Arthur Almada Lima Filho (1974-1976), foi dada continuidade às pós-graduações, no Brasil (na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro e de São Paulo) e no exterior, e aos estágios de dois alunos por ano na fábrica da Ford, sendo um de administração e outro de Engenharia, para aprender administração empresarial e mecânica, como já foi mencionado quando foi tratado da Escola de Administração do Estado do Maranhão³⁴⁵, no bojo da parceria que a Fundação Ford manteve com a FGV após ter dado apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964, na perspectiva de formar, inicialmente, quadros para a administração pública e depois para a administração de empresas privadas³⁴⁶.

Na perspectiva de que a FESM atendesse às demandas da sociedade e arrecadasse recursos financeiros, houve a instalação de laboratório de solos pela Universidade de São Carlos, com a finalidade de emissão de certificado de controle de qualidade, para evitar sabotagens nas construções de prédios e de estradas asfálticas³⁴⁷.

Porém, essas ações produtivas não tiveram prosseguimento por desinteresse de professores que já exploravam, em suas empresas, atividades similares, e viam na exploração da atividade pela FESM uma concorrência. Nesse sentido, há registro de que a maioria dos professores, principalmente os que tinham carga horária de 12 ou de 20 horas, era constituída de empresários ou de funcionários de outras repartições públicas ou privadas.

Quando Arthur Almada Lima Filho foi nomeado para a presidência da FESM, havia um objetivo claro da parte do governador Pedro Neiva (1971-1975): fazer funcionar a FESM à semelhança de uma universidade, tal como preconizava a Lei

³⁴⁵ Cf. p. 98.

³⁴⁶ Cf. p. 99.

³⁴⁷ Toda construção de estrada, de prédio tinha que ter um certificado de controle de qualidade, para evitar safadezas, tipo: diz lá uma tonelada de areia e duas toneladas de asfalto, hipoteticamente, aí eles faziam diferente: duas de assalto e duas de areia. Mas seguindo o controle não deixava passar! Um botava prédio com barro, mas não se deve, pois tudo é cimento e areia. Essas coisas. O madeirame, não deveria ser madeira branca. Então, se esse certificado de controle de qualidade tivesse sido institucionalizado, com a Lei, rapaz era suficiente para manter, não só a Escola de Engenharia, mas os dois [cursos] e até os outros. E os Laboratórios de Agronomia, o Laboratório de Solos da Agronomia... Meu Deus! O quanto não poderia gerar de mais recursos! E mais, se a Agronomia tivesse sementeiras, semente disse e daquilo outro... LIMA FILHO, 2015, op. cit. l. 361-394.

5.540/68, coordenando as ações meio em vista de uma maior eficácia e racionalidade no emprego dos recursos.

Apesar de a FESM ser mantida pelo Governo Estadual, esta instituição captava recursos para suplementar seu orçamento de semestralidades³⁴⁸ cobradas dos estudantes, de taxas cobradas pela emissão de documentos, de convênios com empresas públicas³⁴⁹ ou privadas³⁵⁰ para a prestação de serviços. Também esteve preocupada com situação financeira dos estudantes, quando criou Fundo de Empréstimo Rotativo da FESM, enquanto órgão de concessão de empréstimo rotativo aos discentes³⁵¹, do qual não se obteve informação de como funcionou. E um dos últimos atos de sua gestão foi dirigido a celebrar um convênio com a UFMA para implementar o “Plano de Capacitação de Docentes para inclusão de Professores da Escola de Agronomia do Maranhão e da Faculdade de Educação de Caxias nos Cursos de Pós-Graduação a nível de Mestrado e Especialização”³⁵²

De fato, Arthur Almada Lima Filho, ao final de 1976, entregou ao seu sucessor, Prof. Mariano dos Santos, uma FESM organizada, como ele a concebia enquanto uma instituição de formação de profissionais para servir à sociedade, pois, reiteradas vezes, o mesmo proclamou que preferia o modelo institucional de federação ao de universidade, pois entendia que a universidade é um modelo tradicional e burocratizado e a federação era um modelo mais moderno e dinâmico. Então, essa preferência pela federação como forma mais eficiente de organização do ensino superior, aparece como sendo uma reminiscência da discussão durante o Império e na 1ª. República que levou à protelação da criação da primeira universidade no Brasil para o ano de 1920, pois a federação representa muito bem o modelo napoleônico de organização do ensino superior sob o controle estatal e dirigido à formação de profissionais para prover as demandas do Estado³⁵³.

Aliás, o Prof. José Mariano dos Santos, quando recebeu a administração da FESM, disse: “Arthur recebeu um papel e o transformou numa federação”. Em

³⁴⁸ FESM. Resolução 16/76, de 28/05/1976, fixa semestralidade em Cr\$ 372,50 e determina valor de taxas.

³⁴⁹ FESM. Resolução 19/75-CF, de 06/11/1975, autorizando convênio da Escola de Agronomia do Maranhão com a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, para ofertar cursos profissionalizantes de Auxiliar Técnico ao nível de 2º. Grau.

³⁵⁰ FESM. Resolução No. 19/76, de 30/06/1976, celebração de contrato de serviços com a TELUS-REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.

³⁵¹ Resolução 20/76-CF, de 15/07/1976. Era presidente da FESM Arthur Almada Lima Filho.

³⁵² FESM. Resolução nº 37/76, de 10/11/1976. Autoriza Gestões para Assinatura de Convênio de Assistência Técnica com a Universidade Federal do Ceará.

³⁵³ Cf. nota 57, p. 33.

verdade, foi a equipe dele que montou todas as coisas, toda a estrutura. E Almada Lima, com muito orgulho e satisfação, sempre que tem oportunidade costuma dizer: “O meu grupo, era um grupo bom. Agora veja bem, a habilidade em botar o Ivo Anselmo, homem respeitado. Eu me dei bem!”³⁵⁴.

Os processos de autorização e reconhecimento dos cursos de licenciatura curta da FEI e da FEC, encaminhados na gestão anterior, foram efetivados pelo Governo Federal através do Decreto No. 79.861 e Decreto No. 79.884, de 27 de junho de 1977. Esses mesmos cursos foram reconhecidos pelo Governo Federal através do Decreto 81.037, de 15 de dezembro de 1977, os de Caxias, e pela Portaria 147-MEC, de 06 de fevereiro de 1980, os de Imperatriz.

Como prêmio pelo reconhecimento dos cursos de licenciatura da FEC, do curso de Medicina Veterinária, dos cursos da FEI etc., o CF aprovou as resoluções³⁵⁵ determinando a classificação na categoria de Professor Titular dos professores lotados nessas unidades e na FESM em geral, só com graduação, “por merecimento”, assegurando os direitos inerentes a esse cargo na carreira do magistério superior, contrariando o Regimento da FESM, aprovado em 25 de maio de 1974, que determinava: “O provimento do cargo de Professor titular será feito mediante concurso público de títulos e provas, a que só poderão concorrer Professores Adjuntos ou portadores de diploma de doutorado”, no Art. 38. Esse ato foi registrado com os professores de todas as unidades da FESM depois de reconhecidas, evocando os pareceres no. 904/77 e 2111/77 do CEF.

³⁵⁴ Sempre exercia [o poder] de forma democrática. Eu na minha mente, na direção da FESM me dei muito bem, pois foi muito democrática, porque sempre as decisões as tomava no colegiado e as decisões privativas de uma unidade a gente discutia com o Diretor, mas eu sempre concordava, desde que estivesse dentro da... por exemplo, um diretor certa vez reclamou que não podia mais nomear um vigia, então eu perguntei: isso é importante? Aí eu disse para ele: olha, existe a superintendência administrativa, na qual você vai lá e diz que está precisando de vigia. E nem precisa você ir como diretor. Você manda alguém lá do seu gabinete. Na superintendência você tem que observar... A presidência não tem nenhum candidato para nada. Eu não tenho candidato para professor... nenhum! Diretor de unidade eu não tenho coisa nenhuma. Eu exerço um poder invisível!. (LIMA FILHO, 2015, op. cit. l. 408-419).

³⁵⁵ Resolução nº 09/74-CF, de 10/10/1974. Classificação na categoria Professor Titular. Também foram classificados na categoria Professor titular, através de: Resolução No. 004/78-CF, de 31/01/1978, a 32 professores da FEC; Resolução No. 008/79, de 05/03/1979, 43 docentes da Escola de Medicina Veterinária; Resolução 11/80-CF, de 06/05/1980, 31 professores da FEI; Resolução No. 24/80-CF, de 22/12/1980, elevou 38 professores da FESM. Essas concessões tinham por base os decretos de reconhecimento de cursos, nos quais era sugerido que os professores fundadores fossem classificados na instituição como titulares, a exemplo do Decreto 3067, de 22.01.1979. E quando um professor, por um motivo ou outro, não constava na lista, ele podia ser incluído na lista seguinte, a exemplo de Jacques Inandy Medeiros, que foi um dos fundadores e professor EMVM desde 1975, que não constou na lista da unidade, mas foi incluído na lista da FEI. Nesse espaço de seis anos foram tornados titular 259 professores, mais que a metade do corpo docente, uma vez que a FESM em 1980 tinha um corpo docente constituído de 350 professores.

Como consequência desses atos houve pouca motivação dos professores para pedirem afastamento das atividades docentes para estudo, quando do advento da Resolução No. 006/78-CF, de 19 de fevereiro de 1978, que regulamentou o afastamento de membros do corpo docente para realizar estudos de interesse da instituição, com direito a bolsa e o salário durante o período de vigência do curso. Mas só alguns professores ousaram sair para estudar, e alguns dos que saíram não concluíram o curso. E daqueles que não aproveitaram a oportunidade, até alguns anos atrás, houve quem lamentasse não ter saído para estudar ou ter concluído o curso, evidenciando que a assunção “por merecimento” à categoria Professor Titular ou Professor Adjunto ou Professor Assistente desmotivou a busca por titulação acadêmica de mestre e/ou de doutor, embora nem todos os que a buscaram, depois, fossem professores que não haviam ascendido ser fundador ou ter muito tempo de serviço na instituição. Mas é fato que essas medidas administrativas retardaram a qualificação do quadro docente e, conseqüentemente, o despertar para a pesquisa enquanto uma das dimensões fundamentais de uma instituição universitária, pois o professor na categoria Titular estava no topo da carreira sem precisar ser doutor e fazer concurso público específico.

Mas ao mesmo tempo em que a instituição priorizou a organização interna e a qualificação docente, também se voltou para a construção de seu espaço territorial, para maior racionalidade no desempenho de suas atribuições. E a construção de um *campus*³⁵⁶ universitário foi realizada de novembro de 1977 a outubro de 1978, na área doada pelo governo estadual para a instalação da FESM, no bairro Tirirical, onde funcionou a Secretaria de Estado de Agricultura. Houve uma adaptação dos prédios já existentes, nos quais já funcionavam os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária desde quando foram criados.

No entanto, como um todo, o território passou por uma reestruturação nos moldes de um campus universitário, com recursos do Governo Federal num

³⁵⁶ No Brasil a construção de campus universitário afastado da cidade foi comum na Ditadura Civil-Militar, a pretexto de dificultar as mobilizações estudantis contra o regime. Mas essa ideia de campus ou cidade universitária remonta aos primórdios da universidade brasileira, em Minas Gerais, 1927, e em São Paulo, em 1934, como um espaço de integração dos saberes para produzir a alta cultura. O termo *campus*, tomada do Latim, é análogo ao campo de cultivo de agricultura e pecuária. Não é apenas uma teoria, de fato, embora campi sejam ideias anteriores, foi uma prática muito usada após o Maio Francês em vários países do mundo, para tirar dos centros das cidades as universidades, em especial aqueles cursos mais rebeldes.

montante de Cr\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzeiros)³⁵⁷, tendo sido construídas as edificações constantes da ilustração abaixo.

Ilustração 10 – Obras de Estruturação da Cidade Universitária Paulo VI

Espécie de edificação	Área	Destinação/Capacidade	Qtde.
I – Centro de Ciências Agrárias	2.250m ²	Salas de aula e Laboratórios	16
II – Centro de Ciências Tecnológicas	2.250m ²	Salas de aula e Laboratórios	16
III – Biblioteca e Centro de Informática	1.680m ²	40.000 volumes	-
IV – Centro de Etiologia e Patologia Animal	1.584m ²	Hospital Veterinário	-
V – Restaurante Universitário (provisório)	250m ²	100 refeições/hora	-
VI – Sistema Viário:		Anel de contorno, vias de acesso e estacionamentos	5,5Km
		Ciclovias	3,0Km
VII – Sistema Ferroviário (recuperado)		Bonde	1,5Km
VIII – Saneamento Básico		Sistema de água	1,35Km
IX – Sistema Elétrico		Sistema de esgoto	3,41Km
X – Calçadas		Postes	200
XI – Meio-fio			17,5Km
XII – Árvores plantadas	6.600m ²		2.000

Fonte: Resolução 007/79 – CF, 1979

Esse espaço rural destinado ao *campus* da FESM, enquanto territorialidade universitária, em 1977, media mais ou menos 250 hectares³⁵⁸, o qual fazia parte de uma fazenda agrícola estadual, sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Agricultura; secretaria a qual se vinculavam, até 1972, a Escola de Agronomia e a Escola de Medicina Veterinária.

E quando de sua inauguração, em outubro de 1978, num evento em que o Presidente Ernesto Geisel esteve presente, recebeu a denominação de Cidade Universitária Paulo VI, em homenagem ao sumo pontífice da Igreja Católica, que havia falecido no mês de agosto. A sugestão do nome surgiu numa reunião do Conselho Federativo, e por este foi aprovado consensualmente³⁵⁹.

³⁵⁷ Em novembro de 1977 esses cem milhões de cruzeiros correspondiam a UR\$ 6.437.077,566, haja vista que U\$ 1,00 valia Cr\$ 15,535. Em novembro de 2016 U\$ 1,00 = R\$ 3,33. Então o valor aproximado da obra em valores de hoje seria de R\$ 21.454.779,52 (vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e seta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

³⁵⁸ Por força da pressão ocupacional urbana, essa área hoje está medindo mais ou menos 125 hectares. E para conter as tentativas de invasão, a área do campus foi murada.

³⁵⁹ Prof. Jacques Inandy Medeiros que à época era membro do Conselho Federativo, na qualidade de Chefe do Departamento de Zootecnia da Escola de Medicina Veterinária. Informação, pós-entrevista, em 23.01.2018. Possivelmente, dado a pressão da ocupação urbana, essa área hoje esteja medindo mais ou menos 125 hectares. E para conter de vez as tentativas de invasão da área do campus foi murada.

Ilustração 11 – Edificações em parte do território da Cidade Universitária Paulo VI.



Fonte: Fonte: Google Earth, 2016.

A construção da Cidade Universitária Paulo VI³⁶⁰, para agregar num mesmo espaço as unidades federadas situadas na Ilha São Luís, foi um acontecimento de suma relevância, por dois motivos. Primeiro, a FESM estava de fato se configurando como instituição universitária moderna, mais pelo *campus* enquanto territorialidade, como espaço próprio construído socialmente³⁶¹, filiado ao modelo americano e com nome de origem francesa, na época afastada do burburinho da malha urbana, e menos pelas edificações, que, em grande parte, eram adaptadas e não esbanjavam cimento, vidro e aço como é caracterizada a arquitetura moderna³⁶². Segundo, a

³⁶⁰ “Na área do Campus Universitário Paulo VI antes havia uma fazenda agrícola do Estado... Fazenda essa que tinha muito a ver na época quando São Luís foi uma grande bacia leiteira, uma grande produtora de leite. Foi daí que surgiu a necessidade de industrialização do leite, quando foi criada a COPEMA (Companhia Maranhense de Produção de Laticínios). A COPEMA foi muito em função disso, por São Luís ser essa área onde se concentrava essa grande população bovina de produção de leite”. CARDOSO, 2016b, op. cit. linha 9-22.

“Esse campus foi feito aproveitando o que antigamente era da Secretaria de Agricultura, onde hoje é o CECEN. Hoje já ampliaram, mas ali era a Unidade de Estudos Básicos. Quando foi criada a universidade, já chamavam Unidade de Estudos Básicos. CECEN é mais recente. E antes, na Secretaria, essa área todinha da Secretaria [de Agricultura] que tinha tudo: em que se criava boi, que hoje ainda se cria, ali pela veterinária; mas porco, galinha, aviário, tinha o aviário todo aqui. Depois é que foram construindo as coisas”. AZEVEDO, Gervásio Manoel Carneiro de. Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Texto produzido a partir de transcrição de entrevista gravada em áudio concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, no Departamento de Química e Biologia do CECEN da UEMA, no Campus Paulo VI, em 26 de janeiro de 2016, linhas 102-108.

³⁶¹ FRAGO, Antonio Viñao. *Espacio y tiempo, educación e historia*. Morelia, Mex: IMCED, 1996.

³⁶² Inegavelmente a FESM foi organizada segundo o modelo universitário americano do qual era tributária a Lei 5.540 da Reforma Universitária de 1968, mas, ao que pareceu, os agentes envolvidos nesse empreendimento tinham alguma simpatia pelo europeu ao denominar seu território de “cidade” ao invés de “campus”. BUFFA,

partir de então, as unidades que estavam isoladas e espalhadas em diferentes pontos da Ilha de São Luís³⁶³, inclusive em prédios alugados no início e depois em lugares fixos, ao serem instaladas em espaços próprios, num mesmo território, de propriedade da FESM, significou uma passagem do nomadismo para uma sedentarização, do isolamento para a comunidade e da “autonomia” para a centralidade.

Mesmo depois da Construção da Cidade Universitária Paulo VI, a estrutura física da FESM não possuía uma expressão arquitetônica espetacular e receptiva, tão comum em prédios de instituições públicas, em particular de universidades no Brasil, mas uma arquitetura comum, que não transmitia emoção e nem despertava sonhos, mais se parecia à arquitetura mesma de um parque agropecuário, com edificações baixas e sem grandes extensões. Por ser um espaço sem atrativos, estudantes, funcionários e professores esperavam ansiosamente a hora do ônibus, ou seja, chegar ao final do expediente para retornar para casa, e quem o perdesse teria que ir a pé até o terminal do bairro São Cristóvão, a uns três quilômetros de distância, segundo testemunhos orais.

No começo, a Cidade Universitária Paulo VI parecia um território inóspito, pouco propício ao desenvolvimento de uma comunidade universitária, pois, inclusive, estudantes, professores e funcionários lá permaneciam só o tempo necessário para cumprirem suas obrigações; a agregação das unidades num mesmo lugar contraditava com as longas distâncias entre elas, o que dificultava a integração de estudantes e professores dos diferentes cursos, levando ao isolamento e dificultando a construção de relações comunitárias. Nesse ponto o bondinho foi tanto um meio quanto um lugar de integração dos diferentes espaços, um território aberto a todos. No auge da crise existencial da UEMA, de 1985 a 1989, o bondinho será tomado como símbolo de resistência da instituição (vide p. 194).

E para facilitar a mobilidade no campus de professores, estudantes e funcionários, surgiu a ideia do bonde que já havia sido extinto nas vias de São Luís na segunda metade da década de 1960. Além do mais, era um espaço de estudo de campo do curso de Engenharia Mecânica.

Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. *Revista Brasileira de Educação*, da Sociedade Brasileira de História da Educação, v. 21, n. 67, p. 809-831, out.-dez. 2016.

³⁶³ No início as unidades da FESM, em São Luís, eram isoladas e distantes. Umas funcionavam no Centro, no Bacanga, na Alemanha e no Tirirical.

... nós trabalhamos foi a noite todinha para estrear esse bonde no outro dia. Uma noite todinha. Eu vi anoitecer e amanhecer. Nós temos que dar esse bonde pronto hoje, que já é para amanhecer funcionando amanhã, no dia da inauguração dos trilhos do bonde. Aí eles filmaram tudinho aqui e os que estavam trabalhando: nós todos. Aquelas emendas dos trilhos todos fui eu que fiz, aqueles varões, inclusive tinha um [trabalhador] chamado Belizário que trabalhava comigo também. Ele já faleceu. Também, nós trabalhávamos muito junto nesse negocio para emendar os trilhos, aqueles parafusos tudinho. Era só encaixando e afastando as tabuas³⁶⁴.

Ilustração 12 – O bondinho da UEMA



Fonte: Google, 2014

O bondinho foi posto em funcionamento em 1978³⁶⁵, quando da inauguração do campus, compondo sua paisagem urbana. Ele transportava a todos naquela cidade onde tudo era distante. O bondinho é uma lembrança saudosa na vida da comunidade universitária, principalmente da fase heroica³⁶⁶, quando o ônibus só

³⁶⁴ GONÇALVES, João Maciel. 2016a, linhas 182-198 Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede da Associação dos Professores da Universidade Estadual do Maranhão (APRUEMA), em 21.01.2016, seção a, linhas 182-198.

³⁶⁵ Foi parado de funcionar em 1987, na gestão do Gov. Epitácio Cafeteira, o mesmo governante que, quando prefeito da Capital, São Luís, com espírito modernista, eliminou todas as linhas de bonde que circulavam no centro e que ligavam o centro à periferia, e mandou encobrir seus trilhos com asfalto, ao optar pelo transporte urbano rodoviário.

³⁶⁶ Arthur Almada Lima Filho e Waldir Maranhão Cardoso denominam a esse período, que vai de 1972 até 1989, de “fase heroica”, porque era cheia de dificuldades, para acesso ao campus, e de incertezas, quanto à garantia do seu funcionamento, pois havia atraso de salários de professores e servidores por três a quatro meses, e, em meio a esses percalços, aqueles que resistiam – alunos, administrativos e docentes – eram qualificados como “heróis”, assim como a instituição. Essa expressão, inegavelmente, tem sua origem no Modernismo no Brasil, cujo período inicial foi cunhado de “fase heroica”.

chegava até o portão da entrada principal e o deslocamento até às unidades onde funcionavam os cursos era dificultado pelas distâncias e a insegurança para transpor grandes espaços não construídos entre as edificações. quando da inauguração do campus, compondo sua paisagem urbana. Ele transportava a todos naquela cidade onde tudo era distante. Por exemplo, o aluno de Engenharia Mecânica, de Agronomia, de Engenharia Civil ou de Medicina Veterinária, do pórtico de entrada até chegar à sala de aula, considerando a sinuosidade do trajeto, tinha que andar a pé de 800 a 1.000 metros. Daí a importância do bondinho, do qual restaram de vestígios a via férrea, com seus trilhos enferrujados, e muitas lembranças.

No entanto, do obelisco comemorativo da fundação do campus (Ilustração 13) há esquecimento total, o que causa estranheza, haja vista que os monumentos são “pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”³⁶⁷.

Ilustração 13 – Marco de inauguração da Cidade Universitária Paulo VI.



Fonte: Pesquisador, 2014.

Desse monumento apenas foi dito ser o marco de fundação do campus, onde foi lançada a pedra fundamental³⁶⁸ da construção, mas não há informação de

³⁶⁷ POLLAK, 1989, op. cit.

³⁶⁸ A pedra fundamental, como é tradição fazê-lo em obra de grande importância, é uma espécie de “cápsula do tempo”, constante de um espaço hermético concretado, no qual é depositada uma caixa metálica com recipiente em vidro, onde são acondicionados: cópias do projeto com memorial descritivo, exemplares de jornais do dia, exemplares monetários de moedas e cédulas em circulação, cópia de discurso de autoridades, pequenos textos escritos a mão por quem desejou fazê-lo dizendo do momento presente e de suas

quem o projetou e o que o mesmo representava. Os transeuntes, ao serem indagados sobre o que representava aquela edificação, diziam nada saber a respeito, ignorando totalmente aquele monumento, como se deles não fizesse parte, como se não fosse um patrimônio, pois não manifestavam sentimento de pertença. Então, há que transformá-lo num lugar de memória. “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”³⁶⁹

E como reconhecimento pelo seu trabalho na construção do campus, supervisionando e fiscalizando as obras, o CF da FESM, sob a presidência do Prof. José Mariano dos Santos, concedeu, através da Resolução 007/79, de 05.03.1979, “Menção Honrosa” ao Prof. José Pinheiro Marques³⁷⁰, prefeito da Cidade Universitária Paulo VI, pois a obra foi executada em 12 meses, isto é, de outubro de 1977 a outubro de 1978, dentro do prazo previsto. E na mesma data, sob a presidência do Prof. Graccho Bolivar Pinheiro da Silva, o CF concedeu ao Prof. José Mariano dos Santos “voto de louvor pelo relevante trabalho realizado no decorrer de sua gestão” como presidente da FESM, o qual estava em mandato findo.

Mas em 1979, pela segunda vez, foi sentenciada a extinção da FESM, através da Resolução No. 11, do Conselho Federativo, de 14 de maio de 1979.³⁷¹

expectativas em relação ao futuro, inclusive da instituição, ata da solenidade de lançamento da pedra fundamental assinada por todos os presentes, etc.

³⁶⁹ LE GOFF, 2003, *op. cit.* p. 526.

³⁷⁰ Olhe, na UEMA tinha um ex-aluno engenheiro, Prof. Pinheiro Marques, ele foi o engenheiro que construiu esse campus. Pinheiro Marques ele é ex-aluno e professor daqui, engenheiro. Ele tinha um colega que é irmão do Edilson Baldez das Neves, que era presidente da FIEMA. Edilson Baldez das Neves é aluno da primeira turma de engenharia mecânica, o qual foi quem botou aqui o bonde para andar para o presidente da República se deslocar. Quando o presidente da república veio inaugurar tinha um bonde aqui. Ele trazia os alunos de lá ate aqui na Engenharia. Esse bonde parece que está jogado ali por dentro dos matos. E ele [Baldez] foi quem fez funcionar esse bonde. MENDONÇA, José Geraldo Medeiros de. Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, na sede da APRUEMA, no Campus Paulo VI, em 26 de janeiro de 2016, linhas 203-211.

³⁷¹ FESM. Resolução Nº. 11/79-CF. O Conselho Federativo da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, Considerando a necessidade de se promover o desenvolvimento do ensino em níveis quantitativo e qualitativo, compatíveis com as exigências atuais e futuras da realidade maranhense; Considerando que os recursos orçamentários ordinariamente disponíveis e previstos se revelam insuficientes para o atendimento de tão elevados objetivos; Considerando que a integração do ensino no Estado do Maranhão é perfeitamente compatível com a política de integração econômica e social do governo da União, RESOLVE: Art. 1º. Fica o Presidente da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, autorizado a promover as medidas que se fizerem necessárias, para a agregação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, na forma do que dispõe o Art. 1º. Do Decreto no. 51129, de 02 de agosto de 1961. Art. 2º. O Presidente da Federação das Escolas Superiores do Maranhão deverá, no prazo de trinta dias, convocar este Conselho para apresentar um relatório dando ciência das gestões promovidas no desempenho das atribuições que lhes são

Ninguém informa quem levou ao Conselho Federativo a proposta de agregação da FESM à UFMA, justamente naquela primeira hora em que o presidente da Federação, Ribamar Fiquene estava ainda se acomodando na cadeira para exercer a autoridade a ele conferida pelo Estatuto da FESM. Esta resolução incumbe o Presidente da FESM de proceder a essa ação espinhosa, com base nas seguintes argumentações: necessidade de elevar em quantidade e qualidade o nível do ensino, insuficiência de recursos orçamentários para elevar em quantidade e qualidade o ensino e a compatibilidade da política de integração econômica e social do governo da União com a integração do ensino superior no Estado do Maranhão.

Apesar do CF ter dado um prazo de 30 dias para que o presidente da FESM convocasse o referido Conselho para apresentar um relatório das gestões feitas no sentido de agregar a FESM à UFMA, nada foi feito naquele período contra essa instituição, que foi criada com o objetivo de ajudar a impulsionar o desenvolvimento do Estado, pois não foi encontrado registro escrito e nenhum entrevistado se lembrou desse ato, o que remete aos conceitos de lembrança e esquecimento, em que a memória se apresenta como seletiva. Porém, esse lapso de tempo, embora tenha sucumbido à memória, não escapou à malha do documento escrito, daí a importância do cotejamento das fontes³⁷².

Entretanto, no ano seguinte, voltou a ideia da incorporação, em 22 de dezembro de 1980, quando, por unanimidade, o CF, sob a presidência do Eng. Francisco Sousa de Bastos Freitas, a rechaçou através da Resolução No. 22/80-CF, com o parecer do Prof. Kalil Mohana, em anexo, contra a Indicação 10/80, que um deputado deu entrada na Assembleia Legislativa, solicitando a encampação da FESM à UFMA, cuja notificação chegou ao presidente da FESM após ter passado pelo secretário de educação, que a recebeu do governador, e este a recebeu do presidente da Assembleia Legislativa como uma nova tentativa de extinção da FESM³⁷³. Mas dessa vez houve indicativo, em 08 de outubro de 1980, de um

aqui cometidas. Art. 3º. Revogar as disposições em contrário. Sala de Reunião da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em São Luís, 14 de maio de 1979. José de Ribamar Fiquene. Presidente da FESM

³⁷² Cf. p. 76 ALBARELLO et al, 2005, op. cit. p. 18.

³⁷³ “Federação das Escolas Superiores do Maranhão. ANEXO da Resolução No. 22/80-CF. Sob a tranquila atmosfera do Natal, tomei conhecimento de um Processo estressante (*sic*). A Paz que o Mundo canta na Noite Famosa, espanta-se diante da guerra latente numa folha de papel. O Papel foi-me encaminhado pelo Presidente da FESM, que o recebeu do Secretário de Educação; o senhor governador remeteu-o ao secretário; o Presidente da Assembleia Legislativa encaminhou ao governador a Indicação no. 10/80, que lhe foi dirigida por um Deputado. Tal Projeto, datado em 8 de outubro do corrente ano, foi assinado na Sala das sessões do Palácio Manoel Beckman. Custos acreditar que tal documento tenha sido assinado na Casa cujo Patrono é um

deputado, cujo nome nunca foi mencionado na Assembleia Legislativa para encampação da FESM pela UFMA. Estava em nome de quem? Do governador ou do Secretário? Projetos que envolvem o orçamento só o governador pode apresentar ou seu preposto. Essa foi a segunda tentativa de encampação da FESM à UFMA só no Governo João Castelo (1979-1982). Novamente, essa informação historiográfica tão relevante para esse texto não se fez presente como lembrança na memória dos sujeitos da pesquisa oral, e teria tornado mais distante a verdade histórica se não houvesse um documento escrito para suprir esses silenciamentos, seja voluntário ou involuntário. Por isso, escrita e oralidade são complementares, embora independentes uma da outra, pois também quando não há documentos escritos a história “pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem”³⁷⁴, recorrendo-se inclusive à oralidade.

extraordinário e famoso Lutador: contra os males do Monopólio. O Deputado (inteligente e dinâmico) colocou, nessa hora, sua inteligência no cabide, e pediu ao Senhor governador que mande a FUM, ou melhor, a UFMA encampar a FESM. É muita coragem pedir ao jovem e nobre Líder do Maranhão que se torne um novo afilhado de Beckman, entregando um herói que deveria defender (no caso, nossa crescente Federação) ao Carrasco. Beckman morreu tentando destruir a Encampação dos Produtos Maranhenses pela Companhia Federal da Metrópole, enquanto o Deputado pede ao governador que entregue a FESM para ser engolida pela UFMA. Não é literatura, senhores; é DRAMA, tentativa de Sequestro, e nós seremos responsáveis se abandonarmos o governador nesta Luta muito séria. O Deputado não está só, e nós estaremos com DEUS. A FESM NÃO ESTÁ FALIDA O Orçamento de 1981 está razoavelmente equilibrado. Há 194 milhões de Dotação Oficial, e mais 12 milhões de Recursos Próprios para a Receita; a Despesa Prevista (sem dúvida contida) chega exatamente aos 206 milhões. Sem dúvida surgirão Convênios ou Ajudas Empresariais e particulares, se no Maranhão imitarmos o antigo costume de europeus, americanos e japoneses, uma vez não poucos de seus vícios são seguidos. Um deles é a conduta encampatória. O Deputado alega que o ensino superior no Maranhão desvia Recursos de outros Setores mais importantes; julga perda de dinheiro, e esbanjamento de tempo, entregar a maranhenses as responsabilidades para criar algo nosso, para produzir serviços Tecnológicos, justamente quando o Planeta entra na era Cibernética, e o Brasil avança para tirar a diferença de tempo “deitado em berço esplêndido”. É a eterna mania de julgar que os simples descendentes de Gonçalves Dias, e não herdeiros de Gomes de Sousa. São pessoas que já decidiram ser o Maranhense um incompetente, um irresponsável, um perpétuo fazedor de versos, incapaz de gestos tão simples, como a desses estados humildes ou Cidadãos discretos, que sonham e realizam Escolas Superiores de Ensino, e até Universidades locais, estaduais, com pleno sucesso. A proteção Federal viria apenas selar, coroar um trabalho feito por nós, e por nós dirigido. A Indicação no. 10/80 pede que se acabe com a FESM e o dinheiro gasto inutilmente com tal Instituição seja canalizado para escolas de 1º. E 2º. Gaus. É a Teoria da Involução, do retrocesso, do derrotismo. “Para trás e para baixo”, diz essa mentalidade. O Documento diz literalmente, encerrando-se: “I Estado deve oferecer a outros segmentos da Educação Pública as Dotações Orçamentárias da FESM, VULTOSAS, mas insuficientes para atender às Exigências do ensino Superior”. Se são insuficientes, não são vultosas. Por que o Deputado não pede, então, que os Recursos sejam aumentados? Sabe ele que foram cortados 30 milhões dessa Dotação Vultosa? Por que não protestou? Sem dúvida pense como aquele personagem de Chesterton. Já que há muitas cabeças e poucos chapéus, vamos cortar as cabeças excedentes. Ora, seria melhor aumentar o número de chapéus!”. Desculpe, leitor, pela citação longa, mas a intenção é coloca-lo diante de um documento raro e sumamente importante.

³⁷⁴ FEBVRE, 1953, p. 428 *apud* LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 530

Após duas tentativas sem sucesso de extinção da FESM, o então governador João Castelo³⁷⁵ ordenou que uma Coordenação de Modernização Administrativa, da Secretaria de Administração do Estado do Maranhão,³⁷⁶ em fevereiro de 1981, elaborasse um Anteprojeto de Modernização Administrativa da Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, com a seguinte justificativa:

A Federação das Escolas Superiores do Maranhão nasceu ao constatar-se a necessidade de agregar as Unidades de Ensino Superior anteriormente isoladas, buscando a integração e otimização do uso dos recursos disponíveis.

A necessidade de interiorizar o ensino superior e atender a demanda de determinados setores da economia, orientou o governo no sentido de criar novas unidades no interior maranhense e na capital.

A atuação da FESM como elemento catalizador não conduziu ao atingimento dos objetivos que justificaram a sua criação em virtude da inadequação de sua estrutura, que somente conseguiu a concentração das atividades adjetivas, sem, contudo, assumir o processo de liderança das funções substantivas.

A crescente procura ao Ensino Superior no Estado, dado o aumento populacional e o nível de desenvolvimento da região, impõe mudanças substanciais, tanto na área institucional, quanto nas áreas estrutural, comportamental, funcional e de comunicação da FESM, objetivando sua eficácia.

A tomada de consciência dessa realidade gerou no Governo do Estado definição política de proceder um estudo global visando a transformação da FESM em Universidade Estadual, gerando a necessidade de montar-se uma estrutura administrativa capaz de interagir a transformação³⁷⁷.

E a pretexto desse anteprojeto de modernização administrativa da FESM, tal como dizia a justificava do mesmo, o governador brindou os maranhenses, através da Lei 4.400, de 30 de dezembro de 1981, com a transformação da FESM em UEMA. Portanto, após três tentativas (1975, 1979 e 1980) de aborto do embrião da UEMA, que era a FESM, por parte do Estado, sem sucesso, num gesto ainda que de paternidade não responsável, ao constatar que não havia quem consentisse e/ou realizasse a interrupção do desenvolvimento da FESM, o governador permitiu que a

³⁷⁵ João Castelo Ribeiro Gonçalves, no exercício do mandato de deputado federal, nascido em 1937, faleceu no dia 11 de dezembro de 2016.

³⁷⁶ Nessa época estava na moda desburocratizar e modernizar, pois existiu em nível federal o Ministério da Desburocratização (1979-1985), com o objetivo de modernizar o Estado brasileiro.

³⁷⁷ MARANHÃO. Secretaria de Administração do Estado do Maranhão. Coordenação de Modernização Administrativa. Anteprojeto de Modernização Administrativa da Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM. Fevereiro de 1981.

UEMA nascesse, a contragosto, daquela. Mas prometeu-lhe, na Lei, sua “certidão de nascimento”, o recurso financeiro para a sua implantação, mas não o liberou, e renunciou ao governo quatro meses depois para conquistar um mandato de senador, deixando que aqueles mesmos que zelaram pela vida da FESM se virassem para fazer sobreviver a UEMA.

E você poderia se perguntar assim: e por que, com a mesma estrutura que o João Castelo encontrou, o Governo Nunes Freire não fez a Universidade Estadual? Por quê? Era a mesma estrutura! O governador não fez porque, ouvido o Cabral,³⁷⁸ verificou-se que era apenas um rótulo, sem a menor significação. E o governador disse que não era um homem de improvisação. Mas o João Castelo fez a universidade, a UEMA. (...)

Aconteceu que tanto o Governo Pedro Neiva quanto o Nunes Freire poderiam ter decretado [a criação da] Universidade. Uma Lei pode fazer uma Lei. Mas aí a realidade não era essa. Isso que aconteceu! Posso dizer do Nunes Freire, que ele foi dissuadido dessa ideia. Ele ouviu o Cabral, ouviu o cunhado dele e não sei quem mais! Então ele disse: não, não vamos fazer isso não! Eu não quero fantasia. Fazer uma coisa dessa que não tem cabimento! (...)

A estrutura que o Castelo usou para fazer a Universidade era a mesma estrutura do Nunes Freire e do governador Pedro Neiva. O governador [Nunes Freire] não quis a universidade. [Diziam] Transforma isso em universidade! Mas aí ele ouviu o Cabral, ouviu o cunhado dele, ouviu não sei mais quem e disse – eu estava presente na reunião: eu não quero fantasia! Botar um rótulo?! Não! Não tem estrutura de universidade. Não pode ser universidade! Não quis. Mas o João Castelo, que era um político mais ousado, que via o futuro senador, essas coisas, topou na hora. Bota, bota Universidade!³⁷⁹.

Entretanto, há quem tenha visto na ação do governador João Castelo apenas uma mudança de nomenclatura ou uma pseudotransformação, como analisou Jacques Inandy Medeiros, o qual provou da experiência de cuidar da UEMA sem estrutura e sem dinheiro, no período de maio de 1983 a maio de 1987.

Nisso aí nós demos início à nossa administração, em 1983. Logo no meu primeiro contato com o Conselho Federal de Educação, em Brasília, eu tive aquela surpresa de que aquele ato do governador, de 30 de dezembro de 1981, Lei 4.400, não transformara FESM em UEMA de maneira alguma. Ele podia baixar aquela lei, aprovar na Assembleia, mudava o regimento, mudava a nomenclatura, mudava a estrutura dos departamentos, mas nunca a FESM em UEMA, porque nós não atendíamos àquilo que o Conselho Federal de

³⁷⁸ José Maria Cabral Marques, ex-secretário de educação no Governo José Sarney (1966-1970).

³⁷⁹ LIMA FILHO, 2015, *op. cit.* l. 324-357.

Educação exigia. Os cursos de Caxias e Imperatriz eram licenciaturas curtas e enquanto não fossem plenificadas, seria FESM e não UEMA³⁸⁰.

E para encerrar a narrativa histórica do ciclo de vida embrionária da UEMA, com a denominação de “Gênese e gestação”, é conveniente ressaltar alguns elementos de suma importância para a compreensão do processo de institucionalização dessa universidade.

Apesar de a FESM ser uma instituição pública de ensino, não era totalmente gratuita³⁸¹, embora a mensalidade cobrada, em três parcelas, servisse apenas para a manutenção do funcionamento de sua estrutura, o que, de certa forma, representava um mínimo de autonomia financeira. De fato, há registros e testemunhos de que havia cobrança de taxas, multas e semestralidade, a exemplo da Resolução No. 002/79-CF, de 17.01.1979, em que o CF resolve reajustar a semestralidade, taxas e emolumentos, cobrados no exercício anterior, em conformidade com tabela do MEC, quando a semestralidade passou para Cr\$ 930,00 (novecentos e trinta cruzeiros)³⁸², podendo ser dividida em três parcelas, sendo a primeira de Cr\$ 450,00, no ato da matrícula; a segunda de Cr\$ 300,00, quarenta e seis dias após o início do período letivo; e a terceira de Cr\$ 180,00, oitenta dias após o início do período letivo.

Como já foi dito acima, a gênese e a gestação da UEMA assemelharam-se à constituição de muitas universidades Brasil afora, tanto na primeira quanto na segunda metade do Século XX, inclusive à UFMA³⁸³. Não foi planejada, isto é, não surgiu de um projeto que envolvesse uma concepção ou ideia de universidade, como a Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro em 1935) ou Universidade de Brasília (1960), mas decorreu de uma vontade política, restrita ao

³⁸⁰ MEDEIROS, 2016a, *op. cit.* l. 43-51.

³⁸¹ Inclusive os vestibulandos, ao comentarem entre si sobre para qual curso estavam pensando prestar exame vestibular, diziam: vou fazer vestibular para engenharia na particular. A particular era a FESM.

³⁸² Em maio de 1978 o salário mínimo foi reajustado para Cr\$ 1.560,00 e em maio de 1979 foi reajustado para Cr\$ 2.268,00. Isso significa que a semestralidade da FESM 59,61% do salário mínimo e o estudante trabalhador assalariado investia 28,84% do seu ordenado de janeiro na 1ª. parcela; 19,23 do ordenado de fevereiro na 2ª. parcela; e 11,53% do ordenado na 3ª. parcela. Ainda não foi localizado um documento dizendo quanto representava a semestralidade no Orçamento da FESM. MOREIRA, Elmo Nélio. Economia e finanças. 2016. http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/160503002ma.pdf

³⁸³ Na origem e constituição da Universidade Federal do Maranhão (1966) estão, inicialmente, as faculdades isoladas, públicas e privadas; em que as privadas vão constituir a Universidade do Maranhão (católica) e as públicas permanecem federalizadas, mas não organizadas em federação. Com os sinais de falência da Universidade do Maranhão, a Arquidiocese de São Luís entrega-a ao Governo Federal para encampação, a qual são juntadas as faculdades federais e particulares isoladas, resultado a Universidade Federal do Maranhão.

comprometimento do governador João Castelo em levar a cabo tal proposta. Mas há que se reconhecer que a FESM (1972-1981) foi uma fase de constituição da estrutura básica da UEMA, contornando-a com feições de universidade, com seus conselhos (Conselho Federativo e Conselho de Curadores) e autonomia financeira, bem como com os órgãos executivos (Superintendência Administrativa, Superintendência de Ensino e Superintendência de Pesquisa e Tecnologia), conforme seu Regimento³⁸⁴.

Chama a atenção a ausência de perspectiva dos governantes quanto à importância de uma instituição universitária, gerenciada pelo próprio governo estadual, para a implementação do desenvolvimento do Maranhão, ao ponto de quererem abortar a ação inaugurada e apoiada pelo governo estadual nas gestões de José Sarney (1966-1970) e de Pedro Neiva de Santana (1971-1974). Houve quem pensasse que tais investidas apenas ocultavam o descontentamento de dissidentes do grupo Sarney, tais como Pedro Neiva de Santana, Oswaldo da Costa Nunes Freire e João Castelo Ribeiro Gonçalves, nesta primeira fase. Mas há que se registrar a resistência de agentes conscientes do papel que uma instituição universitária poderia exercer no desenvolvimento do estado do Maranhão, a exemplo de Arthur Almada Lima e seu grupo, inclusive Kalil Mohana, este presente em 1975 e em 1980, lutando pela permanência da instituição e por sua consolidação enquanto tal.

Isso daí, vou lhe ser muito franco, o governo nunca foi de se voltar para a FESM/UEMA, nem quando eu era diretor da Escola Veterinária e nem como reitor, simplesmente o governo tinha aquilo como obrigação, como um apêndice que o incomodava um pouco, mas também não tinha interferência. Então, em todos esses projetos que eu conseguia fazer, na Escola de Medicina Veterinária, trazia as pessoas e ele nem tinha conhecimento. O máximo que a gente levava ao conhecimento dele era ao Secretário de Educação, que era convidado, pois nós éramos vinculados à Secretaria de Educação. Mas o governo realmente..., não foi omisso, pois mantinha a folha, pagava a universidade. Mas se ele não deu esse apoio muito bom, também não atrapalhou em nada. Achava que se fizesse o trabalho que fosse possível estava bem³⁸⁵.

³⁸⁴ FESM. Regimento da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Aprovado pelo Conselho Federativo e publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, 04 de outubro de 1974.

³⁸⁵ MEDEIROS, 2016a, *op. cit.*

Quando das ameaças de extinção da FESM, foi percebido na comunidade universitária presença e ausência de sentimento de pertencimento à mesma ou de consciência universitária por parte dos sujeitos a ela vinculados (professores, administrativos e estudantes), ora como sujeitos comprometidos com sua continuidade, ora como se fossem meros sujeitos usuários, como se a comunidade universitária não se percebesse como comunidade universitária. Mas, do governo estadual não se percebia uma visão quanto ao papel estratégico da FESM para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão, enquanto instrumental chave para qualificar profissionais para o magistério de 1º e de 2º graus e para a indústria, a agricultura e a pecuária, podendo atender com maior solicitude às demandas das políticas públicas do governo do estado do que a UFMA, mesmo porque este sempre foi seu mantenedor. E essa ilação se funda nos sucessivos orçamentos não realizados e nas vezes que vieram à tona a ideia de descartar a FESM.

5 INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (1981-1994)

A fase de institucionalização e consolidação da UEMA corresponde ao tempo de sucessivas crises econômicas e de redemocratização política do País. No aspecto econômico, a dívida externa se tornou impagável e o Brasil teve que renegociar essa dívida com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1982, por isso passou a sofrer uma profunda crise econômico-financeira, com inflação galopante, sendo apresentados como remédios os planos econômicos Cruzado (1986), Cruzado II (1987), Verão (1989), Collor (1990), Collor II (1992), URV (1993) e Real (1994). Esse tempo foi denominado pelos economistas de “década perdida”. No campo político, em continuidade à abertura lenta e gradual, houve a formação dos novos partidos políticos e eleições gerais em 1982 – para prefeito, vereador, deputado estadual, senador, deputado federal e governador³⁸⁶; a campanha das “diretas já” para presidente em 1983; a eleição indireta de presidente civil em 1985, pondo fim à Ditadura Militar (1964-1985); derrogação dos Atos Institucionais (AI) autoritários em 1985; a eleição direta para prefeito de capital (1985); a convocação e realização da Assembleia Nacional Constituinte e promulgação de Nova Constituição Federal de 1986 a 1988; eleição direta para presidente em 1989; e primeiro *impeachment* de um presidente no Brasil em 1992. E esse tempo, na política, poderia ser denominado de “década da cidadania reconquistada”, em parte só formalmente, na letra da Lei.

Como já foi assinalado anteriormente, o Maranhão teve, na primeira metade da década de 1980, a consolidação do Grande Projeto Carajás (GPC), da Companhia Vale do Rio Doce, com o funcionamento da ALUMAR, da Estrada de Ferro Carajás–São Luís e do Porto de Itaqui. E, na primeira metade da década de 1990, foi implantado, na Mesorregião Sul do Maranhão, o polo agroexportador de soja, milho e arroz, que colocou o estado entre os maiores produtores de grãos do Brasil. Politicamente, o estado continuou sob o domínio coronelístico-clientelista da oligarquia de José Sarney, instalada em 1965 sob as bênçãos dos militares, superfortalecida com a aquisição de José Sarney, então na presidência da República (1985-1990), de uma rede de rádio e televisão. Assim, contrariamente ao

³⁸⁶ A última eleição direta para governador de estado havia sido a 03 de outubro 1965, pois o AI 2 (Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965) instituiu eleições indiretas e o bipartidarismo.

País, que teve uma década perdida na economia e uma década de cidadania reconquistada³⁸⁷, no estado houve uma década de progresso na economia e uma década de subjugação na política. Mas qual a explicação para esses fenômenos?

É constatado pelas estatísticas que as regiões Sudeste e Sul, não por acaso, são as mais prósperas do País, pois nelas tem ocorrido historicamente a maior concentração de instituições de ensino superior (IES), inclusive na forma de universidade. Ora, ao contrastar os 1.328 portadores de diploma de curso superior de 1960 com os 2.844 de 1970, no Maranhão, foi verificado um crescimento da ordem de 114,16% em dez anos. Mas esse índice não foi decorrente da criação das escolas de administração, engenharia e agronomia e da faculdade de formação de professores, pois as mesmas ainda não haviam emitido ainda um só diploma. Então, essa resultante pode ser atribuída à ação docente da Universidade Federal do Maranhão, mesmo que seus matriculados apenas tenham crescido de 675, em 1963, para 1.610, em 1968, bem como ao interesse da classe média pela diplomação de seus filhos, em vista de um futuro de ascensão econômica e social³⁸⁸, inclusive buscando diplomação fora do estado, haja vista que a oferta local era insuficiente para atender à demanda. Logo, a efetivação da UFMA e a criação de escolas isoladas pelo governo estadual, assim como a busca de formação fora do estado pela classe média, funcionaram como mediações indutoras de desenvolvimento, visto que foram considerados no processo de implantação do PGC.

Já em 1980, no Maranhão, foram identificados 11.716 diplomados, representando um crescimento da ordem de 311,95% em relação a 1970, decorrente da atuação da UFMA e da FESM, como também da busca de formação superior pela classe média fora do estado em IES públicas e privadas, e da imigração de profissionais que procuravam oportunidade de trabalho no GPC, no Maranhão. Por isso, a expectativa de implantação de um polo econômico motivou a buscarem formação superior dentro e fora do estado, também induziu pessoas com curso superior a aportarem no Maranhão. Logo, como numa via de mão dupla, as universidades locais se constituíram em polos indutores de desenvolvimento local e regional, que dinamizou as universidades e atraiu mais diplomados, já que uma

³⁸⁷ A Constituição brasileira promulgada em 1988, apesar da distância entre o dito e o feito, foi proclamada pelo Deputado Ulisses Guimarães, então presidente da Constituinte, como a “Constituição Cidadã”, apesar de o então presidente da República, José Sarney, ter dito que a nova constituição tornaria Brasil ingovernável.

³⁸⁸ CUNHA, 2007, op. cit. p. 32; ROMANELLI, 2007, op. cit. p. 205.

indústria moderna só se instala onde há perspectiva de contar com mão de obra qualificada e com instituições capazes de renová-las e de produzir conhecimento.

Nesse sentido, para compreender os dados expostos nas tabelas 2, 3 e 4, foi bastante elucidativo o que expôs Antonio de Oliveira Jr. em seu texto “A universidade como polo de desenvolvimento local/regional”, tendo como aporte a “teoria dos polos de crescimento”, de François Perroux, o qual disse que o “desenvolvimento regional está diretamente relacionado com o nível de suporte educacional presente em um território e que as desigualdades regionais estão de acordo com os índices educacionais”³⁸⁹.

Tabela 3 – Pessoas de 10 ou mais anos de idade com curso completo, por sexo, segundo a espécie do curso, em 1980, no Maranhão.

ESPÉCIE	MULHER	HOMEM	TOTAL
ENSINO EM GERAL	277.993	238.234	516.227
1° grau	58.099	47.528	105.627
2° grau	43.608	32.298	75.906
Educação especial	71	71	142
ENSINO PROFISSIONALIZANTE	26.204	10.840	37.044
Agrícola	65	562	627
Comercial	5.118	8.142	13.260
Industrial	440	1.224	1.664
Saúde	559	224	783
Militar	105	52	157
Normal	19.776	532	20.308
Outros	141	104	245
ENSINO SUPERIOR	5.816	5.900	11.716
Ciências biológicas e da saúde	1.198	1.248	2.446
-Biologia	12	4	16
-Educação Física	32	42	74
-Enfermagem	296	24	320
-Farmácia	203	133	336
-Medicina	438	819	1.257
-Odontologia	206	226	432
-Outros	11	0	11
Ciências exatas e tecnológicas	149	1.147	1.296
Arquitetura e Urbanismo	4	23	27
Ciências	30	38	68
Ciências da Computação	0	20	20
Engenharia Civil	19	550	569
Engenharia Elétrica e Eletrônica	11	119	130
Engenharia Mecânica	0	97	97
Engenharia Química e Química Industrial	26	64	90
Engenharia, não classificado ou não definido	8	84	92
Estatística	-	-	-
Física	-	21	21
Geologia	4	5	9

³⁸⁹ OLIVEIRA JR, Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. Caderno de Geografia, v. 24, número especial 1, 2014.

Matemática	29	83	112
Química	13	25	38
Outros, inclusive Engenharia	5	18	23
Ciências Agrárias	106	643	749
Agronomia	60	488	548
Medicina Veterinária	29	109	138
Outros	17	46	63
Ciências Humanas e Sociais	3.447	2.386	5.833
Administração	229	329	558
Biblioteconomia	173	8	181
Ciências Contábeis e Atuariais	100	170	270
Ciências Econômicas	253	533	786
Ciências e Estudos Sociais	138	55	193
Comunicação Social	117	77	194
Direito	315	867	1.182
Filosofia	241	61	302
Geografia	170	32	202
História	102	31	133
Pedagogia	925	77	1.002
Psicologia	20	-	20
Serviço Social	629	4	633
Teologia	19	134	153
Outros	16	8	24
Letras e Artes	577	215	792
Letras	495	132	627
Artes	82	83	165
Defesa Nacional	-	8	8
Militar	-	8	8
Outros cursos de grau superior	339	253	592
MESTRADO OU DOUTORADO	132	316	448
Ciências biológicas e da saúde	45	125	170
Medicina	21	79	100
Outros	24	46	70
Ciências exatas e tecnológicas	8	54	62
Engenharia	4	38	42
Outros	4	16	20
Ciências Agrárias	-	37	37
Ciências humanas e sociais	51	100	151
Administração	4	20	24
Ciências Econômicas, Contábeis, etc.	-	4	4
Direito	10	25	55
Pedagogia	12	-	12
Outros	25	51	76
Letras e Artes	28	-	28
Sem declaração	4.902	4.009	8.965
TOTAL	315.118	259.424	574.542

Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Dados gerais. MA. 1980

E, *mutatis mutandis*, o mesmo pode-se dizer ao verificar elevações consideráveis nos dados estatísticos do IBGE, ao comparar o Censo de 1980 com o de 1991 (vide tabelas 5.3 e 5.4, em particular dos portadores de diploma de ensino superior que, respectivamente, passaram de 11.716 para 23.650 titulados, isto é, um crescimento de 101,86%. Também o número de mestres e doutores saiu de 448 para 822, sofrendo um crescimento de 83,48%, que foi um resultado bastante

alvissareiro, uma vez que a pós-graduação *lato sensu* nessa época era o destino de poucos, em particular no ambiente universitário, principalmente nas áreas técnicas. Além disso, a porção de portadores de diploma de ensino superior, comparando os dados de 1980 com os de 1991, cresceu na ordem de 101,86%, refletindo as demandas do mercado, por força da consolidação do Maranhão como polo industrial, ocasionando o aumento de vagas nas duas universidades públicas e a expansão da rede privada de ensino.

Não menos interessante foi o resultado ocorrido na educação escolar de 1º e 2º graus, que passou de 570 mil para mais de 1 milhão, sendo 150 mil com cursos completos (elementar e de 1º e 2º graus), cujo aumento foi de 102,78%. Mas esses números ainda eram muito tímidos quando se considerava a população com 10 ou mais anos residente no estado do Maranhão, em 1980 e em 1991, que somava, respectivamente, 2.711.034 e 3.443.531 habitantes, pois, dentre eles, somente 21,19% e 33,83% tinham curso completo, apesar de um crescimento de 62,63% no ano de 1991 em relação ao ano de 1980.

Tabela 4 - Pessoas de 10 ou mais anos de idade com curso completo, por sexo, segundo a espécie do curso em 1991, no Maranhão.

ESPÉCIE DE ENSINO	MULHER	HOMEM	TOTAL
ELEMENTAR	379.883	311.329	691.212
PRIMEIRO GRAU	123.901	102.025	225.926
SEGUNDO GRAU	135.099	88.404	223.503
Ensino profissionalizante	74.738	35.594	110.332
Agrícola	223	1.282	1.505
Comercial	17.834	24.162	41.996
Industrial	2.081	4.600	6.681
Saúde	3.959	521	4.480
Militar	-	-	-
Normal	50.576	4.964	55.540
Outros	65	65	130
ENSINO SUPERIOR	11.385	12.265	23.650
Ciências biológicas e da saúde	1.925	1.941	3.866
-Biologia	118	12	130
-Educação Física	134	106	240
-Enfermagem	548	38	586
-Farmácia	291	270	561
-Medicina	496	1.121	1.617
-Odontologia	292	394	686
-Outros	46	-	46
Ciências exatas e tecnológicas	437	3.062	3.499
Arquitetura e Urbanismo	4	88	92
Ciências	108	23	131
Ciências da Computação	6	55	61

Engenharia Civil	76	1.334	1.410
Engenharia Elétrica e Eletrônica	-	400	400
Engenharia Mecânica	12	403	415
Engenharia Química e Química Industrial	75	218	293
Engenharia, não classificado ou não definido	20	124	144
Estatística	-	19	19
Física	11	101	112
Geologia	-	31	31
Matemática	84	241	325
Química	41	25	66
Outros, inclusive Engenharia	-	-	-
Ciências Agrárias	326	1.162	1.488
Agronomia	172	843	1.015
Medicina Veterinária	147	278	425
Outros	7	41	48
Ciências Humanas e Sociais	7.123	5.315	12.438
Administração	603	774	1.377
Biblioteconomia	296	28	324
Ciências Contábeis e Atuariais	231	745	976
Ciências Econômicas	493	785	1.278
Ciências e Estudos Sociais	297	62	359
Comunicação Social	263	233	496
Direito	628	1.773	2.401
Filosofia	328	173	501
Geografia	340	137	477
História	319	88	407
Pedagogia	2.140	152	2.292
Psicologia	62	45	107
Serviço Social	1.040	-	1.040
Teologia	83	320	403
Outros	-	-	-
Letras e Artes	1.178	208	1.386
Letras	979	105	1.084
Artes	199	103	302
Defesa Nacional	-	64	64
Outros cursos de grau superior	396	513	909
MESTRADO OU DOUTORADO	270	552	822
Ciências biológicas e da saúde	103	173	276
Medicina	30	154	184
Outros	73	19	92
Ciências exatas e tecnológicas	21	125	146
Engenharia	-	47	47
Outros	21	78	99
Ciências Agrárias	-	-	-
Ciências humanas e sociais	103	206	309
Administração	34	17	51
Ciências Econômicas, Contábeis, etc.	33	21	54
Direito	-	10	10
Pedagogia	21	15	36
Outros	15	143	158
Letras e Artes	30	17	47
Área não especificada	13	31	44
TOTAL	650.538	514.575	1.165.113

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991. População e instrução. MA

Mas ao examinar o AEB (Anuário Estatístico do Brasil) dos anos de 1982, 1983 e 1984 fica constatado que, nesses anos que antecederam o fim da Ditadura Militar, houve uma redução de matrículas no ensino superior no Maranhão. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), houve uma redução sucessiva de matrículas nos anos de 1982, 1983 e 1984, respectivamente de 7.681 para 6.948 e para 5.905, sendo, inclusive, a redução de 1.341 matrículas em 1984 em relação a 1982;

Já na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) cresceu a quantidade de matrículas, embora em ritmo lento. No entanto, foi notória a desaceleração de investimento no último governo militar (1979 – 1985), General João Batista Figueiredo, em ensino superior, em nível nacional, ao se comparar as matrículas de 1979 (1.311.799) e 1980 (1.377.286) com as de 1984 (1.399.539), havendo momentos de acentuado refluxo em 1982 (1.203.468) em relação a 1980 e em 1984 em relação a 1983 (1.438.992).

Em 1984, só existiam no Maranhão duas instituições de ensino superior: a UFMA e a UEMA³⁹⁰, ofertavam juntas 42 cursos: Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, 6; Ciências Exatas e Tecnológicas, 10; Ciências Agrárias, 4; Ciências Humanas, 17; Letras, 3; e Artes, 2. Nesse ano foram ofertadas 1.271 vagas: 796 federais e 475 estaduais. Inscreveram-se 9.920 candidatos: 7.006 na UFMA e 2.914 na UEMA. Ingressaram pelo vestibular 1.199 alunos: 726 na UFMA e 473 na UEMA, porém ficaram ociosas 72 vagas – 70 na UFMA e 2 na UEMA (6%), números altos para um estado onde havia um dos maiores déficits de professores do País. Portanto, esses dados apenas confirmam a continuidade, no Maranhão, da defasagem entre procura e oferta de educação superior, em que o sonho de ascensão à classe média e desta à superior através da aquisição do diploma universitário continuava sendo frustrado, tal como acontecia na década de 1960.

Também, até o início da década de 1990, o alto índice de reprovação nos exames vestibulares e, conseqüentemente, de vagas não preenchidas nos cursos de licenciatura e de bacharelado, que possuíam pouco valor simbólico na

³⁹⁰ Em 09/04/1990 foi fundada a Universidade CEUMA, com o nome de Faculdade CEUMA (Centro Educação Universitária do Maranhão), pertencente à oligarquia Sarney. E o Desembargador Arthur Almada Lima Filho em entrevista disse que, quando estava sendo discutida a incorporação da UEMA à UFMA, em 1985, encontrou José Sarney, então Presidente da República (1985-1990), e lamentou para ele a dissolução da universidade que eles tinham ajudado a criar, ao que o Presidente respondeu: “Deixa para lá; depois, besta, a gente faz a nossa!”. E hoje a Universidade CEUMA é uma IES muito próspera.

sociedade, continuava, em decorrência ainda dos efeitos do ensino profissionalizante compulsório, determinado pela Lei 5.692/1971, da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, e da falta de professores habilitados para lecionar, principalmente, no 2º grau.

Mas, na década de 1990, uma certeza ficou evidente pelas estatísticas no Maranhão: estava afastada a maldição diagnosticada, em 1965, por Rodolfo Atcon³⁹¹, a de que o estado estava condenado à estagnação, ou seja, a não progredir, porque contava apenas com 4 diplomados em curso superior a cada 10 mil habitantes, pois, em 1991, a proporção diplomados/habitantes já era de 68/10.000. E a criação da UEMA, a partir da FESM, em meio às crises financeiras do Estado, às incertezas quanto à continuidade dessa IES e à afirmação da importância de uma universidade autônoma vinculada ao Estado, teve um papel significativo na superação daquela provisão sombria.

5.1 A FESM virou UEMA: transformação ou configuração?

A transformação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM) em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi realizada no Governo João Castelo (1979-1982). Naquele período, houve uma forte repressão policial contra estudantes em greve em favor da meia passagem nos ônibus de São Luís, evento que ficou conhecido como Greve da Meia Passagem de 1979. Também os movimentos sociais realizaram muitos protestos contra as instalações do parque industrial Alcoa/Alumar, já que as empresas, além de causarem sérios danos ao meio ambiente, eram premiadas com altas isenções fiscais, ofertando à população local apenas empregos que não exigiam mão de obra especializada.

Então, qual a motivação do governo para empreender essa ação? Há a hipótese da compensação política, pois, como é conhecido historicamente, governos costumavam distribuir bondades ao povo após realizarem algumas ações com sabor amargo. Então, houve quem entendesse que a transformação da FESM em UEMA foi um benefício advindo da histórica greve da meia passagem³⁹², isto é, que foi um

³⁹¹ ATCON, 1966, op. cit. p. 10/11.

³⁹² “Eu já era secretário de educação e o secretário era o Prof. Antônio Café. E houve lá uma reunião e eu sugeri ao professor Beckham, isto é, disse para ele que tinha vindo do mestrado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da COPE, e eu disse para ele: professor, todos os estados têm uma Universidade Estadual enquanto o Maranhão não tem. Não está essa confusão toda aí? Então, aproveitem a oportunidade e

meio utilizado pelo governador para diminuir as ranhuras em sua imagem, provocando um esquecimento da população em seu benefício, uma vez que ele se candidatou ao Senado e foi eleito em 1982.

Há, porém, quem afirme que não houve transformação da FESM em UEMA, mas apenas uma mudança de nomenclaturas, ou seja, uma configuração, um simulacro, um arremedo de universidade. Em verdade, essa alegação aponta para a percepção de que tenha ocorrido só a substituição de um nome por outro - Federação das Escolas Superiores do Maranhão por Universidade Estadual do Maranhão. No entanto, o presidente passou a ser chamado de reitor, os superintendentes passaram a ser denominados pró-reitores e as escolas e faculdades passaram a ser denominadas unidades de estudos.

Mas essas razões de fato ou de direito apontam para o cerne da questão, isto é, para o *ser* da universidade, que não foi debatido e nem construído, muito menos com a participação dos agentes diretamente envolvidos com a instituição, tais como professores, estudantes e técnico-administrativos. Assim, o processo de transição ficou restrito apenas a um grupo encarregado de elaborar a mensagem legislativa e o projeto da lei de criação da universidade.

Então, em verdade, a instituição de uma universidade diz respeito a algo mais que precede a sanção de uma lei, aponta para a ideia, a concepção, o projeto, enfim, o *ser* da universidade que, no caso em apreço, deveria ter sido debatido exaustivamente pelos agentes que compõem uma universidade que já nasce com uma estrutura delineada, isto para ser fiel ao que tem sido a universidade ao longo da história: *universitas magistrorum atque scholarium*³⁹³, bem como do corpo de técnicos e administrativos, em se tratando da realidade brasileira atual.

O processo de institucionalização e consolidação da UEMA compreende dois movimentos contraditórios e antagônicos: a luta para existir de fato e de direito e a luta por não existir de fato e nem de direito, o dilema entre “ser ou não ser”,

transformem a FESM na Universidade Estadual do Maranhão! Apoiaram a ideia, formaram uma comissão e daí surgiu a Universidade Estadual do Maranhão, imitando as grandes guerras; pois toda vez que havia uma guerra sobrava um benefício. A UEMA sobrou como benefício da ‘greve da meia passagem’ dos estudantes da UFMA, e que também os daqui estavam acompanhando. Então aí surgiu a UEMA”. MENDONÇA, 2016, op. cit. linhas 66-81. Mendonça se referia à greve desencadeada pelos estudantes universitários e de 1º e 2º graus, no Governo de João Castelo que extinguiu a meia passagem nos ônibus urbanos em setembro de 1979, tendo sido duramente reprimidos, provocando revolta na população, obrigando o Governo a revogar a decisão, passando este fato histórico a povoar a memória daquelas gerações e das seguintes como um marco na luta da sociedade civil, em plena Ditadura Civil-Militar, na luta em defesa de seus direitos.

³⁹³ Universidade de mestres e estudiosos é a tradução do Latim para o Português.

como será explicitado mais à frente. Mas esse movimento remonta ao período de FESM também. Essa realidade remete à epígrafe que abre o tópico de introdução desta tese, pois, como a história é feita de contradições e contingências, há que se compreender que a ideia de universidade na história da UEMA decorre de uma experiência *sui generis* de conservação e transformação pela qual ela foi constituída³⁹⁴.

Entre uma Federação de Escolas Superiores e uma Universidade há uma diferença muito grande, porém, mesmo que não houvesse uma intencionalidade, a FESM se constituiu num estágio fundante da UEMA, pois aquela comportava já toda uma estrutura universitária³⁹⁵, ao ponto de o governador João Castelo, em 1981, não ter arcado com nenhum ônus, inclusive o previsto em lei, para a adaptação estrutural da universidade nova, mesmo porque os agentes políticos principais não viam a FESM como uma prioridade, já que, de vez em quando, emitiam pensamentos desfavoráveis à manutenção de uma instituição de ensino superior em detrimento do ensino fundamental e médio, dos quais a maioria da população era desassistida. Esse é um sintoma permanente da crise que viveu a FESM e a UEMA durante a década de 1970 e de 1980, a qual já houve referência anteriormente.

A marcha de transformação da FESM em UEMA teve início em fevereiro de 1981, quando a Secretaria de Estado da Administração apresentou um Anteprojeto de Modernização Administrativa da FESM³⁹⁶. Em decorrência dos resultados desse anteprojeto, o governador João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982), em 30 dezembro de 1981, através da Lei 4.400/81³⁹⁷, transformou a FESM em UEMA³⁹⁸,

³⁹⁴ SILVA, 2006, o. cit.

³⁹⁵ O primeiro reitor eleito da UEMA, Jacques Inandy Medeiros, quando da entrevista concedida para fonte dessa história, foi categórico ao afirmar que “a transformação da FESM em UEMA não passou de uma mudança de nomenclatura”.

³⁹⁶ Acervo da Diretoria do CESC/UEMA, 2016.

³⁹⁷ ESTADO DO MARANHÃO. Lei 4.400/30.12.1981. DISPÕE sobre a transformação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, EM Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cria cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial
CAPÍTULO I – DA NATUREZA E FINALIDADE.

Art. 1º - A Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, fica transformada, na forma da presente Lei, em Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Art.2º - A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, vinculada à secretaria de educação, é uma autarquia de natureza especial, com autonomia administrativa, didático-científica, financeira e disciplinar.

Art. 3º - A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, tem as seguintes finalidades:

I – oferecer educação de nível superior, formando profissionais técnicos e científicos, tendo em vista os objetivos nacional, regional e estadual;

II – dinamizar a produção científica e a renovação do conhecimento humano, através da pesquisa voltada, sobretudo, para a realidade regional;

como autarquia especial com autonomia administrativa, didático-científica, financeira e disciplinar, evocando o princípio da autonomia como o mais caro da história da universidade.

E como não poderia deixar de ser, a UEMA, criada no padrão da Reforma Universitária de 1968, que adotou a proposta organizativa do Relatório Atcon³⁹⁹, cujo modelo era o empresarial (Ilustração 01, p. 42), possuía a seguinte estrutura organizativa: em nível de administração superior – Conselho Universitário, Conselho de Curadores, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, Reitoria e Assessoria; em nível de atuação instrumental – Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Planejamento; em nível de atuação programática – Pró-Reitoria de ensino, Pesquisa e Extensão, Unidades de Estudos e seus Departamentos⁴⁰⁰.

Como, segundo Pierre Bourdieu⁴⁰¹, todo campo possui leis próprias que regulam o jogo, a UEMA, enquanto instituição do campo acadêmico, também possuía suas regras. Ora, como o Estado é o resultado do processo de unificação de campos sociais diversos, conseqüentemente, concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos que o possibilitaram regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras e/ou de intervenções jurídicas, como é o caso das instituições superiores públicas que são financiadas pelo Estado e reguladas por um estatuto sancionado por decreto do chefe do executivo estadual, e suscetível a intervenções indiretas, através dos jogos nos outros campos, mormente o campo político.

Entretanto, a notícia da transformação da FESM em UEMA não foi bem recebida entre docentes, agentes administrativos e discentes, inclusive foi interpretada por esses segmentos da Universidade como uma atitude demagógica

III – promover a participação da comunidade nas atividades de cultura, ensino e pesquisa;

IV – organizar a interiorização do ensino superior, através da criação de cursos, notadamente de agronomia e medicina veterinária para fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho regional.

³⁹⁸ “Vivíamos em pleno período revolucionário. Em 1980 nós estávamos sob o governo do General João Batista Figueiredo. Então, quando se seguiu em 1981 a Lei 4.400, que foi assinada pelo governador João Castelo, lá no prédio da Biblioteca, em 30 de dezembro. A partir daquele dia passaram a chamar o Prof. Francisco Souza de Bastos Freitas, presidente da FESM, reitor da UEMA. (...)”

... Havia muitas autoridades, governador, secretários ali no prédio da Biblioteca para a cerimônia de transformação da FESM em UEMA. Para tudo o mais a Lei 4.400 valeu, menos para transformar a FESM em UEMA. Mas a UEMA só teve decretada pelo Governo Federal a sua autorização em 25 de março de 1987. (MEDEIROS, 2016a, l. 193-207).

³⁹⁹ ATCON, 1966, op. cit. p. 81-89.

⁴⁰⁰ MARANHÃO. Lei No. 4.400/81, op. cit.

⁴⁰¹ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 51.

do Governo ou um “presente de grego”, isto é, como algo que aparentava ser um grande bem, mas que não trazia benefício algum para o povo.

Em 1981 o povo maranhense sofreu um duro golpe com a transformação da FESM em UEMA. Na época a comunidade universitária (DCE, DAs e Associação dos Professores e Funcionários) denunciaram(*sic*) o então governador do Estado que tal transformação não passaria de mais um ato demagógico. Faltavam condições para a transformação. A UEMA nascia sem condições de oferecer ensino, pesquisa e extensão que a sociedade maranhense ansiava. Necessitava de quase tudo: Laboratórios, Livros na Biblioteca, Equipamentos para funcionamento em condições razoáveis dos Cursos oferecidos, etc.⁴⁰².

A assertiva desse manifesto “A População Maranhense”, trazendo à memória da comunidade universitária, dez anos depois, o grande acontecimento de transformação da FESM em UEMA, corrobora testemunhos orais de que houve apenas uma troca de nome. Mas há que ser considerado o que dizem, respectivamente, as leis de criação da FESM e a de criação da UEMA quanto à natureza das duas instituições, pois, enquanto a primeira era uma associação como outra qualquer com estatuto inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e seu pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho⁴⁰³, esta era criada como uma “autarquia de natureza especial” vinculada à Secretaria de Estado da Educação, passando seu pessoal para o regime jurídico vigente no Estado⁴⁰⁴.

Embora o nome passasse a revelar a identidade da instituição em essência, quanto ao que ela pretendia existir, não havia expectativa de que fosse melhorar a situação, pois a UEMA assemelhava-se a uma escola profissional, configurada ao que se convencionou chamar de “modelo napoleônico” de educação superior, dedicada só ao ensino, sem nada que a diferenciasse dos tempos de federação, visto que as condições de funcionamento eram precárias, como foi dito:

O que eu observava na época é que a UEMA já nasceu *sucateada*⁴⁰⁵, ou seja, parece-me que na época o governo deixou de

⁴⁰² SINTEMA, ASSUEMA, APRUEMA e DCE-UEMA, 1991.

⁴⁰³ MARANHÃO. Lei n° 3.260/72, art. 13.

⁴⁰⁴ MARANHÃO. Lei n° 4.400/81, art. 2° e 16.

⁴⁰⁵ Sucatear, no Dicionário do Aurélio, significa: transformar em sucata; negociar ou tratar como sucata; deixar que algo se degrade ou se desvalorize; sucatar.

repassar 300 milhões de cruzeiros⁴⁰⁶ que seria para a implantação da Universidade e nunca repassou esse dinheiro, ou seja, a universidade na mudança de FESM para UEMA já foi sucateada pelo próprio governo da época, que era o do João Castelo⁴⁰⁷.

O sucateamento da UEMA, em toda a acepção que o termo significa, foi uma tática usada pelos agentes do Estado para que a mesma fosse negociada como sucata, com seu capital simbólico depreciado⁴⁰⁸, no processo de incorporação de seus ativos e passivos à esfera federal, isto é, à UFMA, uma vez que as resistências sempre se fizeram evidenciar desde 1975. E como o modelo de universidade adotado era reflexo da “universidade do poder ou funcional”⁴⁰⁹, em que o Estado exerce um controle externo, apesar da aparente democracia e aspiração à autonomia, os dirigentes não se levantavam e nem incentivavam os segmentos a saírem em defesa da instituição, como se não tivessem competência para assumir o cargo, numa total subserviência como expresso a seguir.

Infelizmente, pela forma como os reitores são escolhidos na universidade, eles nunca tiveram coragem para cobrar do governo, entendeu! E nessa época a eleição para Universidade foi de lista

⁴⁰⁶ Diz a LEI 4.400, de 30/12/1981, no “Art. 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de até Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para fazer face às despesas com a implantação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA”. Como em novembro de 1981 o salário mínimo era Cr\$ 6.712,80 (seis mil setecentos e doze cruzeiros e oitenta centavos), equivalente a U\$ 53,52 (cinquenta e três dólares e cinquenta e dois centavos), o referido “crédito especial” era equivalente a quarenta e quatro mil e seiscentos salários mínimos. E como um dólar em dezembro de 1981 valia Cr\$ 125,42, esse montante correspondia a U\$ 2.391.963,00 (dois milhões trezentos e noventa e um mil e novecentos e sessenta e três dólares). Em dezembro de 2017, com o dólar negociado a R\$ 3,336, esse montante corresponderia R\$ 7.979.588,56 (sete milhões, novecentos setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais, e setenta e um centavos). É um valor não muito expressivo nos dias de hoje, haja vista que o valor do orçamento da UEMA para 2017 foi de R\$ 463.010.588,00 (quatrocentos e dezenove milhões, duzentos e noventa e três mil, e cento e doze reais) e o do Governo do Maranhão foi R\$ 18.261.620.064,00 (dezoito bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, seiscentos e vinte mil, sessenta e quatro reais). Aquela dotação consignada na Lei 4.400/81 era algo muito expressivo para a época, correspondendo a mais ou menos 1/3 dos 5% previsto na Constituição Estadual de 1989, pois o total geral da despesa prevista do Estado do Maranhão para 1981 foi de Cr\$ 18.396.571.000 (dezoito bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros). Em 1981 o salário mínimo era diferente em cada região do Brasil.

⁴⁰⁷ LOPES, Joaquim Teixeira; GOMES, Valber Tomé Ribeiro. Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). São Luís-MA, em 27 de janeiro de 2016, l. 36-50.

⁴⁰⁸ Essa ilação foi construída pelo entrevistado a partir do comportamento do governador da época que, formalmente, prometeu investimentos para transformar a UEMA numa universidade, mas não realizou o que determinava a Lei 4.400/81.

⁴⁰⁹ BOAVENTURA, Elias. Universidade e Estado no Brasil. 1988. 275 f. Tese (Doutorado em Filosofia)-Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 1988. Diz que Jacques Drêze, em sua obra “Concepções da Universidade” publicada pela Editora da Universidade Federal do Ceará em 1983, disse que havia “cinco tipos de universidades divididas em dois grupos: 1. Universidade do espírito ou Liberal (Inglesa, Alemã e Norte-americana); 2. Universidade do Poder ou Funcional (Francesa e Soviética)”.

sêxtupla. E, como eles eram indicados pelo governador, realmente todos os reitores que nós tivemos na universidade foram *subservientes* ao governo, nunca tiveram *coragem* de defender os interesses da Universidade⁴¹⁰.

E, como se não tivessem consciência de seu papel e da missão da universidade na interface com a sociedade, também essas autoridades da UEMA sofriam impassivelmente as determinações dos agentes para degradar ou desvalorizar a instituição, pois a autonomia era apenas formal, uma vez que a maneira como os reitores eram nomeados levava a uma relação servil com o governo estadual e, conseqüentemente, a administrarem a instituição sem perspectiva de transformá-la mesmo numa verdadeira universidade. Mas, apesar de secundados, não pode ser negada a postura crítico-defensiva das entidades representativas de estudantes e de técnicos e administrativos.

Quem sempre defendeu os interesses da Universidade foram os movimentos que, como a ASSUEMA e o DCE, eram atuantes na época e, bem pouco, as outras associações protestaram. Só o DCE e a ASSUEMA e os Centros Acadêmicos é que defendiam a Universidade. Na época a nomenclatura era Diretório Acadêmico. Surgiram várias lideranças da época, a exemplo do Artidônio foi uma liderança atuante do DCE da época⁴¹¹.

Por conseguinte, a existência de organizações representativas independentes dos segmentos se apresentou como uma vanguarda da UEMA, mas todos os reitores sempre tiveram interesse por estabelecer uma relação de dependência desses organismos para com ele. Porém, apesar das tentativas de cooptação, essas organizações dos segmentos, até 1994, sempre mantiveram uma equidistância do poder, nuns tempos mais e noutros tempos menos.

E, não obstante as dificuldades para operar enquanto UEMA, foi vislumbrada a possibilidade da implantação de um modelo de universidade preocupada com a comunidade de seu entorno; inclusive, numa reunião do CONSUN⁴¹², um

⁴¹⁰ LOPES & GOMES, 2016, op. cit. l. 36-50.

⁴¹¹ LOPES & GOMES, 2016, op. cit. l. 36-50.

⁴¹² UEMA. CONSUN. Ata da primeira reunião do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís – MA, 02.08.1982. Reunião solene de instalação do Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Francisco Souza de Bastos Freitas, Magnífico Reitor da UEMA, estando presentes os demais conselheiros: Prof. Arthur Ribeiro Bastos, Vice-Reitor da UEMA; Prof. Celso Beckman Lago, Pró-reitor de Planejamento da UEMA; Prof. José Raimundo dos Santos Muniz, Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMA; Prof. Raimundo Parente Brandão, Pró-reitor de Administração da UEMA; Prof. José Ribamar Santos Vaz, Coordenador da

conselheiro alertou que estava sendo implantada uma nova universidade com a sabedoria e a experiência adquiridas na FESM e na vida profissional de cada, o que possibilitaria poder “de fato construir uma Universidade totalmente voltada para os interesses do Estado e do País”⁴¹³. E os agentes dessa “nova universidade” manifestavam preocupação com as demandas sociais, colocando-se como vetor de desenvolvimento do Maranhão e do Brasil. No entanto, havia uma distância muito grande entre o discurso e a prática, pois a UEMA não tinha controle sobre a fatia do bolo orçamentário que lhe era atribuída.

Também na terceira reunião, de caráter extraordinário, em 4.10.1982, o Prof. Antônio Carlos Beckman conclamou a instituição a sair ao encontro da comunidade.

Solicito a presença da UEMA junto ao setor de Planejamento da Secretaria de Educação para se fazer um Programa de Ação conjunta para se delinear certas ações para obtenção de recursos junto ao MEC. Continuando, disse ter visitado o Projeto Carajás, o que em matéria de educação não apresentava nenhuma proposta básica para acompanhar o desenvolvimento que trará o referido projeto. Convocar a UEMA para juntos com a Secretaria de Educação apresentarmos Projetos Objetivos e Específicos, para tanto necessitamos somarmos esforços para a consecução desses objetivos. Que na Programação de 1983 da Secretaria de Educação necessitamos deixar certos programas nos quais iremos buscar recursos para a educação no Carajás⁴¹⁴.

Ressaltaram que o trabalhador maranhense não estava sendo absorvido pelas empresas que se instalaram em São Luís como parte do Projeto Carajás, embora não houvesse emanado nenhuma atitude resolutiva dessa alocação, mas entre as resoluções baixadas pelo CONSUN⁴¹⁵. Nessa reunião, houve uma resolução que autorizava a complementação dos cursos de licenciatura de Caxias e de Imperatriz, transformando-os em licenciatura plena, como uma forma de melhorar a qualidade do ensino no interior do Maranhão. Essa foi uma clara manifestação de

Unidade de Administração e Representante dos Coordenadores das unidades; Prof. José Ribamar Moreira Lima e Carlos Alberto dos Santos Marques, representantes dos Chefes pró-tempore dos departamentos; Prof. João Machado Vieira, Presidente da Associação dos Professores da UEMA; Senhor José Carlos Pereira Moraes, Presidente da Associação dos Servidores da UEMA; Senhor Raimundo Nonato Cavalcante Sousa, Representante das Classes Trabalhadoras; Senhores Azarias Cavalcante Alencar, Mário Godoy Júnior e Afonso Henrique de Almeida Oliveira, representantes do Corpo discente da UEMA.

⁴¹³ UEMA, 1982, idem. Os termos “Estado” e “País” tem o sentido de Maranhão e Brasil.

⁴¹⁴ UEMA. Ata de Reunião do CONSUN, em 04.10.1982.

⁴¹⁵ Resoluções do CONSUN-UEMA nº 007 e 008, de 08/10/1982, autorizando a complementação dos cursos de licenciatura das unidades de Caxias e de Imperatriz, respectivamente.

que a UEMA estava saindo dos seus muros ao se preocupar com a realidade do estado do Maranhão, enquanto parte de seu compromisso social.

Também a primeira reunião ordinária do CONSUN-UEMA, de 12.08.1982, teve a preocupação em aprovar uma resolução determinando a departamentalização das disciplinas, seguindo o princípio da racionalidade, conformando-se à Lei 5.540/68, da Reforma Universitária. Inclusive aprovou resolução autorizando a passagem dos docentes e técnico-administrativos do regime jurídico celetista para o estatutário⁴¹⁶. E o Diretório Central dos Estudantes convocou o III Congresso dos Estudantes da UEMA – III-CEUEMA- para proceder democraticamente à adequação do movimento estudantil à realidade da nova universidade, tendo aprovado em 12 de dezembro de 1982 um novo Estatuto do DCE⁴¹⁷.

Chegado o ano de 1983, o reitor Francisco Souza de Bastos Freitas procedeu a todas as diligências para finalizar a transição de FESM para UEMA com a eleição do reitor seguindo as normas estatutárias⁴¹⁸ e regimentais, as quais seguiam a tendência das principais universidades brasileiras naquele momento de distensão e ocaso da ditadura militar, com processo eleitoral em lista sêxtupla e tríplice, respectivamente, para reitoria e coordenação de unidade, com participação dos três segmentos da comunidade universitária: docentes, discentes e administrativos.

Art. 1º. As eleições para composição da lista sêxtupla para Reitor e Vice-Reitor e da lista tríplice para Coordenador de Unidade da Universidade Estadual do Maranhão serão realizadas na forma do que estabelece a presente Resolução e coordenadas por uma Comissão Eleitoral de três membros, representantes dos três segmentos que compõem a comunidade Universitária, designados pelo Conselho Universitário⁴¹⁹.

⁴¹⁶ O regime celetista é regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e o estatutário pelo Estatuto dos Funcionários Públicos e Civis do Estado do Maranhão através da Lei Delegada N° 36 de 15 de outubro de 1969.

⁴¹⁷ DCE/UEMA. Estatuto aprovado pelo III CEUEMA em 12/12/1982. “Art. 1º - O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (DCE-UEMA) é a entidade máxima de representação do corpo discente da UEMA. Art. 2º - São princípios do DCE-UEMA: I – Defender os interesses dos estudantes em sua plenitude; II – Lutar por uma maior representatividade das entidades estudantis; III – Apoiar todas as organizações e movimentos que lutarem pela causa da democracia, sem, contudo, a elas se filiar. Art. 20º - A Diretoria Executiva, constituída de membros eleitos, será composta: Presidente; Vice-Presidente; Vice-Presidente – Caxias; Vice-Presidente – Imperatriz.; Secretário Geral; Secretário de Finanças; Secretário de Imprensa; Secretário de Cultura....”

⁴¹⁸ MARANHÃO. Decreto N°. 8594, de 11.05.1982.

⁴¹⁹ Resolução n°. 025/83-CONSUN-UEMA.

Os professores remanescentes desse período afirmaram reiteradamente que aquelas eleições, a de 1983 e a de 1987, foram as mais democráticas de toda a história da UEMA, pois cada segmento da comunidade tinha participação de escolha na razão de 1/3 (um terço)⁴²⁰, quando na UFMA o cargo de reitor ainda era uma indicação da Presidente da República dentre os nomes listados pelo CONSUN⁴²¹. Nesse ponto, quanto à escolha dos dirigentes de universidades no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP)⁴²², ainda em 1988, mantinha um dos sistemas mais tradicionais de escolha de reitores, pois eram os membros da Assembleia Universitária, formada por representantes dos vários organismos internos, que indicavam oito nomes dos quais, num segundo turno, eram escolhidos três pelo Conselho Universitário e os Conselhos Centrais. Mas no mundo vigoram atualmente quatro tipos de nomeação de autoridades universitárias: voto direto (Itália, Espanha e México), colegiado-representativo (Portugal, França, Alemanha, México, Costa Rica, Argentina, Uruguai, Chile), corporativo (Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, México,) e externo (China, México, Brasil, Chile)⁴²³; e nas universidades mexicanas há todas as variações; porém, o Brasil, possivelmente por ter uma histórico de intermitência de democracia e autoritarismo, há como que uma mescla do tipo voto direto com o tipo externo.

Em 1983, concorreram 18 candidatos no pleito para Reitor, como que formando três grupos com linhas ideológicas diferentes, objetivando cada um fazer a

⁴²⁰ A partir de 1995, por determinação da Lei 9.192 sancionada por Fernando Henrique Cardoso a participação de cada segmento da comunidade passou a ser desigual, contrariando as conquistas do movimento em favor da democratização das universidades desencadeado no final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, pois docentes passaram a ter peso de 70% e discentes e administrativos participam cada segmento com 15%.

⁴²¹ BRASIL. Lei 5.540/68, art. 16, parágrafo 1º. §1º Os Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores das instituições de ensino superior, mantidas pela União, salvo o disposto no § 3º deste artigo, serão indicados em lista de seis nomes pelos respectivos colegiados e nomeados pelo Presidente da República.

⁴²² Universidade de São Paulo (1988). Estatuto da Universidade de São Paulo. “Artigo 36 - O Reitor, Professor Titular da USP, será nomeado pelo governador do Estado de lista tríplice de nomes, elaborada da seguinte forma: I - a composição da lista obedecerá ao sistema de dois turnos; II - no primeiro turno serão eleitos oito nomes, pelos membros da Assembleia Universitária, composta pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais, pelas Congregações das Unidades e pelos Conselhos Deliberativos dos Museus e dos Institutos Especializados; III - no segundo turno serão eleitos três nomes, dentre os oito escolhidos em primeiro turno, sendo eleitores os membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais”. Esse estatuto ainda vigora na presente data.

⁴²³ ORDORIKA, Imanol. Elección de rector: panorama internacional. Revista de la Educación Superior, vol. 44, n. 175, jul.-sep. 2015. Voto direto: nomeação com ampla de votação e participação de docentes, estudantes, trabalhadores e egressos; colegiado-representativo: nomeação através de assembleias de representantes; corporativo: utilização de juntas de governo para nomeação de reitor, presidente ou chanceler; externo: a nomeação de presidente, chanceler ou vice-presidente ou reitor tem lugar em ambiente externo, por governantes ou grandes corporações. Porém, cada tipo possui variações.

lista sêxtupla para empreender seu projeto de universidade, mas nenhum componente do “bloco de esquerda” entrou na lista sêxtupla, muito embora a massiva votação no segmento discente e os muitos votos entre docentes tenham servido para demarcar campo. Mas a lista sêxtupla, longe de ser uma opção, era uma restrição, pois era apenas uma consulta, uma vez que quem escolhia era o governador, dentre os seis indicados pela comunidade e homologados pelo CONSUN. Entretanto, essa primeira “eleição” para reitor, pela quantidade de candidatos, foi ocasião muito proveitosa para o despertar de uma consciência universitária.

Tínhamos opção de votar em seis candidatos. Eram 18 candidatos. Então eu fui apoiado por uma ala do Graccho: José Rui Salomão, Graccho Bolivar e Djalma Nina Rodrigues. Havia uma outra ala apoiada pelo Chico Freitas, que era o reitor, ex-presidente da FESM. Eu visitei Caxias, eu Imperatriz. Aí comecei a enfrentar mesmo. Porque aí teve aquela turma da esquerda pesada que entrou lá com Carlos Saturnino, Fátima Félix, João Augusto... E essa turma entrou para ganhar. Quando já estava marcada a eleição para 11 de maio, tudo certo, o Francisco Freitas chamou todos nós, os coordenadores, que fazíamos parte da equipe dele e disse: não vai ter eleição! O governador não quer eleição! Isso ninguém sabe! [confidenciou Jacques]. Não tem eleição! Mas dois dias depois nos chamou e disse: o governador disse que pode haver eleição⁴²⁴.

Há nesse momento relatado a configuração de um campo em que os agentes se postam como jogadores agrupados em três grupos em luta, na disputa de posições, capitaneados por duas lideranças pessoais (Graccho e Chico Freitas) e uma ideológica, reconhecida como “turma da esquerda pesada”⁴²⁵, como denominou Jacques Medeiros. E, embora houvesse regras predeterminadas com base na Lei, havia o sobressalto do arbítrio do governador, mesmo que já estivesse vigorando a “distensão lenta e gradual” da ditadura civil-militar, pois havia um estado de tensão entre autoritarismo e democracia, numa tentativa de casamento entre o modelo do voto direto e do controle externo, em que o discurso de autonomia universitária se revelava uma falácia, deixando a UEMA acocorada. Mas essa modalidade de construção da lista sêxtupla era algo inédito na trajetória da UEMA e nunca

⁴²⁴ MEDEIROS, 2016a, l. 221-259.

⁴²⁵ MEDEIROS, 2016a, l. 228.

praticado até então nas universidades federais, visto que seguia, como narrado abaixo, o princípio da paridade na participação dos três segmentos.

Transcorreu eleição em Caxias, em Imperatriz e em São Luís. Nós fomos a Caxias, a Imperatriz, aí eu vi quem nos apoiava a mim, Celso Lago, Arthur Ribeiro Bastos e José Raimundo Santos Muniz. Então foi muito disputada! Propaganda! Graco foi o primeiro lugar em número de professores, pois teve dois professores a mais do que eu. Porque era 33% para cada segmento. Era igual. O poder do administrativo era o mesmo do discente e do docente. Aí eu perdi por dois professores, mas no administrativo eu disparei. Foi uma eleição agitada! Foi um dia agitado, 10 de maio. Apuração!⁴²⁶

A expressão “aí eu vi quem nos apoiava a mim” é reveladora de que, no decorrer do jogo, se manifestaram mais de três grupos disputando posição no campo do poder universitário, através da conquista do voto direto dentre os três seguimentos da universidade, cujo objetivo imediato era a ocupação do espaço do poder em vista do atendimento dos interesses da corporação universitária. Mas, decorrido esse momento da eleição, o CONSUN, como órgão colegiado máximo, homologou as seis indicações da comunidade, a qual fora entregue ao governador, para que este escolhesse um da lista para dirigir a instituição no período de 1983 a 1987, conforme narrativa abaixo.

[Três dias depois] o professor Francisco Freitas já convocou o Conselho Universitário para homologar a lista sêxtupla.⁴²⁷ E no outro dia ele levou a lista para a Profa. Leda [Tájra] e ela a apresentou ao governador. Faziam parte da lista Graccho Bolívar [Pinheiro da Silva], Jacques Inandy Medeiros, José Raimundo dos Santos Muniz, Arthur Ribeiro Bastos, Celso Beckman Lago e Djalma Nina Rodrigues. Seis. Ai começou aquela tensão! O governador vai nomear é outro, não vai respeitar a lista. E estavam profetizando o futuro. Era aquela tensão! (...)⁴²⁸.

⁴²⁶ MEDEIROS, 2016a, l. 221-259

⁴²⁷ UEMA. RESOLUÇÃO No. 27/83-CONSUN-UEMA. HOMOLOGAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE. O Conselho Universitário da Universidade Estadual do Maranhão, em conformidade com o que dispõe o Artigo 18 do Regimento da UEMA, RESOLVE: Artigo 1º. HOMOLOGAR a lista sêxtupla escolhida pela Comunidade Universitária em eleição realizada no dia 10 de Maio de 1983, composta pelos seguintes nomes: GRACCHO BOLIVAR PINHEIRO DA SILVA, JACQUES INANDY MEDEIROS, JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS MUNIZ, ARTHUR RIBEIRO BASTOS, CELSO BECKMAN LAGO e DJALMA NINA RODRIGUES. Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. SALA DE REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, em São Luís, 13 de Maio de 1983. (Assinado) Prof. FRANCISCO SOUSA DE BASTOS FREITAS. Presidente.

⁴²⁸ MEDEIROS, 2016a, l. 221-259.

Porém, apesar da Lei e do Estatuto da Universidade, pairou sobre a cabeça dos pleiteantes a dúvida sobre se o arbítrio do chefe do executivo iria respeitar a lista ou iria impor um nome de fora, denotando a fragilidade ou quase inexistência da autonomia universitária, bem como pondo em questão a existência ali de um campo universitário. Mas algum ou alguns já davam como certa sua nomeação, graças à amizade com o governador Luís Rocha, construída nos tempos de estudante do Liceu Maranhense ou da UFMA ou na UEMA ou a alguma proximidade por clientelismo estabelecido com algum deputado e/ou senador que tivesse prestígio junto àquele. A nomeação era como que um presente que reclamava como contrapartida a subserviência ao governador.

Mas no dia 20, quinta feira, o Prof. Francisco Freitas chamou todos os seis da lista. Estava a imprensa. Então a Secretária [de Educação] Leda Tájra disse: “Chamamos para comunicar que o governador acaba de nomear reitor Jacques Inandy Medeiros e vice-reitor Arthur Ribeiro Bastos e orienta para que o reitor nomeie como seus pró-reitores os demais da lista”. Só o Djalma não foi porque tinha que retornar ao outro trabalho dele. Depois fui só agradecer e me preparar para a posse, que aconteceu no dia 25 de maio⁴²⁹.

Nesse depoimento, o atropelamento da autonomia administrativa legal da UEMA por parte do Estado se expressou de forma acintosa em dois atos de fala: a) “O governador não quer eleição” e “O governador disse que pode haver eleição”; b) “... e orienta para que o reitor nomeie como seus pró-reitores os demais da lista”. Mas, mesmo com todo esse constrangimento, quem foi nomeado assumiu o cargo como quem recebe um dom, um presente, sem descontentamento, obrigando-se a retribuir com atendimento às demandas clientelistas do governador⁴³⁰.

Esse fato denota ausência de uma consciência universitária própria do modelo liberal, no qual a autonomia figura como o atributo que está na base da institucionalização da universidade moderna que, mesmo financiada pelo Estado, não se deixa dominar por ele, pois tem amparo legal. Mas algo alvissareiro ocorreu,

⁴²⁹ MEDEIROS, 2016a, l. 221-259.

⁴³⁰ Em 1983, concluída a sucessão reitoral, o governador Luís Rocha, querendo atender a uma demanda do prefeito de Caxias, que pedia a coordenação da UEEC para um correligionário seu, chamou o reitor ao Palácio do Governo e lhe colocou o pleito, ao que o magnífico respondeu: Governador, como nossa universidade foi criada agora, preservando o seu Estatuto e Regimento, essa pessoa se candidata à coordenação da UEEC, e se seu nome vir na lista tríplice, em qualquer colocação, eu a nomearei. Mas essa pessoa ficou de fora da lista.

uma disputa no interior do campo acadêmico/universitário, pois vozes discordantes do “sistema político” ousaram se agregar com o firme propósito de enfrentar os “estabelecidos”, e foram reconhecidos como “esquerda pesada”.

Esse foi um sinal patente de que a UEMA estava mesmo se institucionalizando enquanto universidade, como espaço cioso da autonomia tão cara historicamente para a instituição universitária no mundo inteiro, porque foi necessária para o saudável cultivo do saber desinteressado ou comprometido com a demanda social, tal como propugnavam, respectivamente, universidades inglesas, alemãs e norte-americanas⁴³¹.

Consciente de que a UEMA era uma universidade de fato e de direito, o novo reitor, Jacques Inandy Medeiros, ficou surpreendido quando soube que a mesma ainda, àquela altura, em 1983, não o era de direito diante do MEC, numa situação que o levou ao constrangimento.

Eu tinha acabado de empossar [como reitor] e o [José Ribamar] Fiquene me convidou para uma visita da Ministra Ester Figueiredo em Imperatriz. E a Leda [Tájra] também disse: Prof. você tem que ir. Aí a Profa. Margarida Leal, que era pró-reitora de ensino da Universidade Federal do Maranhão. (...) ...quando a gente saiu para receber a Ministra, a professora Margarida Leal, pró-reitora da UFMA, disse: Jacques tenho muita coisa para conversar contigo! O que foi professora, perguntei: Vocês não são universidade! Estou devolvendo todos aqueles diplomas assinados como UEMA. Volte a preparar todos como FESM. Aí ficou aquela coisa, me deu uma dor de cabeça! Aí mal consegui cumprimentar a Ester Figueiredo. No outro dia viemos embora⁴³².

Em verdade esse problema não estava no Estado, mas na instituição, pois aqueles que organizaram o processo de mudança de federação para universidade não estiveram atentos à exigência de que uma instituição de ensino superior, naquela época, para poder obter o *status* de universidade não poderia ter cursos de licenciatura de curta duração, dado que todos deveriam ser plenificados. Então, o reitor, juntamente com o pró-reitor Celso Beckman Lago, foram a Brasília ter a certificação do MEC se a UEMA era ou não era universidade. Assim, obtiveram do General Venturini, membro do Conselho Federal de Educação, essa declaração:

⁴³¹ BOAVENTURA, Elias, 1988, op. cit. 31-44.

⁴³² MEDEIROS, 2016^a, I. 260-278.

“vocês não são universidade”, mas forneceu as orientações necessárias quanto aos procedimentos a serem adotados para superar esse obstáculo.

Então, os trabalhos em torno da plenificação dos cursos de licenciatura curta da UEEI e da UEEC, que já haviam sido iniciados na gestão do reitor Francisco Souza de Bastos Freitas, foram acelerados na gestão de Jacques Inandy Medeiros.

... partimos para essa luta. Como eu já havia feito grandes amizades no CRUB (Conselho de Reitores de Universidades do Brasil) com alguns professores, então fiquei com acesso mais fácil nos corredores do MEC (Ministério da Educação e Cultura) em Brasília, e pedimos que o processo de plenificação, solicitado pela administração anterior, fosse agilizado. E com dois anos já na reitoria nós tivemos a satisfação de ser comunicados que os cursos de Caxias e Imperatriz, com a Portaria 502 e a Portaria 501, assinadas pelo Ministro Marcos Maciel, em 03 de julho de 1985, foram autorizados a funcionar como licenciatura plena. Então, como passaram a funcionar como licenciatura plena, fizemos a estrutura todinha e, em 1986, dá-se o primeiro vestibular para licenciatura plena em Caxias e Imperatriz. Aí todos os cursos começaram a lutar pelo reconhecimento, pois estávamos autorizados⁴³³.

Observa-se que mesmo com as diligências tomadas pelas direções das duas unidades de estudos e a colaboração do Prof. Ivo Anselmo Hohn, como assessor da UEMA, somente em 03 de julho de 1985 o MEC baixou as portarias⁴³⁴ autorizando a conversão, por via de plenificação, dos cursos de licenciatura das referidas unidades. Mas ainda restava mais trabalho para atender às exigências burocráticas do MEC para obter a autorização do funcionamento da UEMA.

Essa luta levou o ano de 85 todo e até 86, depois da plenificação dos cursos. (...) No final de 1986 não tivemos recesso natalino, porque trouxemos os professores do Conselho Federal de Educação para nos dar apoio para que esse processo fosse o mais rápido possível encaminhado ao Conselho Federal de Educação. E eu tive o privilégio de conseguir, antes de terminar o meu mandato, o Decreto

⁴³³ MEDEIROS, 2016a, l. 52-64.

⁴³⁴ PORTARIA No. 502, MEC, DE 03 JULHO DE 1985. Art. 1º - É autorizada a conversão, por via de plenificação, dos cursos de Letras, Estudos Sociais, Ciências e Pedagogia, Licenciatura de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Educação de Caxias – mantida pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em cursos, respectivamente de Letras, com habilitações em Português e Inglês e respectivas literaturas; de Estudos Sociais, habilitações em História e Geografia; de Ciências, habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia, licenciaturas plenas, e de Pedagogia, habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, permanecendo as licenciaturas de 1º grau dos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais como tronco comum. Diário Oficial de 04 de julho de 1985. (Esses são os mesmos termos da Portaria No. 501). Art. 2º. – As novas habilitações funcionarão em regime de autorização.

94.143, assinado pelo presidente José Sarney e o Ministro Jorge Bonhause, no dia 25 de março de 1987, autorizando a FESM a ser transformada numa universidade. Aí sim passou a ser UEMA, aí é que ela é UEMA⁴³⁵.

Então, como a plenificação dos cursos de licenciatura era condição *sine qua non* para que a Universidade Estadual do Maranhão fosse autorizada e, conseqüentemente, reconhecida pelo MEC, essa expectativa foi realizada pelo Decreto Federal No. 94.143, de 25 de março de 1987. Mas até isso ocorrer, como aparece no Artigo 1º. da Portaria 502, do MEC, em toda a documentação oficial constava, ao invés do nome UEMA, a antiga denominação de Federação das Escolas Superiores do Maranhão, com suas respectivas unidades isoladas.

Logo, a FESM foi transformada legalmente em UEMA a partir da sanção e publicação da Lei 4.400/81, embora só tivesse seu funcionamento autorizado, na modalidade de sistema multicampi, a partir do Decreto nº 94.143/87, pois esse decreto não se refere à transformação de FESM em UEMA, dando a entender que, para o MEC, a UEMA já era existente, mas lhe faltava o *status* de universidade. A verdade é que não foi encontrado um critério para a passagem de uma faculdade ou federação a universidade, como existe hoje, em que é exigido o cultivo de quatro cursos de mestrado e dois de doutorado, no caso das universidades federais e particulares. Então, naquela época, não ter cursos de licenciatura curta era o critério adotado pelo MEC para reconhecer a UEMA como universidade, passando esta a gozar de autonomia didático-científica.

Com essa identidade legal materializada e a eleição do novo reitor, ainda que em lista sêxtupla, em 1987, os membros da comunidade universitária sentiram um novo alento, pois, enfim, puderam dizer “somos uma universidade de fato e de direito”. Mas a instituição foi golpeada em sua autonomia administrativa pelo então governador Cafeteira, embora esse princípio constasse como prerrogativa na Lei 4.400/1981. E, mais uma vez, o Estado entrou em conflito com a universidade.

Aí vem em maio a nova eleição. Nessa eleição, o governador Cafeteira desrespeitou a lista, não seguiu a lista. Uma eleição trabalhosa, uma eleição que fizemos com toda motivação. Ele arguiu os candidatos; levou os candidatos que fizeram parte da lista sêxtupla para o Palácio; conversou, falou tudo, mas na hora não

⁴³⁵ MEDEIROS, 2016a, l. 64-75.

nomeou nenhum. Chamou o seu Warwick Estevan Kerr e o nomeou como interventor, o qual renunciou depois de um ano, aí nomeou o Joaquim César dos Santos⁴³⁶.

Esse foi um período muito crítico para a UEMA, o qual se prolongou até 1990. Houve greves após greves de todos os segmentos da comunidade universitária, as quais os governos sucessivos sempre responderam com arrogância e alegando que existiam outras prioridades a serem atendidas, tais como educação básica, saúde e infraestrutura.

Então, parte da comunidade, com a consciência mais crítica, apoiada em suas organizações de classe, garantiu a continuidade do esforço por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho, sem se deixar cooptar pelo campo do poder político interno e externo, fazendo da luta pela vida um combate em favor da autonomia financeira e administrativa da universidade. Afinal de contas, não há campo homogêneo, pois há agentes conservadores, mantenedores da ordem, e agentes subversivos, desejosos por transformação⁴³⁷.

Enfim, não há como negar que efetivamente a FESM foi transformada efetivamente em UEMA a partir da Lei nº 4.400/81 estadual que a criou, e não do Decreto nº 94.143/87, que autorizou seu funcionamento, pois o ato do executivo estadual não foi derogado, mas apenas confirmado. Portanto, não há sustentação legal para o argumento de que a UEMA só passou a ser universidade a partir de 1987, pois o decreto é claro: “Art. 1º. Fica autorizado o funcionamento regular da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, na modalidade de sistema de multicampi, instalados em São Luís, Caxias e Imperatriz”.

5.2 Ser ou não ser UEMA: eis as tratativas de “federalização”

Já foi referido que a primeira tratativa de descarte da UEMA aconteceu em sua forma embrionária de FESM, em 1975, numa tentativa de fusão da FESM com a

⁴³⁶ MEDEIROS, 2016a, l. 75-81

⁴³⁷ BOURDIEU. Pierre. Campo de poder, campo intelectual. Tucumán, Ag: Montessor, 2002, p. 121.

UFMA, como parte de um entendimento entre a SIDERBRAS⁴³⁸ (Siderurgia Brasileira S/A), a Secretaria de Assuntos Universitários (SAU) do MEC e o Governo do Estado, na pessoa do então Secretário de Estado da Educação, Prof. Jerônimo Pinheiro, o qual era docente da UFMA. Seriam transferidas as escolas de Administração, de Engenharia, de Agronomia e a Faculdade de Educação de Caxias e seus respectivos patrimônios para a UFMA.

Tomando distância no tempo dá para perceber nessa iniciativa uma tentativa de aproximação da universidade com o campo empresarial, como reflexo do modelo americano de universidade sensível às demandas da comunidade, tal como recomendou Atcon⁴³⁹ em seu relatório de 1966, cujas orientações foram absorvidas em parte pela Reforma Universitária de 1968.

Mas como um campo, enquanto microcosmo social, embora não comporte homogeneidade, pois é um campo de lutas entre seus próprios agentes para a conservação ou a transformação de sua estrutura, também seus agentes se reconhecem mutuamente e ao se reconhecerem num mesmo projeto, como campo de força, serão propensos a se imporem para delimitar suas fronteiras diante dos demais campos⁴⁴⁰, foi percebido divergências de interesse entre o campo acadêmico, a FESM, e o campo político, o Governo, em que o campo político exorbitou as fronteiras ao impor à FESM, desconhecendo sua autonomia legal garantida pelo Estado⁴⁴¹, sua incorporação à UFMA e, conseqüentemente, sua dissolução.

Também foi denotada uma competição entre um campo já estabelecido, a UFMA, e um que estava começando a se estabelecer, portanto, recém-chegado, a FESM. Nessa primeira tentativa de dissolução dessa instituição de ensino superior mantida pelo Estado não havia concordância entre uma ala do Governo,

⁴³⁸ SIDERBRAS foi uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, criada pela Lei No. 5.919, de 17 de setembro de 1973, para, entre outros objetivos, promover e gerir os interesses da União em empreendimentos siderúrgicos e de atividades afins.

⁴³⁹ ATCON, 1966, p. 8 e 9. "A missão da universidade moderna é "Promover contatos estreitos com a comunidade, para servir às suas instituições espirituais, sociais, artísticas, econômicas, científicas e industriais". Em suma, "... a universidade tanto deve dirigir-se à satisfação das necessidades do *indivíduo*, como às da *comunidade*, sem prejudicar um objetivo em nome do outro" (grifos do autor).

⁴⁴⁰ BOUDIEU, 1996, op. cit. p. 50.

⁴⁴¹ "Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino), seja através de intervenções jurídicas (como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou do comportamento dos agentes individuais)". *Ibid.* p. 51.

capitaneada pelo secretário de educação, e a FESM, cujo presidente gozava de prestígio junto ao governador, haja vista que era juiz de carreira, embora afastado da função por força do regime militar, e filho de desembargador influente, em pleno exercício.

Porém, nessa relação de força, o campo acadêmico embrionário sobrepujou o campo político, e houve a garantia de continuidade da FESM. Mas vale lembrar que essas investidas contra a continuidade dessa instituição nos anos anteriores à criação da UEMA partiram do campo político do governo de forma indireta, seja através de um secretário de estado, de um membro do conselho ou de um requerimento de um deputado.

Entretanto, a investida para descartar a UEMA, em 1984, partiu diretamente do próprio governador do Estado do Maranhão, Luiz Coelho Rocha (1983-1987), por considerá-la onerosa demais, em carta dirigida à Esther Figueiredo Ferraz, Ministra de Estado da Educação do governo do Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, um ano antes do final da Ditadura Civil-Militar, propondo a encampação da UEMA pelo Governo Federal.

Na carta, o governador lamentava que a UEMA estivesse consumindo 9,4% dos poucos recursos do Estado destinados à educação, “acarretando sérias dificuldades, diante da situação de precariedade econômica atravessada pelo Maranhão”⁴⁴², quando o Estado envidava “todos os esforços para diminuir a taxa de analfabetismo, que atinge um índice em torno de 50% da população adulta”⁴⁴³, acrescentando que “qualquer distribuição de recursos para a área e não aplicados na educação básica terá reflexos restritivos sobre esta”⁴⁴⁴.

Essa argumentação evidenciava falta de visão estratégica quanto ao controle dos meios para impulsionar o desenvolvimento do Maranhão e/ou ausência de vontade política do referido chefe do executivo estadual, porque já havia acontecido, na década de 1960, de o governador ter proposto à UFMA parceria para formar professores para o ensino médio e a mesma ter se esquivado, razão pela qual, para por em funcionamento a FFPEM de Caxias, foi necessário buscar a colaboração da FFCL da USP. E embora seja verdade que o Governo Luís Rocha tenha acontecido num momento de extrema crise econômico-financeira

⁴⁴² ROCHA, Luís Coelho. Carta enviada à Ministra da Educação Ester Ferraz. Arquivos da Diretoria do CESC/UEMA, 2016.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

experimentada pelo Brasil, a visão estratégica não recomendaria o descarte do controle da UEMA como ferramenta de impulso à debelação do analfabetismo e da melhoria do ensino de 1º e 2º graus, além do atendimento das demandas de mão de obra e de pesquisa para um Maranhão potenciado como fronteira agropecuária e metalúrgica, haja vista que os gaúchos chegavam ao sul do Maranhão, e o Porto de Itaqui era o grande escoadouro da produção do decorrente do GPC.

Como foi dada uma resposta positiva à missiva do governador, em 17 de abril de 1984, o então reitor Jacques Inandy Medeiros solicitou que todos os segmentos da universidade formassem comissões para acompanhar a federalização da UEMA. Assim, já numa sessão solene de comemoração do 4º aniversário da APRUEMA, foi criada uma comissão de docentes para Acompanhar a Federalização da UEMA⁴⁴⁵, quase um ano antes por término do mandato do Presidente João Figueiredo.

Porém, depois desse momento, não foi encontrada fonte alguma dando conta de algum debate em torno dessa questão durante todo o ano de 1984. Mas, por que essa mobilização não foi adiante? Como nada ocorre por acaso, há que ser lembrado que, no início do segundo semestre daquele ano, o senador José Sarney, por não vislumbrar a possibilidade de disputar a presidência da república como candidato oficial, abandonou a base do governo, com sua legião de correligionários, e foi chamado para compor a chapa de oposição no Colégio Eleitoral, o que tornava nada interessante ao Governo Federal tocar essa empresa, pois seria contraditório para o jogo sucessório. Dessa forma, a proposta ficou hibernando.

E também o assunto “federalização da UEMA”, como se fosse um “tabu”, não foi mencionado uma única vez espontaneamente, quando os sujeitos desta pesquisa foram solicitados a pontuar acontecimentos significativos experienciados, que eles julgavam relevantes, na trajetória da Universidade. Esse comportamento manifesta a seletividade da memória, enquanto uma experiência interior do sujeito que recorda, o qual nem sempre tem interesse em rememorar experiências não

⁴⁴⁵ Ata de 17/04/1984. Convocação para sessão solene do 4º. Aniversário da Associação dos Professores da UEMA, a qual foi criada em 29 de abril de 1980 com a denominação de APROFESM. Nesta Ata há registro da criação de uma “Comissão para Acompanhar a Federalização”, composta por Bolbi Miranda do Nascimento, Raimundo Negreiros Vale e José de Ribamar Santos Vaz; da Comissão de Reivindicação junto ao governador, composta por Bolbi Miranda do Nascimento, Hamilton Brito Leda, José de Ribamar Moreira Lima e Nicanor Azevedo Filho. (Acervo da APRUEMA, 2016).

exitosas, por isso está aberta à lembrança e ao esquecimento⁴⁴⁶, como nesse caso, porque a maioria da comunidade universitária, beirando a unanimidade (Cf. Tabela 5, p. 173), desejou a federalização, pois a viu como altamente relevante para si, naquele primeiro momento, uma vez que era vislumbrada a obtenção, em grau bem mais elevado, de capital econômico e de capital simbólico.

O capital econômico consistia basicamente na melhoria salarial; e o capital simbólico consistia em algo para além de uma mudança de *status*, pois docentes, técnico-administrativos e discentes passavam de uma universidade recém-criada e não autorizada ainda, que funcionava precariamente, para uma universidade já estabelecida e com valor simbólico reconhecido pela sociedade, pertencente à esfera federal.

Mas com ascensão de José Sarney a Presidente da República, em decorrência da doença e do óbito inesperados do presidente eleito Tancredo Neves⁴⁴⁷, a proposta do governo estadual de federalização da UEMA adquiriu força e atraiu simpatizantes ao ponto de quererem que a questão fosse decidida às pressas, não fossem membros da comunidade exigirem uma discussão mais aprimorada antes de tomar a decisão, a qual foi feita através de um plebiscito, tendo o DCE e os DA's se posicionado através de manifestos.

O manifesto do DCE já expressava uma clara adesão à proposta de federalização da UEMA, pois, segundo o diagnóstico que faziam, não havia possibilidade de existência para aquela instituição que era dada como falida, fazendo coro com o Governo Luís Rocha.

Durante todo seu período de vida, nossa Universidade sempre esteve mergulhada nos mais variados problemas. Que vai desde a pontualidade do ônibus até a defasagem de títulos na biblioteca, aos baixos salários dos professores à ausência e falta de manutenção dos laboratórios.

Durante todo esse período parece que a cada dia a UEMA vai emborcando ainda mais num obscuro fosso⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ NORA, 1993, op. cit. p. 9.

⁴⁴⁷ Como é amplamente conhecido, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral da Ditadura Civil-Militar, tendo José Sarney como vice. Na véspera da posse se vê impedido de assumir o cargo e em seu lugar é empossado o vice-presidente José Sarney, que em 21 de abril de 1985, com a morte de Tancredo Neves, é empossado como presidente.

⁴⁴⁸ UEMA. DCE. Sobre a federalização da UEMA. Maio de 1985.

Em síntese, os problemas principais enfrentados, tais como atualização do acervo bibliográfico, manutenção dos laboratórios e remuneração dos professores, diziam respeito a tudo que se fazia necessário em quantidade desejável ao bom funcionamento de uma UEMA e implicavam os pressupostos da universidade, segundo Karl Jaspers⁴⁴⁹, a saber: pessoas, Estado e sociedade e fundamentos econômicos. Então, se os agentes do Estado desempenham suas funções tendo em vista a melhoria da sociedade, esses problemas se superam, pois um Estado que se preza priorizaria sua universidade, assim como qualquer pessoa preservaria o seu cérebro, já que uma universidade deve ser concebida como a inteligência, o cérebro da sociedade.

O manifesto não se apresentava como uma fala de resistência, mas como um lamento de rendição acomodatória de quem não vislumbrando mais sobrevivência, como se dissesse “seja feita a vossa vontade”, num tom de conformação à imposição da realidade. Nesse primeiro momento, nem de longe o movimento estudantil da UEMA de 1985 se reivindicou como herança dos movimentos de 1918 e 1968. E o mesmo acontecia em suas unidades, pois havia uma crença na salvação que proporcionaria o Estado em esfera federal, exceto na UEEC, onde DAT Tiradentes se manifestou de uma forma crítica sobre a questão no debate que ocorreu em 30 de abril no Restaurante Universitário, no Campus de São Luís, solicitando um tempo maior para fazer uma discussão nas unidades antes do Plebiscito, bem como em seu manifesto, do qual foi extraído o trecho abaixo.

Que fosse feito uma comissão composta por estudantes, professores e funcionários, envolvendo Caxias e Imperatriz, com o objetivo de levar uma discussão mais profunda com todos da comunidade Universitária, promovendo debates, simpósios e encontros, para que depois se deliberasse em favor ou contra da Federalização. Cabe a nós, estudantes desta Unidade, nos mobilizarmos nas discussões sobre a Federalização. Não devemos defender a Federalização como um milagre que venha ocorrer, na verdade está contribuindo para que a Educação não seja prioridade do Governo, também não podemos nos posicionar contra sem antes discutirmos o verdadeiro motivo desta mudança. Os prós e os contra⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ JASPERS, op. cit. p. 159-231.

⁴⁵⁰ UEMA. DAT. Manifesto sobre a Federalização da UEMA. Maio de 1985. Acervo do Diretório Central dos Estudantes “Paulo Freire” do CESC/UEMA, 2016.

É possível que nessa tênue resistência na UEEC tenha havido a interferência dos seguintes fatores: a) a distância do centro de decisões da UEMA e a proximidade da UFMA; b) a existência de um subcampo que disputava espaço de poder no campo da UEMA e se protegia das tentativas de eventuais interferências, reivindicando certa autonomia; c) ser espaço de predomínio do cultivo do saber humanístico sob a perspectiva de uma pedagogia histórico-crítica.

Lutas e disputas tomaram conta da comunidade universitária da UEMA⁴⁵¹, não em torno da produção simbólica, enquanto seu objeto próprio, mas quanto à decisão da UEMA existir ou não existir como instituição do campo acadêmico. Nesse caso, agentes apenas desejaram sobreviver à instituição, algo impossível, uma vez que é a relação dialética entre ambos que os sustentam. Entretanto, o pensamento dominante foi que a UEMA fosse incorporada à UFMA, que era entendida como federalização, de forma equivocada, contanto que docentes e agentes administrativos tivessem seus salários garantidos e melhorados, e que os alunos tivessem um diploma com maior valor simbólico, uma vez que a UEMA nesse tempo ainda não havia sido autorizada pelo Governo Federal, fato que só ocorreu em 1987.

Numa reunião do CONSUN-UEMA, de 03 de maio de 1985, registrada em Ata, foi concedida autorização, por unanimidade, ao Reitor para que outorgasse, em épocas oportunas, o título de *Doutor Honoris Causa* ao então Presidente da República José Sarney. Essa outorga de título honorífico remonta à Idade Média, como forma de agradecimento e/ou de estímulo às pessoas que, de alguma forma, tenham contribuído ou viessem a contribuir para que a universidade cumprisse sua missão. E, nesse caso, não deixava de ser a antecipação da concessão de um bem simbólico, na perspectiva de que o supremo mandatário da Nação, como que numa troca, olhasse com maior atenção para a solução dos problemas da UEMA, dissuadindo-o da ideia de federalização enquanto absorção da UEMA pela UFMA, uma vez que não havia nenhum sentido ou seria constrangedor para alguém ser laureado com a mais elevada honraria que uma universidade pode conceder a um cidadão e, em seguida, essa mesma pessoa voltar para ordenar o *requiem*⁴⁵² da instituição que o distinguiu.

⁴⁵¹ Nessa época a UEMA estava criada pela Lei 4.400/30.12.1981, mas ainda precisava ser autorizada pelo MEC, algo que só aconteceu em 1987.

⁴⁵² Esse termo originado do Latim *requiem* significa “descanso” ou “repouso”, o qual inicia o ritual de encomenda de um defunto: “Requiem aeterno dona eis, Domine!” (Descanso eterno, dai-lhe, Senhor!).

Após esse ato, veio à tona, com muita força, a opinião de que o movimento realizado na Universidade em prol da “federalização” reforçava o pedido que o governador fez ao Ministério de Educação, no Governo Figueiredo, em 1984, inclusive com a comissão composta por cinco representantes dos segmentos da comunidade universitária, “para levantar dados, manter contatos com as autoridades e melhor esclarecer a comunidade sobre questões relacionadas com a Federalização, tendo em vista a realização do plebiscito em 30 de maio do corrente exercício”. E o Conselheiro Bolbi Miranda do Nascimento acrescentava que a SEEDUC solicitou à comissão um documento para reforçar a solicitação do governador, bem como expôs o problema dos baixos vencimentos dos professores. Logo após, o Presidente do Conselho explicou: “A Reitoria, reconhecendo o problema, levou ao CEPE vários pedidos de Incentivo à Produção Científica, e ainda foi encaminhado ao Senhor Presidente da República um plano emergencial solicitando recursos”. Essas eram medidas paliativas para dar aos professores condições de permanência, haja vista que os ordenados estavam defasados. A representação discente no Conselho apostava firmemente na federalização como uma solução para o problema, compreendendo “federalização” como transformação da universidade estadual em universidade federal, denotando não ter compreendido que o processo consistia apenas na transferência do capital aquela para esta, conforme segue.

O representante discente também manifestou sua preocupação com a questão salarial achando que a Universidade não pode esperar muito do professor que tem um salário abaixo do mínimo. Em seguida, quanto à questão “federalização” manifestou a posição da representação estudantil da seguinte maneira: aceitava a federalização pelo fato de afastar mais as influências políticas político-partidárias, de elevar a Universidade como centro tecnológico, centro de cultura e não como uma despesa a mais para o Estado. Os investimentos feitos por uma instituição em uma Universidade, mesmo em médio prazo, só virão a beneficiar o desenvolvimento do estado⁴⁵³.

Nessa exposição, o discente vislumbra três benefícios da federalização: fim da ingerência político-partidária, isto é, da extrapolação da fronteira do campo acadêmico pelo campo político; a melhoria da universidade como centro tecnológico,

⁴⁵³ UEMA. ATA de Reunião do Conselho Universitário de 03 de maio de 1985.

em decorrência das possíveis inversões do Governo Federal em capital financeiro para aquisição de equipamentos tecnológicos; e haveria uma desoneração do Estado na esfera estadual, incorporando o discurso oficial que via a UEMA como uma despesa e não como investimento.

Entretanto, um pensamento firme de quem tinha uma experiência desde a criação das escolas isoladas foi a do Prof. Celso Beckman Lago, manifestando claramente sua posição contrária à federalização, principalmente quando solicita a presença dos fundadores das escolas e da FESM, num claro protesto contra a falta de memória daqueles que orquestravam o fim da instituição, pois “A necessidade de memória é uma necessidade de história”⁴⁵⁴, de conhecimento da experiência no tempo.

O conselheiro Celso Beckman Lago solicitou a participação do CONSUN nesse estudo, explicando que toda a comunidade universitária deve participar da elaboração do documento, lembrando ainda que este Conselho tem um papel muito importante nas decisões da Universidade, estando o Reitor em 1º. lugar. Falou também de várias pessoas que tiveram uma participação muito ativa na criação da FESM. Na oportunidade sugeriu que essas pessoas fossem ouvidas, pois elas trabalharam, lutaram pela criação de cada curso, os quais surgiram para atender necessidades do próprio Estado que na época não encontrou respaldo do Governo Federal, tanto que olhando a história do Ensino Superior no Estado, constatamos um total de sete cursos no interior mantidos pelo Estado contra dois cursos mantidos pelo Governo Federal. (...) E, considerando a oportunidade oferecida pela História, com a presença do Dr. José Sarney na Presidência da República, a Universidade deve tirar o máximo de proveito propondo coisas novas em um documento que venha interessar ao desenvolvimento do Estado do Maranhão⁴⁵⁵.

O chamamento de Celso Lago, como era conhecido na universidade, quanto à responsabilidade do reitor naquele momento crucial, como que dispensando pouca atenção do reitor Jacques Medeiros, não deixou este menos impassível, haja vista que nas atas do CONSUN não fez intervenção pró ou contra, fazendo denotar que o campo acadêmico era terra por demais movediça, em se falando da autonomia universitária, e, portanto, que o campo político exorbitava as fronteiras da

⁴⁵⁴ NORA, 1993, op. cit.

⁴⁵⁵ UEMA. Idem Ata do CONSUN, 03/05/1985.

universidade com a prática do clientelismo, como já foi dito anteriormente⁴⁵⁶. Mas naquele momento, em que Celso Lago vislumbra uma oportunidade ímpar para a UEMA aproveitar em seu favor, pelo desenvolvimento do Maranhão, Luiz Rocha já havia rompido com Sarney⁴⁵⁷, e este nada fez em favor do Maranhão e muito menos da UEMA, pois esta foi criada e estava sendo administrada por ex-aliados, respectivamente, pois num governo clientelista o Estado é colocado a serviço dos interesses políticos de quem está no campo do poder, funcionando na base da “troca de dádivas”, própria da economia das trocas simbólicas⁴⁵⁸, que é o mesmo que “troca de favores”, muito comum na “economia política”.

Também Arthur Ribeiro Bastos, seguindo a conclamação anterior, manifestou o desejo de continuidade da Universidade, e desafiou os demais conselheiros a lutarem para tornar a UEMA uma instituição forte, como se a memória reavivasse na existência dos agentes envolvidos os ideais dos fundadores que erigiram e dirigiram aquelas primeiras escolas superiores e faculdades de educação.

Em seguida o Conselheiro Arthur Ribeiro Bastos [disse que] alguma coisa deva ser feita para que a Universidade possa continuar como uma instituição positiva para o Estado do Maranhão e não que seja simplesmente acabado aquilo que os outros fizeram com muita garra e *amor*. (...) Acabar ou mudar de padrão não são soluções para o problema da UEMA. Qualquer uma das alternativas demonstra apenas que nós não tivemos capacidade de sustentar os ideais dos seus fundadores. O que urge é fazer com que a nossa Universidade possa existir como Instituição prestadora de serviços ao desenvolvimento do Estado que hoje, infelizmente, a vê como um peso financeiro. Federalizar a UEMA é uma ideia antiga que está hoje na pauta das nossas discussões. Não sei qual será o destino que as autoridades maiores darão à nossa instituição. Não sou contra qualquer iniciativa que possa torná-la forte. O que me oponho, e espero que os demais conselheiros concordem, é à decisão de extingui-la como entidade, posto que o trabalho que aqui foi executado por muitos *abnegados* não mereça ser esquecido⁴⁵⁹. (Grifos nosso)

⁴⁵⁶ LOPES & GOMES, 2016, op. cit. l. 36-50.

⁴⁵⁷ Quando Sarney rompeu com o Governo Figueiredo, o Gov. Luís Rocha não o acompanhou, mas ficou na direção do PDS, partido de sustentação do governo federal, controlando os delegados do legislativo estadual para votarem contra Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

⁴⁵⁸ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 159-165. A troca de dádivas se opõe ao “toma lá dá cá, praticado na economia de trocas de créditos.

⁴⁵⁹ UEMA. Idem Ata do CONSUN, 03/05/1985.

As palavras acima, carregadas de emoção, fazem evocar Pierre Nora, ao dizer que “a memória é a vida sempre carregada por vivos”, “susceptível de latências e revitalizações”⁴⁶⁰, da qual se nutre a história que é “um grande livro aberto para o nosso aprendizado, pois os erros do passado, os males que fizeram sofrer o ser humano são grande fontes de lições de sabedoria para o futuro”⁴⁶¹, e quem não a conhece poderá repeti-la⁴⁶², primeiro como farsa e depois como tragédia⁴⁶³. E os termos *amor* e *abnegação*, referidos aos fundadores pela UEMA, a que se refere Artur Ribeiro Bastos, não se configura com desinteresse ou indiferença, nem com interesse econômico e utilitário, mas com uma disposição desinteressada ou generosa, em que o capital é simbólico e se apoia sobre o conhecimento e o reconhecimento⁴⁶⁴.

Embora as palavras de Celso Beckman Lago e Arthur Ribeiro Bastos, dois veteranos fundadores, tenham feito eco no pensamento de discentes e docentes, que voltaram a rever suas posições, ainda nessa reunião do CONSUN, apontando para a continuidade da UEMA, a disposição para não dar continuidade à UEMA por parte de todos os segmentos predominava em toda a universidade.

Enfim, chegou o dia do Plebiscito, 30 de maio de 1985. Inclusive, a entidade representante dos estudantes em Caxias emitiu outro manifesto ressaltando os problemas enfrentados pela UEMA como graves e a federalização como algo interessante, pois dizia respeito ao destino da Universidade, na expectativa de que a federalização desse uma sobrevida à UEMA, isto é, transformasse-a numa Universidade Federal. Porém, havia alunos ressentidos pelo fato de os debates terem ficado centralizados na capital, em São Luís, deixando de fora, sem informações, os professores e os estudantes das unidades do interior, particularmente de Caxias.

Fomos praticamente surpreendidos com a presença do professor, O [ilegível] de São Luís, no dia 28 deste, que nos trouxe uma síntese dos trabalhos realizados em prol da Federalização da UEMA, cujo trabalho não teve participação da comunidade universitária de Caxias

⁴⁶⁰ Cf. p. 83, NORA, 1993, op. cit. p. 9.

⁴⁶¹ BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 146.

⁴⁶² Atribui a Che Guevara a popularização dessa frase atribuída a Edmund Burke: “Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”.

⁴⁶³ MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

⁴⁶⁴ BOUDIEU, 1996, op. cit. p. 137-156.

pela falta de consideração e de certo modo um descompromisso com todos que aqui se encontram.

Se o resultado for Federalização ficaremos com as seguintes perguntas: Encampação? Uma nova Universidade? Universidade Autárquica? etc. (DAT/UEEC-UEMA, 1985)⁴⁶⁵.

O pronunciamento acima, apesar de avaliar a federalização e ser um protesto da comunidade por não ter participado dos debates, revela a existência de uma disputa de espaço de poder no movimento estudantil nos campi da UEMA, entre os DAs situados no interior e os da capital, sobrepujando-se os do campus de São Luís. Mas algo ficou patente que não houve esclarecimento suficiente antecedendo essa tomada de decisão importante para a comunidade universitária e para o Maranhão, haja vista que as escolas e as faculdades que originaram a UEMA foram concebidas para servirem de vetor de desenvolvimento.

Um relatório-síntese dos trabalhos⁴⁶⁶ prévios aos debates realizados nos dias 28 e 29 daquele mês, preparatórios ao plebiscito do dia 30 de maio, realizado em São Luís, Caxias e Imperatriz, informou que houve reuniões com: a) Reitor da UFMA, o qual pesou que fosse viável a federalização; b) Secretário de Educação do Estado, que ratificou o desejo de federalização pelo governador e que esperava um documento da UEMA para reforçar seu pedido junto ao Governo Federal; c) representante do MEC; com integrantes da Universidade Federal da Paraíba, cujos professores e funcionários informaram do êxito em sua experiência de federalização; d) Reitor da UEMA, Jacques Inandy Medeiros, o qual informou que a UEMA estava recebendo menos de 1/5 dos 5% de sua rubrica no orçamento do Governo.

Conforme Ata de Apuração do Plebiscito,⁴⁶⁷ na UEMA, incluindo todos os campi, votaram 193 professores, 339 funcionários e 1.229 alunos, totalizando 1.761 votantes (Tabela 5, p. 176). E a federalização, isto é, encampação da UEMA pela UFMA foi consentida por 97,67% da comunidade universitária, porém, como não houve a identificação dos votos por cores, não se sabe os percentuais dados por segmento (estudantes, funcionários e professores) à federalização. Pelo menos,

⁴⁶⁵ DAT/UEEC-UEMA. MOÇÃO DE ESCLARECIMENTO emitida pelo Diretório Acadêmico Tiradentes no dia 30.05.1985 sobre a federalização da UEMA. Acervo do DCE Paulo Freire do CESC/UEMA, 2016.

⁴⁶⁶ UEMA. SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS EM PROL DA FEDERALIZAÇÃO DA UEMA. São Luís, 24 de maio de 1985. Acervo da diretoria do CESC/UEMA, 2010. As discussões veiculavam que a FEDERALIZAÇÃO poderia consistir na transformação da UEMA em universidade federal ou na incorporação dos cursos, patrimônios e recursos humanos da UEMA à Universidade Federal do Maranhão. Mas das duas a que se apresentava mais factível seria a federalização por incorporação, a qual foi assimilada e aceita no plebiscito.

⁴⁶⁷ UEMA. Ata de apuração do Plebiscito. Em 30.05.1985. Acervo da diretoria do CESC/UEMA, 2016.

nessa decisão, os docentes não reivindicaram para si maior responsabilidade em relação a discentes e agentes administrativos, haja vista que a não identificação dos votos por segmento não permitia aplicar o princípio da paritariedade de 1/3. Então, como não aconteceu assim, os docentes responderam por 10,95% dos votos, técnicos e administrativos por 19,95% e discentes por 69,78%. Por isso, no quesito democracia, se a prática do plebiscito se estendesse também à eleição de reitor, a UEMA poderia ter sido equiparada às mais tradicionais universidades do mundo em matéria de voto direto na modernidade, tal como as escocesas, nas quais são os estudantes que escolhem o reitor através do voto direto, exceto na Universidade de Edimburgo, cujo reitor é eleito com o voto direto de estudantes e professores⁴⁶⁸.

Tabela 5 – Resultado geral do Plebiscito da Federalização em 30.05.1985 na UEMA

UNIDADE DE ESTUDOS	VOTANTES POR SEGMENTO				OPÇÕES DE VOTO							
	Totais	Prof	Fun	Est	SIM		NÃO		BRANCO		NULO	
					F	%	F	%	F	%	F	%
Veterinária	227	20	36	171	227	100	0	0	0	0	0	0
Engenharia	436	26	16	394	431	98,85	2	0,46	0	0	3	0,69
Administração	184	23	24	137	175	95,11	7	3,81	1	0,54	1	0,54
Agronomia	188	19	17	152	187	99,50	1	3,17	0	0	0	0
Estudos Básicos	63	45	18	0	60	95,24	2	3,17	0	0	1	1,59
Adm. Geral	200	13	187	0	192	96,00	6	3,00	1	0,50	1	0,50
Caxias	178	21	28	129	169	94,94	7	3,93	2	1,13	0	0
Imperatriz	285	26	13	246	279	97,89	5	1,76	1	0,35	0	0
TOTAL GERAL	1.761	193	339	1229	1720	97,67	30	1,70	5	0,28	6	0,35

FONTE: UEMA. Relatório pró-federalização, 30.05.1985.

Então, verificando a participação dos segmentos no plebiscito, foi observada abstenção bastante elevada nos segmentos de docentes e discentes, porém uma levadíssima presença de técnicos e administrativos, conforme tabela 5: de um total de 302 professores em exercício efetivo da docência⁴⁶⁹, 193 votaram e 109 se abstiveram, isto é, 36,09%; e dos 2.366 estudantes matriculados no primeiro semestre de 1985, somente 1.229 compareceram, isto é, houve 48,06% de abstenção; mas do total de 351 funcionários da UEMA, 339 compareceram à votação, isto é, houve apenas 3,42% de abstenção.

O resultado desse Plebiscito chama a atenção pelo alto índice de abstenção dos segmentos fundantes da universidade, isto é, docentes e discentes, numa média

⁴⁶⁸ ORDORIKÁ, 2015, op. cit. p. 8.

⁴⁶⁹ A UEMA em 1985, à data do Plebiscito, contava com 288 professores no seu quadro efetivo, dos quais 34 estavam licenciados cursando pós-graduação em outras unidades da federação (288-34=254), e contava com 48 professores colaboradores com pleno direito de votar (254+48=302).

de 42,07%, bem como o alto índice de adesão ao “SIM” daqueles que compareceram, isto é, 97,67%. Também interessante foi o comparecimento de técnicos e administrativos na ordem de 96,58%. A abstenção de professores pode ser compreendida pelo fato de a votação ter acontecido num único dia da semana, quinta-feira, em que passariam por lá, para ministrar aulas, mais ou menos 1/3 do corpo docente. Mas qual a razão da abstenção de alunos e de professores? E qual o motivo do comparecimento massivo de técnicos e administrativos? Os docentes e discentes fizeram denotar, pela alta abstenção: falta de interesse ou de envolvimento no campo, tal como era esperado de agentes que fazem parte do campo acadêmico; ou resistência de uma minoria desfavorável à federalização que percebia nessa consulta do Governo uma tentativa de legitimar sua ação. Todavia, os técnicos e administrativos, pelo fato de os gestores exercerem sobre eles um controle por cartão ou livro de ponto, tiveram presença espetacular, demonstraram envolvimento e interesse no jogo, afinal, juntamente com os estudantes, estavam operando inversões inestimáveis em capital simbólico e econômico. Diante dessa situação, Pierre Bourdieu é elucidativo ao afirmar: “Interesse é ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos”⁴⁷⁰.

Mas a crise financeira, que incidia sobre os vencimentos de professores e agentes administrativos e a conseqüente crise acadêmica que vitimava os estudantes com poucas aulas e greves constantes e intermináveis, projetou de forma tão incisiva seus reflexos na percepção de todos os segmentos da UEMA como uma instituição à deriva e falida, de tal forma, que apenas 1,70% dos votos eram pela continuidade da universidade, enquanto 97,67% eram favoráveis à sua extinção. Tal comportamento fez brotar a ilação de que os agentes que povoavam a UEMA não vislumbraram uma alternativa de sobrevivência para a mesma e, conseqüentemente, não a percebiam enquanto instituição viável do campo acadêmico, mesmo com relativa autonomia, em disputa com outros campos, em vista da realização da missão de reprodução social.

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses

⁴⁷⁰ BOURDIEU, 1996 op. cit. p. 139.

específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.⁴⁷¹.

Como a UEMA já havia sofrido a desatenção dos governantes, desde os tempos de FESM, com orçamento minguado a cada ano consecutivo, acarretando greves seguidas, seus agentes, na expectativa de superação dos problemas, nunca transformaram esses momentos críticos em oportunidades para pensar um projeto de Universidade, por acomodação e/ou falta de consciência sobre o papel dessa instituição na sociedade. E a prática indicava que não havia escolha dos objetos de disputa, e a adesão quase unânime à federalização, como extinção, foi a prova cabal de que o corpo docente, enquanto força motriz da UEMA, carecia de *habitus* acadêmico-científico, “pois o professor não é primeiramente um funcionário, senão um membro da instituição”⁴⁷². Mas, naquela circunstância crítica, o corpo docente se apoucou e, ao invés de se comportar como membro de um campo acadêmico, inclusive dotado de autonomia em relação ao Estado, comportou-se como um corpo de funcionários a serviço do Estado.

A demonstração da disposição de não dar continuidade à UEMA se disseminou por toda a Universidade, cuja prova inconteste foi a esmagadora maioria do ‘SIM’ em favor da “federalização” no plebiscito que o Governo propôs para legitimar sua decisão, do qual participou a maioria da comunidade universitária. E testemunhas afirmaram que as condições de funcionamento da UEMA, em termos materiais e operacionais, eram tão precárias que só pouquíssimas pessoas acreditavam na sua sobrevivência. E uma das explicações para os 97,67% (Tabela 05, p. 176) a favor da “federalização” é que professores, funcionários e estudantes tinham a expectativa de serem recebidos pela UFMA como filhos legitimados, com direitos e deveres iguais aos lá “estabelecidos”, sem nenhuma possibilidade de serem distinguidos como *outsiders*, isto é, discriminados como “pessoal da ex-

⁴⁷¹ BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

⁴⁷² JASPERS, op. cit. p. 199.

UEMA”. E também os objetos a serem buscados se constituíam em capital simbólico capaz de despertar interesse e desejo de luta pela conquista dos mesmos, quais sejam: posição social de servidor público federal, direitos garantidos, remuneração digna e atraente, reconhecimento social.

Porém, como o governador Luís Rocha tinha consciência de que uma comunidade universitária, no Maranhão e em qualquer lugar do mundo, era um sujeito bastante cioso do seu espaço geográfico e de suas prerrogativas, mormente a autonomia de campo, o mesmo preferiu o consenso à decisão monocrática, pois, como ex-militante estudantil e homem dependente da vontade pública, temia sofrer possível desgaste em sua imagem, seu maior capital político, em decorrência de um ato de tamanha envergadura política e social, no processo de negociação da “federalização”.

Por isso, preferiu trabalhar a construção de uma decisão consensuada, solicitando da comunidade universitária um documento, para apresentar ao Governo Federal, que reforçasse os argumentos em favor da “federalização”. Então, foi elaborado um relatório,⁴⁷³ por uma comissão composta de professores, alunos e funcionários, escolhidos em assembleia em 30 de abril de 1985, contendo os resultados do Plebiscito de 30 de maio de 1985 e um diagnóstico da situação real da UEMA naquele momento.

Esse documento, apresentado ao governador Luís Rocha, afirmava que a Universidade, então com 12 anos de existência, isto é, desde quando foi criada a FESM, em 1972, nunca havia atingido seus objetivos expressos, em decorrência das dificuldades financeiras.

Se fizermos uma análise apurada dos dados levantados, mesmo reconhecendo os esforços dos nossos dirigentes, como foi no início deste item, chegaremos a uma situação dramática, começando pelas edificações mal conservadas, instalações sanitárias precárias, remuneração de professores e funcionários que não condizem com o bom desempenho de suas funções e a própria situação financeira da instituição, carente de recursos, cujos dados contidos no quadro abaixo, bem mostram essa realidade e que no limite do absurdo, se poderia até prever o ano em que a Universidade deixaria de existir. Não estamos fantasiando. Não queremos apenas resolver nossos problemas de ordem financeira. Preocupamo-nos sim, com os

⁴⁷³ UEMA. RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Elaborado, a pedido do governo estadual para dar maior respaldo ao preito da “federalização” junto ao governo federal, após o Plebiscito de 30.05.1985.

destinos de uma instituição, apta a contribuir sobremaneira com o desenvolvimento de nossa região, carente da formação de líderes através do ensino, pesquisa e extensão.

A solução Sr. governador, para a mudança da situação acima descrita está em vossas mãos.

No entanto, essa exposição de motivos do governador, através do Relatório da UEMA Pró-Federalização, carece de fundamento, pois a Tabela 6, referente à “Participação da UEMA no total da Educação”, demonstra que, ano após ano, os chefes do executivo estadual iam sucateando a universidade, não por falta de recursos financeiros, mas por absoluta falta de priorização da universidade, já que, como afirmou Jacques Medeiros (p. 176), da altura do posto de reitor, o governo estadual só repassava 1/5 dos 5% previsto no orçamento do Estado. Então, isso significa que até o orçamento realizado estava aquém desse valor constante da tabela abaixo.

Tabela 6 – Participação da UEMA no total da Educação

ANOS	ORÇAM. DO EXEC. ESTAD.	DO SEDUC. E ENT. SUPERV.	UEMA	% UEMA/ EDUCAÇÃO	REALIZADO	% UEMA/ ORÇ. EST.
1980	5.001.425	1.000.285	90.000	9,0	84.839	1,69
1981	10.358.005	2.071.601	175.300	8,5	172.332	1,66
1982	22.006.600	4.401.320	335.600	7,6	289.638	1,31
1983	64.577.500	12.915.500	1.024.000	7,9	727.668	1,12
1984	169.004.400	33.800.880	3.191.600	9,4	1.481.214	0,87
1985	709.840.750	141.968.150	8.976.880	6,9	4.341.342	0,61

Fonte: UEMA. Relatório pró-federalização, 30.05.1985.

Os dados acima mostram uma diminuição a cada ano do percentual de recursos destinados à UEMA na relação de sua participação no orçamento da educação, bem como sua participação no orçamento estadual⁴⁷⁴. Logo, o mal que assolava a UEMA tinha a ver com falta de visão dos governantes sobre a importância estratégica da universidade para o desenvolvimento do Maranhão, portanto, dependia de decisão sobre uma política de Estado, e não só de Governo.

Também o Relatório subestima a UEMA quanto ao cumprimento dos objetivos ao longo de 12 anos, pois, pelo contrário, ela cumpriu, sim, os seus objetivos expressos nas leis 3.260/72 e 4.400/81, ao formar profissionais para

⁴⁷⁴ Ora, em 1989, a Constituinte Estadual votou como razoável, no artigo 272 da Constituição Estadual, a participação da UEMA 20% do orçamento da Secretaria de Educação, correspondente a 5% do orçamento estadual. E a partir de 1990 a UEMA passou a funcionar em outro patamar, cada vez mais ampliando seu raio de ação e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

diversas áreas do conhecimento demandadas pela sociedade, visto que, se apenas 1% do orçamento do Estado foi suficiente para formar e conferir grau a 3.725 profissionais em São Luís, Caxias e Imperatriz (Tabela 7), numa razão de 310 por ano e 25 para cada um dos 12 cursos ofertados, muito mais poderia ser feito em profissionalização e em pesquisas com os 5% previstos a cada ano.

Tabela 7 – Profissionais graduados até 1984

	ATÉ 1980	1981	1982	1983	1984	TOTAL
1 – Unidades de São Luís	1.363	265	226	193	151	2.189
1.1 – Medicina Veterinária	136	59	45	26	19	285
1.2 – Engenharia Mecânica	90	24	24	31	26	195
1.3 – Engenharia Civil	373	72	76	57	44	622
1.4 – Administração Pública	388	54	36	39	18	536
1.5 – Engenharia Agrônômica	376	56	45	40	34	551
2 – Unidade E. Educ. de Caxias	770	89	55	72	46	1.032
2.1 – Pedagogia	436	33	15	24	17	525
2.2 – Estudos Sociais	101	28	11	05	03	149
2.3 – Ciências	145	05	16	26	14	206
2.4 – Letras	88	23	13	16	12	152
3–Unidade E. Educ. Imperatriz	242	138	35	38	51	504
3.1 – Letras	85	60	14	16	14	189
3.2 – Estudos Sociais	107	52	20	11	24	214
3.3 – Ciências	50	26	01	11	13	101
TOTAL	2.375	492	316	303	238	3.725

Fonte: UEMA. Relatório pró-federalização, 30.05.1985.

Dos 11.716 profissionais de nível superior atuando no Maranhão em 1980, a FESM contribuiu com 20,27% da qualificação da força de trabalho especializada, sem contar com os recursos razoáveis, mas tendo um corpo de professores dedicado. No entanto, caso a Lei 5.692/71, com a profissionalização compulsória, não tivesse dificultado a seleção nos vestibulares, o número de profissionais formados seria muito maior, haja vista que de 1979 a 1983 foi adotado o vestibular nacional unificado que exigia do aluno conteúdos não ministrados nos cursos profissionalizantes⁴⁷⁵.

Enfim, o relatório entregue ao governador foi passado ao MEC e este o repassou à UFMA. Do referido, convém ressaltar essas reivindicações:

- 1) Que a federalização ocorra preferencialmente através da transformação da estrutura Estadual para o âmbito Federal. Nesse

⁴⁷⁵ Mas como em 1982, com a Lei 7.044, foi derogado o ensino profissionalizante, a partir de 1984 já houve um aumento no número de selecionados nos vestibulares.

- caso os cursos que compõem a atual UEMA, passariam a formar uma nova Universidade Federal no Maranhão;
- 2) Que na transformação, sejam resguardados todos os direitos adquiridos pelos professores e servidores, no que diz respeito às suas categorias funcionais;
 - 3) Que sejam garantidos aos alunos o direito de complementarem os cursos já iniciados na UEMA e na UFMA simultaneamente;
 - 4) Que as deliberações envolvendo os interesses dos três segmentos da Universidade, sejam sempre tomadas com observância dos princípios democráticos, na sua plenitude;
 - 5) Que a nova estrutura ofereça todos os meios possíveis para a obtenção de melhoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.⁴⁷⁶

Essa primeira reivindicação, de criação de uma nova Universidade Federal, era extemporânea, pois o plebiscito já havia optado pela incorporação da UEMA à UFMA; a segunda ia de encontro à progressão funcional determinada na Lei 5.540/68 através de títulos acadêmicos; a terceira contrariava o regimento da UFMA, pois não permitia que um aluno frequentasse dois cursos simultaneamente na instituição; a quarta era dissociada da realidade, pois nem a UEMA, nem a UFMA, ou nenhuma outra universidade brasileira observava os princípios democráticos em sua plenitude; e a quinta reivindicação era óbvia, uma vez que toda instituição universitária tinha a obrigação de oferecer ensino, pesquisa e extensão, embora a prioridade da UEMA tenha sido só o ensino. Mas o relato dramático de “falência” da UEMA tornou exíguas as forças de seus agentes para impor exigências ao MEC e à UFMA.

Por conseguinte, nenhuma solução aconteceu desde junho de 1985, exceto um telex com uns “considerando”, dirigido pela Secretária de Estado da Educação à assessora particular do Presidente da República, José Sarney, em 16 de outubro de 1985⁴⁷⁷. E os “considerandos” do referido telex se referem: 1º. À autorização já feita

⁴⁷⁶ UEMA. Relatório Pró-Federalização da UEMA. São Luís-MA, 1985. Acervo da Diretoria do CESC/UEMA, 2016.

⁴⁷⁷ EXMA. SRA. ROSEANE SARNEY MURAD. PALÁCIO PLANALTO. BRASÍLIA – DF. TRANSCREVEMOS TELEX. ENVIADO AO EXMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO SOBRE JUNÇÃO UEMA/UFMA VG SOLICITANDO INTERFERÊNCIA V.SA. REFERIDO ASSUNTO PTPT CONSIDERANDO AUTORIZAÇÃO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE REPÚBLICA JÁ DO CONHECIMENTO V.EXA. RELATIVA JUNÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL MARANHÃO – UEMA/UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO – UFMA PTVG CONSIDERANDO EXIGÊNCIA REITOR UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO VG PROF. JOSEH MARIA CABRAL MARQUES VG A ESTA SECRETARIA NO SENTIDO DE NECESSIDADE FORMALIZAÇÃO DESSE MINISTÉRIO SOBRE REFERIDA JUNÇÃO PTVG CONSIDERANDO QUE A FORMAÇÃO GRUPO DE TRABALHO REFERENTE ASSUNTO PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO VG FICA DIFICULTADA FACE EXIGÊNCIA AQUELA REITORIA PTVG CONSIDERANDO NOSSA PREOCUPAÇÃO REPERCUSSÃO POLÍTICA DECISÃO PRESIDENTE REPÚBLICA FRENTE AA COMUNIDADE MARANHENSE FACE AO ATRASO NA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES PT SOLICITAMOS V.EXA. SEJA FORMALIZADA DECISÃO PRESIDENCIAL VG JUNTO UFMA PT SDS IEDA MARIA CHAVES TAJRA SECRETARIA EDUCAÇÃO MARANHÃO. MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. TELEX ENVIADO PELA

pelo Presidente da República; 2º. À exigência do reitor da UFMA quanto à formalização da junção pelo Ministério da Educação; 3º. À dificuldade da formação do Grupo de Trabalho (GT) pelo governador, porque o reitor exige a formalização da junção UEMA/UFMA; 4º. À repercussão social negativa para o Presidente da República por conta do atraso na operacionalização das ações.

Em relação à “autorização” do Presidente da República, por ser o chefe de Estado, era condição *sine qua non* para a efetivação desse ato, pois “*La universidad existe mediante el Estado. Su existencia es políticamente dependiente. Solo puede vivir donde y como el Estado quiera. El Estado hace posible la universidad y la protege*”⁴⁷⁸. A concordância do Governo Federal era um pressuposto fundamental para que a UFMA procedesse à operação de anexação do que se poderia denominar “esbulho” da UEMA. Mas o então reitor da UFMA, José Maria Cabral Marques, bastante experiente na relação com o poder nas esferas estadual e federal, requeria que o MEC formalizasse a junção, e era essa exigência que dificultava a formação de um GT pelo governo estadual para proceder à transição. Mas como José Sarney ainda estava debutando na presidência da República, havia temor de desgaste de sua imagem por conta do atraso na ação de federalização.

E agiu, portanto, com cautela, o reitor José Maria Cabral Marques, como alguém com acentuada experiência na administração pública e na relação com o poder dominante, com formação em Administração e em Direito, já a essa altura, com quase seis anos de exercício da reitoria da UFMA, pois a ocupava desde 1979, mesmo tendo priorizado a criação de novos cursos e a interiorização da universidade que dirigia, agiu com cautela e de forma criteriosa. Ele não manifestava ser um obstáculo à continuidade das negociações em torno da junção da UEMA com a UFMA, mas esperava que o Ministério da Educação formalizasse a junção, porque, afinal, esse ato teria implicações profundas nas finanças da instituição. Por outro lado, não dá para esquecer que José Maria Cabral Marques fez parte da equipe do governador José Sarney, entre 1966 e 1970, e continuava sendo um amigo fiel, o que leva a crer que o rosário de exigências que fez ao governador Luís Rocha teve por objetivo não favorecer o inimigo do seu amigo José Sarney na aquisição de capital político eleitoral nessa jogada de mestre, sendo, portanto, a

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO A ROSEANA SARNEY, SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM 16.10.1985, SOBRE A QUESTÃO DA JUNÇÃO DA UEMA COM A UFMA. (Formato original da fonte).

⁴⁷⁸ JASPERS, Karl. *La idea de la universidad*. Navarra, ESP: Edições Universidade de Navarra, 2013, p. 191.

federalização atropelada pela disputa interna do campo político do poder dominante, pois o governador não renunciaria ao cargo para beneficiar João Castelo.

A UFMA, então, analisou o Relatório e se posicionou favorável à absorção da UEMA, no entanto, ponderou, quanto ao corpo docente, que seus membros seriam incorporados observando-se a relação entre função e titulação, isto é, tal como determinava as regras do seu estatuto; quanto ao corpo técnico-administrativo, que fossem submetidos a concurso público; quanto ao corpo discente, que seriam providenciadas as compatibilizações curriculares necessárias. Então, diante de tais exigências, houve um recuo dos corpos docente e técnico-administrativo em relação à federalização, pois ficou claro o fim de alguma vantagem para si, já que era esta a composição do corpo docente da UEMA.

Tabela 8 – Corpo docente da UEMA em 1985.

UNIDADE	CATEGORIA						JORNADA DE TRABALHO				
	TIT	ADJ	ASS	AUX	COL	TOT	12	20	40	DE	TOT
1 – ENGENHARIA	24	4	4	21	-	53	2	26	25	1	54
2 - ADMINISTRAÇÃO	9	-	4	12	3	28	2	17	9	-	28
3 - AGRONOMIA	14	13	7	11	3	48	6	30	9	2	47
4 – VETERINÁRIA	19	02	1	6	10	38	8	16	14	5	43
5 – ESTUDOS BÁSICOS	21	8	12	35	10	86	19	45	22	6	92
6 – U. E. E. CAXIAS	20	-	4	13	10	47	2	30	14	1	47
7 – U. E. E. IMPERATRIZ	20	-	-	4	12	36	1	10	24	1	36
TOTAL	127	27	32	102	48	336	40	174	117	16	347

Fonte: UEMA. Relatório pró-federalização, 30.05.1985.

Portanto, jogou um peso significativo nessa disposição o fato de que, em 1985, o corpo docente efetivo da UEMA era constituído de 288 professores, dos quais 127 eram titulares, 27 adjuntos, 32 assistentes, 102 auxiliares, e havia 48 colaboradores. E todos os sujeitos ouvidos nesta pesquisa são unânimes em afirmar que a incorporação da UEMA pela UFMA não se efetivou por força do alto percentual, isto é, 64,58%, de professores titulares, adjuntos e assistentes sem a titulação correspondente, pois a UEMA só possuía 6 doutores e 53 mestres. Mas os técnicos e administrativos, que pouco tinham a perder e muito a ganhar, não ficaram contentes com esse recuo.

Como em abril de 1986 nada tinha sido resolvido, houve uma insatisfação geral da comunidade universitária, que levou as entidades representativas dos três segmentos da UEMA – ASSUEMA, APRUEMA e DCE – a decretarem, em Assembleia Geral, uma “Greve Geral pela Federalização”, a qual durou vinte dias,

sensibilizando a sociedade maranhense e oportunizando uma discussão sobre a situação precária da UEMA, para que houvesse um desfecho quanto à “federalização”. E o intento, em 10 de abril, já parecia ter uma grande repercussão, pois mobilizou a Secretária de Educação⁴⁷⁹ e o Governador do Estado⁴⁸⁰, o Ministro da Educação⁴⁸¹, o Secretário de Ensino Superior⁴⁸² e a Secretária da Presidência da República, pela comunicação feita via telex.

Porém, toda essa tensão do governador procurando articular uma saída após quase uma semana de greve de estudantes, técnicos e administrativos e professores resultou inócua, pois a dificuldade não estava propriamente só no campo político, mas também no campo acadêmico. E nesse sentido, um ex-presidente da FESM, Arthur Almada Lima Filho, quanto à razão da unanimidade da comunidade em favor da “federalização” da UEMA e à não consumação da mesma, foi direto:

⁴⁷⁹ ESTADO DO MARANHÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SÃO LUÍS, 10.04.86. EXMO. SR. DOUTOR JORGE KONNER BOURNHAUSER. BRASÍLIA – DF. CUMPRINDO DETERMINAÇÃO EXPRESSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA O GOVERNO DO MARANHÃO REALIZOU ESTUDOS VISANDO A ABSORÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PT ESTUDOS TAMBÉM JÁ FORAM REALIZADOS PELA UFMA E ENCAMINHADOS A VOSSA EXCELÊNCIA PT SOLICITAMOS DESIGNAÇÃO DESSE MINISTÉRIO PARA DISCUTIR COM O ESTADO PROPOSTA ABSORÇÃO VG ATRAVÉS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UEMA PT. LEDA MARIA CHAVES TAJRA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO /MA. (A forma maiúscula é da fonte). (Acervo da direção do CESC/UEMA, 2016).

⁴⁸⁰ ESTADO DO MARANHÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SÃO LUÍS, 10.04.86. EXMO. SR. DOUTOR JOSÉ SARNEY. DD. PRESIDENTE DA REPÚBLICA PALACIO DA ALVORADA BRASÍLIA – DF. TRANSCREVEMOS TELEX DIRIGIDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO SEGUINTE TEOR PTPT CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA O ESTADO DO MARANHÃO REALIZOU ESTUDOS VISANDO ABSORÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PT ESTUDOS TAMBÉM JÁ FORAM REALIZADOS PELA UFMA E ENCAMINHADOS A VOSSA EXCELÊNCIA PT SOLICITAMOS DESIGNAÇÃO REPRESENTANTES DESSE MINISTÉRIO FIM DISCUTIR COM O ESTADO PROPOSTA ABSORÇÃO VG ATRAVÉS SECRETARIA EDUCAÇÃO E UEMA PT. LUÍZ ALVES COELHO ROCHA GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO (Formato original da fonte). (Acervo da direção do CESC/UEMA, 2016).

⁴⁸¹ ESTADO DO MARANHÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SÃO LUÍS, 10.04.86. EXMO. SR. DOUTOR JORGE KONNER BOURNHAUSER. DD. MINISTRO DA EDUCAÇÃO. BRASÍLIA-DF. SOLICITO RETIFICAR TELEX NR. 0310/85/GS-SE/MA DATADO DE 10.04.86 NOME REMETENTE EM VEZ DE LEDA MARIA CHAVES TAJRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO LEIA-SE DOUTOR LUÍZ ALVES COELHO ROCHA GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO PT. SDS LUÍZ ALVES COELHO ROCHA. GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO. (Formato original da fonte). (Acervo da direção do CESC/UEMA, 2016).

⁴⁸² ESTADO DO MARANHÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SÃO LUÍS, 10.04.86. EXMO. SR. DOUTOR GAMALIEL HERVAL. DD. SECRETÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO MEC. BRASÍLIA – DF. TRANSCREVEMOS TELEX DIRIGIDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO SEGUINTE TEOR PTPT CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA O ESTADO DO MARANHÃO REALIZOU ESTUDOS VISANDO ABSORÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PT ESTUDOS TAMBÉM JÁ FORAM REALIZADOS PELA UFMA E ENCAMINHADOS A VOSSA EXCELÊNCIA PT SOLICITAMOS DESIGNAÇÃO REPRESENTANTES DESSE MINISTÉRIO FIM DISCUTIR COM O ESTADO PROPOSTA ABSORÇÃO VG ATRAVÉS SECRETARIA EDUCAÇÃO E UEMA PT. LUÍZ ALVES COELHO ROCHA. GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO. (Formato original da fonte). (Acervo da direção do CESC/UEMA, 2016).

Os professores aceitariam, porque passar para o regime da Universidade Federal significaria uma remuneração melhor etc. Só que a Universidade [Federal] não podia aceitar, porque no sistema da Universidade [UFMA] você tem que ser primeiro Auxiliar.

Nós que fomos fundadores de escola, todos foram logo considerados titulares. Então, a Universidade [UEMA] se retraiu. Não! Tem que ter especialização, tem que ter curso de mestrado, tem que ter não sei o que. Aí a Universidade [UFMA] não concordava com isso. Mas eu sempre mantive a fé que a Universidade Estadual era, ela é uma alavanca de progresso para o estado. Não com essas orientações políticas que tivemos ultimamente. Esses reitores que entravam e queriam ser políticos, deputados⁴⁸³.

Mas, como a crise continuava, uma solução emergencial para a situação da UEMA, diante do recuo da federalização, foi a criação do Programa de Apoio à Educação Superior no Maranhão,⁴⁸⁴ cujo projeto foi aprovado pela Resolução nº 052/86 – CONSUN-UEMA, em 19 de agosto de 1986, com a justificativa da necessidade de aprimoramento do ensino superior no Estado e integração da Universidade com a comunidade. O objetivo geral era o de “Melhorar quantitativamente o ensino, a pesquisa e a extensão em âmbito da Universidade” e os objetivos específicos eram de:

1 - Fixar o pessoal docente e administrativo no campus; 2 - Desenvolver a extensão universitária; 3 - Apoiar os projetos de pesquisa que estão em andamento; 4 - Aumentar a participação efetiva da UEMA na comunidade maranhense; 5 - Intensificar o desenvolvimento dos recursos humanos; 6 - Incentivar e apoiar grupos emergentes docentes e discentes no desenvolvimento de novas pesquisas.

Com esse projeto, o MEC investiria Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados)⁴⁸⁵ na melhoria do ensino, pesquisa e extensão na UEMA, até que a federalização se efetivasse. Contudo, ele só funcionou até meados de 1987, pois o

⁴⁸³ ALMADA LIMA FILHO, Arthur. Minhas lembranças do CESC/UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 09.03.2010 no IHG de Caxias.

⁴⁸⁴ Programa criado pela CAPES/MEC e proposto à UEMA, a qual o aprovou para ser executado no período de 1986 a 1988.

⁴⁸⁵ Como em agosto de 1986 o valor do salário mínimo era de Cz\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzados), logo CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados) correspondia a 24.875 salários mínimos e a US\$ 1.445.086,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitenta e seis dólares), que atualizados para hoje, com o dólar em 14/05/2018 cotado a R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), aquele montante em cruzados seria equivalente a mais ou menos R\$ 5.202.309,00 (cinco milhões, duzentos e dois mil e trezentos e nove reais), equivalente a 5.453 salários mínimos, haja vista que o valor do salário mínimo de 2018 é de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Também em agosto de 1986 US\$ 1,00 valia Cz\$ 13,84 (treze cruzados e oitenta e quatro centavos) e um salário mínimo correspondia a US\$ 58,00 (cinquenta e oito dólares).

capital financeiro repassado foi insuficiente, ao ponto de, no final, professores, funcionários e bolsistas ficarem com três meses de trabalho prestado não pago⁴⁸⁶, por isso esse projeto, segundo dizem muitos entrevistados, com uma dose boa de humor, recebeu a alcunha de “projeto cambalacho”⁴⁸⁷.

Segundo Jacques Medeiros,⁴⁸⁸ esse Programa de Apoio à Educação Superior no Estado do Maranhão era dirigido exclusivamente à UEMA, como uma espécie de bonificação distribuída a professores e estudantes por projetos elaborados e desenvolvidos, uma vez que não havia como reajustar os salários ao ponto de se equiparar à Universidade Federal do Maranhão, após o fracasso do intento de federalização. Mas, quando as verbas do programa esgotaram, em 1987, a greve de professores e servidores veio como uma força de espiral comprimida, parando a Universidade a partir do dia 02 de abril em todos os *campi*⁴⁸⁹, voltando à normalidade só após a posse do reitor interventor Warwick Esteban Kerr, no final de maio, mediante a negociação de reposição salarial.

E a crise que perpassou a UEMA nos anos de 1985 e 1986, sem que nada de efetivo tivesse sido feito para solucioná-la, continuou até 1992, tornando-se obrigatória a utilização do recurso da greve todos os anos. Porém, nesse espaço de tempo sempre havia algum movimento social sacudindo a estrutura da UEMA, como se houvesse alguma esperança de vida naquele corpo debilitado e aparentemente sem perspectiva, assim os silêncios acomodatórios eram entrecortados por barulhos altivos⁴⁹⁰. Dessa forma, duas saídas foram cogitadas: uma, no âmbito da administração, que era a retomada, mais uma vez, da discussão sobre federalização, com o nome de “absorção da UEMA pela UFMA”; outra, no seio das organizações dos segmentos, que consistia na participação da Constituinte Estadual com “Projeto de Iniciativa Popular” para consignar na Constituição recursos do

⁴⁸⁶ ASSUEMA. Associação dos Servidores da Universidade Estadual do Maranhão. “Unificação – UEMA/UFMA: uma luta que já dura 12 anos...” Manifesto lançado em 29.09.1988.

⁴⁸⁷ Nesse período estava sendo exibida na TV Globo, de março a outubro, uma novela intitulada “Cambalacho”, onde os principais personagens estavam sempre envolvidos em “situações vergonhosas”, tipo roubo e corrupção no âmbito público e privado, como que replicando o que ocorria na sociedade brasileira de então.

⁴⁸⁸ MEDEIROS, Jacques Inandy. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista – 2ª parte – concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em Caxias-MA, 13.12.2010.

⁴⁸⁹ D.A.T. DIRETÓRIO ACADÊMICO TIRADENTES. Manifesto dos estudantes da UEMA à comunidade. Em Caxias, 09 de abril de 1987. Acervo do DCE “Paulo Freire” do CESC/UEMA em 2016.

⁴⁹⁰ Greve dos professores e servidores desencadeada em abril de 1987 e apoiada pelos estudantes, a qual foi encerrada em 29 de maio, em Assembleia Geral, após a nomeação do interventor Reitor Pró-Tempore Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr.

orçamento do Estado para a UEMA⁴⁹¹, a qual se apresentou como uma ideia auspiciosa.

Então, quanto à retomada da discussão sobre a federalização, em 1989 foi constituída uma comissão composta pelo Secretário de Educação do Estado, pelo Reitor da UFMA e pelo Reitor da UEMA, a qual reapresentou ao Presidente da República, José Sarney, o documento anteriormente já referido, porém atualizado, com a denominação de “Comissão do Desenvolvimento Integrado da UFMA para Estudos sobre a Expansão do Ensino Superior no Estado (Absorção da UEMA)”.

E a proposta de “absorção”, em 1989, foi chancelada em Ofício do Gabinete da Reitoria Nº 236/89⁴⁹², com o nome de “Proposta de unificação do ensino superior no Maranhão” (Anexo 2), originário do Gabinete do Reitor, dirigido ao Presidente José Sarney, assinado pelo Secretário de Estado da Educação (SEEDUC), pelo Reitor da UFMA e pelo Reitor da UEMA, ao qual foi anexado o “Subsídios à unificação do ensino superior do estado do Maranhão: Absorção da UEMA pela UFMA” (Anexo 3).

Ao se referir à primeira tentativa de fusão da UEMA com a UFMA, em 1975, quando ele era Secretário de Estado da Educação, o Prof. Jerônimo Pinheiro também se lembrou da segunda tentativa, já como reitor da UFMA.

Mais tarde, já como reitor, tive a segunda oportunidade dessa fusão. O Ministério da Educação, em que pese tantos anos decorridos, ainda se interessava pela fusão. Ocorreu novo fracasso, pois o assunto não mereceu a mínima participação das comunidades dessas Universidades. Nem sequer foi debatido pelas entidades de classe, mais preocupadas em atividades políticas menores⁴⁹³.

O desencanto da comunidade universitária foi tão grande ou a divulgação foi tão restrita que nenhum dos interlocutores desse trabalho se reportou a essa retomada da tentativa de “federalização”, e teria ficado num total esquecimento o evento se não fosse um documento encontrado no acervo do DCE/CESC/UEMA e a

⁴⁹¹ Essa foi uma oportunidade inédita criada pelo Congresso Nacional, em 1986, para incentivar a participação do povo brasileiro na arena política, espaço até então direcionado aos membros do poder legislativo, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, e que a Constituição Federal de 1988 consagrou no seu artigo 61.

⁴⁹² UEMA. Proposta de unificação do ensino superior no Maranhão. OF. GR. Nº 236/89-MR, em 14 de abril de 1989. Acervo do DCE Paulo Freire do CESC/UEMA, 2016.

⁴⁹³ FARIA; MONTENEGRO, 2005, op. cit. p. 168.

lembrança de Jerônimo Pinheiro. Porém, não há registro de que essa carta dirigida ao Presidente José Sarney tenha obtido alguma resposta.

Contudo, a ausência de resposta à carta, por parte de José Sarney, não teria sido pelo fato de o assunto ter perdido importância, pois a UEMA continuava em crise, todavia foi atribuída a dois fatores: a) o mandato presidencial estava finalizando; b) as relações políticas entre o presidente e o governador estariam quase rompidas, por conta de uma disputa no campo do poder, pois este e aquele desejavam se candidatar ao Senado em 1990, mas só havia uma vaga. Porém, nessa disputa, Cafeteira se julgou merecedor da vaga, porque estava gozando de elevada popularidade, enquanto José Sarney estava com popularidade em baixa, devido ao fracasso dos planos econômicos⁴⁹⁴ e à inflação galopante, que o obrigaram a transferir seu domicílio político para o Amapá⁴⁹⁵. Então, nesse momento, interesses políticos pessoais se sobrepuseram, mais uma vez, a interesses políticos do estado do Maranhão. Mas essa assertiva só teria sentido se a hipótese da absorção da UEMA pela UFMA fosse constatada como a solução ideal para a crise.

5.3 Sê UEMA: uma luta de seus segmentos organizados

Em 1989, a situação que vivia a UEMA era por demais crítica, a qual continuava a funcionar apenas por força do espírito de abnegação⁴⁹⁶ de professores e funcionários, pois os salários, além de estarem com seus valores defasados, eram pagos com atraso. Foi nesse período que a instituição perdeu alguns de seus melhores quadros, principalmente aqueles com titulação acadêmica de mestre e doutor, para outras instituições. Por exemplo, as professoras: Mirian Santos de Sousa e Denei Maria Cunha Fonseca – foram para a UFMA, em São Luís –; Isaura Silva – foi para o CEFET, em Imperatriz –; e Sílvia Carvalho – foi para a UFPI, em Teresina; isso só com referência à deserção na Unidade de Estudos de Educação em Caxias. Portanto, os docentes melhor conceituados e/ou titulados batiam em

⁴⁹⁴ Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1987), Plano Bresser (1988) e Plano Verão (1989).

⁴⁹⁵ Como em 1990 só havia uma vaga de senador no Maranhão para ser renovada, Cafeteira, com popularidade em alta, não abriu mão da mesma em favor de José Sarney, que se viu obrigando a transferir seu domicílio eleitoral para o Amapá, um dos estados criados em sua gestão, onde se candidatou a senador.

⁴⁹⁶ É verdade que numa sociedade qualquer, em particular a capitalista, as ações das pessoas são dirigidas por interesses econômicos, mas quando os agentes de um campo se deixam entranhar pelo habitus pertinente àquilo que fazem, apresentam comportamentos assemelhados aos de verdadeiros abnegados.

retirada à procura de melhora, pois todo trabalhador mira alvos que lhe suscitem interesse, sendo o primeiro, a sobrevivência. E no campus de São Luís, a baixa não foi maior porque a totalidade dos 217 professores que tinham jornada de 12 e de 20 horas possuíam dois ou três empregos; e aqueles que tinham jornada de 40 horas, depois da permissão da Constituição Federal de 1988, passaram a ter mais uma matrícula, seja na rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus ou na rede municipal. Mas a luta pela “federalização”, desde há muito tempo, entre as organizações dos segmentos da comunidade universitária, havia perdido força, sendo substituída pela luta em favor da “autonomia financeira”, via Assembleia Constituinte. Então, o DCE, a ASSUEMA e a APRUEMA, enquanto instituições representantes dos três segmentos, respectivamente, estudantes, técnico-administrativos e professores, levantaram essa bandeira e convocaram a comunidade universitária para luta em favor da Emenda Popular 171/89, em vista da autonomia financeira à UEMA, e houve a adesão maciça de todos os membros da comunidade universitária.

Então, coincidentemente, no mesmo dia 14 de abril de 1989, em que os dirigentes da UEMA, representados pelo seu reitor, junto com o Secretário de Educação do Governo Cafeteira e do reitor da UFMA, tentavam mais uma vez propor extinguir ou fazer morrer a UEMA, após intenso esforço, foi apresentado à Assembleia Estadual Constituinte⁴⁹⁷ a Emenda Popular 171/89 acompanhada por mais de 20 mil assinaturas de eleitores⁴⁹⁸, propondo a consignação na Constituição de 7% do Orçamento do Estado do Maranhão para a UEMA. Essa era a melhor solução para a superação definitiva da crise financeira crônica na Universidade Estadual do Maranhão. E a justificativa insofismável seria a importância estratégica da UEMA para o desenvolvimento do estado do Maranhão.

Também os estudantes manifestaram sua percepção da realidade em poemas, inclusive este a seguir, de Agostinho Neto, no qual o Bondinho, de saudosa memória (p. 132), foi transformado numa metáfora que bem representava o estado de sucateamento material e espiritual em que se encontrava a UEMA; o primeiro,

⁴⁹⁷ A Assembleia Constituinte, instalada desde outubro de 1988 promulgou a nova Constituição do Estado do Maranhão em 05 de outubro de 1989.

⁴⁹⁸ MARANHÃO. Constituição do Estado do Maranhão. Art. 44, § 1º “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos dezoito por cento dos municípios, com menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, e que deverá ser apreciado no prazo máximo de sessenta dias”.

pela gradativa diminuição de repasses de recursos financeiros por parte do governo estadual, e o segundo, depois que foi desfeito o sonho da federalização. Mas o bondinho, enquanto lugar de memória, contribuía para despertar nos usuários da UEMA a ideia de lutar pela continuidade da instituição.

O BONDINHO DA UEMA⁴⁹⁹

É tudo por um sonho azul / que fora concreto, decrépito, comovido,
Elétrico / Trap, trep, trep, trap... / vem de lá para cá num vai e vem /
Era um encanto, tremendo balanço / esse Trem.

Re re, ptché, trep, trap, ptché re re... / O que era doce acabou / E o
encanto se finou / E num canto ali ficou / ...e tudo a minha mente
imaginou. / O bondinho adormecido, sonha / a pesadelos dos
homens que o exterminaram / à tintas para o descaso / de mais 1
(um), mais 1000 (mil) já contados casos / trapa, trep, trap,... / Barulha
a engrenagem, roda vida na UEMA / amassando a verdade e o belo /
amassando o saber / amassando o futuro, os projetos / No Paulo VI,
tudo mal, malacabado / estirpado, aconchavado, desviado / ... e
nesses trilhos o bondinho ainda anda, corre e não se cansa.

Trap, trep, trep, tché, trap,... / Num vai e não vêm / Só desvios de
bens / Tira daqui, tira dacolá / Tem um bocaco, passa prá cá. / ... e
nesses trilhos o Trem continua / e vai atrás, que tem muito mais, /
Trem Brasil, Trem central, Trem capitalista, / Trem monopolista, /
Trem cargueiros de humanos! / E tudo para pranto calado / o
bondinho está lá, jogado fora de si, / fora da rota, está fora de todo o
caos, fora de tudo! / ... e os estudantes, tem sido mais 1,2 / e mais
vezes acomodados humilhados / E trap, trep, trep, trap, ptché,... / E a
“UEMA” tem andado muito, muito MARCHA A RÉ.

Sem dúvida a transformação da FESM em UEMA era “um sonho azul”, isto é, povoava a imaginação de seus dirigentes, agentes e alunos uma perspectiva alvissareira e encantadora, pois iria desenvolver ensino, pesquisa e extensão, tudo o que compunha uma ideia de universidade na verdadeira acepção do seu conceito. Mas o “doce acabou” e “o encanto se finou”, isto é, foi encerrada a ideia de universidade, porém “O bondinho adormecido, sonha”, isto é, sonho de UEMA não acabou, porém, com tantos desmandos e desapareços “a UEMA tem andado muito, muito MARCHA A RÉ”, quando da tentativa de absorção da UEMA pela UFMA.

Então, os estudantes, determinados a não continuar “marcha à ré” e dirigidos pelo DCE, juntamente com dirigentes da APRUEMA e da ASSUEMA, tendo

⁴⁹⁹ AGOSTINHO NETO. O bondinho da UEMA. Solte a Voz. (Informativo do DCE). Abril de (19)89. Vice-presidente do DEC UEMA, acadêmico de Mecânica.

uma visão estratégica, souberam aproveitar o momento oportuno da Assembleia Estadual Constituinte. E foram às ruas, para conquistar o apoio popular, e à Assembleia Legislativa do Maranhão, para conseguir o apoio parlamentar, em vista da apresentação da Emenda Popular 171/89, em 14 de abril de 1989, denominada de “Propostas à Constituição Estadual”, para a educação, inclusive para a superior, visando uma solução para a crise financeira da UEMA, subscrita por mais de 20 mil eleitores, bem acima do mínimo exigido pela Lei.

As propostas apresentadas compreendiam duas partes:

a) A primeira, pertinente à educação básica de um modo geral, dirigidas à sua valorização e financiamento, embora já houvesse determinação na Constituição Federal, no artigo 201⁵⁰⁰, quanto a esse preceito constitucional, o qual foi confirmado no § único do artigo 220 da Constituição Estadual⁵⁰¹, tal como solicitava a proposta abaixo.

Art. – O poder público deve:

I – difundir o ensino em todos os graus obedecendo aos princípios de gratuidade, acesso e permanência na escola, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e de liberdade educacional;

II – Promover a gestão democrática de ensino público, na forma da Lei;

III – Valorizar os profissionais de ensino garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Art. – O estado aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da sua receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino⁵⁰².

b) A segunda, concernente ao ensino superior, quanto a financiamento, autonomia, apoio e expansão no estado do Maranhão, a proposta apresentada à Constituinte era de que dos 25% destinados à educação 7% fosse destinado para o ensino superior no estado, mas resultou determinado a extração só de 5%, isto é, 20% do montante destinado à educação.

⁵⁰⁰ BRASIL. *Constituição Federal*. Art. 212. “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)”.

⁵⁰¹ MARANHÃO. *Constituição Estadual de 1989*. Art. 220. “O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, de sua receita de impostos, inclusive o proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma da Constituição Federal”.

⁵⁰² UEMA/DCE. *Propostas à Constituinte Estadual*. Emenda Popular 171/89. São Luís, 04.09.1989. Acervo DCE “Paulo Freire” do CESC/UEMA, 2016.

Art. – O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento de ensino.

Parágrafo Único – Deste montante, 18% será aplicado no ensino de 1º e 2º graus, e 7% ao ensino superior mantido pelo Estado.

Art. – As instalações de ensino superior mantidas pelo Estado gozarão de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecerão ao princípio de indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. – O Estado apoiará financeiramente as atividades universitárias de pesquisa e extensão, nas áreas de ciências e tecnologia, através de formação de recursos humanos, concessão de meios e condições especiais de trabalho, voltados predominantemente a solução dos problemas regionais.

Parágrafo Único – Para estas finalidades, o Estado destinará 5% de sua receita orçamentária.

Art. – Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional do Estado⁵⁰³.

Mas, para garantir o sucesso na batalha, no período de 20 a 22 de maio de 1989, em Imperatriz, foi realizado o 6º Congresso dos Estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (VI CEUEMA), com o tema da autonomia universitária através da consignação de 7% do orçamento estadual para a UEMA. E, em Assembleia Geral de todos os segmentos, foi realizada, em 01 de setembro de 1989, para fazer valer o pleito, havendo a decisão unânime por greve até que a Emenda Popular 171/89 fosse apreciada e votada favoravelmente. Um comunicado foi feito ao reitor da UEMA por meio da carta abaixo, o qual se manteve impassível, porém, já era uma manifestação tácita de apoio.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UEMA – APRUEMA,
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UEMA – DCE
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UEMA – ASSUEMA.

Magnífico Reitor,

São Luís, 04.09.1989.

Informamos Vossa Magnificência que em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01.09.89 [1989], os segmentos dos Professores, Servidores e Alunos, decidiram conjuntamente paralisar as atividades da UEMA, até que a Emenda Popular 171/89, do interesse da Universidade, seja analisada pela Assembleia Legislativa.

Contamos com a compreensão e apoio de Vossa Magnificência.

Atenciosamente, [assinam:]

⁵⁰³ UEMA/DCE, 2016, idem.

Prof. João de Deus Silva – Pres. da APRUEMA,
 Agostinho Neto p/ Jerry Abrantes, Pres. DCE
 Valber Tomé, Pres. da ASSUEMA⁵⁰⁴.

Estudantes, professores e técnico-administrativos acamparam em frente à Assembleia Legislativa. Na tentativa de obter a adesão dos deputados constituintes à Emenda Popular 171/89, montaram um grande painel, à vista de todos que passavam, constando o nome de todos os deputados constituintes com dois quadrinhos, do SIM e do NÃO, ao lado de cada nome, e aquele que aderiria à proposta tinha seu assinalado com um “X” no SIM. Havia muitas atividades no local para chamar a atenção da população e sempre ter uma aglomeração, principalmente para a hora da chegada dos parlamentares e nos intervalos, para exercer pressão suficiente em vista da aprovação da proposta dos estudantes.

Ilustração 14 – Estudantes acampados à entrada da Assembleia Legislativa.



Fonte: Estudantes ganham apoio. O Imparcial, 14/09/1989. Acervo DCE “Paulo Freire” no CESC/UEMA, 2010.

Nessa conjuntura de muita tensão e emoção, um poeta, anônimo até o presente, conseguiu exprimir num poema os sonhos e sofrimentos da comunidade universitária com o título “A UEMA E A CONSTITUIÇÃO”, cujos versos sintetizaram o que representava a UEMA para a sociedade maranhense, em particular os agentes do campo político e do campo acadêmico, na perspectiva de sensibilizar as

⁵⁰⁴ DCE/UEMA. Comunicado da greve ao Reitor, 04/09/1989.

autoridades que tinham o “poder de fazer viver e de fazer morrer” a Universidade Estadual do Maranhão. Houve sua declamação em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão num dos dias da greve iniciada em 04 de setembro de 1989, em momento em que havia uma grande aglomeração de parlamentares.

A UEMA E A CONSTITUIÇÃO

Nestes versinhos de pé-quebrado,
Ora certos outros remendados,
Quero contar pra você
Porque a UEMA não deve morrer.

Universidade nascida da abnegação
Do maranhense ilustre desta nação,
Espere, vou contar pra você
Porque a UEMA não quer morrer.

Veterinária, Agronomia, Engenharia e Administração,
Cursos essenciais para o nosso Maranhão⁵⁰⁵,
É por isso que eu afirmo pra você
Que a UEMA não pode morrer.

Sem briga, sem confronto, nem confusão,
É fundamental a UEMA na Constituição.
Só queremos a compreensão dos deputados
Para colhermos bons frutos, como resultado.

Tentamos na temática, gabinete e sistematização,
Até uma emenda popular levantamos com dedicação.
Mas o relator, insensível, limita nosso espaço,
E todo nosso esforço, redundando em terrível fracasso.

Continuaremos na luta com inteligência,
Até uma incorporação buscamos, como sobrevivência;
Entretanto estamos convencidos de uma IDÉIA,
Que a nossa solução está aqui na ASSEMBLÉIA.

Nossa mobilização haverá de sensibilizar
Governador, Senadores, Deputados e quem mais colaborar.
Só queremos garantir a EMENDA, nossa AUTONOMIA,
Para uma Universidade digna, competente e sadia.

Autonomia prevista na EMENDA POPULAR,
Que aqui e agora haveremos de ressuscitar,
Pois nenhuma instituição que quer se impor
Poderá ficar, hoje ou sempre, ao sabor seja lá de quem for.

Para encerrar uma solicitação necessária,
Senhores deputados, levem nossa EMENDA À PLENÁRIA!

⁵⁰⁵ Foram omitidos os cursos de licenciatura, que em funcionamento nos campi de Caxias e de Imperatriz.

Ganha o ENSINO, A PESQUISA e a EXTENSÃO,
Ganha a UEMA, sobretudo o querido Maranhão⁵⁰⁶.

Esse poema, tal como o “Trenzinho da UEMA”, foi mais um dentre os muitos meios que foram utilizados pelos organizadores do movimento, utilizando alta dose de dramaticidade, visando sensibilizar os deputados constituintes a votarem favoravelmente à consignação dos recursos necessários para que a UEMA pudesse continuar existindo, e com autonomia. No entanto, a situação em que se encontrava a UEMA era muito crítica, como metaforizou o poeta. Assim, a bandeira de defesa da Autonomia consistia da aprovação, na Assembleia Constituinte, de 7,5 % do orçamento do Estado do Maranhão para custeio e investimento no ensino superior.

Enfim, a vitória foi alcançada, e, em 05 de outubro de 1989, a Constituição Estadual do Maranhão foi promulgada, e como resultado dessa luta, no artigo 272, foi consignado o percentual de 5% do orçamento estadual para a educação superior. Aquela batalha pela autonomia da UEMA, em seu processo e em seu resultado, ficou registrada na memória daquela geração de estudantes, funcionários e professores como a página mais dignificante de toda a história da instituição, como, repetidas vezes, se reportaram os sujeitos ouvidos nessa pesquisa. Possivelmente, tenha sido nesse tempo histórico que a comunidade universitária passou a despertar para o entendimento de que a Universidade Estadual do Maranhão era instrumental básico para cooperar com o Estado na promoção do desenvolvimento do Maranhão, segundo a expressão do então acadêmico de Engenharia Mecânica, Agostinho Ribeiro Neto:

A UEMA parou de comum acordo: reitoria, professores, funcionários e alunos. Então, essa bandeira unificou todos os segmentos da UEMA. (...) Essa luta para a gente conseguir a aprovação dessa emenda dava consequência a tudo que a gente pensava de autonomia. E o grande mote da luta foi a “autonomia”, porque, conseguindo-se autonomia, conseguia-se tudo. E só se consegue autonomia acadêmica e administrativa com autonomia financeira, pois o resto é balela. Então todos convergiam para isso.

Paramos a UEMA pelos 7,5%, que era o projeto inicial. Gastão Vieira e a Conceição Andrade tiveram um papel importante enquanto deputados. O Gastão para fazer a ponte com o Governo e a

⁵⁰⁶ A UEMA E A CONSTITUIÇÃO. Poema de autoria desconhecida. Acervo do DCE Paulo Freire, CESC/UEMA, Agosto de 2016. Entrevistados disseram que o autor era um repentista popular que recitou esse cordel diante da Assembleia Legislativa, o qual foi gravado e depois mimeografado e distribuído aos visitantes, como forma de sensibilizá-los em vista da pressão sobre os parlamentares, para que votassem favoravelmente à proposta.

Conceição para articular parte da bancada de oposição. O nosso contato maior foi com a Conceição.

Parou toda a UEMA. Houve consentimento absoluto. (...) Foi uma paralisação consensual. Foi uma prática institucionalizada. Então a gente ficou fazendo paredão em frente à Assembleia. Fizemos um placar com o nome de todos os deputados. Naqueles que iam aderindo, nós íamos colocando SIM. Então, na prática, passamos mais de quinze dias acampados. Foi um movimento fortíssimo. A presença de muitos estudantes da UEMA, da UFMA e dos colégios de ensino médio. Houve êxito! Mas impuseram um filtro, isto é, fora das despesas ordinárias só teria dinheiro para a UEMA dentro dos 5% se tivesse projeto. (...) Nós entendíamos que a luta maior era aprovar a consignação dos 5%, e que depois a gente conseguiria o resto⁵⁰⁷.

Esse movimento teve início desde a elaboração da proposta de Emenda Popular, da coleta de assinaturas junto à população e entrega à Constituinte em 14 de abril de 1989, passando por um período de sensibilização da população, de abril a setembro, utilizando todos os meios possíveis de comunicação, até a deflagração de uma greve em 01 de setembro e a aprovação da proposta pela Constituinte em 19 de setembro de 1989, quando houve o consequente encerramento da greve. E o coroamento dessa batalha em favor da autonomia financeira da UEMA, como resultado dos esforços de todos os segmentos da comunidade universitária, foi chancelado no texto constitucional assim:

Art. 272. A Universidade Estadual do Maranhão goza de autonomia didático-científico (sic), administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. A lei de diretrizes orçamentárias consignará percentual nunca inferior a vinte por cento dos recursos constitucionais previstos no art. 220 desta Constituição, em apoio às atividades do ensino superior público estadual⁵⁰⁸.

Em verdade, segundo Jacques Medeiros, na época de seu reitorado já havia o entendimento voluntário dos gestores de que à UEMA seria destinado 5% do orçamento estadual, mas na prática só 1/5, isto é, 1% da dotação orçamentaria era realizado. Então, foi pensado que, havendo a consignação na Constituição, haveria a obrigatoriedade de os gestores cumprirem o que lá estava registrado. Por isso,

⁵⁰⁷ RIBEIRO NETO, Agostinho. Minhas lembranças da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em Caxias-MA, em 19.11.2010.

⁵⁰⁸ MARANHÃO. Constituição do Estado do Maranhão de 05.10.1989.

eufóricos e acreditando na força da Lei, no Centro de Convenções do Campus Paulo VI, em São Luís, os três segmentos da comunidade universitária promoveram uma assembleia de avaliação e comemoração do evento histórico que conquistaram para a UEMA, a sua tão sonhada “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. E a imprensa noticiou:

Retornando às suas atividades normais na tarde de ontem (19/09/), alunos, professores e servidores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), decidiram em assembleia realizada pela manhã, dar início às discussões sobre eleições diretas para os cargos administrativos, especificamente o de reitor.⁵⁰⁹

Ilustração 15 – Comunidade Universitária em assembleia após vitória dos 5%.



Fonte: O Imparcial, 20/09/1989. Acervo do DCE Paulo Freire, 2016.

A verdade é que a UEMA, a partir desse evento, que pode ser considerado o maior depois de sua criação, não era a mesma, pois havia renascido ciosa da sua condição de universidade que se sabia detentora de autonomia legal, que deveria ser conquistada na prática, palmo a palmo, daí essa postura um dia após a vitória.

⁵⁰⁹ O Imparcial, 20/09/1989. Acervo do DCE Paulo Freire, 2016.

Nesse acontecimento de alta relevância social e política, dentre todos os agentes, os estudantes foram protagonistas por excelência, porque ousaram pensar uma via de autonomia da UEMA mediante a pressão do movimento social sobre o parlamento constituinte. Dessa forma, foi suplantada a postura de sobrevivência à universidade, pela federalização⁵¹⁰, e em favor de uma sobrevida para a universidade, transformando-a de problema de governo em questão de Estado, fazendo jus a toda atenção de qualquer governo depois de 1989.

Infelizmente, decorridos 28 anos da promulgação da Constituição do Estado do Maranhão, nunca houve a regulamentação do artigo 272, mas ele sempre foi evocado como referência para todas as reivindicações dos segmentos da UEMA, principalmente em períodos de campanhas estaduais para governador do Maranhão, a exemplo do que ocorreu com o candidato Jackson Lago, quando, em 1994, cinco anos após a promulgação da nova Constituição Estadual, foi ao Centro de Estudos Superiores de Caxias, a convite dos estudantes para expor seu plano de governo⁵¹¹.

Mas não há registro de que a comunidade universitária, através de suas instituições de representação ou dos conselhos da UEMA (CONSUN, CEPE, CAD), tenha provocado o Poder Executivo ou a Assembleia Legislativa a esse respeito, e nem candidatos ao reitorado, incluídos na lista sêxtupla, ousaram pensar na autonomia financeira da UEMA através da regulamentação do Art. 272 da Constituição Estadual.

5.4 Enfim, uma UEMA consolidada e quase autônoma

Por conseguinte, uma vez que foi aprovado no Art. 272 com esta redação: “A Universidade Estadual do Maranhão goza de autonomia didático-científica,

⁵¹⁰ “A sobrevivência à universidade” significa que os segmentos queriam viver, com a federalização, não importando que a UEMA desaparecesse. Mas “a sobrevida da UEMA” consiste em sua existência com todos os segmentos que a fazem.

⁵¹¹ “candidato, eu sou do curso de história – Francinaldo Moraes – sou do DCE-UEMA e tenho conhecimento que há um percentual de 5% do orçamento do estado que deve ser investido na UEMA, assegurado pela constituição estadual e efetivamente apenas 1,8% dessa totalidade, desses 5% são gastos para manter o que nós chamamos de UEMA. Eu fico pensando, já que eu gosto tanto da UEMA, como nós seríamos se dobrássemos esse percentual para 3,6%, eu nem digo 5%... a minha pergunta é: o que o Senhor como candidato pode dizer sobre essa limitação orçamentária e o que o senhor eleito poderá fazer para alterá-la?” MORAES, Francinaldo de Jesus. Minhas lembranças do CESC/UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 27 de março de 2010, nas dependências do Centro de Estudos Superiores de Caxias.

administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, e que a mesma era destinado 5% do orçamento estadual, todos os segmentos, reunidos em Assembleia Geral, em 19 de setembro de 1989, entenderam que deveriam lutar por eleições diretas para todos os cargos de direção da UEMA, bem como elaborar planos de ação para ensino, pesquisa e extensão.

5.4.1 Autonomia, eleições e turbulência na administração

Como já é comprovado que há geração espontânea, torna-se necessário lembrar que esse movimento estudantil pujante que eclodiu em 1989 deita suas raízes ainda nos tempos de FESM, desde 1980, pois há registro escrito da prática de realizarem congressos para debaterem a realidade interna da UEMA e as realidades do Maranhão, do Brasil e do mundo:

Realizou-se em 11 a 15 de novembro o II Congresso Estudantil da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), congregando universitários de Imperatriz, 100 de São Luís, 6 de Carolina, do curso de Extensão de Férias, e 4 da Faculdade de Educação de Caxias.

Fez presença no conclave o deputado Haroldo Sabóia, e dos diversos interesses da classe ali debatidos, destacou-se o da transformação da FESM em Universidade Estadual⁵¹².

E a propósito de contra argumentar com quem ousa afirmar que a transformação da FESM em UEMA não foi debatida na comunidade universitária, o registro da imprensa foi categórico ao afirmar que esse foi o tema que mais interessou aos estudantes. E, na sequência:

O III Congresso Universitário da UEMA em Caxias, acontecido de 09 a 12 de dezembro de 1982, versou sobre a seguinte temática: Realidade Maranhense, Questões Agrárias, Mercado de Trabalho, Movimento Estudantil, Situação Política Atual, A Mulher na Política na Sociedade e na Universidade, Democracia, etc. Os conferencistas foram [Rosa] Mochel, Ana Martins e a líder Maria Aragão, entre outros. Participaram representantes de organizações estudantis, além de representantes de partidos políticos, sindicatos e entidades outras locais⁵¹³

⁵¹² FESM Realizou Congresso em Imperatriz. O Pioneiro, n. 547, p. 8, 19.11.1981.

⁵¹³ O III Congresso Universitário da UEMA em Caxias. O Pioneiro, n.5, p. 02, 22.12.1982.

Em tal evento, houve uma diversidade de temas, mas todos eles na perspectiva de fazer uma sintonia entre a comunidade universitária e a realidade, numa visão crítica e de oposição, estabelecendo uma ligação com a memória dos grandes movimentos nacionais e internacionais, haja vista a presença de personalidades da esquerda ou de oposição ao sistema, a exemplo de Maria Aragão⁵¹⁴, nesse Congresso, e Haroldo Saboia⁵¹⁵, no anterior.

Entretanto, apesar da falta de registro escrito, uma referência oral corrobora que o IV e o V CEUEMA ocorreram no período de 1983 a 1985⁵¹⁶, pois houve o VI CEUEMA em 1989, que discutiu estratégias que resultaram na aprovação dos 5% do orçamento estadual para a UEMA e o VII que deliberou pelas “eleições diretas” e “abstenção nas eleições”. Também houve testemunhos orais de que mais de um CEUEMA foi organizado pelo DCE, após 1990, majoritariamente alinhado a partidos de esquerda, PCdoB e PDT, que não facilitavam a participação de quem pensasse diferente, mesmo sendo do âmbito da esquerda, ação que, segundo Jorge Passinho⁵¹⁷, vigorou até 1994. E há opinião de que o desaparecimento desses congressos se deveu ao processo de cooptação exercido pela gestão que sucedeu Cléber Mendes, que teria concedido bolsas de estudo e emprego para os seus principais líderes, em reconhecimento pelos serviços prestados ao grupo dominante do poder universitário desde então, o que levou à descredibilidade, fragmentação, enfraquecimento e morte daquele movimento estudantil transformador⁵¹⁸.

Então, dando sequência a esse movimento histórico, após a Constituinte de 1989, há que ressaltar que os estudantes, com muito mais entusiasmo que os

⁵¹⁴ Maria José de Camargo Aragão (1910-1991), negra, média comunista, lutou contra as injustiças e as ditaduras, foi presa na greve de 1951 e na ditadura do Golpe Civil-Militar de 1964 (falta complemento do ano) fundadora da CUT no Maranhão. Em sua homenagem, o arquiteto Oscar Niemayer projetou um monumento que foi erigido numa praça em São Luis-MA que recebeu o nome de Praça Maria Aragão. BOTELHO, 2018, op. cit. 326/327.

⁵¹⁵ Haroldo Freitas Pires de Saboia (1950-). Depois da passagem pelo PCB clandestino, foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1978. Tinha um discurso firme contra a ditadura e que teve penetração no meio estudantil, inclusive na “greve da meia passagem de 1979”. Disponível em: <CPDOC da FGV. Acesso: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haroldo-freitas-pires-de-saboia>> Acesso em: 19/05/2018.

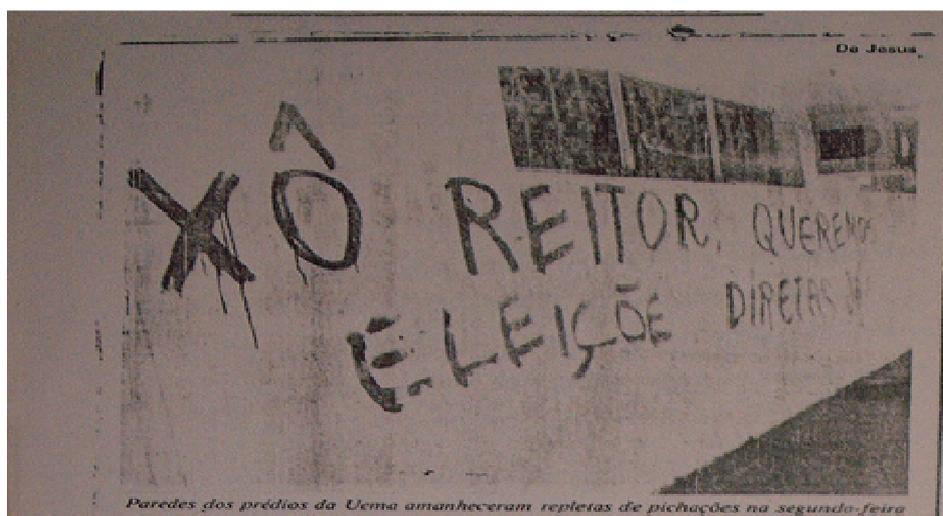
⁵¹⁶ “Na época que eu fui acadêmico, os eventos que existiam por aqui e que hoje até a gente sente saudade. Era os CEUMA (Congresso dos Estudantes da Uema), eram os eventos que aconteciam”. LIMEIRA-DE-OLIVEIRA, Francisco. Minhas lembranças do CESC/UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 31/03/2010 no CESC/UEMA.

⁵¹⁷ PASSINHO, Jorge de Jesus. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) da UEMA, em São Luis-MA, em 26/01/2016, linhas 382-410.

⁵¹⁸ Ibid.

demais segmentos, empunharam a bandeira da campanha pelas eleições diretas para todos os cargos de direção da UEMA, para tanto, após a Assembleia Geral de 19/09/1989, deliberaram pela realização do 7º Congresso dos Estudantes da UEMA (VII CEUEMA), em 1990, tendo por tema principal as “eleições diretas”. E sinalizavam que um tempo de autonomia havia sido determinado, mas essa manifestação incomodava a direção da Universidade.

Ilustração 16– DCE/UEMA lança campanha pelas diretas para reitor.



Fonte: Jornal “O Estado do Maranhão” em 19/04/1990. Acervo DCE PF, 2018.

Infelizmente, essa atitude dos estudantes de pintar muros da UEMA⁵¹⁹, manifestando o contentamento da comunidade para com o então reitor pró-tempore, Joaquim César dos Santos, provocou a sensibilidade dos gestores, os quais fizeram todo o empenho de condenar a atitude do DCE, cujos diretores se eximiam da responsabilidade pelo ato.

Logo, a luta dos estudantes por autonomia universitária não parou, pois continuou na forma de pressão por eleições diretas para reitor e demais cargos de direção, culminando com a campanha do DCE pela abstenção nas eleições de 1990, bem como a elaboração do Estatuto da UEMA. Assim, desenvolviam essa resistência interpretando o princípio da autonomia universitária exarado nos artigos 207 e 272, respectivamente, da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

⁵¹⁹ Pichadores reivindicam “diretas já” na UEMA. O Estado do Maranhão, São Luís, 19/04/1990.

⁵²⁰ A Estatuinte não aconteceu, mas em 1994 o Estatuto da UEMA foi reformulado com a participação de todos os segmentos universitários.

- a Constituição Federal e Estadual nos seus artigos 207 e 272 dizem que 'as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa...'. Ora, isto traduz que temos o direito de escolher os nossos dirigentes, a começar pela eleição direta para Reitor, com o mais votado empossado; dando-se o início e fim do processo intramuros universitário. Abdicar deste direito constituído, como querem a Reitoria e cúmplices, é negar a autonomia universitária, para em troca atrelar a Universidade a interesses de grupos e fazer negociação com o Governo Estadual⁵²¹.

Essa campanha pelas “Diretas para Reitor” não foi um acontecimento pacífico, pois há registro na imprensa⁵²² em que professores e estudantes se manifestaram contra a repressão ao movimento, por parte da direção da UEMA, através de ameaças e punições aplicadas, tais como transferências de funcionários líderes, suspensão de licença prêmio e suspensão de alunos. Então, essa foi uma clara demonstração de que a autonomia universitária, pelo menos enquanto concepção no pensamento e na prática dos agentes do Estado, não havia se tornado um habitus para estes, o que, no pensamento de Pierre Bourdieu, seria motivo para não considerá-la como um campo, ainda mais um campo acadêmico, pois a produção da vida acadêmica ocorre mediante a produção de uma crença⁵²³.

Ilustração 17– Folheto do Plebiscito sobre eleição direta para reitor em 1990.



Fonte: Acervo do DCE CESC/UEMA, 2010.

⁵²¹ DCE/UEMA. Abstenção: não vote com lista sêxtupla. Sem data, mas provavelmente foi feito em 1990.

⁵²² DCE lança campanha pelas diretas. O Imparcial, São Luís 19/04/1990.

⁵²³ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004, 128-131.

Essa mesma temática foi reprisada no VII CEUEMA, cujo folheto explicativo afirmava a intenção de discutir a autonomia.

Com o objetivo de discutir estratégias de atuação conjunta dos segmentos internos da Universidade, para garantir a autonomia, democracia e indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão; traçar uma política de esclarecimento e ação junto à sociedade e rever a realidade da UEMA buscando caminhos e soluções para viabilizarmos uma Universidade mais avançada. Com este propósito, o movimento estudantil realiza o VII CEUEMA em Caxias, onde colocará como tarefa fundamental para todo o conjunto da UEMA, a eleição direta para Reitor, o ensino público gratuito e de boa qualidade, a pesquisa e extensão, a expansão das ofertas de cursos no Estado e a reestruturação do M. E. [Movimento Estudantil]⁵²⁴

Então, ao ser lançado o edital das eleições para os cargos de direção da UEMA em 1990, como não houve conquista das eleições diretas para reitor, o DCE tirou no VII CEUEMA a resolução da campanha pela “abstenção”⁵²⁵ nas eleições.

Ilustração 18 – Campanha por abstenção na eleição para reitor em 1990



Fonte: Acervo do DCE Paulo Freire, 2018.

A campanha pela abstenção, que tinha como propósito deslegitimar o resultado da eleição para reitor, faria o governador repensar a norma vigente e

⁵²⁴ DCE. VII CEUEMA. Congresso dos Estudantes da UEMA. Campus da UEEC, 06 a 09/09/1990.

⁵²⁵ DCE/UEMA. Abstenção: não vote com lista sêxtupla. Sem data, mas provavelmente foi feito em 1990.

instituir uma lista menor. Possivelmente, em decorrência dessa luta, deva-se o fato de, antes que o governo federal sancionasse a lei específica sobre eleição de gestores universitários, ter havido, na UEMA, um abrandamento na regra do jogo sucessório, passando de lista sêxtupla para a tríplice, com a continuidade do voto paritário dos três segmentos até na eleição de reitor de 1994⁵²⁶.

Mas a eleição aconteceu em 14 de dezembro de 1990, com forte reflexo da campanha em favor da abstenção, porém insuficiente para inviabilizar o pleito. Compunham a lista sêxtupla, de reitoráveis indicados pela comunidade universitária e homologada pelo CONSUN, em ordem de percentuais, Graccho Bolivar, pró-reitor administrativo - 32,76%; Waldir Maranhão, coordenador da Unidade de Veterinária - 26,78%; Joaquim Ribeiro Neto, coordenador da Unidade de Caxias - 19%; Raimundo Negreiro Vale, assessor da reitoria - 17,69%; Cleber Mendes, professor da Unidade de Administração - 13,55%; e José Augusto, professor da Unidade de Agronomia - 11,29%. O número de pessoas, por segmento, aptas a votar foi de 2.463 alunos⁵²⁷, 463 professores e mais ou menos 150 técnico-administrativos.

Como Graccho Bolivar pediu aposentadoria, Waldir Maranhão passou a ser o primeiro da lista, com expectativas de ser nomeado se João Castelo fosse eleito novamente governador, mas, como o governador eleito foi Edison Lobão, a indicação passaria a ser uma incógnita. Mas o governador João Alberto, numa tentativa de acomodar interesses do campo do poder público e do campo acadêmico, empossou Cleber Mendes, como reitor, e Waldir Maranhão, como vice⁵²⁸, o que causou muita agitação. Então, por falta de legitimidade do novo reitor, os estudantes protestavam em favor de eleições diretas para esse cargo, embora a autonomia formal do campo fosse preservada pela observância das regras do jogo pelo governador.

Também, no âmbito da UEMA, Cleber Mendes sofria pressão porque, apesar de ter o apoio do governador, seu poder institucional estava destituído de poder simbólico. Então, para aumentar seu capital social e convertê-lo em poder

⁵²⁶ MARANHÃO. Lei nº 5.921 de 15 de março de 1994. "Art. 5º - O Reitor e o Vice-Reitor da UEMA serão escolhidos pelo Governador do Estado dentre membros dos corpos docente e técnico-administrativo de Nível Superior, indicados pela comunidade universitária, pelo voto paritário dos seus segmentos, através de eleições diretas e secretas". Mas na esfera federal a Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, fez retroagir essa prática, determinando que 70% dos membros de qualquer colegiado seja constituído por docentes, inclusive em se tratando de processos eleitorais.

⁵²⁷ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1992, p. 391, elaborado com base em dados de matrícula realizada até 30 de abril de 1990.

⁵²⁸ O PIONEIRO, n. 797, 09 fev. 1991

simbólico, resolveu adotar medidas populares, acabando com a semestralidade que era cobrada do estudante da UEMA⁵²⁹, bem como pôs fim a todas as taxas até então cobradas, para acalmar os ânimos dos estudantes e adquirir legitimidade. Mas como ele, na qualidade de administrador com formação, iniciou um processo de controle efetivo sobre o corpo docente quanto à ministração de aulas, e sobre funcionários e administrativos em relação ao horário de assinar o livro de ponto, essas medidas despertaram antipatias para com o novo reitor, principalmente da parte do docente, que gozava de uma relativa autonomia, em particular no Centro de Ciências Agrônômicas, cuja maioria dos professores tinha emprego na SAGRIMA (Secretaria de Agricultura do Maranhão) paralelo ao horário na UEMA. Portanto:

Fizeram com o Cleber uma grande injustiça. Nessa época, eu também ainda era aluno e eu vi que ali foi tudo armação para Cleber. Ele conseguiu criar inimizades aqui porque ele criou “o D-Flash”. O D-Flash⁵³⁰ era o cara que passava na turma pra saber se o professor estava dando aula. Então, isso gerou um grande problema para ele, que era uma cara bem-intencionado, porque ninguém dava aula aqui e continuavam tendo as mesmas justificativas. Ainda é assim na primeira semana, na segunda semana. Há professor que só vem aqui na terceira semana, e como os departamentos são corporativos, não fazem nada! Então, esse problema de Cleber fez com que ele criasse uma antipatia da comunidade, dos professores, que é quem tem o poder. Professor tem um poder minar, ele sabe minar! Pois ele já não é o estudante e sabe que está trabalhando com um segmento que já sabe o quer aí. E aí minaram-no⁵³¹.

A primeira ofensiva contra o Reitor Cleber Mendes consistiu de uma campanha plebiscitária entre “SIM” e “NÃO”, na qual o SIM, pela sua permanência, sofreu derrota flagrante, segundo testemunhos orais, menos na UEEC, onde obteve 189 SIM contra 57 NÃO, denotando o prestígio do coordenador da unidade Mamede Chaves⁵³² que, também sendo objeto da votação no plebiscito, obteve 212 SIM

⁵²⁹ O valor da semestralidade já estava tão defasado que sua extinção não foi capaz de acalmar os ânimos dos estudantes, não equivalia um sexto do salário mínimo da época que equivalia a U\$ 50,00.

⁵³⁰ Em “histórias em quadrinhos”, o D-Flash é uma espécie de super-herói que se movimenta muito rapidamente, como se fosse onipresente.

⁵³¹ PASSINHO, Jorge de Jesus. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) da UEMA, em São Luis-MA, em 26/01/2016, linhas 368-379 e 411-439. Opinião partilhada por SIQUEIRA, José Ribamar Rodrigues. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) da UEMA, em São Luis-MA, em 26/01/2016, linhas 471-507.

⁵³² Esse resultado favorável custou a Mamede Chaves a sua exoneração do cargo de coordenador da UEEC em julho de 1994, por ação de Waldir Maranhão na condição de reitor.

contra 32 NÃO⁵³³. E a acusação que faziam contra os mesmos era de desvio de verbas na construção da Biblioteca da UEEC, porém, em Caxias, cujo fato foi explicado assim:

Disse Cléber: Quero cumprir o compromisso que eu assumi com você. Qual era? – Construir a biblioteca, eu respondi. Continuou. – Eu assumi o compromisso que eu fiz com vocês, imagine a satisfação. Ele chamou e disse assim: Você sabe que quando a gente faz a licitação de um projeto desses, na licitação alguém tem que sair ganhando. Eu não tenho condições de fazer isso, porque eu não tenho dinheiro pra construir, eu não tenho o valor da construção. Você sabe que tem o projeto. O valor estabelecido não tem. Então, eu vou fragmentar a licitação, mas queria a opinião de vocês, queria saber se vocês aceitam. Ao que eu disse: Rapaz, eu não quero saber. Eu quero saber é da biblioteca. Retomou – Por exemplo, quantos mil tijolos faltam? São necessários 20 mil, eu vou e compro os 20 mil de tijolos abaixo da licitação, do pregão. Eu vou, compro, tá certo? Quanto custa o madeirame da casa? 15 mil, eu vou compro, vou comprando aos pedaços e vou pagando os operários na folha [da UEMA]. Contrata o mestre de obras. Ele disse: Olha, tudo bem! Desde que você preste conta acho que não existe nada demais. Na época ainda não tinha a lei federal de licitação⁵³⁴.

O acirramento desse conflito gerava entre professores, funcionários e estudantes da UEMA uma expectativa sem previsão de desfecho, diante do impasse criado pelos acadêmicos que, em reunião com o governador, deram um tempo para que este procedesse à substituição do reitor Cleber Mendes pelo vice-reitor Waldir Maranhão. Mas como a auditoria não comprovou efetivamente um desvio de verbas, apenas falha na forma de execução do desembolso de recursos, o que não comprometeria a administração de reitor, os acadêmicos não deram fé ao laudo e partiram para a ocupação da reitoria.

Alguns líderes da comunidade uemiana foram recebidos pelo governador Edison Lobão, para tratarem do assunto, ocasião em que solicitaram um prazo para retirar Cleber Mendes do posto. Com a expiração do tempo pedido ao governador, as lideranças invadiram a Reitoria, no campus João Paulo VI [Paulo VI], em São Luís, onde estão acampados até que seja solucionado o caso.... Dos

⁵³³ UNIVERSITÁRIOS apoiam reitor e coordenador. O Pioneiro, Caxias-MA, n. 406 [1006], p. 01, em 05-11.06.1993.

⁵³⁴ ALBUQUERQUE, Aluizio Bittencourt. Minhas lembranças do CESC/UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em Caxias-MA, 02.02.2010.

campi avançados da UEMA, nos municípios de Caxias, Bacabal e Imperatriz, apenas este último, também paralisou as atividades⁵³⁵.

Nesse processo de cassação de Cleber Mendes, teve papel determinante a ocupação da Reitoria pelos estudantes, pois a repercussão desse fato na sociedade, através da mídia eletrônica e escrita, influenciou por demais o governador Edison Lobão na decisão por afastar o reitor e o vice de suas funções na direção da UEMA. Enfim, sob forte pressão, apesar dos estudantes rechaçarem qualquer intervenção, o governador Edison Lobão afastou Cléber e Waldir, tendo Luciano Moreira assumido a reitoria da UEMA por 45 dias.

Ilustração 19 – Ocupação da reitoria da UEMA em 1993



Fonte: O Imparcial 21/11/1993. Acervo DCE do CESC/UEMA, 2010

Tudo indica que o governador faça uma intervenção na Universidade, indo de encontro até mesmo às solicitações daquela comunidade universitária, que solicita que empossasse o vice-reitor, Waldir Maranhão. Enquanto isso, o Campus uemiano está sendo dividido entre Universitários e policiais militares, que foram chamados ao local, pelo Reitor, antes [de] se retirar do seu posto⁵³⁶.

⁵³⁵ GOVERNO PODE REALIZAR INTERVENÇÃO NA UEMA. O Pioneiro, Caxias-MA, n. 4024 [424], p. 01, em 09-15.10.1993.

⁵³⁶ GOVERNO PODE REALIZAR INTERVENÇÃO NA UEMA. O Pioneiro, Caxias-MA, n. 4024 [424], p. 01, em 09-15.10.1993.

A Universidade Estadual do Maranhão, que estava com suas atividades paralisadas, exceto no campus de Caxias, voltou às suas atividades normais após a posse de Luciano Moreira, Secretário de Estado da Administração. O governador Edison Lobão, usando uma série de considerações, afastou dos cargos Cleber Mendes Silva, reitor, e Waldir Maranhão Cardoso, vice-reitor. A intervenção teria uma duração de 45 dias, podendo ser prorrogada conforme o decreto. Passados os 45 dias da intervenção, o governador Lobão a prorrogou por mais 75, que foi tempo suficiente para que fosse feita na UEMA uma reforma na sua estrutura administrativa, inclusive nos seus mecanismos de gestão, em vista do maior controle e eficiência na aplicação dos recursos, segundo foi propalado. E, ao final daquele período, assumiu a reitoria o Prof. Waldir Maranhão Cardoso.

Mas, para Francinaldo de Jesus Morais, ficou a seguinte lembrança:

O movimento estudantil e não só estudantil; eu preciso lembrar que servidores e professores também ajudaram a constituir um grande movimento que chegou a destituir um reitor e conduzir um professor à condição de reitor. Chegou a invadir, tomar e ocupar uma reitoria e inclusive cometer abusos com os quais, por exemplo, eu não concordei⁵³⁷. Mas não posso aqui agora dizer que não fiz parte. Então, se você considera que um movimento chega à proporção de destituir um reitor e ensejar a condução de um professor à reitoria, passando à acomodação desse movimento, quem quer que seja que chegasse à administração superior precisava dialogar com os representantes desse movimento⁵³⁸.

As testemunhas falam que houve manipulação, financiamento e instrumentação dos estudantes pelos reais interessados pela ocupação da reitoria, deixando o reitor sitiado, na perspectiva de o mesmo renunciar. Por isso é que convém deixar esse depoimento de Waldir Maranhão Cardoso, que assumiu a reitoria em março de 1994, após a intervenção do governador Edison Lobão, iniciada em outubro de 1993.

Eu lembro que o Lobão me chamou ao Palácio e a Universidade estava em greve pedindo a saída do Cléber. Fui chamado ao Palácio [dos Leões] para que ajudasse o governador da época. Lobão me fez

⁵³⁷ Francinaldo se refere aos atos de lançar objetos contra o reitor destituído, dirigir palavras ofensivas à dignidade da pessoa humana e cuspir em seu rosto no momento em que o mesmo deixava o prédio da reitoria.

⁵³⁸ MORAIS, Francinaldo de Jesus. Minhas lembranças do CESC/UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em Caxias-MA, 27.03.2010. Foi aluno da UEMA de 1993 a 1998 e militante do movimento estudantil.

o pedido para que eu tirasse uma licença, pois ele não gostaria de intervir na UEMA. É que com a licença que eu tirasse, na condição de vice, acompanhando o Kleber, que também iria pedir licença, ele iria ter condições de designar o secretário de educação para responder pela Universidade Estadual do Maranhão. Então, se eu concordasse em me licenciar e o Kleber também, ele não precisaria intervir, pois era muito ruim fazer uma intervenção. Aí eu disse assim: Governador, assim com a sua excelência faz política partidária, eu faço política universitária; a universidade está em greve, os alunos sabem que aqui estou e eu não tenho como ser solidário com erros que eu não os cometi; então, se o Cleber hoje esta nessa situação não foi eu quem contribuiu para isso; portanto, não posso ser solidário com ele e nem com você; não posso poupá-lo, eu não vejo o menor sentido de eu me afastar⁵³⁹.

Esse relato denota que não havia sintonia entre o vice e o reitor, certamente desde o começo, pois Waldir é que era o segundo colocado, embora o governador tivesse o arbítrio de escolher qualquer um dos cinco restantes da lista. E essa negação da solidariedade para com o reitor, por força de “supostas irregularidades na administração”, não comprovadas pela auditoria realizada, evidencia que interessava a ele mais fazer coro com os estudantes acampados na reitoria, como ficou evidenciado a seguir.

Aí foi que ele tomou a decisão de intervir na Universidade. Eu me lembro de que ao sair do Palácio fui diretamente ao comando de greve dizer que tinha tido uma conversa com o governador e que eu precisava às 10 horas do dia seguinte conversar como toda a comunidade. O certo é que eu retornei no dia seguinte. Quando deu 10 da manhã na comunidade, os grevistas estavam lá. Quando eu dei para eles a versão do que aconteceu no Palácio, eu obtive da comunidade total apoio dos alunos, pois eu sai em defesa da instituição. Então é isso: rendeu para mim talvez o que eu seja hoje, pois foi aquela posição que eu tomei naquele dia que me deu essa credencial: passar a ter o respeito da comunidade e o que mais ajudou nessa caminhada, nesse fortalecimento, foram os alunos. Eu fiquei ao lado deles, mas ao lado da instituição. Não pensei só em mim. Pois quando você esta diante do governador, quem não quer atender um pedido do governador? Todo mundo! Mas eu neguei o pedido que ele fez porque eu pensei diretamente na instituição. E o grande líder desse movimento foi um aluno magrinho, que foi à

⁵³⁹ CARDOSO, Waldir Maranhão. Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Texto produzido a partir de transcrição de entrevista gravada em áudio concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, na sede do Partido Progressista (PP), em 14 de janeiro de 2016b, linhas 226-261.

frente, o Nilton e outro, que hoje é professor na Universidade de Brasília, foi fundamental nessa história⁵⁴⁰.

Nessa outra parte da narrativa, ficou bem claro que Cléber Mendes não era hábil jogador no campo do poder universitário, pois não percebeu onde estava seu adversário e, muito menos, tomou medidas para neutralizá-lo. Mas Waldir Maranhão soube muito bem fazer as devidas jogadas, no tempo certo, com os personagens certos, para atingir seu intento de chegar ao exercício da função de reitor. Todo o processo evidencia uma ação golpista na UEMA, muito assemelhada ao que ocorre no campo do poder político em nível estadual e nacional.

Os momentos críticos de manifestação do autoritarismo por parte dos agentes do Estado foram muito significativos, pois despertaram a necessidade real de fazer um debate exaustivo sobre a autonomia universitária, tal como ocorreu quando o governador Cafeteira impôs a figura do Warwick Estevan Kerr como reitor interventor, e na sequência o governador João Alberto impôs como reitor o Prof. Cleber Mendes, que era o 6º colocado na lista de reitoráveis. “Bem ali surgiu o sentimento de universidade, de defesa da universidade”⁵⁴¹, porque a autonomia, fazendo par com a universalidade, é dos princípios identitários básicos de uma universidade, os quais quando pisoteados pelos agentes do Estado despertam um sentimento de pertença e de defesa institucional.

Até que o reitor Cléber Mendes, por ter ascendido ao reitorado pela mão do governador João Alberto Souza⁵⁴², mas muito conceituado na administração pública, como burocrata de carreira na Secretaria de Estado da Administração e como professor da UEMA, possivelmente por conveniência nesse momento, viu na autonomia universitária⁵⁴³ uma saída para a UEMA superar os seus problemas, haja vista que estava tendo dificuldade de diálogo com o governador Edison Lobão⁵⁴⁴, que, não aceitando o fato de o mesmo ter sido nomeado contra sua vontade, pelo

⁵⁴⁰ Ibid.

⁵⁴¹ CARDOSO, 2016d, op. cit. linhas 51 e 52.

⁵⁴² DÓRIA, Palmério. *Honoráveis bandidos*. Geração, 2010. João Alberto Souza, nascido em 1935, economista, vice do governador Eptácio Cafeteira, governou de abril de 1990 a março de 1991.

⁵⁴³ CARDOSO, 2016d, op. cit. linhas 51 e 52. “Foi aí que surgiu a figura do Miguel Reale Junior, que produziu um parecer [sobre a autonomia], para subsidiar o debate na UEMA, porque o Kleber, sentindo-se rejeitado pelo governo, apelou exatamente para ver os exemplos das universidades paulistas que detinham essa condição. E daí surgiram varias e varias embates”.

⁵⁴⁴ BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*. São Luis, MA: Grafica e Editor Impacto, 2018. Edison Lobão, nasceu em 1936 no município de Mirador, jornalista, advogado, governou o Maranhão de 1991 a 1994, e desde 1995 tem sido senador.

governador que o antecedeu, fazia pressão orçamentária⁵⁴⁵ sobre as dotações da UEMA, no sentido de contingenciá-las, na perspectiva de, no jogo político, não favorecer transferência de capital político para o adversário ou potencial adversário.

5.4.2 Autonomia e expansão com interiorização

Então, no âmbito administrativo, por força da conquista dos 5% no orçamento estadual, sem mencionar que essa resultante fora produzida como uma soma de forças de todos os segmentos da UEMA na Constituinte Estadual, o reitor pro tempore, Joaquim César dos Santos, em ofício circular de 31 de julho e de 05 de setembro de 1990, conclamou os dirigentes de unidades e pró-reitores à elaboração de um Plano de Atividades da UEMA para 1991, dizendo: “A Constituição Estadual promulgada recentemente, destinou à UEMA 20% dos recursos aplicados pelo Estado na Educação”⁵⁴⁶. Esse plano atendia a todas as demandas da estrutura universitária de então, bem como projetava perspectivas de expansão⁵⁴⁷.

E um dos sinais mais patentes de que os 5% do orçamento estadual estavam já começando a ampliar os raios de atuação da UEMA foi a criação da Unidade de Estudos Superiores de Bacabal, por ato do governador João Alberto de Sousa (1990-1991), através do Decreto Nº 11.432, em 17/04/1990, ofertando cursos de Licenciatura em Letras e Ciências, Enfermagem e Administração Rural, o que, segundo o reitor, “reafirma a convicção de que esta Universidade está comprometida com a determinação histórica de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado do Maranhão”.⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ BECKMAN, Celso Antônio Lago. O processo de execução orçamentária no governo do Estado do Maranhão: um estudo de caso na Universidade Estadual do Maranhão. 38 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)- Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010. “O princípio da autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial da UEMA está incorporado no artigo 272 da Constituição Estadual. Apesar disto, esta autonomia continua a ser objeto de conquista mais do que de direito, posto que esta Universidade não a exercita plenamente, tendo em vista que o seu orçamento anual ainda permanece centralizado e controlado pelo órgão da administração pública estadual responsável pela coordenação e administração das finanças do estado, ou seja, a Secretaria de Planejamento”.

⁵⁴⁶ UEMA. Ofício Circular No. 003/90-GR/UEMA, São Luis-MA, 31 de julho de 1990. Sobre minuta de Plano de Atividades da UEMA para 1991.

⁵⁴⁷ UEMA. Ofício Circular nº 004/90 – GR/UEMA, São Luís 05 de setembro de 1990. Sobre o Programa de Trabalho para 1991.

⁵⁴⁸ UEMA. Programa de Trabalho para 1991, elaborado pelo Gabinete do Reitor e enviado aos coordenadores de unidade e chefes de departamento em 31/07/1990.

Todas as Administrações que têm passado pela Universidade, vêm, de forma sistemática, contribuindo para o engrandecimento desta Instituição de Ensino Superior. A atual Administração, no momento em que um dispositivo Constitucional **premia** a UEMA, com Orçamento definido na Lei maior, através deste documento procedo a um levantamento completo de suas maiores e mais prementes necessidades, objetivando dotar a Universidade das condições indispensáveis para transformar-se numa das organizações de Ensino Superior mais respeitadas do Norte e Nordeste brasileiros. (grifo nosso)⁵⁴⁹.

No entanto, a Constituição não “premiou” a UEMA com 5% do orçamento estadual, pois isso não aconteceu por acaso, mas resultou de uma luta daqueles sujeitos, dentre os segmentos de estudantes, técnico-administrativos e professores, que se dispuseram, como já explicitado, a se aventurar em busca da sensibilização da opinião pública e do conseqüente convencimento dos detentores de mandato parlamentar no campo político em favor da apreciação e aprovação, para consignação de 5% do orçamento do Estado na Constituição, evitando que a Universidade não fosse negociada, por esse mesmo reitor, para garantir na esfera federal o emprego dele e de outros que simplesmente queriam sobreviver à UEMA.

Como na época só existia a UEMA, na esfera estadual, ofertando ensino superior, os proponentes da emenda à Constituinte deixaram a formulação “ensino superior”, nunca imaginando que fossem criadas no futuro outras universidades, seja na modalidade presencial ou virtual⁵⁵⁰. Mesmo não tendo sido regulamentado o artigo 272, a consignação na Constituição Estadual foi muito significativa, pois, a partir de 1990, nenhum governante ousou mais proclamar que não havia recursos para manter a UEMA⁵⁵¹. Mas já dava para perceber como a autonomia financeira era a mãe da autonomia didático-científica e da autonomia administrativa, pois esse mesmo reitor que se opunha aos movimentos em favor da continuidade da missão histórica da UEMA passou a pensar para além dos muros da instituição.

Na marcha da expansão, já como resultado folga orçamentária constitucional conquistada pela UEMA, em 1989, foi criado a Unidade de Estudos Superiores de

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ Em 2003 foi criada a Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA) e em 2016 a Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL).

⁵⁵¹ Havia apenas queixas de que a arrecadação estadual havia diminuído, mas nunca mais se disse que a UEMA era um estorvo para o governante que desejava investir em educação básica, como foi dito pelos governadores Oswaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979), João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982), Luís Alves Coelho Rocha (1983-1987) e Epitácio Cafeteira (1987-1990).

Bacabal (UESB)⁵⁵², em 1990, ofertando os cursos de Enfermagem e Obstetrícia, de Letras, de Pedagogia e de Administração Rural, obrigando o Conselho Universitário da UEMA a criar os seguintes departamentos: Administração, Enfermagem, Letras e Educação⁵⁵³. Entretanto, a criação da UESB não se configurou numa iniciativa da UEMA desejosa de se expandir, mas foi uma decisão eminentemente política do vice-governador João Alberto de Souza que, no momento em que assumiu os nove meses restantes do governador Eptácio Cafeteira (1987-1990), aproveitou a oportunidade para brindar a Mesorregião Centro do Maranhão, onde detinha “currais” eleitorais. E houve, porquanto, uma discussão acalorada na referida reunião do CONSUN, pois a avaliação era de que a UEMA ainda não tinha condições para se expandir, haja vista que carecia de recursos financeiros, uma vez que o Art. 272 da Constituição Estadual não havia sido regulamentado, estando os professores, naquele momento, com seus salários defasados e lecionando sem as mínimas condições para primarem pela qualidade nos cursos já existentes.

Mas como os cursos já haviam sido criados por decisão monocrática do governador, portanto, sem consulta ao Reitor Pro-tempore Joaquim César dos Santos, em fim de mandato, a autonomia administrativa da UEMA, “consagrada” na Constituição Estadual de 1989⁵⁵⁴, foi vilipendiada à semelhança do mandonismo coronelístico que predominou nas instâncias de poder no Nordeste brasileiro até meado do Século XX, que se exprimia na relação dominador e dominado, em que a este só restava se exprimir com um “sim, senhor”.

Em 1992, no Campus Paulo VI, na capital, foi criado o Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sendo posto em funcionamento a partir do primeiro semestre de 1993, fazendo parte do Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade Estadual do Maranhão (CCT/UEMA), no qual, para dar suporte ao Curso, foi criado o Departamento de Arquitetura e Urbanismo. O reitor Cléber Mendes Silva, ao criar o curso, também idealizou construir um prédio próprio para sediá-lo, mas como não concluiu seu mandato, coube ao sucessor fazê-lo.

⁵⁵² MARANHÃO. Governo Estadual. Decreto Estadual No. 11.432, em 17.04.1990. Cria o Centro de Estudos Superiores de Bacabal, com os cursos: Enfermagem e Obstetrícia, Administração Rural, Letras e Pedagogia.

⁵⁵³ Universidade Estadual do Maranhão. Resolução No. 087/90-CONSUN/UEMA. Estabelece a estrutura organizacional da UESB – Unidade de Estudos superiores de Bacabal. São Luís, 02 de maio de 1990.

⁵⁵⁴ Art. 272. A Universidade Estadual do Maranhão goza de autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Constituição Estadual de 05.10.1989.

O pessoal do curso de Arquitetura me procurou para dizer que aquele prédio, no Campus Paulo VI, que estava sendo pensado para o curso era bom. Mas a academia, mais especificamente do curso de Arquitetura, entendia que, por melhor que fosse a infraestrutura, era preferível instalar o curso em condições talvez precárias, mas que guardasse uma identidade com o que seja Arquitetura, no centro histórico da cidade, que era “Patrimônio da Humanidade”, isto é, no Reviver. (...) Então eu compreí a causa. Mas houve resistência da comunidade, pois entendeu que o curso de Arquitetura, recém-criado, já chegava elitizado, já chegou escolhendo onde queria ficar. E para eles, os chamados cursos tradicionais, porque todo e qualquer debate da UEMA tinha que ser travado com a Engenharia, com a Veterinária, com a Agronomia e com a Administração, foram o nascedouro daquilo que somos. Então, eu tive que partir para o convencimento⁵⁵⁵.

Como desde os tempos da FESM já havia se constituído um *habitus* que todo curso da capital teria que ser instalado no Campus Paulo VI, houve um afloramento do discurso da desigualdade, tipo a relação entre “estabelecidos e outsiders”⁵⁵⁶, curso de elite e curso popular; ou a rivalidade entre os cursos por força do seu valor simbólico, em decorrência desse tipo de capital que o mesmo pudesse deter intrinsecamente. Assim, o então reitor envidou todo um trabalho de convencimento, fazendo compreender o significado de a UEMA ficar visibilizada no centro histórico de São Luís, que tinha recentemente recebido da UNESCO o título de Patrimônio da Humanidade. Portanto, o curso de Arquitetura e Urbanismo instalado no Reviver se transformou numa vitrine da UEMA e produziu contentamento na comunidade universitária, tendo sido bem avaliado.

Também, em 1992, foi criado, em São Luís, o Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), ofertando cursos de Pedagogia, Letras, Ciências, Biologia, Química, Matemática e Física, fato que subtraiu da UEEC a função de assessoria de políticas públicas de educação do Estado, refletindo uma queda de prestígio político junto aos organismos superiores da UEMA, pois essa função produzia certo equilíbrio nas relações no campo do poder na Universidade, anulando a relação assimétrica capital *versus* interior ou os que sabem e os que não sabem.

Entretanto, a criação do CECEN conferiu ao Campus Paulo VI um perfil mais humanista, como ficou evidenciado nos escudos da UEMA, haja vista que antes

⁵⁵⁵ CARDOSO, Waldir Maranhão. Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em sua residência do Araçagi, em São Luís - MA, em 15.01.2016. Seção d, linhas 181-190.

⁵⁵⁶ ELIAS; SCOTON, 2000, op. cit.

predominava mais a imagem de um centro tecnológico, de preparação para o mundo do trabalho, pois as disciplinas humanísticas estavam restritas ao antigo CEB (Centro de Estudos Básicos), que oferecia o primeiro ciclo para todos os cursos, nos moldes da Lei 5.540/68.

Ilustração – Escudos da UEMA antes da década de noventa e depois.



Fonte: Convite de inauguração da Cidade Universitária em 1978. Acervo do DCE, 2016.



Fonte: Documentos oficiais da UEMA, 2007.

Nesse sentido, as logomarcas acima são representativas da transição do espírito técnico profissional para o profissional humanista, pois, na primeira, predomina a roda dentada e, na segunda, a harpa e o livro. Mas a roda dentada nunca figurou nos documentos oficiais. Portanto, o CECEN, nas palavras de um entrevistado⁵⁵⁷, jogou um papel muito significativo na relação da UEMA com outros campos acadêmicos, inclusive a UFMA e outros em nível nacional, embora as unidades de Caxias e de Imperatriz terem sido o ponto de equilíbrio da UEMA até o advento dos cursos de licenciatura no Campus Paulo VI, em São Luís.

Inclusive, nessa esteira da expansão da UEMA, há que ressaltar a aprovação no Conselho Universitário, em 1994, da criação dos cursos de Enfermagem e de Medicina em Caxias, na perspectiva de interiorizar a área da saúde, pois a UFMA já forma nessa área na capital, mas oferecendo uma formação voltada para a medicina preventiva, pois o município de Caxias estava tendo uma experiência exitosa, nesse sentido, com a chegada de médicos cubanos, convidados pelo então Prefeito Paulo Marinho, que procurou a reitoria da UEMA, em 1994, para pensar essa perspectiva.

⁵⁵⁷ CARDOSO, 2016, op. cit. Seção d, linhas 130-136.

Então, Caxias, naquele momento, se tornou espaço de acolhimento de médicos cubanos com a formação para o exercício de uma medicina realmente para os mais pobres.

Aí me refiro ao curso de Medicina. Caxias começa a ser pensada em 94 como uma grande cidade universitária. Por quê? Porque, queiramos ou não, o curso de Medicina atrai cursos de saúde, de maneira geral. Ele atrai o universo todo. (...) Aí vem o Paulo Marinho que, como prefeito, procura a universidade e, numa conversa, num trabalho com Beatriz Andrade, que foi da Universidade Federal do Maranhão e estava na UEMA, a Ilda Batista, o próprio, então pró-reitor de extensão universitária, o professor Fernando Ramos, vieram para a universidade, quando eu reitor. Constituíram um grupo de trabalho para discutimos o curso de medicina. (...). Caxias ficaria como um ponto central de convergência do estado para atender o interior, uma vez que já havia curso de formação médica em São Luís, o que seria algo que acentuaria a simetria⁵⁵⁸.

Dessas reuniões, brotaram ideias que serviram de base para a elaboração dos projetos dos cursos sob a coordenação do Prof. Aluizio Bittencourt Albuquerque, mas por falta da efetiva autonomia da UEMA ou de reitores que tivessem trânsito mais livre na relação com o Poder Executivo estadual, esses cursos só vieram a ser instalados após nove e dez anos, respectivamente⁵⁵⁹, porém negando a concepção inicial que se inspirava na medicina cubana, isto é, na medicina preventiva. Todavia, quanto ao fato de os referidos cursos só terem sido instalados quase após dez anos, há que ser considerado uma variável muito significativa: Waldir Maranhão Cardoso⁵⁶⁰ não foi reconduzido ao cargo de reitor e ao seu sucessor, César Pires⁵⁶¹, não interessava politicamente dar continuidade a esse plano, pois também tinha objetivo político-eleitoral, e passou a expandir a UEMA somente na área das licenciaturas e da qualificação docente em serviço.

Voltando a falar de autonomia financeira e patrimonial, o Orçamento fiscal de 1994 do Estado do Maranhão (Tabela 9) certifica o quanto de possibilidade expansionista a UEMA adquiriu com a Constituinte Estadual, tanto em termos de quantidade quanto qualidade.

⁵⁵⁸ Idem, linhas 137-174.

⁵⁵⁹ Somente na gestão do Gov. José Reinaldo Tavares (2002-2006), o curso de Enfermagem foi instalado em 2003 e o de Medicina em 2004

⁵⁶⁰ Enquanto membro do mesmo grupo que orquestrou junto aos estudantes a queda de Cleber Mendes, Waldir Maranhão Cardoso alimentava as mesmas aspirações político-eleitorais de César Pires, pois tendo feito a maior expansão em termos de Centros e cursos da história da UEMA em seu segundo reitorado (2003-2006), foi eleito deputado federal em 2006, tendo sido reeleito até a atual legislatura.

⁵⁶¹ Também membro do grupo que derrubou Cléber Mendes, César Santos Pires foi reitor de 1996-2002, e expandiu a UEMA e foi eleito deputado estadual em 2002, sendo reeleito até à atual legislatura (2016-2018).

Tabela 9 – Orçamento fiscal do Estado do Maranhão em 1994

ÓRGÃO	VALOR	%
Assembleia Legislativa	1.136.703.583	1,82
Tribunal de Contas do Estado	201.674.191	0,32
Tribunal de Justiça	1.075.460.000	1,73
Corregedoria-Geral da Justiça	119.810.000	0,19
Justiça Militar	9.526.500	0,01
Procuradoria-Geral de Justiça	536.978.772	0,86
Governadoria do Estado	1.500.004.273	2,41
Sec. da Adm., Recursos Humanos e Previdência	2.058.556.288	3,31
Sec. da Agricultura, Abastecimento e Irrigação	2.413.879.839	3,88
Secretaria da Cultura	489.355.205	0,78
Sec. do Desenvol. Social, Comunitário e do Trabalho	251.508.152	0,40
Secretaria da Fazenda	1.805.262.118	2,90
Secretaria da Educação	16.363.622.265	26,32
Secretaria da Infraestrutura	15.853.422.317	25,50
Secretaria da Justiça	210.586.643	0,33
Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	596.502.609	0,95
Secretaria da Segurança Pública	3.010.289.416	4,84
Sec. de Fomento à Indústria e ao Comércio	461.499.171	0,74
Sec. de Planej., Coordenação, Ciência e Tecnologia	524.909.934	0,84
Encargos Gerais Do Estado	11.623.166.002	18,70
Reserva de Contingência	1.914.586.302	0,18
TOTAL EM CR\$	62.152.303.580	100,00

Fonte: MARANHÃO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei nº 5.873 de 23 de dezembro de 1993

Nesse quadro estão evidenciados o total de CR\$ 62.153,303.580,00 do Orçamento Fiscal⁵⁶² e, neste, a parte referente à Secretaria da Educação, de CR\$ 16.363.622.265,00, que é um valor pouco acima dos 25% determinados pela Constituição Federal, no art. 212 (vide ref. p. 191), e pela Constituição Estadual, no art. 220 (vide ref. p. 192). E desse montante, a Constituição Estadual determinou, no art. 272 § único: “A lei de diretrizes orçamentárias consignará percentual nunca inferior a vinte por cento dos recursos constitucionais previstos no art. 220 desta Constituição, em apoio às atividades do ensino superior público estadual”, correspondente ao valor de CR\$ 3.272.724.453,00⁵⁶³. Mas, infelizmente, não foi

⁵⁶² MARANHÃO. Lei nº 5.873, de 23 de dezembro de 1993. “Estima a Receita e fixa a Despesas do Estado para o exercício financeiro de 1994. Art. 3º - A Despesa Total, no mesmo valor da Receita Total, é fixada: I - no Orçamento Fiscal, em CR\$ 62.152.303.580,00 (sessenta e dois bilhões, cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e três mil, quinhentos e oitenta cruzeiros reais); II - no Orçamento da Seguridade Social, em CR\$ 12.946.154.520,00 (doze bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros reais)”.

⁵⁶³ Como o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 1994 foi enviado à Assembleia Legislativa com valores em Cruzeiro Real, será tomado como referência o mês de setembro de 1993, quando U\$ 1,00 custava CR\$ 108,944; então, o montante destinado à UEMA de CR\$ 3.272.724.453,00 equivalia a U\$ 30.040.428,59; e

possível ter acesso ao montante do orçamento realizado destinado à UEMA e efetivamente executado em 1994. No entanto, como já foi afirmado, em 1994, houve um registro considerável na expansão da Universidade, pois foi aprovado, pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Edson Lobão, o “Plano de Trabalho da UEMA para 1994”⁵⁶⁴, e houve autorização para o Poder Executivo criar o Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBAL)⁵⁶⁵, o Centro de Estudos Superiores de São João dos Patos⁵⁶⁶, o Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra⁵⁶⁷, o Centro de Estudos Superiores de Açailândia⁵⁶⁸, mas só CESBAL foi instalado em 1994.

Entretanto, vale ressaltar que o econômico, embora não seja absolutamente determinante nas relações sociais de produção, sem ele até a capacidade de pensar e de ser solidário encontra dificuldade para se manifestar. Foi o que ocorreu com a UEMA, que tinha o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Maranhão, mas como só contava basicamente com recursos para custeio e jamais para investimento⁵⁶⁹, até diagnosticar o estado de pobreza do Maranhão e propor soluções para os problemas regionais se tornava desestimulante. E um estudo de Celso Antônio Lago Beckman comprova que, para frustrar ainda mais a missão da UEMA, sempre o valor dos recursos liberados foram aquém dos da dotação orçamentária⁵⁷⁰, o que inviabilizava muitas ações da universidade.

como US\$ 1,00 está cotado hoje, 01/05/2018, a R\$ 3,644, esse montante equivale em Real, nesta data, a R\$ 109.467.321,78. Neste ano de 2018 o orçamento da Secretaria de Estado da Educação é de R\$ 2.588.627.450,00 e os 20% sobre esse montante é de R\$ 517.725.490,00 e foi feita uma previsão para aplicação em ensino superior da ordem de R\$ 763.294.112,00, sendo R\$ 419.573.112,00 para a UEMA, R\$ 105.670.000,00 para a UEMASUL, R\$ 64.261.000,00 para a FAPEMA e R\$ 173.790.000,00 para o IEMA, comprovando o que o art. 220 e 272 da Constituição Estadual determina, isto é, que seja aplicado 25% do orçamento estadual para a educação e nunca seja destinado menos de 20% desse percentual para o ensino superior; assim, atualmente são aplicados 7,37% do orçamento estadual em ensino superior, bem acima do que foi conquistado em 1989.

⁵⁶⁴ MARANHÃO. Lei nº 5.875 de 27 de dezembro de 1993. Aprova o Plano de Trabalho da Universidade Estadual do Maranhão para o exercício de 1994 e dá outras providências.

⁵⁶⁵ MARANHÃO. Lei nº 5.927 de 28 de março de 1994. Autoriza o Poder Executivo a criar, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, a Unidade de Estudos Superiores de Balsas, e dá outras providências.

⁵⁶⁶ MARANHÃO. Lei nº 6.205 de 24 de novembro de 1994.

⁵⁶⁷ MARANHÃO. Lei nº 6.204 de 24 de novembro de 1994.

⁵⁶⁸ MARANHÃO. Lei nº 6.203 de 24 de novembro de 1994.

⁵⁶⁹ MEDEIROS, Jacques Inandy. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 27/04/2018, na sede do IHGC.

⁵⁷⁰ BECKMAN, 2010, op. cit. p. 28. Analisando orçamentos da UEMA de 1995 a 2008, constatou que só houve liberação, isto é, para execução financeira, em média, de 57,14% do orçamento inicial, isto é, da dotação orçamentária. Também constatou que a liberação maior era de recursos para cobertura de despesa com pessoal, em média 76,57%, mas a liberação de recurso para custeio e para despesa de capital respectivamente só foi na média de 38,28% e de 18,14%, razão pela qual havia baixo investimento e, conseqüentemente,

Mas, em 1991, a equipe da Secretaria de Educação, do novo governador⁵⁷¹ que empossava, ficou alarmada com os dados da realidade educacional do Maranhão, produzidos pelo seu Centro de Documentação e Informação (CEDIN), de que os altos índices de evasão e repetência em escolas da rede pública se manifestavam assim: “de 1.167.643 alunos matriculados em 1989, cerca de 45% cursava a 1ª série do 1º grau, em que a evasão chegava a 52% e apenas 92 de cada grupo de 1000 alunos que ingressavam no primeiro ano do ensino de 1º grau chegavam à 8ª série”⁵⁷². Assim, depois de refletir sobre o quadro docente das redes públicas estadual e municipal e da rede privada, concluiu que uma provável causa da realidade caótica acima descrita estivesse na qualificação docente, uma vez que se expressava nos dados abaixo.

Pois dos 45.265 professores que exerciam o magistério naquele nível [1º grau] de ensino, 20.105 não apresentavam a habilitação mínima exigida legalmente, onde 11.239 apresentavam escolaridade de 1º grau incompleta; 7.298 possuíam o 1º grau completo; 1.449 eram portadores de cursos de 2º grau fora da área do magistério e 119 apresentavam-se com estudos a nível de 3º grau, sem licenciaturas⁵⁷³.

E o quadro do 1º grau não era muito diferente da realidade do 2º grau:

Tomando a rede de ensino oficial como exemplo, existia no 2º Grau 1.324 professores com curso de formação para o magistério incompleto; 21.811 com o magistério completo; 1.031 com outros cursos de 2º grau completo; 346 com cursos de licenciaturas incompletos 1.256 com cursos de licenciatura completos e 145 com cursos de 3º sem licenciaturas⁵⁷⁴.

Então, diante dessa realidade, a secretária de educação Conceição Raposo chamou representantes da UEMA e da UFMA para pensarem com sua equipe um modo de desenvolver a formação desses professores que atuavam no magistério

sucateamento da Universidade. Obs.: esse autor sempre foi membro do CONSUN, seja na condição de chefe de departamento, diretor de curso, diretor de centro ou pró-reitor desde os tempos de FESM até a o ano de 2010, inclusive foi Pró-reitor de Planejamento de 1996 a 2002.

⁵⁷¹ Edson Lobão (1991-1994).

⁵⁷² SILVA, Iva Souza da. *Gestão democrática participativa no Programa de Qualificação de Docentes na Universidade Estadual do Maranhão – PQD/UEMA*. 254 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2013, p. 51

⁵⁷³ Ibid. p. 52

⁵⁷⁴ Ibid. p. 53.

em escolas públicas estaduais e municipais, para melhorar a qualificação dos mesmos em nível superior, com pouco recurso financeiro e com o tempo de estudo acadêmico adequado ao calendário de aula das escolas, para não prejudicar os alunos. Assim, foram feitos estudos e debates para a criação de um Programa de Capacitação de Docentes – PROCAD. Mas, quando já era chegada a hora de “colocar os chocalhos nos gatos”, a Profa. Maria da Conceição Brenha Raposo, surpreendentemente, foi demitida da SEEDUC e, ato contínuo, substituída pela Profa. Nerine Lobão Coelho⁵⁷⁵, a quem coube chamar as duas universidades parceiras para proceder aos passos seguintes do PROCAD.

E a Nerine fez uma reunião com os representantes da UFMA e da UEMA para dizer que o programa tinha uma importância social, mas também um custo financeiro a ser compartilhado com as instituições parceiras. E perguntou então como ficariam as instituições. E os representantes da UFMA, em nome do então reitor, disseram que se dependesse dos recursos da UFMA não existiria programa. Então, o reitor Cleber assumiu o ônus para a universidade, pois assumiu esse compromisso. Mas produziu um choque na universidade, porque os alunos entenderam de que a UEMA, ao bancar um programa dessa magnitude, dessa dimensão, iria tirar as condições de melhor funcionamento dos cursos de graduação existentes. Pois teve aquele custo pensado de uma bolsa para o professor-aluno nos meses de janeiro e fevereiro, e de julho e agosto, bem como remuneração para o professor exercer a docência [no período das férias] fora da sua sede e até na sua sede⁵⁷⁶.

Portanto, nesse momento em que a UFMA formalizou sua desistência, alegando crise financeira na universidade, a UEMA aproveitou a ocasião para proclamar para a sociedade e para o governo a importância de sua existência como instituição mantida pelo Estado⁵⁷⁷ e reafirmou a significação da autonomia administrativa e financeira de uma universidade.

Por conseguinte, o reitor Cléber Mendes convenceu os membros na reunião do Conselho Universitário de que esse programa era muito importante para a educação no Maranhão e para a UEMA e, portanto, conseguiu a aprovação do

⁵⁷⁵ Nerine Lobão Coelho, irmã do então Gov. Edison Lobão, cenógrafa e, à altura desses acontecimentos, era professora de Artes Cênicas na Universidade Federal do Maranhão.

⁵⁷⁶ CARDOSO, 2016d, op. cit. linhas

⁵⁷⁷ A primeira vez que o Governo Estadual precisou da UFMA foi em 1968, para fazer funcionar a Faculdade de Professores de Ensino Médio de Caxias, quando, na expressão do Prof. José Maria Cabral, depois reitor dessa mesma universidade, “houve um sonoro não”. E a segunda vez foi nesse momento, em 1991. Na primeira vez o governo se obrigou a criar as “escolas” e “faculdades” e nessa contou com a sua universidade.

PROCAD pelo CONSUN⁵⁷⁸. Essa atitude rendeu ao reitor, até mesmo de seus adversários, dentro e fora da UEMA, elogios por sua visão e determinação. Com efeito, o Programa, uma vez que tinha por objetivo possibilitar o acesso real do docente à qualificação acadêmica, oferecia bolsa no valor de um salário mínimo ao aluno, nos meses de janeiro e fevereiro e de julho e agosto, para que este professor-aluno pudesse permanecer no curso, mantendo-se distante da própria casa, em total dedicação aos estudos, bem como ofertava o material bibliográfico básico de apoio à consecução dos objetivos referentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o PROCAD foi iniciado em 1993, tendo como plataforma de apoio o recém-criado CECEN, que elaborou o seu Projeto Pedagógico e toda a logística necessária à execução do programa, de tal maneira a facilitar a operacionalização por polos sediados nos municípios com maior densidade populacional e importância política. Dessa forma, o PROCAD foi decantado como o maior programa de inclusão social do Maranhão e usado como plataforma para projetos político-eleitorais após 1994⁵⁷⁹. No entanto, o reitor Cléber, naquele momento, não demonstrava vislumbrar projetos político-eleitorais, mas apenas conseguir destravar as portas do governo para desempenhar seu mandato com eficiência, pois a dependência da UEMA para com o Estado exigia boas relações entre o reitor e o governador.

Cléber, sem nenhum conhecimento do que vinha sendo discutido, trabalhando durante 12 meses nessa comissão, foi chamado à Secretaria pela Nerine e viu que, com a Secretária Nerine sendo irmã do governador, ele passaria a ter uma porta, uma janela para se aproximar do governo. Foi aí que ele criou um ambiente de aproximação do governo. Topou bancar o Programa... Quem bancou 100% o PROCAD foi a UEMA. Então, eu quero destacar que foi o Cléber o grande responsável pelo PROCAD. (...) Portanto, o PROCAD realmente começa com uma determinação do Cléber. E o PROCAD foi o melhor choque que a universidade precisava para transforma-la naquilo que é. Por quê? (...) Se ele não viu no conteúdo, ele viu na forma... (...). Então, o PROCAD, na época contava com 3.000 ou 3.500 alunos bancados na época pela Universidade⁵⁸⁰.

⁵⁷⁸ UEMA. Conselho Universitário (CONSUN). Resolução nº. 101 de 19 de novembro de 1992. Aprova Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Educacional Oficial do Maranhão. São Luís: CONSUN/UEMA.

⁵⁷⁹ O reitor César Pires foi eleito deputado estadual em 2002 e o reitor Waldir Maranhão deputado federal em 2006, e ambos lá têm permanecido, sem interrupção, respectivamente, na câmara estadual e na câmara federal com mandatos que vão expirar em 2018.

⁵⁸⁰ CARDOSO, 2016d, op. cit. linhas 07 e 58.

Porém, não deixou de ter havido na postura do reitor um interesse na relação com o campo do poder dominante, haja vista que o governador Lobão não nutria boa simpatia com o reitor Cléber Mendes, pois sua ascensão ao reitorado aconteceu através do ex-governador João Alberto. Portanto, nesse sentido, é oportuno afirmar que não há ato desinteressado⁵⁸¹, mesmo que seja no âmbito acadêmico, que muitos querem que seja um campo neutro, mas a verdade é que em todo campo há disputa de capital, seja econômico e/ou simbólico.

Entretanto, houve controvérsia quanto à expansão do ensino superior iniciada nessa época na UEMA, a qual se expressava no velho discurso, “quantidade *versus* qualidade”, das elites políticas e intelectuais da República Velha (1890-1930), quando aumentou a demanda por educação escolar no Brasil. E no caso da expansão das licenciaturas na UEMA, com o PROCAD, diziam que não adiantava dotar todo o quadro de docentes da rede pública de formação superior se a educação básica continuava aparecendo mal nas estatísticas do MEC. Então, houve quem afirmasse que esse programa teria sido apenas um meio fácil de os governos estadual e federal maquiarem a realidade para o Brasil e o Maranhão aparecerem bem “na foto” a ser mostrada ao FMI e ao Banco Mundial. Mas era verdade que a qualificação docente não se refletiu em desempenho positivo dos alunos do ensino fundamental e médio, obtendo o Maranhão as últimas posições entre os estados.

5.4.3 A implantação do PCCS e a reforma administrativa

Foi com base na conquista histórica dos 5% do Orçamento do Estado que se tornou possível à APRUEMA e à ASSUEMA reivindicarem do poder executivo, com maior firmeza, ainda em 1990, ordenados compatíveis com a exigência do labor universitário, embora tenha ocorrido apenas reposições salariais parciais. Mas, em 1991, o corpo docente e o corpo técnico-administrativo foram às ruas, em todos os campi da UEMA, em defesa de um Plano de Carreira, Cargo e Salário cuja reivindicação se arrastava desde 1982.

⁵⁸¹ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 137-156.

Em sua mensagem [Legislativa] o ex-governador afirma aos deputados que os projetos de Lei n.º. 010 e 011, datados de 06/03/91dizia respeito à instituição do Estatuto do Grupo Magistério Superior criado pela Lei nº 4.558 de 19/12/83, e do Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo da UEMA. João Alberto afirma da importância do papel dessa instituição com participação no processo de desenvolvimento do Estado⁵⁸².

Por força da morosidade com que os poderes legislativo e executivo conduziram a apreciação do PCCS, enquanto reivindicação dos trabalhadores da UEMA, estes, em junho de 1991, foram realizando vários atos em prol dessa causa, em consonância com a Constituição Estadual, como, por exemplo, paralisação acompanhada de passeata até o Palácio dos Leões, ocasião em que foi entregue documento ao chefe de gabinete do governador reivindicando urgência na implantação do PCCS. Nessa luta, os servidores contaram com o apoio de duas de suas entidades representativas, isto é, do Sindicato dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino de 3º. Grau do Estado do Maranhão (SINTEMA) e da ASSUEMA, ficando, portanto, omissa a APRUEMA, “porque ali ela era praticamente um apêndice da reitoria”⁵⁸³.

Em todos os campi da UEMA, a expectativa dos funcionários era muito grande após a Constituinte consignar, na Constituição Estadual do Maranhão, os 5% do orçamento do estado para o ensino superior, o que possibilitaria arcar com as despesas do PCCS.⁵⁸⁴ Essa apreensão da parte de todos, professores e funcionários, era porque os salários eram irrisórios, estavam muito aviltados e temiam pelo futuro da UEMA⁵⁸⁵. E chegou o mês de julho de 1991, mas com ele nenhuma solução para os salários. Então, só restou aos servidores da UEMA, professores e técnico-administrativos, inicialmente do Campus Paulo VI, em São Luís, entrar em greve a partir do dia 8, reivindicando a aprovação do PCCS⁵⁸⁶.

⁵⁸² UNIVERSIDADE VAI À LUTA. *O Pioneiro*, n. 804, p. 01, em 30 mar. 1991. Vale ressaltar que João Alberto enviou essa mensagem à Assembleia Legislativa no início de março e entregou o cargo em 15/03/1991.

⁵⁸³ SILVA, José de Ribamar Bastos da. Minhas lembranças da UEMA. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 02/02/2016, linhas 88 a 96.

⁵⁸⁴ *O Pioneiro*, n. 813, p. 01, em 03 jun. 1991.

⁵⁸⁵ *O Pioneiro*, n. 814, p. 03, em 08 jun. 1991.

⁵⁸⁶ Na UEMA a luta pela aprovação do PCCS dos servidores da UEMA teve início no Governo João Castelo, concomitantemente à luta do PCCS dos professores que foi sancionada antes de João Castelo renunciar para ser candidato em 1982, mas aqueles só tiveram uma vitória efêmera no final do Governo Bayma que sucedeu João Castelo, cuja Lei foi derogada pelo Governo Luís Rocha, por considerá-la impraticável. E em 1991 novamente os servidores insistiram, mas novamente tiveram a discussão do PCCS adiada.

Após cinco dias da deflagração da greve em São Luís, os professores e técnicos administrativos da Unidade de Estudos de Educação de Caxias (UEEC) e da Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI) decidiram pela greve. Em Caxias, no ato de adesão à greve, foi lançado um manifesto para justificar as razões da atitude extremada à comunidade.

Esgotados todos os meios de negociação com as autoridades competentes pela aprovação do Plano de Cargos e Salários da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), os professores e funcionários da Unidade de Estudos de Educação de Caxias (Faculdade de Caxias), em assembleia realizada no dia de ontem [12.07.91], decidiram aderir à greve deflagrada pelas categorias em São Luís, em assembleia ali realizada dia onze, com a participação da administração superior da UEMA.

Não é um ato de irresponsabilidade a deflagração de uma greve em pleno período de realização do 2º Vestibular de 1991 e encerramento do 1º período letivo⁵⁸⁷.

Como expressão de um movimento social organizado que queria falar de fato ao campo político, a manifestação por escrito ao povo foi uma forma de dar satisfação e pedir apoio à sociedade, enquanto financiadora e destinatária dos serviços prestados pela Universidade. A greve foi o meio utilizado para manifestar a força política, pois era “preciso força política para produzir manifestações políticas visíveis”⁵⁸⁸, capazes de tocar a reputação dos agentes do campo do poder, para que atendessem as justas reivindicações dos segmentos da UEMA.

Decidimos pela greve tendo em vista o descaso dos governos pelo cumprimento da Constituição Estadual no que se refere à autonomia administrativa e didático-científico da Universidade. Assim, a UEMA não tem cumprido satisfatoriamente com o compromisso da melhoria da qualidade de ensino e das atividades de pesquisa e extensão, entre outras razões pela acentuada defasagem salarial de que são vítimas professores e funcionários. Por exemplo, um professor Titular (final de carreira) percebe aproximadamente Cr\$ 30.000,00⁵⁸⁹ mensais e os funcionários, de todos os níveis, percebem um salário mínimo mensal⁵⁹⁰.

⁵⁸⁷ MANIFESTO à população caxiense. O Pioneiro, n. 819, p. 01, 13.jul. 1991. Acervo da ACL em 2016.

⁵⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011, p. 209.

⁵⁸⁹ O salário mínimo decretado pelo governo federal em maio de 1991 era de Cr\$ 23.131,68 equivalente a US\$ 84,82 (US\$ 1,00 = Cr\$ 272,69) que corresponderia hoje corresponderia a R\$ 310,44. Então aquele salário do titular equivaleria a US\$ 110,00 que equivalia hoje a R\$ 404,00 (hoje, 15/05/2018 US\$ 1,00 = R\$ 3,66).

⁵⁹⁰ MANIFESTO, 1991, op. cit.

Essa era mais uma realidade que atestava a falta de prioridade, de fato, à Universidade, apesar do artigo 272 da Constituição Estadual. E o que determinava a Lei, apesar dos pesares, era um parâmetro a ser buscado e a certeza de que a decisão pela greve não estava fora da legalidade, pois um autêntico funcionário do Estado, consciente da importância do seu serviço à comunidade, pensava a greve como um horror a ser evitado. Todavia, nesse caso, lutavam pela sobrevivência própria e da instituição à qual aprenderam a valorizar como essencial ao desenvolvimento da sociedade, fazendo os agentes do Estado verem que não estavam pedindo, mas exigindo o que era determinado por lei.

Exigimos do governo estadual o cumprimento das disposições garantidas à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pela Constituição de 1989, para que possamos cumprir com os objetivos a ela inerentes, isto é, oferecer à sociedade serviços de excelente qualidade na área de ensino, pesquisa e extensão.

Esperamos a solidariedade e apoio da população caxiense à nossa causa, para que juntos possamos construir uma Universidade atuante, autônoma e comprometida com as transformações sociais, econômicas e políticas, contribuindo assim para o desenvolvimento científico e cultural do nosso Estado⁵⁹¹.

Assim, uma primeira consequência da greve foi o adiamento do segundo vestibular da UEMA, por tempo indeterminado, por conta da greve deflagrada em 8 de julho de 1991, pois o Prof. Joaquim Gusmão, da Comissão Permanente de Vestibular – COPEAVE, não viu possibilidade de realizar as provas fora do espaço da UEMA e com pessoal de fora trabalhando na sua fiscalização⁵⁹².

A comunidade da UEMA, nas unidades de estudo do Campus Paulo VI, em São Luís, bem como na UEEC e na UEEI, até o final de julho, continuava mobilizada, fazendo assembleias, panfletagens, passeatas, atos públicos e contatos com autoridades para que a greve tivesse um desfecho favorável. E o mais breve possível, o Comando de Greve informava.

Segundo o comando de greve da UEEC, apenas 30% deste indexador orçamentário [conforme artigo 272 da Constituição Estadual do Maranhão, na ordem de 5% da arrecadação tributária do

⁵⁹¹ MANIFESTO, 1991, op. cit.

⁵⁹² UEMA PODE ADIAR VESTIBULAR. *O Pioneiro*, n. 819, p. 05, 13/ jul./1991.

Estado] será utilizado com despesas de pessoal, sendo uma quantia ínfima e que o restante, 70% será suficiente para que a UEMA cumpra com seus objetivos perante a sociedade.

... diversos contatos estão sendo mantidos com entidades classistas, políticos e a sociedade em geral para que todos sejam sensibilizados quanto ao movimento paredista, enfocando o lado formal da greve que é para colaborar [com] um direito garantido por lei.

Assembleias, panfletos, contatos com autoridades e atos públicos vem sendo formas de atuação do comando de greve da UEMA e da UEEC sendo o ato público uma das manifestações de contato com a comunidade caxiense. Professores, funcionários e alunos estiveram nas praças Phanteon e Gonçalves Dias levando suas reivindicações ao conhecimento da sociedade⁵⁹³.

Em agosto de 1991, a quase um mês do início da paralisação, professores e funcionários das unidades do Campus da UEMA, em São Luís, e da UEEC e da UEEI aguardavam firmes uma decisão do governo pela aprovação do PCCS, com o apoio da comunidade que considerava justo o movimento, pois o que estava sendo solicitado era apenas o cumprimento da Constituição Estadual⁵⁹⁴. Assim, quando o Procurador do Estado, Rachid Maluf, emitiu parecer jurídico positivo à solicitação do governador Edison Lobão, como condição para que ele enviasse o PCCS para à Assembleia Legislativa, o Comando de Greve, confiante de que o sucesso do movimento seria garantido pela permanente mobilização, reforçou a tática dizendo:

O comando de greve está confiante nos resultados, uma vez que a própria Constituição do Estado assegura a autonomia da UEMA, o que poderá vir atender as expectativas dos professores e funcionários.

A partir desta semana, toda a comunidade universitária da UEMA está concentrando-se na porta do Legislativo, com intenções de sensibilizar as lideranças políticas do Estado em prol deste pleito⁵⁹⁵.

Então, não bastava só contar com o favor da lei, pois era preciso pressão sobre o governo e os parlamentares, mas o fato de o governo e a maioria dos parlamentares terem estreado na ribalta há poucos meses foi uma das explicações para a morosidade da solução para o problema. Por isso, passou agosto e a solução do PCCS caminhava a passos lentos, mas professores e técnico-administrativos

⁵⁹³ UEEC LUTA PELOS PCCS. *O Pioneiro*, n. 821, p. 05, 2/jul./1991.

⁵⁹⁴ O realismo dessa reivindicação se consubstanciava na Constituinte que a promulgou, entretanto, os gestores, já no segundo semestre de 1991 já deveriam ter feito as devidas adaptações fiscais para que o Estado pudesse cumprir suas responsabilidades constitucionais.

⁵⁹⁵ PCCS DA UEMA VÃO PARA A ASSEMBLÉIA. *O Pioneiro*, n. 823, p. 05, 10. 08. 1991.

continuavam firmes na mobilização. Enfim, em setembro, houve sinais de que a luta estava perto de ser coroada de êxito.

A greve dos professores e funcionários da Universidade Estadual do Maranhão poderá findar [a greve com] uma proposta do Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo de deliberação daquela instituição, que irá convocar o Conselho de Curadores, órgão máximo de deliberação financeira para avaliar um plano único de salários para a Universidade.

Caso o Conselho de Curadores não se reúna até uma terceira convocação, o CONSUN aprovará o Plano e autorizará a elaboração da folha de pagamentos da UEMA sob os moldes do novo Plano e enviará para liberação pela Secretaria de Fazenda do Estado.

Servidores e professores da UEMA acreditam que esta seja uma luz para que finde a greve que já faz mais de dois meses. Afirmam também, como o governo se negue a efetuar o pagamento, o caso será encaminhado à Justiça. A Universidade será respaldada pela Constituição do Estado sendo que o governo se negue a cumprir suas obrigações, enfatizam os grevistas⁵⁹⁶.

Então, o governador Édson Lobão, como resultado dessa campanha salarial de 1991, com base no art. 272, parágrafo único, da Constituição Estadual, enviou a Mensagem Legislativa Nº 044/91, de 15 de outubro de 1991⁵⁹⁷, com o projeto de lei do Plano de Cargos e Carreiras – PCCS do Grupo Ocupacional do Magistério Superior, da UEMA, o que significava o início de uma progressiva melhoria das condições de trabalho na UEMA, apesar da espiral inflacionária que dominou a economia brasileira até junho de 1994⁵⁹⁸.

Mas o PCCS do grupo ocupacional de técnicos e administrativos, mais uma vez, foi protelado até corrigir as irregularidades quanto ao processo de admissão, pois a primeira vez foi nos idos de 1983, sempre sob a alegação de que os referidos servidores não eram funcionários da UEMA, entretanto foram cedidos pelo Estado. Porém, contraditoriamente, nas eleições de 1983, no plebiscito de 1985, nas eleições de 1987, nas eleições de 1990 e nas eleições de 1994 os técnicos e

⁵⁹⁶ PROPOSTA DO CONSUN PODERÁ ENCERRAR GREVE DA UEMA. *O Pioneiro*, n. 828, p. 01, 14. set. 1991.

⁵⁹⁷ ESTADO DO MARANHÃO. PODER EXECUTIVO. Mensagem Governamental Nº 044/91. São Luis-MA, 15 de outubro de 1991, dirigida pelo Governador Édson Lobão ao Presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Carlos Braide. Enviando Projeto de Lei para implantar o Plano de Cargo e Carreiras do Grupo Ocupacional Magistério Superior-MAS.

⁵⁹⁸ O Plano Real instituído pelo Governo Federal em 1º de julho de 1994 significou o fim da corrosão dos salários pela inflação. Então, a partir daí as lutas empreendidas pela APRUEMA foi no sentido de equiparar os salários dos professores da Universidade Estadual do Maranhão aos salários da Universidade Federal do Maranhão, por exemplo.

administrativos votaram como um segmento legítimo da UEMA. Contudo, a categoria de técnico- administrativo teve reposição salarial significativa⁵⁹⁹

Finalmente acabou a greve⁶⁰⁰ no mês de setembro de 1991, e houve ganho relativamente modesto para técnico-administrativos e para professores; uns ganharam mais e outros menos, segundo defasagens salariais⁶⁰¹. Também a Lei contemplou, no artigo 21, uma antiga reivindicação de incentivo à titulação, com gratificação sobre o vencimento base, sendo: especialista 5%, mestre 20% e doutor ou livre-docente 30%, a qual foi complementada. Porém, essa gratificação foi modificada conforme previsto no artigo 31 da Lei 5.931, de 22 de abril de 1994⁶⁰², sancionada pelo governador José de Ribamar Fiquene⁶⁰³, na seguinte ordem: especialista 25%, mestre 35% e doutor 50%.

As duas tabelas salariais em anexo ao projeto de Lei do PCCS do magistério demonstram que a reposição salarial foi negociada em duas etapas, mas não foi encontrado um texto dizendo como foi processada a negociação. Porém, a não existência de greve nesse período entre 1992 e 1994, por questões salariais, evidencia que foi pensado um “gatilho” salarial a ser disparado para evitar que a inflação corroesse por demais os vencimentos, mas, a partir de agosto de 1993, já estava vigorando a URV (unidade real de valor), que funcionava como esse mecanismo que protegia da inflação, e, em de julho de 1994, a URV foi transformada numa nova moeda denominada Real⁶⁰⁴.

⁵⁹⁹ O corpo técnico e administrativo não teve seu PCCS sancionado pelo governador, obtendo apenas reajuste salarial, situação que nunca foi resolvida pelos sucessivos governantes, tendo a categoria feito paralisação para esse fim em 2010, com duração de mais de dois meses (abril a junho).

⁶⁰⁰ ACONTECENDO/UEMA. *O Pioneiro*, n. 830, p. 03, 28. set. 1991.

⁶⁰¹ ACONTECENDO/VOLTA. *O Pioneiro*, n. 831, p. 05, 05. out. 1991. Noticiou o jornal: “O Reitor Kleber Silva fez o que pode no sentido de solucionar o impasse em que resultou na paralisação da Universidade Estadual. A questão salarial que precisa ser resolvida é a principal reivindicação dos professores e funcionários da UEMA.” Sem ter suas reivindicações atendidas pelo governo do Estado, como pretendiam, os funcionários e professores da Universidade Estadual reiniciaram seus trabalhos nesta semana. O índice de aumento salarial oferecido pelo governo contempla os funcionários com 40 por cento de reajuste, enquanto os professores foram contemplados com índices que variam entre 90 e 350 por cento.

⁶⁰² MARANHÃO. Lei nº 5.931 de 22 de abril de 1994. Aprova o Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

⁶⁰³ José de Ribamar Fiquene vice de Edison Lobão, governou de abril a dezembro de 1994, porque o titular havia renunciado ao governo para disputar vaga para o Senado nas eleições de outubro de 1994.

⁶⁰⁴ Em 1º de julho de 1994 R\$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) comprava US\$ 1,00 (um dólar). E essa moeda ficou tão valorizada que em fevereiro de 1995 R\$ 0,83 (oitenta e três centavos de real) valia US\$ 1,00.

Tabela 10 – ANEXO IV a que se refere o Art. 6º da Lei 5.242/91.
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, segundo o regime de trabalho.

CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO A PARTIR DE 01.06.91			TIDE (*)	
		12 horas	20 horas	40 horas		
Professor Auxiliar	I	1		64.285,71	122.142,85	183.214,27
	II	2		66.214,28	125.807,13	188.710,69
	III	3		68.200,71	129.581,34	194.372,01
	IV	4		70.246,73	133.468,78	200.203,17
Professor Assistente	I	1		77.271,40	146.815,65	220.232,48
	II	2		79.589,54	151.220,11	226.830,18
	III	3		81.977,23	155.756,71	233.635,08
	IV	4	42.218,27	84.436,55	160.429,41	240.644,13
Professor adjunto	I	1		92.880,20	176.472,35	264.708,54
	II	2		95.666,61	181.766,52	272.649,79
	III	3		98.536,61	187.219,51	280.829,28
	IV	4		101.492,87	192.836,09	249.254,15
Professor Titular	-		63.432,93	126.865,87	241.045,11	361.567,68

TIDE(*) Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.

Fonte: Anexo da Lei. Acervo da direção do CESC/UEMA, 2010.

O governador, no primeiro ano de mandato, assinou a Mensagem Legislativa dizendo: “Cabe ressaltar, ainda, que na elaboração deste Plano busca-se preservar a capacidade financeira do Estado para assumir os encargos decorrentes de sua implantação, que se propõe vigir a partir de 1º de junho de 1991”⁶⁰⁵. Nela se destacam dois elementos: a) o Governo atendia à reivindicação dos professores dentro de sua capacidade fiscal; b) o pagamento seria retroativo ao mês de junho.

Tabela 11 – ANEXO V a que se refere o Art. 6º da Lei 5.242/91.
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Tabela de vencimentos do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, segundo o regime de trabalho

CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO A PARTIR DE 01.09.91			TIDE (*)	
		12 horas	20 horas	40 horas		
Professor Auxiliar	I	1		90.000,00	171.000,00	256.500,00
	II	2		92.700,00	176.130,00	264.195,00
	III	3		95.481,00	181.413,90	272.120,85
	IV	4		98.345,43	186.856,32	280.284,48
Professor Assistente	I	1		108.179,97	205.541,95	308.312,92
	II	2		111.425,37	211.708,21	317.562,31
	III	3		114.768,13	218.059,45	327.089,18
	IV	4	59.105,59	118.211,18	224.601,24	336.901,85
Professor Adjunto	I	1		130.032,29	247.061,36	370.592,04
	II	2		133.933,26	254.473,20	381.709,80
	III	3		137.951,26	262.107,40	393.161,09
	IV	4		142.089,80	269.970,62	404.955,92
Professor Titular			88.806,12	177.612,24	337.463,28	404.194,90

Fonte: Anexo da Lei. Acervo da direção do CESC/UEMA, 2010.

⁶⁰⁵ MARANHÃO. Mensagem N° 044/91. São Luís – Maranhão em 15/outubro/1991.

E, apesar da defasagem salarial, a partir de 1992, após essa greve de quase 90 dias, não se teve notícia de outra até o final de 1994, mesmo que nessa época, um professor substituto, na categoria Auxiliar I, com 40 horas/aula, estivesse recebendo em torno de dois salários mínimos⁶⁰⁶; então, era comum, como forma de incentivo para o profissional continuar a lecionar na instituição, o coordenador de unidade tomar providenciar a alteração do contrato de 40h para TIDE⁶⁰⁷, quando este não possuía vínculo empregatício estadual, municipal ou privado. Também eram raros os docentes que aceitavam ser TIDE, pois sempre havia a possibilidade de pegar mais uma matrícula na rede estadual ou na municipal, cujos vencimentos eram maiores que o da UEMA, e não ficar dependente de um único emprego.

E como já foi ressaltado, por força da autonomia financeira, decorrente dos 5% do orçamento estadual e da consciência de sua missão na sociedade e das injunções do campo do poder político estadual, houve a expansão da UEMA, seja pela criação de novos cursos ou pela ampliação de vagas nos cursos já existentes. Porém o seu quadro efetivo de docentes não foi aumentado através de concurso, como previa o artigo 12 da Lei 5.242/91, mas apenas acrescidos professores substitutos ou eventuais através de contratos que, pelo fato da necessidade de serem renovados, já tinham se tornado quase que permanentes, pois grande parte desses professores já tinha de um a sete anos de docência na UEMA.

Esse contingente, em 1994, representava 47,39% do total de professores da UEMA, somando 319, quando a Universidade, adicionando estes, possuía 673 docentes, dos quais só 348 eram efetivos. Essa situação só não colocava em risco a qualidade do ensino, mesmo dado o caráter provisório do contrato, porque a carga horária semanal variava entre 20 e 40 horas/aula e até dedicação exclusiva desse docente eventual, sem que este ficasse preocupado em perder o emprego, pois ele tinha quase como certo que, em mais dia ou menos dia, o mesmo seria efetivado, como aconteceu com aqueles que haviam ingressado na UEMA cinco anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Mas nesse momento estava se

⁶⁰⁶ O salário mínimo fixado pelo Governo Federal em 01.05.1992 era de Cr\$ 230.000,00 e um U\$ 1,00 valia Cr\$ 2.612,80. Portanto, o salário mínimo valia U\$ 88,02 que convertido para Real em 06.06.2011, na cotação de U\$ 1,00 = R\$ 1,58, equivaleria a R\$ 139,07. Então o ordenado do professor substituto Auxiliar I era de 278,14 ou no máximo próximo do valor do salário mínimo de 2011, isto é, R\$ 545,00.

⁶⁰⁷ Isso ocorreu na Unidade de Estudos de Educação de Caxias em 1992.

fazendo impor a necessidade de concurso, a qual era reafirmada nas sucessivas leis, estatuto e regimento da UEMA.

Tabela 12 – Docentes do quadro da UEMA por categoria

CATEGORIA	EM 1991			EM 1994		
	QTDE.	% (1)	% (2)	QTDE.	% (1)	% (2)
Titular	147	36,38		131	37,64	19,56
Adjunto	53	13,12		89	25,57	13,22
Assistente	137	33,91		103	29,59	15,30
Auxiliar de Ensino	67	16,59		25	7,18	3,72
Substituto	-	-		319	91,66	47,30
Visitante	-	-		06	1,72	0,90
TOTAL	404	100,00		673		100,00

Fonte: Fonte: Coordenadoria de Pessoal da PRA, 1994 apud PIRES, 1995; Anexo da Lei 5.242/91.

Nota: Porcentagem é calculada em relação ao total de 348 professores efetivos e porcentagem 2 é em relação aos total de 673.

Então, em decorrência dessa realidade e das reivindicações da comunidade, o governador Edison Lobão sancionou a Lei nº 5.920 de 15 de março de 1994, que dispôs sobre a criação de cargos no Grupo Ocupacional Magistério Superior da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, tendo sido baixados os editais e abertas as inscrições dos candidatos, mas o concurso só se realizou no segundo semestre de 1995, e os aprovados tomaram posse em 9 de agosto de 1996.

Tabela 13 – Concurso para professor da UEMA

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE DE REFERÊNCIA	QUANTITATIVO
Professor Auxiliar	I – 1	414
Professor Assistente	I – 1	40
Professor Adjunto	I – 1	15
TOTAL		469

Fonte: MARANHÃO. Lei 5.920, de 15/03/1994, anexo.

Enfim, o Reitor pró-tempore da UEMA (1993-1994), Luciano Fernandes Moreira (1993-1994), em sua gestão e na qualidade também de Secretário de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência, envidou todos os esforços para dotar a Universidade, através da Lei nº 5.920 de 15 de março de 1994, da Lei nº 5.921 de 15 de março de 1994 e da Lei 5.931, de 22 de abril de 1994, dos institutos legais em vista do exercício pleno de sua missão com autonomia preconizada pela Constituição Estadual de 1989 no artigo 272.

A marca mais visível dessa reforma repercutiu na criação de cargos no Grupo Ocupacional Magistério Superior da UEMA em número de 469, para prover à

demanda de docentes exigidos por força de atualização de seu quadro docente e da expansão e interiorização do ensino superior. Entretanto, mesmo tendo sido feitas as inscrições para o preenchimento dessas vagas no início do segundo semestre de 1994, através de edital, as provas, escrita, didática e de título, só foram realizadas no segundo semestre de 1995, e a posse realizada em agosto de 1996.

Porém, não menos significativo, foi a extinção de 28 cargos comissionados e geração de outros 98, adequando a UEMA aos padrões de uma administração universitária moderna; bem como na mudança de nome de todas as unidades que compunham a UEMA, as quais foram denominadas “Centro” de: Ciências Tecnológicas (CCT), Ciências Agrárias (CCA), Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), Estudos Superiores de Caxias (CESC), Estudos Superiores de Imperatriz (CESI) e Estudos Superiores de Bacabal (CESB); assim como abriu a possibilidade de oferecer mais cursos, além dos de licenciatura nos centros do continente e da ilha.

Contudo, apesar da legislação que deu suporte à reforma administrativa ter reconhecido a existência de três segmentos na comunidade, especialmente nos artigos em que normaliza o processo de escolha de gestores, os técnico-administrativos, na Lei e na prática, não têm sido considerados e valorizados, haja vista que o quadro atual só existe legalmente por ter sido composto por funcionários cedidos de outros órgãos da administração estadual ou de funcionários contratados como eventuais, que tinham mais de cinco anos de serviço quando da promulgação das constituições federal e estadual nos anos de 1988 e 1989, respectivamente, estando assim distribuídos (Ilustração).

Tabela 14 – Distribuição do pessoal técnico-administrativo

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Atividade de Nível Superior (ANS)	50
Atividade de Apoio Administrativo e Operacional (ADO)	543
TOTAL	593

Fonte: Coordenadora de Pessoal da PRA, 1994 apud PIREZ, 1995.

Portanto, o corpo técnico-administrativo da UEMA estava regido só pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, exercendo suas atividades pelo regime de tempo integral, embora, desde as memoráveis greves de 1983, 1991 e 1992, tenham lutado sempre por um Plano de Cargo e Salário do Servidor da UEMA sem lograr êxito, pois todo gestor, ainda que prometa em campanha eleitoral, tão

logo conclui estudo nesse sentido, desiste por considerá-lo insuportável financeiramente para o orçamento da UEMA.

Enfim, em 13 anos, a UEMA estava reconhecida como instituição universitária, isto é, como uma Universidade, cuja culminância foi um processo que encontrou não poucas dificuldades nos âmbitos interno e externo, isto é, seja no espaço construído pela instituição por força de lei ou em decorrência da prática, seja no entorno da instituição na relação com o Estado, enquanto mantenedor e demandador dos seus serviços, e seus agentes interessados em utilizá-la para conquistar e/ou manterem-se no poder. Não obstante a permanente luta que teve que travar na relação com o Estado, a UEMA conquistou passagem para um

NOVO TEMPO⁶⁰⁸

No novo tempo, apesar dos castigos
 Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos
 Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
 No novo tempo, apesar dos perigos
 Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta
 Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
 Pra que nossa esperança seja mais que a vingança
 Seja sempre um caminho que se deixa de herança
 No novo tempo, apesar dos castigos
 De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga
 Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
 No novo tempo, apesar dos perigos
 De todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados
 Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
 No novo tempo, apesar dos castigos
 Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas
 Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
 No novo tempo, apesar dos perigos
 A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça
 Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
 Pra que nossa esperança seja mais que vingança
 Seja sempre um caminho que se deixa de herança.

⁶⁰⁸ LINS, Ivan. *Novo tempo*. Rio de Janeiro: FUNART, 2008.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu de uma inquietação inicial para entender como os traços marcantes de uma universidade, tais como universalidade, comunidade, estrutura e relações de poder e autonomia foram urdidos para que a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) se desincumbisse de suas finalidades de formar profissionais técnicos e científicos, dinamizar a produção científica e a renovação do conhecimento humano, promover a participação da comunidade nas atividades de cultura, ensino e pesquisa e organizar a interiorização do ensino superior em vista do desenvolvimento do Maranhão.

Para esta pergunta foram formuladas algumas ideias norteadoras, a primeira referente a se o contexto social, político, econômico e cultural do Maranhão condicionou a criação das escolas e faculdades isoladas que estão nas origens da UEMA. Ao que respondemos afirmativamente, já que as escolas e faculdades isoladas foram criadas, na segunda metade dos anos sessenta e nos anos setenta do Século XX no Maranhão, por iniciativas do governo estadual, para sanar a carência que havia de profissionais em todas as áreas do conhecimento, com formação superior, especialmente nos campos da educação escolar, da administração pública, da engenharia civil, da agronomia, da medicina veterinária e da engenharia mecânica. E essas escolas e faculdades já nasciam, enquanto comunidades formadas por docentes, técnico-administrativos e discentes, com a pretensão de universalizar o patrimônio cultural da humanidade, do qual estava privada a maioria da população maranhense. Inegavelmente, as faculdades de educação criadas no interior do estado se constituíram em eficientes ferramentas na ampliação das fronteiras culturais do Maranhão, ao formar professores para atuar no ensino de 5ª à 8ª série do Primeiro Grau e do Segundo Grau, inclusive gerando pedagogos para formar profissionais do magistério com o intuito de atuar na alfabetização e no ensino de 1ª à 4ª série do primeiro grau.

A criação das escolas superiores ofertando cursos de Engenharia, Agronomia, Mecânica e de Medicina Veterinária também foram consequências das demandas sociais, como ficou evidenciado nas tabelas estatísticas de pessoas por curso completo nos anos de 1960 e 1970, em que a quantidade de profissionais

formados nessas áreas era bastante pequena em relação à demanda da realidade. Em especial, essa demanda por agrônomos e veterinários ficou evidente quando foi constatado que o Maranhão precisava investir duas vezes mais para produzir a mesma quantidade em grãos e gado que o Rio Grande do Sul produzia. Então, a sociedade política passava a compreender que o Maranhão não era pobre por acaso, mas porque não havia investimento em educação, pois enquanto no RS já havia duas universidades federais (Santa Maria e Porto Alegre) e muitos estabelecimentos de ensino superior particulares, inclusive a Universidade Católica, no Maranhão existia apenas uma particular, que funcionava a duras penas, e duas faculdades federais, cada uma ofertando apenas um curso.

Também há que considerar a pressão exercida pela implantação das indústrias de ferro e alumínio associadas à Cia Vale do Rio Doce, que trouxeram consigo a necessidade de construção do Porto de Itaqui e da Ferrovia dos Carajás, o que demandou engenheiros civis e engenheiros mecânicos. Com isso, é possível afirmar que a Universidade Estadual do Maranhão, desde o seu nascedouro, se constituiu em vetor de desenvolvimento para o estado do Maranhão.

O que foi afirmado acima faz evocar os debates em torno da Reforma Universitária, quando se discutia qual modelo de universidade seguir: o modelo humboldtiano, que prioriza a pesquisa e o ensino e o cultivo do livre saber; ou o modelo napoleônico, em que as instituições de ensino superior eram direcionadas para formar profissionais para prover as demandas do Estado; ou ainda o modelo norte-americano, em que as instituições de ensino superior se guiam por leis do mercado.

Ao observar a existência histórica da UEMA, pode-se verificar que ela surgiu como uma instituição de ensino superior com uma missão napoleônica, mas organizada no modelo norte-americano e muito equidistante do modelo humboldtiano, pois formava profissionais para atender a demanda do Estado, já que este era o principal empregador da mão de obra das engenharias, da agronomia, da veterinária e do magistério. De qualquer forma, a UEMA, pelo controle exercido pelo Estado na nomeação do reitor e no controle das finanças pelo Conselho Curador, era napoleônica e norte-americana. Mas, ao consignar no seu estatuto que a escolha de reitor, diretor de unidade e chefe de departamento fosse feito na razão de 1/3 por segmento (docente, técnico-administrativo e discente), a Universidade tinha uma postura próxima do modelo humboldtiano, embora, ao exigir a lista

sêxtupla para o governador escolher um nome, houvesse uma guinada norte-americana e napoleônica.

Até o limite máximo do recorte temporal, 1994, a UEMA estava totalmente voltada para o ensino, isto é, para a formação de profissionais, nesse ponto nada ficando a desejar em qualidade ao compará-la com a Universidade Federal do Maranhão; porém, faltava pesquisa e extensão, para poder ser universidade de fato.

A segunda ideia norteadora é que a criação da FESM possibilitou a estruturação da UEMA. Isso foi mais do que evidente, pois foi a FESM que reuniu as escolas isoladas e as colonizou para serem transformadas em unidades de ensino, dentro dos padrões da Reforma Universitária de 1968, pois, antes da implantação do regime de federação, as faculdades e as escolas resolviam seus problemas junto às secretarias congêneres, isto é, a Faculdade de Educação de Caxias e a Faculdade de Educação de Imperatriz estavam atreladas à Secretaria de Estado da Educação; a Escola de Administração se ligava à Secretaria de Estado da Administração; a Escola de Engenharia se entendia com a Secretaria de Estado de Obras e Urbanismo; e a Escola de Agronomia e a Escola de Medicina Veterinária resolviam seus problemas com a Secretaria de Estado da Agricultura.

No entanto, quando foi criada a Federação das Escolas Superiores do Maranhão, houve uma centralização administrativa de fato e de direito, embora tivesse passado quase dois anos para que os dirigentes das faculdades e escolas compreendessem que a relativa autonomia em todos os âmbitos havia diminuído, ainda que para a melhoria da qualidade do ensino e para a racionalização de recursos. Quem desenvolveu esse processo de colonização foi o segundo presidente da FESM, Arthur de Almada Lima, pois o mesmo procurou logo preencher os cargos de superintendente, com suas respectivas atribuições. No começo foi difícil substituir uma cultura por outra, mas como diz Pierre Bourdieu, o *habitus*, enquanto uma disposição interior que dirige o comportamento das pessoas numa determinada sociedade, foi internalizado pelos sujeitos ao observar e seguir o comportamento dos demais. Então, no começo essa nova prática parecia algo violento e insuportável, mas com o tempo todos apreciaram a nova forma de conduzir o destino da instituição.

E em muito contribuiu para a internalização desse *habitus* universitário a transferência de todas as escolas para a Cidade Universitária Paulo VI, em 1978, o mesmo se pode dizer da prática dos princípios da racionalização. Há que lembrar

que a criação da Unidade de Estudos Básicos, consignado na Lei 5.540/68, acontece a despeito do princípio da racionalização, que dizia respeito a não duplicidade de meios para atingir um mesmo fim.

Tais escolas e faculdades, concebidas com uma estrutura burocrática que compreendia congregação, diretoria, departamentos, controle acadêmico, biblioteca, servente e diretório acadêmico, passaram a serem coordenadas pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada em 1972, a qual possuía conselho federativo e conselho curador, presidência, superintendências (Superintendência de Administração, Superintendência de Ensino e Superintendência de Pesquisa e Tecnologia). E a FESM, transformada em UEMA, conservou a mesma estrutura, mudando apenas os nomes, e foi constituída numa estrutura de poder, perpassada por relações assimétricas, mas tidas como necessárias para o funcionamento da instituição em suas partes e no todo.

Uma terceira ideia norteadora diz respeito a que as sucessivas tentativas de extinção da FESM/UEMA interferiram na construção de uma identidade universitária na instituição. Em todas as três vezes que foi anunciada a incorporação da FESM pela Universidade Federal do Maranhão, foi criado no imaginário dos sujeitos da comunidade federativa uma expectativa de que iriam mudar para melhorar, tanto em termos de melhoria pessoal quanto em melhoria do serviço oferecido à sociedade. Havia sempre uma parte significativa que via o evento como positivo e a outra parte que via o acontecimento como negativo, e ainda havia aqueles que não se posicionavam. Mas, quando chegava a hora da negociação, na primeira vez, em 1975, o grupo que dirigia a FESM não era favorável, portanto, lutava para desmoralizar a proposta, e a direção vislumbrava a atuação da FESM impulsionando o desenvolvimento do Maranhão, uma vez que os cursos que funcionavam em São Luís eram de ponta. Na segunda vez, em 1979, houve uma adesão total dos membros do Conselho Federativo autorizando a presidência da FESM negociar a incorporação das escolas e faculdades à UFMA. E, por fim, na terceira, em 1981, o Conselho Federativo deliberou pela continuidade da FESM, inclusive exaltando seus valores e bens e reforçando a ideia de uma instituição de ensino superior voltada para o desenvolvimento do Maranhão. Então, tanto a primeira quanto a terceira tentativa de dissolução da FESM apontou para a perspectiva de constituição de uma identidade própria, de uma instituição que sabia para que foi criada, pois explicitava

muito bem a sua função de difundir e produzir saber para melhorar a sociedade maranhense.

E já como Universidade Estadual do Maranhão, a iniciativa partiu do próprio governador Luiz Rocha de incorporar a UEMA à UFMA, alegando falta de recursos para prover o funcionamento de uma universidade, ao enviar uma carta à Ministra da Educação, Ester Figueiredo, em 30 janeiro de 1984, a qual deu resposta no final de março, quando o presidente Figueiredo ainda tinha um ano de mandato. Houve mobilização dos segmentos para constituir uma comissão composta por representantes de todos os segmentos, mas não houve continuidade, supostamente por questões políticas. Mas, logo que José Sarney assumiu a presidência, foram acionados os meios, solicitando ao Ministério da Educação a manifestação de consentimento da comunidade, a qual foi construída nos meses de abril e maio, com debates e um plebiscito que deu 97% de votação para o SIM.

De todo modo, como as relações do governador com o presidente estavam estremecidas, o diálogo era só entre a secretária de estado da educação com o ministro da educação ou com a secretária particular da presidente, Roseana Sarney. Dessa forma, chega o final de 1985 e início do ano de 1986 sem nada acontecer, o que provocava impaciência na comunidade, diante da crise financeira do Estado e, conseqüentemente, da UEMA. Dessa vez, houve uma negação total de qualquer desejo de continuidade da instituição. E, diante dessa impossibilidade, havia uma mentalidade de sobreviver à UEMA. Assim, como a crise continuava, em 1989, o reitor propôs ao Presidente da República, José Sarney, a incorporação da UEMA à UFMA sem exigências, mas o Ministério da Educação fez silêncio, afinal Sarney estava em fim de mandato. Entretanto, a mobilização, a partir de maio a setembro de 1989, em torno do Projeto de Emenda Popular para a Constituinte consignar 5% do Orçamento do Estado para a UEMA envolveu os três segmentos da comunidade, fazendo renascer uma identidade uemiana que estava bastante combalida, principalmente quando foi consolidada a conquista.

Já a quarta ideia norteadora mostra que o traço de comunidade universitária, enquanto sociedade de professores, estudantes e técnicos e administrativos, se fez presente com mais pujança nos momentos de crise, os quais ingressavam, desde os tempos das escolas isoladas, passando pela FESM e até após quinze anos de UEMA, através do processo de cooptação e/ou seleção de currículo, o que contribuía para gerar uma relação de poder clientelista, contribuindo para que não

houvesse por muito tempo o desejo de organização dos docentes, técnicos e administrativos. Nesse período os discentes ingressavam por meio de um vestibular inicialmente organizado e aplicado pelas próprias escolas e faculdades e, depois, organizado e aplicado de modo centralizado pela FESM/UEMA, seguindo diretrizes nacionais que ignoravam a Lei 5.692/71 do ensino profissionalizante, no qual só logravam êxito os estudantes egressos de escolas particulares e/ou que tivessem frequentado cursinhos, o que restringia o acesso e, de certa forma, impedia a concretude da característica da universalidade.

Em verdade, em toda universidade os sujeitos que mais se destacam são professores e alunos, ficando os técnico-administrativos um tanto secundados, porém na UEMA todos os segmentos sempre participavam em pé de igualdade com professores e estudantes, inclusive os três segmentos se organizam em entidades autônomas e independentes.

Seguidamente, temos que a autonomia da UEMA em meio à estrutura e às relações de poder em âmbito interno e externo é uma construção diretamente relacionada à democracia. As escolas e as faculdades gozavam de autonomia didática, administrativa e disciplinar e custeavam suas despesas com recursos oriundos da secretaria de origem antes de serem federadas. Mas como à Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), quando de sua criação em 1972, foi garantida autonomia administrativa e didático-científica, e no decreto de aprovação de seu Regimento, em 1974, foi concedida a autonomia financeira, possibilitando à mesma requerer para seu orçamento os recursos que antes eram repassados diretamente para cada instituição isolada, as unidades ficaram sem autonomia e subordinadas às superintendências (de administração, de ensino, de pesquisa e tecnológica). Porém, a FESM, apesar de produzir uma receita própria, decorrente de semestralidades, taxas e convênios, estava sujeita ao humor dos governantes. E com a transformação da FESM em UEMA, esta passou a gozar das mesmas autonomias, porém continuava subjugada a cada governador que passava, até que em 1989 houve a conquista dos 5% do orçamento do estado para ensino superior, mas como nunca foi regulamentado o artigo 172 da Constituição Estadual, os governantes só repassavam para a Universidade cifras bem abaixo do 5%.

Como última ideia norteadora, observamos que a UEMA tem cumprido sua missão histórica de produção e disseminação do saber e sua função social e política de agência fomentadora do desenvolvimento estadual ao formar profissionais

competentes e comprometidos com a solução dos problemas sociais. No início, as escolas e faculdades e a FESM estavam preocupadas por formar profissionais para atender à demanda do mercado; portanto, o foco de interesse era o ensino, em tudo se configurando às escolas superiores francesas, devedoras do modelo napoleônico. A formação para o ensino, nas licenciaturas em Caxias e em Imperatriz, nada ficavam desejando em relação ao que era praticado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O que se depreende das informações contidas nos tópicos quatro e cinco que compõem esta tese é que a UEMA contribuiu substancialmente para a mudança do quadro de ocupações de nível superior no Maranhão, em particular no campo da educação escolar, embora, até 1994, a dimensão da pesquisa tenham um desenvolvimento ainda muito insipiente, em decorrência do seu baixo número de mestres e doutores, com forte reflexo na extensão que, salvo exceção, se fez dissociada da pesquisa.

Dessa forma, esta foi uma investigação ampla na qual se estudou a transformação institucional de uma instituição de ensino superior, partindo de suas unidades isoladas, que eram escolas profissionais e faculdades de formação de professores, as quais foram depois federadas na FESM, que anos depois foi transformada na UEMA que, até se consolidar como universidade, enfrentou não poucas dificuldades e ameaça de extinção, conhecendo o mesmo itinerário de grande parte das universidades brasileiras. Para tanto, a construção desse objeto se fez com pesquisa documental extensa e diversa, recorrendo a documentos oficiais e não oficiais, hemerografia, testemunhos orais e dados estatísticos.

Não obstante as dificuldades, na tessitura foi possível amarrar tudo isso com seu objeto, suas perguntas e o aparelho teórico, com muita paciência, pertinácia e honestidade, qualidades indispensáveis a um historiador, de tal modo a criar uma narrativa historiográfica única, porém, uma dentre as muitas possíveis, a qual poderá ser útil para a compreensão da natureza de qualquer universidade, recebendo o título “De escolas superiores e federação à universidade: Uma História da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)”.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AGOSTINHO NETO. O bondinho da UEMA. Solte a Voz. (Informativo do DCE). Abril de (19)89. Vice-presidente do DEC UEMA, acadêmico de Mecânica.

ALBARELLO, Luc et alii. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. 2.ed. Lisboa, PT: Gradativa, 2005.

ALBERT, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCAR, Heron de. A universidade de Brasília. In: RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ALMEIDA, Sidinilha Sampaio de. *Os sentidos da retomada de Manoel Bomfim no século XXI*. 53 f. Monografia (História)- Centro Universitário de Brasília, 2006.

ALBARELLO, Luc et alii. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. 2.ed. Lisboa, PT: Gradativa, 2005.

ARCE, Alessandra (Org.). Apresentação. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&nrm=isso. Acesso em 10 ago. 2009.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ATCON, Rudolph P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1966, p. 81-89.

BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia Dalledone (orgs.). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias (1912-2007)*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2007.

BARBOSA, Roldão Ribeiro. *Da Faculdade de Formação de Professores ao Centro de Estudos Superiores: uma história da instalação e consolidação do ensino superior em Caxias (1968-1994)*. 2011. 292 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica*. Mouseion, n. 12, pp. 129-159 maio/ago. 2012.

_____. *Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos*. Revista Albuquerque, vol.3, nº1, 2010

_____. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Voes, 2005.

_____. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BECKMAN, Celso Antônio Lago. *O processo de execução orçamentária no governo do Estado do Maranhão: um estudo de caso na Universidade Estadual do Maranhão*. 38 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)- Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

BERCOVICI, Gilberto. Reformas de base e superação do subdesenvolvimento. *Cadernos de Pós-Graduação em Direito*, Faculdade de Direito da USP, n. 27, 2014. Disponível: <http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/cadernos/caderno_27_2014.pdf> Acesso em: 18/10/2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *La universidad latinoamericana ante los retos del siglo XXI*. México, DF: JLSG, 2003. Digitalizado pela Fundação Enrique Bolaños. Disponível na WEB. Acesso em: 20.06.2015.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *La reforma universitaria de Córdoba*. Educación superior y Sociedad, vol. 9, n. 1, p. 103-127, 1998.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. *Desafíos de la Universidad en la Sociedad del Conocimiento*.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Universidade brasileira – procura de uma concepção*. Forum, Rio de Janeiro, v. 2(3), p. 3-24, jul./set. 1978.

BOAVENTURA, Elias. *Universidade e Estado no Brasil*. 1988. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BOBBIO, Norberto; MARTTEUCCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11.ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <www.centroedelstein.org.br>. Acesso em: 20.08.2015.

BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*. São Luis, MA: Grafica e Editor Impacto, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, pp. 193-216, jan.-jul. de 2011.

- _____. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- _____. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: EdUNESP, 2004, p. 27.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Campo de poder, campo intelectual*. Tucumán, Ag: Montessor, 2002.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____; WACQUANT, Ioïc. *Uma invitación a la sociología reflexiva*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. O esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 167.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de campus. *Revista Brasileira de Educação*, da Sociedade Brasileira de História da Educação, v. 21, n. 67, p. 809-831, out.-dez. 2016.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 18. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 377.
- CARR, Edward Hallett. *O que é história?* 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, 2009. César Augusto. *Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís, MA: EDUFMA, 2009
- CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Universidade na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1996.
- COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 20, n. 66, p. 403-422,

jul./set. 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300003
 Acesso em: 19.01.2018.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás*. Rio de Janeiro: IBASE, 2014.

CUNHA, Célio. *A emergência de uma universidade brasileira: o resgate pela regionalização*. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1987.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade temporã*. 3. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007a, p.15.

_____. *A universidade crítica*. .3. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007b.

_____. *A universidade reformada*. 2. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007c, p. 13-22.

_____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DASAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. *Responsabilidade social & universidade*. Canoas; Porto Alegre, RS: Ed. ULBRA; EDIPUCRS, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad, tomo I, Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. 1.ed. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

DÓRIA, Palmério. *Honoráveis bandidos*. Geração, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTEVES, Alexandra. *Metodologias e técnicas de investigação em História II*. [S.l.]: Universidade Católica Portuguesa / Lab2PT, [s.d.].

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). José Maria Cabral Marques. In: _____. *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís; Brasília: UFMA; CNPq, 2005, p. 263.

_____. Jerônimo Pinheiro. In: _____. *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís; Brasília: UFMA; CNPq, 2005, p. 155.

FARIAS, Manoel Severo de. *Raízes da criação da Universidade Federal do Acre*. 1996. Tese (doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 15-27.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Institucionalização e expansão da história oral: dez anos de IOHA. *História Oral*, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: In: MEIHY, José Carlos Sabe Bom. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. e 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,[1993], p. 1282).

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. *Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar*. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300004&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2009.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FRAGO, Antonio Viñao. *Espacio y tempo, educación e historia*. Morelia, Mex: IMCED, 1996.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GARRIDO, Joan del Alcàzar. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997, p. 15.

_____. Fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 1992/ago. 1993.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 45-47.

GISTELINCK, Frans. *Carajás, usinas e favelas*. [São Luís, MA]: [Minerva], [1988].

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In. _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRES, Marluza Marques. Trabalhando com lembranças: memória e história da reforma agrária do Banhado do colégio: Casmaquã, RS, Brasil – 1962-1972. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 127-141, jun. 2008.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JASPERS, Karl. *La idea de la universidad*. Navarra, ESP: Edições Universidade de Navarra, 2013.

IBGE. Censo Demográfico de 1970. Brasil.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – AEB/1966.

IBGE. Censo Demográfico de 1960: Maranhão-Piauí. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – Tomo III - 1ª Parte.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz; FGV, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. 5.ed. Campinas: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LEITÃO, Sérgio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. *Revista de Administração Pública da FGV*, Rio de Janeiro, v.4, n.19, p. 3-26, out./dez. 1985.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. [São Luís, MA]: s. n., 1981.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul (1961-1968)*. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

LINS, Ivan. Novo tempo. Rio de Janeiro: FUNART, 2008.

LOPES, Luiz Antonio Coelho; BERNARDES, Francesca Ribeiro. *Estrutura Administrativa das universidades brasileiras*. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>. Acesso em: 05/01/2018

MACEDO, Gilberto de. *A universidade dialética: consciência, liberdade e saber*. Maceió, AL: EdUFAL, 2000.

MANIFESTO LIMINAR de la Reforma Universitaria del 21 de junio de 1918. Disponível em: <<http://www.fder.edu.uy/archivo/documentos/manifiesto-reforma-universitaria.pdf>> Acesso em: 18.03.2015.

MANIFESTO à população caxiense. O Pioneiro, n. 819, p. 01, 13.jul. 1991. Acervo da ACL em 2016.

MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney. Produção de Luiz Carlos Barreto. Direção de Glauber Rocha. MAPA, 1966. 1 vídeo documentário, p&b,10 min.

MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

MARIANA, Serrano Zalamea. *Reforma e autonomia universitária na Universidade Nacional de Colômbia (1964-1993)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Seis ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular; Ciacso, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Nuestra América. Existe um pensamento hispano-americano?* Lima, Peru: Biblioteca Amauta, s. d., v. 12. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/Tomo12.pdf Acesso em: 01.06.2015

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARQUES, José Maria Cabral. [Entrevista]. In: FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). *Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias*. São Luís;Brasília: UFMA;CNPq, 2005.

MARTI, José. *Nuestra América*. Caracas - Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2005. Disponível em: http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=103&begin_at=16&tt_products=15. Acesso em: 15.02.2015

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

MEDEIROS, Jacques Inandy. FESM x UEMA, um pouco de história. *O Imparcial*, São Luis – MA, 11 ago. 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. (Re)introduzindo a História Oral no Brasil. In: _____ . *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIRELES, Mário Martins. *O ensino superior no Maranhão: esboço histórico*. São Luís: UFMA, 1981.

_____. *Historia do Maranhão*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação do DASP, 1960.

MENEGHEL, Stela Maria. *A crise da universidade moderna no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006).

MOREIRA, Elmo Nélio. Economia e finanças. 2016. http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/160503002ma.pdf.

MOROSINI, Marília Costa (org.). *Universidade no Mercosul*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 131-145.

NUSSENZVEIG, H. Moysés (org.). *Repensando a universidade*. Rio de Janeiro: EDIUFRRJ/Copea, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; AZEVEDO, Mário Luiz Neves. *A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais?*

Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>> Acesso em: 05.04.2015.

ORDORIKA, Imanol. Elección de rector: panorama internacional. *Revista de la Educación Superior*, vol. 44, n. 175, p. 7-18, jul.-sep. 2015.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Universidade e utopia: o pensamento de Robert Maynard Hutchins*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como contexto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas: Asphe/UFPel, n. 14, p. 31-45, set/2003.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da história: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PIRES, César Henrique Santos. *Uma universidade para o Maranhão*. São Luis-MA, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*, 709 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-Graduação em História / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 118.

RAMÍREZ, Hernán. *La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la elite em el período colonial y principios del independiente*. Córdoba, AG: Ferreyra Editor, 2002.

REIS, Carlos. Universidade e universalidade. In: REIS, Carlos; ZILBERMAN, Regina; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (Org.). *Universidade e universalidade*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. 2.ed. Brasília: EdUnB, 2007.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300005&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. A Universidade: da Intencionalidade à Universalidade. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, v. 23, 2000, p. 15.

SANTOS, Rejane Valéria Costa dos. *As queimadas no sistema itinerante de produção agrícola e seus efeitos sobre os indicadores ambientais, sociais e econômicos: o caso do município de Bequimão*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão São Luís - MA, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Ensino Público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1985.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *Universalidade e crise das universidades*. Estudos Avançados. On-line. V.3, n.5. São Paulo. Jan./abr. 1989.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Universidade: a ideia e a história*. Estudos Avançados, v. 20, n. 56, 191-202, 2006, p. 195.

SILVA, Iva Souza da. *Gestão democrática participativa no Programa de Qualificação de Docentes na Universidade Estadual do Maranhão – PQD/UEMA*. 254 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2013, p. 51.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Ana Maria Saldanha de Castro. *O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão: discurso e prática*. São Luís, MA: UFMA/Secretaria de Educação, 1984, p. 3.

STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. Da administração pública à participação democrática. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUSP / Fundação Ford, 2002,

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil* – vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

TÁJRA, Lêda M. C. *1º ciclo de estudos básicos da Universidade Federal do Maranhão*. São Luís-MA: UFMA, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.47, n.105, jan./mar. 1967. p.55-67. Disponível em: < <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/> > Acesso em: 20.02.2015

TEIXEIRA, Anísio. Funções da universidade. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.135, Fev. 1964. p.1-2. Acesso em: 22.02.2015

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

UNIVERSIDADE VAI À LUTA. O Pioneiro, n. 804, p. 01, em 30 mar. 1991. Vale ressaltar que João Alberto enviou essa mensagem à Assembleia Legislativa no início de março e entregou o cargo em 15/03/1991.

VACAREZZA, Leonardo Sílvio. *Autonomia universitária, reforma y transformación social*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.reforma.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2014/09/3Leonardo.pdf> > Acesso em: 25.04.2015.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília, DF: EdUnB, 1998.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. *O que é universidade*. 2. reimpr. da 9. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, mar. 2013.

ZEA, Leopoldo. *El pensamiento Latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976.

Documentos oficiais

BRASIL. *Decreto no. 14.343, de 07/09/2016*. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/decreto.html> > Acesso em: 17/10/2016.

BRASIL. Lei N° 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Regulamenta eleições de gestores nas universidades.

BRASIL. Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1991. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Portaria No. 501 MEC, 04.07.1985. Autoriza a plenificação dos cursos de licenciatura curta da Faculdade de Educação de Imperatriz, da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Diário Oficial de 04/07/1985.

BRASIL. *Portaria No. 502 MEC, 03.07.1985*. Autoriza a plenificação dos cursos de licenciatura curta da Faculdade de Educação de Caxias, da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Diário Oficial de 04/07/1985.

BRASIL. Decreto N. 83.067. de 22/01/1979;. Cf. UEMA. PPC MEDICINA VETERINÁRIA. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís - MA, 2015., f. 10/11.
MEDEIROS, 2016, op. cit. l. 87-94.

BRASIL. DECRETO N° 74.086, DE 21 DE MAIO DE 1974. Concede reconhecimento à Escola de Agronomia do Maranhão, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

BRASIL. Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Reforma do ensino de 1° e 2° graus.

BRASIL. Lei 5.540. Reforma universitária de 1968. Publicado no DOU de 23.11.1968 e retificado no DOU de 3.12.1968.

BRASIL. Ato Complementar N° 4, de 20/11/1965. DOU de 22/11/1965.

BRASIL. Ato Institucional N° 2, de 27/10/1965. DOU de 27 e 28/10/1965.

BRASIL. Lei no. 452, de 05 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm > Acesso em: 17/10/2016.

MARANHÃO. Lei nº 6.205 de 24 de novembro de 1994. Autorização para o Poder Executivo criar o Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBAL)

MARANHÃO. Lei nº 6.204 de 24 de novembro de 1994. Autoriza a criação do Centro de Estudos Superiores de São João dos Patos , o Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra

MARANHÃO. Lei nº 6.203 de 24 de novembro de 1994. Autoriza a criação do Centro de Estudos Superiores de Açailândia

MARANHÃO. Lei nº 5.931 de 22 de abril de 1994. Aprova o Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

MARANHÃO. Lei nº 5.927 de 28 de março de 1994. Autoriza o Poder Executivo a criar, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, a Unidade de Estudos Superiores de Balsas, e dá outras providências.

MARANHÃO. Lei nº 5.921 de 15 de março de 1994. Reforma administrativa da UEMA.

MARANHÃO. Lei nº 5.875 de 27 de dezembro de 1993. Aprova o Plano de Trabalho da Universidade Estadual do Maranhão para o exercício de 1994 e dá outras providências.

MARANHÃO. Lei nº 5.873 de 23 de dezembro de 1993. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

MARANHÃO. PODER EXECUTIVO. Mensagem Governamental Nº 044/91. São Luis-MA, 15 de outubro de 1991,

MARANHÃO. Decreto Estadual No. 11.432, em 17.04.1990. Cria o Centro de Estudos Superiores de Bacabal, com os cursos: Enfermagem e Obstetrícia, Administração Rural, Letras e Pedagogia.

MARANHÃO. *Constituição do Estado do Maranhão*. Assembleia Estadual Constituinte do Maranhão em 05.10.1989. Diário Oficial do Estado do Maranhão 05.10.1989.

MARANHÃO. Governador do Maranhão Luís Coelho Rocha (1983-1987). Carta enviada à Ministra da Educação Ester Ferraz. Arquivos da Diretoria do CESC/UEMA, 2010. Acervo da Diretoria do CESC/UEMA, 2010.

MARANHÃO. Decreto No. 8594, de 11.05.1982. Aprovação do Estatuto da UEMA.

MARANHÃO. *Lei No. 4.400/1981*. Transforma a Federação das Escolas Superiores do Maranhão em Universidade Estadual do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão em 31.12.1981.

MARANHÃO. Secretaria de Administração do Estado do Maranhão. Coordenação de Modernização Administrativa. *Anteprojeto de Modernização Administrativa da Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM*. Fevereiro de 1981.

MARANHÃO. Decreto N. 5.285, de 19 de fevereiro de 1974, que aprovou o Estatuto da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 08 de março de 1974.

MARANHÃO. Lei 3260 de 22/08/1972. Institui a Federação das Escolas Superiores no(sic) e dá outras providências. “Art. 10 – A Escola de Administração Pública do Maranhão passa a denominar-se Escola de Administração do Estado do Maranhão”. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 29/08/1972.

MARANHÃO. Lei N. 2821, de 23 de fevereiro de 1968. Diário Oficial de 05.02.1968.

MARANHÃO. Perfil da administração pública – administração direta. V. I. 2. ed. São Luís-MA: SEGEP, 2015. *Decreto 4.393, de 08 de março de 1971, de criação da Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio de Caxias. DOE nº 45, de 10/03/1971, página 01.*

MARANHÃO. Decreto-Lei n. 670, de 21/10/1942. Abre crédito especial para pagamento, pela Comissão da Dívida Passiva do Estado, à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão subvenções relativas a exercícios anteriores a 1936. In: Coleção de Leis e decretos de janeiro a dezembro de 1942. Acervo digital da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite.

MARANHÃO. Decreto-Lei n. 508, de 22/08/1941. Abre o crédito especial de 15:000\$000 para pagamento do auxílio especial concedido à Faculdade de Direito do Maranhão, pelo Decreto-Lei n. 499, de 16/06/1941. In: Coleção de Leis e Decretos de jan.-dez. de 1941. Acervo Digital da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís-MA

MARANHÃO. Decreto-Lei n. 499, de 16/06/1941. Concede à Faculdade de Direito do Maranhão o auxílio especial de 15:000\$000 (quinze3 contos de réis). In: Coleção de Leis e decretos de janeiro a dezembro de 1941. Acervo Digital da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís-MA.

MARANHÃO. Decreto 1.320, de 07/06/1930. In: *Coleção das Leis e Decretos do Estado do Maranhão, do ano de 1930*. Páginas 55-58.

Disponível: < http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272231321409189492_33131409189492_3313.pdf>
Acesso em: 011/10/2016.

MARANHÃO. MENSAGEM ao Congresso do Estado, lida na abertura da sua 1ª. reunião ordinária da 11ª. legislatura, enviada pelo Presidente do Estado do Maranhão, J. Magalhães de Almeida. 1927, p. 16.

MARANHÃO. MENSAGEM apresentada ao Congresso, pelo Exmo. Sr. Dr. Godofredo Mendes Viana, presidente do Estado, em seção de 05/02/1924, p. 68.

MARANHÃO. *Lei n. 1.007, de 03/04/1922*. In: *Coleção das Leis e Decretos do Estado do Maranhão, do ano de 1922*. Disponível: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>> Acesso em: 07/10/2016.

UEMA. Proposta de unificação do ensino superior no Maranhão. OF. GR. Nº 236/89-MR, em 14 de abril de 1989. Acervo do DCE Paulo Freire do CESC/UEMA, 2016.

UEMA. PPC ENGENHARIA MECÂNICA. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís - MA, 2015, f. 11.

UEMA. PPC MEDICINA VETERINÁRIA. *Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão*. São Luís - MA, 2015.

UEMA. Conselho Universitário (CONSUN). Resolução nº. 101 de 19 de novembro de 1992. Aprova Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Educacional Oficial do Maranhão. São Luís: CONSUN/UEMA.

UEMA. Ofício Circular No. 003/90-GR/UEMA, São Luis-MA, 31/julho/1990. Sobre minuta de Plano de Atividades da UEMA para 1991.

UEMA. Programa de Trabalho para 1991, elaborado pelo Gabinete do Reitor e enviado aos coordenadores de unidade e chefes de departamento em 31/07/1990.

UEMA. Resolução No. 087/90-CONSUN/UEMA. Estabelece a estrutura organizacional da UESB – Unidade de Estudos superiores de Bacabal. São Luís, 02 de maio de 1990.

UEMA. Proposta de unificação do ensino superior no Maranhão. OF. GR. Nº 236/89-MR, em 14 de abril de 1989. Acervo do DCE Paulo Freire do CESC/UEMA, 2016.

UEMA. Relatório sobre o estado da Universidade Estadual do Maranhão pró-federalização, após o Plebiscito de 30.05.1985.

UEMA. Ata de apuração do Plebiscito. Em 30.05.1985. Acervo da diretoria do CESC/UEMA, 2016.

UEMA. SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS EM PROL DA FEDERALIZAÇÃO DA UEMA. São Luís, 24 de maio de 1985.

UEMA. ATA DO CONSUN em 03/05/1985.

UEMA. RESOLUÇÃO No. 27/83-CONSUN-UEMA. Homologação de lista tríplice.

UEMA. Resolução nº. 025/83-CONSUN-UEMA. Regramento das eleições para reitor e vice-reitor.

UEMA. Resoluções do CONSUN-UEMA nº 007 e 008, de 08/10/1982, autorizando a complementação dos cursos de licenciatura das unidades de Caxias e de Imperatriz, respectivamente

UEMA. Ata de Reunião do CONSUN, em 04.10.1982.

UEMA. CONSUN. *Ata da primeira reunião do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Maranhão*. São Luís – MA, 02.08.1982.

FESM. Resolução No. 24/80-CF, de 22/12/1980. Classifica 38 professores da FESM nas categorias titular e adjunto.

FESM. Resolução No. 22/80-CF de 22 de dezembro de 1980. Aprova ANEXO como parecer contrário à incorporação da FESM à UFMA.

FESM. Resolução 11/80-CF, de 06/05/1980, Classifica 31 professores da FEI na categoria professor titular.

FESM. Resolução No. 11/79-CF, 14 de maio de 1979. Autoriza presidente a FESM a negociar agregação da FESM à UFMA.

FESM. Resolução No. 008/79, de 05/03/1979. Classifica 43 docentes da Escola de Medicina Veterinária na categoria professor titular.

FESM. Resolução No. 004/78-CF, de 31/01/1978. Classifica 32 professores de professores da FEC na categoria professor titular.

FESM. Resolução nº 37/76, de 10/11/1976. Autoriza Gestões para Assinatura de Convênio de Assistência Técnica com a Universidade Federal do Ceará.

FESM Resolução 20/76-CF, de 15/07/1976.

FESM. Resolução No. 19/76, de 30/06/1976, celebração de contrato de serviços com a TELUS-REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.

FESM. Resolução 16/76, de 28/05/1976, fixa semestralidade em Cr\$ 372,50 e determina valor de taxas.

FESM. Resolução 19/75-CF, de 06/11/1975, autorizando convênio da Escola de Agronomia do Maranhão com a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, para ofertar cursos profissionalizantes de Auxiliar Técnico ao nível de 2º. Grau.

FESM. Resolução nº 09/74-CF, de 10/10/1974. Classificação na categoria Professor Titular.

FESM. Regimento da Federação das Escolas Superiores do Maranhão. Aprovado pelo Conselho Federativo e publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, 04 de outubro de 1974.

ASSUEMA. Associação dos Servidores da Universidade Estadual do Maranhão. "Unificação – UEMA/UFMA: uma luta que já dura 12 anos..." Manifesto lançado em 29.09.1988.

DCE. VII CEUEMA. Congresso dos Estudantes da UEMA. Campus da UEEC, 06 a 09/09/1990.

DCE. Propostas à Constituinte Estadual. Emenda Popular 171/89. São Luís, 04.09.1989. Acervo DCE "Paulo Freire" do CESC/UEMA, 2016.

DCE/UEMA. Comunicado da greve ao Reitor, 04/09/1989. Acervo do Diretório Central dos Estudantes “Paulo Freire” no CESC/UEMA. Setembro de 2016.

D.A.T. DIRETÓRIO ACADÊMICO TIRADENTES. Manifesto dos estudantes da UEMA à comunidade. Em Caxias, 09 de abril de 1987. Acervo do DCE “Paulo Freire” do CESC/UEMA em 2016.

DCE. Sobre a federalização da UEMA. Maio de 1985.

DCE/UEMA. Estatuto aprovado pelo III CEUEMA em 12/12/1982.

DAT/UEEC-UEMA. Moção de esclarecimento emitida pelo Diretório Acadêmico Tiradentes no dia 30.05.1985 sobre a federalização da UEMA. Acervo do DCE Paulo Freire do CESC/UEMA, 2016.

DAT. Manifesto sobre a Federalização da UEMA. Maio de 1985. Acervo do Diretório Central dos Estudantes “Paulo Freire” do CESC/UEMA, 2016.

SINTEMA, ASSUEMA, APRUEMA e DCE-UEMA. À População do Maranhão, 1991. Acervo do DCE/CEC/UEMA, 2015.

APRUEMA. Ata de 17/04/1984. Convocação para sessão solene do 4º. Aniversário da Associação dos Professores da UEMA.

Entrevistas

AZEVEDO, Gervásio Manoel Carneiro de. *Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*. Texto produzido a partir de transcrição de entrevista gravada em áudio concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, no Departamento de Química e Biologia do CECEN da UEMA, no Campus Paulo VI, em 26 de janeiro de 2016.

ALBUQUERQUE, Aluizio Bittencourt. *Minhas lembranças do CESC/UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em Caxias-MA, 02.02.2010.

CARDOSO, Waldir Maranhão. *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede do Partido Progressista, em São Luís - MA, em 14.01.2016. Seção b.

CARDOSO, Waldir Maranhão. *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em sua residência do Araçagi, em São Luís - MA, em 15.01.2016. Seção c.

CARDOSO, Waldir Maranhão. *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão*. Entrevista

concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em sua residência do Araçagi, em São Luís - MA, em 15.01.2016. Seção d.

GONÇALVES, João Maciel. 2016a, linhas 182-198 *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede da Associação dos Professores da Universidade Estadual do Maranhão (APRUEMA), em 21.01.2016. Seção a.

LIMA FILHO, Arthur Almada. *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias em 22.10.2015.

_____. *Minhas lembranças do CESC/UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 09.03.2010 no IHG de Caxias.

LIMEIRA-DE-OLIVEIRA, Francisco. *Minhas lembranças do CESC/UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 31/03/2010 no CESC/UEMA.

LOPES, Joaquim Teixeira; GOMES, Valber Tomé Ribeiro. *Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*. Texto produzido a partir de transcrição de entrevista gravada em áudio concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, no Departamento de Matemática e Física do CECEN da UEMA, no Campus Paulo VI, em 27 de janeiro de 2016.

MEDEIROS, Jacques Indandy. *Minhas lembranças da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa na sede da Academia Caxiense de Letras, em 06.01.2016. Seção a.

_____. *Minhas lembranças da UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 27/04/2018, na sede do IHGC.

MENDONÇA, José Geraldo Medeiros de. *Minhas lembranças na trajetória histórica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*. Texto produzido a partir de transcrição de entrevista gravada em áudio concedida a Roldão Ribeiro Barbosa, em São Luís – MA, na sede da APRUEMA, no Campus Paulo VI, em 26 de janeiro de 2016.

PASSINHO, Jorge de Jesus. *Minhas lembranças da UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) da UEMA, em São Luis-MA, em 26/01/2016, linhas 368-379 e 411-439.

SILVA, José de Ribamar Bastos da. *Minhas lembranças da UEMA*. Entrevista concedida a Roldão Ribeiro Barbosa em 02/02/2016, linhas 88 a 96.

SIQUEIRA, José Ribamar Rodrigues. *Minhas lembranças da UEMA*. Entrevista concedida no Departamento de Matemática da UEMA, em São Luís 28/01/2016.

Fontes hemerográficas

O Imparcial

DCE lança campanha pelas diretas. *O Imparcial*, São Luís 19/04/1990.

Estudantes, funcionários e professores acampados na Assembleia. *O Imparcial*, 14/09/1989.

Comunidade universitária avalia participação na constituinte e quer eleições diretas para reitor. *O Imparcial*, 20/09/1989.

O Estado do Maranhão

Estudantes picham muros da UEMA chamando para “diretas já”. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 19/04/1990.

O Pioneiro

O Pioneiro, Caxias-MA, n. 4028 [428], p. 01, em 05-12.11.1993.

Acontecendo/volta. O Pioneiro, n. 831, p. 05, 05. out. 1991.

ACONTECENDO/UEMA. *O Pioneiro*, n. 830, p. 03, 28. set. 1991.

PROPOSTA DO CONSUN PODERÁ ENCERRAR GREVE DA UEMA. *O Pioneiro*, n. 828, p. 01, 14. set. 1991

PCCS DA UEMA VÃO PARA A ASSEMBLÉIA. *O Pioneiro*, n. 823, p. 05, 10. ago. 1991.

MANIFESTO à população caxiense. *O Pioneiro*, n. 822, p. 01, 13.jul. 1991. Acervo da ACL em 2016.

UEEC LUTA PELOS PCCS. *O Pioneiro*, n. 821, p. 05, 2/jul./1991.

UEMA PODE ADIAR VESTIBULAR. *O Pioneiro*, n. 819, p. 05, 13/ jun./1991.

O Pioneiro, n. 814, p. 03, em 08 jun. 1991.

O Pioneiro, n. 813, p. 01, em 03 jun. 1991.

UNIVERSITÁRIOS apoiam reitor e coordenador. *O Pioneiro*, Caxias-MA, n. 406 [1006], p. 01, em 05-11.06.1993.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta propondo a encampação da UEMA pela UFMA.

ESTADO DO MARANHÃO.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

São Luís - Maranhão. Em 30 de janeiro de 1984.

SENHORA MINISTRA,

Atendendo ao que preceitua a Lei nº 5.540/68 em seu artigo 5º que prevê deverem os estabelecimentos de ensino superior, sempre que oportuno, transformarem-se em Universidade, e, considerando a experiência acumulada de 10 anos de funcionamento da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, o Governo do Estado, nos termos da Lei 4.400 de 30.12.1981 transformou essa Federação em Universidade estadual, mantendo-a com recursos próprios do Estado.

Esses recursos representam 9,4 % da dotação orçamentária do Estado para educação, em 1984, o que vem acarretando sérias dificuldades, diante da situação de precariedade econômica atravessada pelo Maranhão. O Estado vem envidando todos os esforços para diminuir a taxa de analfabetismo, que atinge um índice em torno de 50% da população adulta e para oferecer escolaridade a um contingente assustador de crianças marginalizadas do sistema escolar, atualmente mais de 600.000 (seiscentos mil). Assim sendo, qualquer distribuição de recursos para a área e não aplicados na educação básica terá reflexos restritivos sobre esta.

Por outro lado, sabe-se que a falta de recursos financeiros para arcar com despesas de ensino superior não significa ausência de necessidades do funcionamento dessa instituição de ensino no Estado, uma vez que os cursos oferecidos, que são na sua maioria de natureza técnica instrumental, não se superpõem aos oferecidos pela Universidade Federal. Atente-se ainda para o fato da implantação de grandes projetos industriais na região, a exigir pessoal qualificado para os seus quadros.

Diante dessa problemática, Sra. Ministra, cumpre-nos recorrer a Vossa Excelência, solicitando que sejam viabilizados estudos no sentido de federalizar a Universidade Estadual do Maranhão e esclarecendo que repassaremos ao MEC todas as instalações físicas e equipamentos da referida entidade. Estamos certos de que medida desse teor possibilitará a manutenção de um padrão de qualidade requerida para cursos de nível superior e concorrerá para que se continue preparando profissionalmente o jovem maranhense, responsável em futuro próximo pela gestão socioeconômica e política do nosso Estado.

LUÍS ALVES COELHO ROCHA.

GOVERNADOR DO ESTADO.

Anexo 2 – Manifesto do DCE sobre a federalização em 1985

SOBRE A FEDERALIZAÇÃO DA UEMA

Durante todo seu período de vida, nossa Universidade sempre esteve mergulhada nos mais variados problemas. Que vai desde a pontualidade do ônibus até a defasagem de títulos na biblioteca, aos baixos salários dos professores à ausência e falta de manutenção dos laboratórios.

Durante todo esse período parece que a cada dia a UEMA vai emborcando ainda mais num obscuro fosso.

Os estudantes em momento algum, (sic) deixaram de levantar a problemática. Sendo os primeiros a definir com clarividência a falência da UEMA. Mas a toda essa problemática, já tão bem conhecida por todos nós, se junta um fato que vem criando muita polêmica: - Um requerimento do governador do Estado, enviado ao MEC, solicitando que fossem efetuados, por uma comissão, estudos sobre a Federalização da UEMA.

Este tem gerado reações as mais diversas. Para uns parece como uma tábua de salvação (já houve até pronunciamento no ano passado na Assembleia Legislativa), para outros significa traição aos ideais da Atenas brasileira. Porém tanto um como outro fogem da discussão real do problema. Tentaremos colocar a questão com mais precisão.

A política do Exmo. Ministro Marcos Maciel é de desvencilhar as Universidades Federais da tutela estadual. Pensamos então, que talvez seja do interesse do novo ministro a Federalização das Universidades Estaduais que estão falidas.

É importante dizer que de antemão somos a favor da Federalização, desde que seja profundamente debatida entre as categorias que formam a Universidade, para não cairmos na mesma ilusão de mudança, que muitos tiveram na transformação de Federalização das Escolas Superiores para Universidade Estadual do Maranhão. Estamos vacinados contra os engodos do Estado. Assim defendemos que a ideia sobre a federalização é oportuna, desde que travada de modo consciente.

Em nossa avaliação. Aos estudantes apenas serão acrescentados os problemas sofridos por nós às dificuldades sofridas pela UFMA, porém haverá melhores condições para lutarmos em posição mais favorável pela Universidade que queremos, que não é nem a UEMA, muito menos a UFMA, e sim, uma Universidade pública e gratuita, autônoma e democrática, voltada aos interesses do povo brasileiro.

Por último, também compactuamos da ideia que são os estudantes, professores e funcionários que devam assumir um papel definitivo nesse processo. Deverão ser as mãos que juntas lutarão por um novo rumo para a UEMA.

D. C. E. - Livre - UEMA (Gestão CARCARÁ)
(Ano Internacional da Juventude)
- Por eleições diretas p/Reitor

ANEXO 3 – Manifesto da ASSUEMA contra a intervenção na UEMA em 1987.

A ESCOLHA DO NOVO REITOR DA UEMA: Democracia ou Ditadura?

Em meio a um clima de tensão e de descontentamento com o marasmo, agravado ainda mais profundamente por denúncias de corrupção (venda de provas e diplomas) a Comunidade Universitária da UEMA viveu nos últimos meses um período de ansiedade e de expectativa quanto ao seu futuro, em função de dois fatos: a posse de um novo Governo no Estado e as eleições para o novo Reitor através da lista sêxtupla.

Esperava a Comunidade que destes dois fatos surgisse algo novo, alguma luz no final do túnel. Entretanto a luz não apareceu, ou melhor, parece que a luz é um trem que irá nos atropelar.

Senão vejamos:

Encaminhada a lista sêxtupla, o Governador Cafeteira levou dois meses para analisar, refletir, ouvir opiniões, receber pedidos e até mesmo submeter os candidatos a diversos "testes".

No encerramento da administração passada o Sr. Governador vem à UEMA e profere um "grande discurso", adotando para o Estado daquele momento em diante, toda a responsabilidade de recuperar a UEMA, prometendo: casas para funcionários, estudantes e professores, convênios com órgãos do Estado e salários compensadores. Todos ouviram atentos as suas promessas e os seus carões. Parte do seu secretariado se fez presente, testemunhando o compromisso, mas nenhuma palavra sobre a escolha do Reitor.

Ele não teve a coragem de assumir perante a comunidade a sua verdadeira postura política, deixando para anunciar uma hora depois pelos meios de comunicação, a nomeação de um INTERVENTOR.

O grande golpe estava dado. O discurso envolvente e as promessas caíram por terra. Ele, que nos palanques se dizia democrático e popular, adepto das diretas e amante do diálogo, "campeão de votos" nas últimas eleições, sonega à comunidade da UEMA, um direito legítimo — conquistado com muita luta há mais de 4 anos — de escolher os seus dirigentes. Esta atitude desprezita o processo democrático, fere a autonomia universitária e a dignidade das pessoas sérias que existem nesta Universidade. É portanto uma atitude dos governos autoritários que usurparam o poder nos últimos 20 anos de ditadura.

Não aceitamos também que professores, alunos e funcionários, honestos e competentes — que apesar de vítimas do descaso e da incompetência dos dirigentes do governo passado mantêm a luta cotidiana para tirar a UEMA do caos em que está —, sejam rotulados de incapazes de gerir um processo de transformação da Universidade, contando com o apoio financeiro do Estado.

Quanto ao INTERVENTOR, não só a comunidade da UEMA, mas toda sociedade maranhense reconhece a capacidade técnico-científica do Dr. HARWICK ESTEVAM KERR. Não obstante, ao aceitar a missão de interventor, ele coloca a sua capacidade a serviço do autoritarismo e da demagogia e portanto contra os objetivos primordiais da nossa Universidade.

Concebemos a Universidade como uma instituição que forma profissionais, técnicos e intelectuais comprometidos com o progresso científico e tecnológico da sociedade, tendo como objetivo a própria transformação desta sociedade no seu todo.

O pluralismo de idéias, a liberdade de pensamento e atitude crítica diante das estruturas conservadoras, a sua autonomia e sua democratização, são condições indispensáveis para garantia desta sua função transformadora.

É assim que entendemos uma Universidade e desta forma nos insurgimos contra qualquer forma de autoritarismo implantado, até mesmo que tenhamos de colocar nossas cabeças no holocausto. Afinal, onde estamos? Num país em transição democrática, na chamada "Nova República" ou voltamos à ditadura?

Continuemos a luta por uma Universidade democrática, onde predomina a competência e o compromisso político dos seus dirigentes, onde o favoritismo e a corrupção sejam coisas do passado.

Deixamos aqui o nosso mais veemente repúdio à atitude do Governador ao tempo em que exigimos a sua reparação imediata.

* Manifesto Nº 01 - ASSUEMA

Documento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Servidores da UEMA-ASSUEMA, em 03 de junho de 1987.

Anexo 4 – Proposta de unificação do ensino superior no Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO

OF. GR. Nº 236/89-MR.

Em 14

de abril de 1989

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSÉ SARNEY

DD. Presidente da República - Brasília - DF.

Senhor Presidente,

A unificação do ensino superior no Estado do Maranhão tem-se constituído um permanente debate do meio universitário, com representações inclusive de natureza política. Nesse sentido, algumas tentativas já foram registradas em épocas anteriores, visando concretamente a absorção da Universidade Estadual pela Universidade Federal do Maranhão.

Um processo dessa natureza requer estudos aprofundados por parte das instituições diretamente envolvidas e, da parte do Ministério da Educação, análises específicas relativas não somente às implicações de ordem acadêmica, mas sobretudo aquelas que se referem à quantificação orçamentária, acrescentando-se a vontade política que expressa a melhoria dos níveis de desenvolvimento estadual, no campo específico da educação superior.

Em atendimento a diversos apelos, sobremaneira em reconhecimento à situação de dificuldades por que tem passado a Universidade estadual, iniciativas conjuntas foram tomadas pelas duas instituições, com vista à realização de estudos preliminares, capazes de viabilizar o almejado processo de unificação.

Através de um Grupo de Trabalho instituído pelas duas universidades e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão foram realizados estudos cujas indicações possibilitaram a elaboração do incluso documento denominado "Subsídios à unificação do ensino superior do estado do Maranhão: absorção dos cursos da UEMA pela UFMA".

Contém o documento um conjunto de questões preliminares acerca da absorção, uma síntese histórica e um sumário diagnóstico das duas instituições, além de critérios para a apreciação dos custos, que poderão subsidiar a tomada de decisão pelo MEC, no que concerne às repercussões financeiras. O documento destaca ainda a complementaridade das atividades que compõem o universo das duas IES, tendo em vista a inexistência de superposição de cursos.

Diante do exposto, e ouvido o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, que se mostrou favorável ao prosseguimento dos entendimentos, vimos submeter o presente estudo à consideração de Vossa Excelência e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação.

Na certeza de interesse que nosso pleito irá despertar em seu espírito sensível de maranhense, cujo amor acendrado à terra-berço tem sido tão exaustivamente comprovado, aguardamos de Vossa Excelência a aprovação do que se pede, oportunidade em que queremos apresentar-lhe os nossos melhores protestos de elevada consideração e apreço. [Assinam:]

Prof. João Pereira Martins Net
Secretário de Educação

Prof. Jerônimo Pinheiro
Reitor da UFMA

Prof. Joaquim César dos Santos
Reitor da UEMA.

**ANEXO 5 – Subsídios à unificação do ensino superior do estado do Maranhão:
absorção dos cursos da UEMA pela UFMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA UFMA PARA ESTUDOS
SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO (ABSORÇÃO DA
UEMA)
UFMA/SEDUC/UEMA

SÃO LUÍS - MA 1989

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
 COMISSÃO
 METODOLOGIA DE TRABALHO
 1. CARACTERIZAÇÃO DASS INSTITUIÇÕES
 A - HISTÓRICA E LEGRL
 B - ADMINISTRATIVA
 C - ACADÊMICA
 1. CURSOS DE GRADUAÇÃO
 2. CORPO DISCENTE
 3. CORPO DOCENTE
 4. PÓS-GRADUAÇÃO
 4.1 - PESQUISA
 4.2 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
 5. EXTENSÃO
 D - CORPO ADMINISTRATIVO
 E - FÍSICO
 F - FINANCEIRO
 G - PATRIMONIAL
 2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
 3. RECOMENDAÇÕES
 4. REPERCUSSÕES
 4.1 - REPERCUSSÃO ADMINISTRATIVA
 4.2 - REPERCUSSÃO FINANCEIRA
 4.3 - REPERCUSSÃO SOCIAL
 5. SUGESTÕES

APRESENTAÇÃO

O ensino superior no Estado do Maranhão é mantido por duas Instituições, uma Federal (UFMA) com predominância nas áreas médica, social e humana, e uma Estadual (UEMA), caracterizada pela área tecnológica.

A expansão do ensino superior no nosso Estado passará inevitavelmente por um planejamento cujas ações sobre as tradicionais áreas de atuação de cada uma das Universidades, trariam serias implicações.

Discrepâncias nos recursos utilizados para manutenção, salários e de captação, determinam as principais diferenças entre as duas Instituições. Precisamos não de duas Universidades incompletas e de porte reduzido, mas de uma grande Universidade maranhense, que atue em todas as áreas do conhecimento, principalmente naquelas de maior interesse da comunidade.

A maneira mais lógica e sensata de alcance desta realidade seria a absorção dos cursos, corpos docente, discente e

funcional e patrimônio da UEMA pela UFMA. É sob este propósito que se apresenta este trabalho.

1 - METODOLOGIA DE TRABALHO

Tomou-se como base o documento "Absorção da UEMA", relatório de uma comissão criada pela UFMA em 29/01/1986 resultado de análises, recomendações e repercussões que teriam o propósito do título.

Dado a qualidade do trabalho, restou-nos a atualização do item 1 - Caracterização das Instituições, a definição de critérios de absorção; no item 3 - Recomendações e a adequação; do item 4 - Repercussões.

Evitou-se a discussão de problemas internos das Instituições e não inerentes ao processo de absorção, voltando-se o enfoque sobre o objeto do estudo.

Optou-se, porém, por criação de um anexo a este documento, onde poderiam ser expressos os anseios e as insatisfações da comunidade, decorrentes de situações anteriores e que deveriam merecer considerações por parte das autoridades competentes.

Procurou-se por fim, definir critérios claros, lógicos e precisos, apoiados nas legislações que norteiam o ensino superior, atendendo ao interesse global, jamais específico de grupo ou indivíduos.

2 - ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

1. INTEGRAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMR À ESTRUTURA DA UFMA.

2- REVISÃO E REORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTAL NO PROCESSO DE ABSORÇÃO DA UEMA PELA UFMA.

3. REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO CORPO DISCENTE DA UEMA NA UFMA.

4. REDISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO CRITÉRIOS, DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UEMA.

3. RECOMENDRÇÕES

PARA A ESTRATÉGIA 1 - INTEGRAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMA À ESTRUTURA DA UFMA RECOMENDA-SE:

01- Extinguir a UEMA com a revogação da Lei 4.400 (de 30.12.1981) através do encaminhamento pelo Governo do Estado de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa Estadual, no qual conste a doação de seu patrimônio à UFMA.

02. Manter no quadro de servidores do Estado os cargos e funções da UEMA para receber os professores e funcionários que optarem pela não transferência aos quadros da UFMA.

03. Ampliar os colegiados da UFMA (DIRETOR, CONSUN, CONSEPE, CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO E DE CENTRO) na forma da legislação vigente.

04. Criar o Campus de Caxias, no município de Caxias e manter o Campus Paulo VI em São Luís.
05. Criar o Centro de Ciências Agrárias, que abrangerá os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, e que será localizado no Campus Paulo VI.
06. Incorporar a Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz ao Campus de Imperatriz da UFMR.
- 07- Criar as Coordenadorias dos Cursos de:
- Administração;
 - Agronomia;
 - Medicina Veterinária;
 - Pedagogia em Caxias;
 - Letras em Caxias e Imperatriz;
 - Ciências em Caxias e Imperatriz;
 - Engenharia Civil;
 - Engenharia Mecânica.
08. Desmembrar os Departamentos de Matemática, Direito, Ciências Contábeis e Administração da UFMA.
09. Criar em São Luís, os Departamentos de:
- Engenharia Civil;
 - Medicina Veterinária;
 - Agronomia;
 - Engenharia Mecânica.
10. Criar as Coordenadorias de Campus para os Campi de Caxias, Imperatriz e Paulo VI.
11. Criar nas Coordenadorias de Campus de Imperatriz e Caxias, Coordenação dos Cursos de Graduação.
- 12- Transformar os Departamentos existentes em Caxias e Imperatriz em Departamentos de:
- Ciências e Estudos Sociais I e II
 - Letras e Educação I e II
- 13- Manter uma Prefeitura no Campus Paulo VI.
14. Transformar as Bibliotecas do Campus Paulo VI, de Imperatriz e de Caxias em Bibliotecas Setoriais.
- 15- Manter o Restaurante do Campus Paulo VI, adaptando-o às diretrizes da UFMA.
16. Proceder à incorporação do patrimônio da UEMA ao patrimônio da UFMA, após exame do inventário dos bens móveis e imóveis e semoventes.
- 17- Proceder a estudos referentes à situação dos imóveis cedidos a UEMA.
18. Avaliar os estoques de material de consumo e reposição.
- 19- Proceder a estudos para inclusão no Conselho Diretor de dois titulares e respectivos suplentes indicados pelo Governo do Estado e nomeados pelo Presidente da República, na forma do Art. 34, Parágrafo 1º. do Estatuto da UFMA.
- 20- Criar Colegiados de Cursos para os cursos absorvidos com respectiva composição, conforme os padrões da UFMA.
- 21- Incorporar e adequar na estrutura dos Órgãos Suplementares da UFMA, o Centro de Controle de Zoonoses e o Centro de Treinamento de Irrigantes da UEMA.

22- Preceder a estudos de avaliação de áreas e imóveis da UEMA cedidos em comodato.

23- Preceder à eleição para o preenchimento dos cargos criados no processo de absorção.

PARA A ESTRATÉGIA 2 - REVISÃO E REORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTAL NO PROCESSO DE ABSORÇÃO DA UEMA PELA UFMA - RECOMENDA-SE:

01. Desmembrar o Departamento de Matemática em:

- Departamento de Matemática Pura;
- Departamento de Matemática aplicada;
- Departamento de Informática.

02. Desmembrar o Departamento de Direito em:

- Departamento de Direito I;
- Departamento de Direito II.

03. Desmembrar o Departamento de Ciências Contábeis e Administração em:

- Departamento de Ciências Contábeis;
- Departamento de Administração.

04- Redenominar o Departamento de Engenharia para Departamento de Engenharia Elétrica-

05- Redistribuir os docentes da UEMA e da UFMA de acordo com suas atividades predominantes e formações específicas nos Departamentos criados e desmembrados.

06. Absorver os Departamentos de Engenharia das Construções, de Hidráulica e Saneamento e parte do Departamento de Expressões Gráficas e Transportes da UEMA, pelo Departamento de Engenharia Civil da UFMA.

07. Absorver os Departamentos de Direito, Economia e Contabilidade e Administração da UEMA, pelos Departamentos de Direito I, Direito II Economia, Ciências Contábeis e Administração da UFMA.

08- Absorver os Departamentos de Fitotecnia e Fitossanidade, de Economia Rural e de Engenharia Agrícola e Edafologia da UEMA, pelo Departamento de Agronomia da UFMA.

09. Absorver os Departamentos de Patologia, de Zoologia e de Clínicas da UEMA, pelos Departamentos de Medicina Veterinária da UFMA.

10- Redistribuir os docentes do Departamento de Química da UEMA nos Departamentos de Química e Tecnologia Química da UFMA de conformidade com suas especializações e disciplinas para os quais tenham sido admitidos.

11. Lotar parte dos docentes do Departamento de Expressões Gráficas e Transportes da UEMA nos Departamentos de Artes e de História e Geociências da UFMA de conformidade com suas especializações e disciplinas para as quais tenham sido admitidos.

12- Lotar os docentes dos Departamentos de Engenharia Mecânica da UEMA, no Departamento de Engenharia Mecânica da UFMA.

13- Alocar as disciplinas dos cursos da UEMA, que não se enquadrarem nos Departamentos criados ou desmembrados, em

outros Departamentos da UFMA, cujas áreas de conhecimentos lhes seja mais afins.

14. Redistribuir os docentes dos Departamentos de Ciências, de Estudos Sociais, de Letras, de Pedagogia e de Planejamento e Administração Educacional de Caxias, nos Departamentos de Ciências e Estudos Sociais I e de Letras e Educação I.

15- Redistribuir os docentes dos Departamentos de Ciências, de Estudos Sociais, de Letras e de Pedagogia de Imperatriz, nos Departamentos de Ciências e Estudos Sociais II e de Letras e Educação II.

PARA A ESTRATÉGIA 3 - REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO CORPO DISCENTE DA UEMA NA UFMA - RECOMENDA-SE:

01. Reestudar os currículos plenos dos cursos de graduação da UEMA ressaltando-se:

1.1. Adequação do Primeiro Ciclo Geral de Estudos;

1.2. Revisão do ementário das disciplinas para possíveis adequações às já existentes, sobretudo as disciplinas do tronco comum;

1.3. Revisão das cargas horárias das disciplinas comuns? Do tronco comum dos curso de Graduação;

1.4. Equivalência do valor dos créditos da UEMA aos da UFMA

1.5. Revisão dos conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos oferecidos, evitando a duplicação de enfoque para a mesma disciplina;

1.6-Inclusão das matérias de Legislação Específica, nos moldes da UFMA.

02. Adequar os currículos plenos dos cursos oferecidos em Caxias e Imperatriz aos já existentes em São Luís, adaptando-os, na medida do possível, às peculiaridades locais.

03- Proceder ao estudo dos cursos recém-plenificados para efeito de reconhecimento, uma vez que foram apenas autorizados pelo CFE (Artigos 2º. das Portarias Ministeriais nº 501 e 502/85)

04. Manter a gratuidade do ensino aos discentes da UEMA portadores desta conquista.

05. Permanecer com os atuais Diretórios até a realização das eleições estudantis, na UFMA.

06. Considerar nos estudos de reestruturação curricular a participação dos Coordenadores de Cursos e Chefes dos Departamentos criados, assim como da representação estudantil pertinente.

07. Adequar a legislação estudantil vigente na UFMA, aos discentes oriundos da UEMA, respeitando-se os direitos adquiridos.

08- Aplicar as normas relativas ao Restaurante Universitário da UFMA aos comensais oriundos da UEMA.

09. Adequar as normas relativas ao Lar do Estudante à Casa dos Estudante da UEMA.

10. Adequar as normas e critérios de avaliação do rendimento

escolar, adaptação curricular e aproveitamento de estudos aos discentes, provindos da UEMA.

11. Manter os atuais monitores estagiários da UEMA aplicando-lhes a seguir a legislação da UFMA.

PARA A ESTRATÉGIA 4 - REDISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO CRITÉRIOS DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UEMA - RECOMENDA-SE:

01. Respeitar as atuais titulações (mestrado e doutorado) e regimes de trabalho de (20,40,DE) dos docentes da UEMA e enquadrá-lo em Classes e Níveis em conformidade com as legislações e seus períodos de vigência.

02- Dar o direito de optar pelos regimes de trabalho, aos docentes com vínculo nas duas Instituições.

03. Respeitar os períodos de suspensão de contratos de docentes e técnico-administrativos.

04. Estudar a situação dos servidores da UEMA à disposição de outros órgãos.

05- Estudar os afastamentos para pós-graduação a fim de adaptá-los às normas da UFMA.

06. Lotar os docentes nos departamentos acadêmicos conforme suas áreas específicas de conhecimento.

07. Dar direito de opção aos docentes da UEMA, pertencentes ao Grupo de Nível Superior na UFMA, para o cargo de maior valor salarial ou acumulação com carga horária docente de 20 horas.

08- Absorver os servidores técnicos e administrativos de acordo com os cargos que ocupam na UEMA, enquadrando-os conforme legislação vigente, respeitando-se os fatores da progressão funcional.

09. Lotar os servidores técnicos e administrativos em órgãos similares na UFMA, no sentido de resguardar a memória da UEMA.

10. Dar direito de opção aos servidores técnicos e administrativos com vínculo nas duas Instituições pelo nível de maior valor salarial.

11. Submeter a treinamento todos os servidores técnicos administrativos com vistas a absorção da metodologia de trabalho da UFMA.

12. Criar no Plano de Cargos e Salários da UFMA, as nomenclaturas: Auxiliar Agropecuário, Tratorista e Zootecnista.

13. Desdobrar os cargos de Regente de Portaria e Vigilância da UEMA nos empregos de Vigia e Porteiro, após análise ocupacional.

14. Criar uma comissão composta por um representante do CPPD, CPPTA, docentes e funcionários da UEMA para proceder ao enquadramento dos docentes e funcionários técnico-administrativos da UEMA nos moldes de implantação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos da UFMA.

5. - SUGESTÕES

Apresenta-se a seguir uma relação de sugestões levantadas pelas comunidades das duas instituições, decorrentes de problemas administrativos internos a cada uma não relacionados diretamente com o processo de absorção, mas que necessitam de definição por parte das autoridades competentes.

01- Absorver os professores colaboradores e os servidores de serviços prestados condicionando as suas admissões no quadro da UFMA à habilitação em Concurso Público de provas e títulos.

ANEXO 7 – Proposta de iniciativa popular à Constituinte Estadual

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES – DCE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA.

PROPOSTAS À CONSTITUINTE ESTADUAL
Emenda Popular 171/89.

Art. - O poder público deve:

I - difundir o ensino em todos os graus obedecendo aos princípios de gratuidade, acesso e permanência na escola, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e de liberdade educacional;

II - Promover a gestão democrática de ensino público, na forma da Lei;

III - Valorizar os profissionais de ensino garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Art. - O estado aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da sua receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único - Deste montante, 18% será aplicado no ensino de 1º e 2º graus, e 7% ao ensino superior mantido pelo Estado.

Art. - As instalações de ensino superior mantidas pelo Estado gozarão de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecerão ao princípio de indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. - O Estado apoiará financeiramente as atividades universitárias de pesquisa e extensão, nas áreas de ciências e tecnologia, através de formação de recursos humanos, concessão de meios e condições especiais de trabalho, voltados predominantemente a solução dos problemas regionais.

Parágrafo Único - Para estas finalidades, o Estado destinará 5% de sua receita orçamentária.(sic).

Art. - Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional do Estado.

São Luís, 14 de abril de 1989.

Anexo 7 – Carta de apresentação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

São Luis-MA, ____ de _____ de 2016

Caríssimo Prof(a)_____.

Prezado(a) Senhor(a):

De antemão agradeço a gentileza com que V. Sa. concedeu-me parte de seu precioso tempo para colaborar na construção do corpus documental que constituirá a empiria da pesquisa que realizo sobre a trajetória dos mais de 40 anos da UEMA, intitulada "DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1966-1994)", a qual será apresentada na forma de Tese no curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS..

O objetivo é o de elaborar uma história da UEMA a partir das visões dos quatro segmentos da comunidade universitária (agentes administrativos, discentes, docentes e administradores), tendo por base fontes escritas, fontes imagéticas, monumentos, materiais diversos e, sobretudo, fontes orais.

Os dados de sua entrevista, que serão, portanto, utilizados nessa tarefa acadêmica, farão parte do acervo documental do UEMA, podendo ser consultados a qualquer tempo por quem tiver interesse, exceto se houver restrição da parte de V.Sa.

Certo de que a sua contribuição é de muita valia para a realização do objetivo proposto e muito mais para que o conhecimento da história da UEMA oportunize melhor construir uma universidade à altura dos desafios colocados pela sociedade ao longo do tempo, faço meu juramento ético de guardar o sigilo, naquilo que for solicitado, e garantir a incorruptibilidade das informações recebidas.

Atenciosamente

Roldão Ribeiro Barbosa

CPF 132.084.203-82, RG 406.863 SSP-PI

Cód. Funcional: 8664, Prof. Assistente II, CESC/UEMA

Anexo 8 – Autorização da instituição



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

São Luís-MA, 18 de janeiro de 2016

Eu, GUSTAVO PEREIRA DA COSTA, reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado "De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994)", sob a responsabilidade do pesquisador Roldão Ribeiro Barbosa, autorizo a consulta de documentos produzidos em quaisquer espaços institucionais da UEMA, no período do marco temporal do projeto. Outrossim, solicito aos senhores gestores de centro, de curso e de departamento que colaborem para que o pesquisador tenha acesso aos arquivos, possibilitando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto referido.

Esperamos, que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório anual enviado ao CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) ou por outros meios.

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
Reitor da UEMA

Anexo 9 – Roteiro de entrevista

Caxias-MA, 22 de outubro de 2015

Ilmo Senhor Dr. Arthur Almada Lima Filho,
DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias
(IHGC).

Prezado Senhor.

Agradeço, de antemão, a gentileza com que V. Sa. Concedeu a mim parte de seu tempo para colaborar na realização de minha pesquisa com o projeto intitulado: DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1966-1994), em vista da elaboração de minha tese de doutorado em História, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo - RS.

O objetivo é o de construir uma história da UEMA a partir das visões dos quatro segmentos da comunidade universitária (funcionários, alunos, professores e diretores/reitores), tendo por base as seguintes fontes: escritos (documentos institucionais, leis, discursos, manifestos, jornais, panfletos, placas comemorativas e de formatura, etc.), imagens (fotografias, vídeos e plantas), monumentos (prédios, estrutura interna) e, sobretudo, oralidade (entrevistas).

Os dados de sua entrevista, que serão, portanto, utilizados nessa tarefa acadêmica, farão parte do acervo documental da UEMA, podendo ser consultados a qualquer tempo por quem tiver interesse, exceto se houver restrição da parte de V. Sa. Então, para efeito dessa tarefa acadêmica, V. Sa. fará autorização, por escrito, mediante a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e oralmente, durante a gravação, inclusive poderá dizer que trechos poderão ter seu nome no anonimato ou se poderá mencioná-lo em qualquer citação.

Certo de que a vossa contribuição será de muita valia para a realização do objetivo proposto e muito mais para que o conhecimento da história de nossa UEMA nos oportunize melhor desenvolver uma educação superior à altura das exigências do tempo presente, faço meu juramento ético de guardar o sigilo solicitado e garantir a incorruptibilidade das informações a mim entregues.

Atenciosamente

Roldão Ribeiro Barbosa

I - PONTUE E DISCORRA SOBRE DEZ OU MAIS LEMBRANÇAS MAIS SIGNIFICATIVA QUE LIGAM A UEMA AOS ESPAÇOS OCUPADOS POR V. EXA. NA ESFERA DO PODER PÚBLICO, MORMENTE A PRESIDÊNCIA DA FESMA.

II - O PROF. DR. ARTHUR ALMADA LIMA NA RELAÇÃO COTIDIANA COM A ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

1. Como, quando e em que circunstâncias você se tornou professor da Escola de Administração?
2. Quais suas principais recordações da Escola de Administração no período em que lá exerceu o magistério superior?
3. O que mais o marcou na Escola de Administração como professor?
4. Lembranças de outras atividades acadêmicas das quais participou para além das disciplinas curriculares e da sala de aula.
5. Lembranças mais significativas da formação que desenvolveu na Escola de Administração.
6. Descreva como viu a presença da Escola de Administração na sociedade maranhense.
7. Expectativas e sentimentos no primeiro dia de aula na Escola de Administração como professor.
8. Lugar/es ou situações na Escola de Administração que lhe evocam recordações como professor.
9. Aspectos de importância vital na formação oferecida/desenvolvida na Escola de Administração.
10. Algum fato lamentável em relação à Escola de Administração.
11. Recordações de luta dos professores da Escola de Administração em favor da categoria, da própria Escola de administração e da sociedade. Descreva situações.
12. Lembranças dos colegas da Escola de Administração, de seus alunos e do Curso.
13. Os métodos de ensino aplicados por você no processo de ensino-aprendizagem e a reação dos alunos.
14. Lembranças da recepção, pelos alunos, dos conteúdos das disciplinas ministradas.
15. Tipo de avaliação utilizada para aferir o grau de aprendizagem dos alunos.
16. Um dia muito feliz no CESC/UEMA? Ou dias muito felizes no CESC/UEMA?

III - LEMBRANÇAS DA PRIMEIRA GESTÃO DA FESM (1972-1974)

17. Recordações de como, quando, por que e em que circunstâncias o _____ se tornou 1º. presidente da FESM. Caracterize a conjuntura sócio-política-econômica-cultural da época, se possível.
18. Descreva as principais recordações, boas e ruins, do período da gestão Do 1º. presidente.

19 Destaque as realizações mais importantes na gestão do 1º. presidente.

20. Como o 1º. presidente exercia o poder na relação com professores, agentes administrativos e alunos? Cite situações.

21. Como o 1º. Presidente desenvolvia o poder na relação com o Governo do Estado e com os diretores das Escolas Superiores de Engenharia, Agronomia e de Administração? Cite situações.

22. Pontue ações da gestão do 1º. Presidente da FESM que indicaram preocupação da FESM com a educação básica e com as demais dimensões do desenvolvimento do Estado do Maranhão.

IV - LEMBRANÇAS DA GESTÃO DO PROF. DR. ARTHUR ALMADA LIMA FILHO (1974-1977)

23. Recordações de como, quando, por que e em que circunstâncias, você, Prof. Dr. Arthur Almada Lima Filho se tornou presidente da FESM. Caracterize a conjuntura sócio-política-econômica-cultural da época, se possível.

24. Descreva as principais recordações, boas e ruins, do período da sua gestão.

25. Destaque as realizações mais importantes da sua gestão.

26. Como o você exercia o poder na relação com diretores das Escola Superiores, com professores, com agentes administrativos e com alunos? Cite situações.

27. Como você desenvolvia o poder na relação com o Governo Estadual e com o Secretário de Educação a quem a FESM era subordinada. Cite situações.

28. Pontue ações da sua gestão que indicaram preocupação da FESM com a educação básica e com o desenvolvimento do Estado do Maranhão nas demais áreas.

V - LEMBRANÇAS DA GESTÃO DO PROF. MARIANO (1977-1978)

29. Recordações de como, quando, por que e em que circunstâncias o Prof. Mariano se tornou Presidente da FESM. Caracterize a conjuntura sócio-política-econômica-cultural da época, se possível.

30. Descreva as principais recordações, boas e ruins, do período da gestão do Prof. Mariano.

31. Destaque as realizações mais importantes na gestão do Prof. Mariano.

32. Como o presidente Prof. Mariano exercia o poder na relação com os Diretores das Escolas, com os professores, com os agentes administrativos e com os alunos? Cite situações.

33. Como o Presidente Prof. Mariano desenvolvia o poder na relação com o Secretário de Educação a quem era subordinado e com o Governador do Estado. Cite situações.

34. Pontue ações da gestão do Presidente Prof. Mariano que indicaram preocupação da FESM com a educação básica e com as demais dimensões do Estado do Maranhão.

VI - LEMBRANÇAS DA GESTÃO DO PROF. JOSÉ DE RIBAMAR FIQUENE (1979-1980)

29. Recordações de como, quando, por que e em que circunstâncias o Prof. Ribamar Fiquene se tornou Presidente da FESM. Caracterize a conjuntura sócio-política-econômica-cultural da época, se possível.

30. Descreva as principais recordações, boas e ruins, do período da gestão do Prof. Ribamar Fiquene.

31. Destaque as realizações mais importantes na gestão do Prof. Ribamar Fiquene.

32. Como o presidente Prof. Ribamar Fiquene exercia o poder na relação com os Diretores das Escolas, com os professores, com os agentes administrativos e com os alunos? Cite situações.

33. Como o Presidente Prof. Ribamar Fiquene desenvolvia o poder na relação com o Secretário de Educação a quem era subordinado e com o Governador do Estado. Cite situações.

34. Pontue ações da gestão do Presidente Prof. Ribamar Fiquene que indicaram preocupação da FESM com a educação básica e com as demais dimensões do Estado do Maranhão.

VII - LEMBRANÇAS DA GESTÃO DO PROF. FRANCISCO DE BASTOS FREITAS (1980-1983)

29. Recordações de como, quando, por que e em que circunstâncias o Prof. Francisco de Bastos Freitas se tornou Presidente da FESM. Caracterize a conjuntura sócio-política-econômica-cultural da época, se possível.

30. Descreva as principais recordações, boas e ruins, do período da gestão do Prof. Francisco de Bastos Freitas

31. Destaque as realizações mais importantes na gestão do Prof. Francisco de Bastos Freitas.

32. Como o presidente Prof. Francisco de Bastos Freitas exercia o poder na relação com os Diretores das Escolas, com os professores, com os agentes administrativos e com os alunos? Cite situações.

33. Como o Presidente Prof. Francisco de Bastos Freitas desenvolvia o poder na relação com o Secretário de Educação a quem era subordinado e com o Governador do Estado. Cite situações.

34. Pontue ações da gestão do Presidente Prof. Francisco de Bastos Freitas que indicaram preocupação da FESM com a educação básica e com as demais dimensões do Estado do Maranhão.

VIII - A HISTÓRIA DE VIDA

35. Origem: lugar, data e circunstâncias do nascimento; pais, avós, que faziam, de onde vieram, grau de escolaridade, situação social.

36. Infância: onde viveu, como viveu, amigos, família, etc.

37. Adolescência: principais lembranças.

38. Educação básica: educação infantil, ensino fundamental e médio: onde fez, como fez, principais lembranças de escola, professores marcantes, colegas, situações, etc.

39. Como se tornou estudante de Direito. Por quê? Onde e como foi desenvolvido o curso?

LEMBRANÇAS DA ESCOLA/FACULDADE/UNIVERSIDADE, de professores, funcionários, colegas de aula.

40. Principais lembranças de São Luís e do Maranhão, da década de 40 para 70, no exercício da profissão.

41. Principais lembranças de Caxias da década de 30 para 60, isto é, recordações de cenas do cotidiano da cidade.

Obs.: Para cada entrevistado foi adaptado um roteiro de entrevista, adequando às suas particularidades de status/função na UEMA.

Anexo 10 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO DE PESQUISA: DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1966-1994)

PESQUISADOR: ROLDÃO RIBEIRO BARBOSA (doutorando)

ORIENTADOR: PROF. DR. HERNÁN RAMIRO RAMÍREZ

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

_ Descrição da pesquisa: a pesquisa que realizeo é intitulada DE ESCOLAS SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1972-1994) a qual será apresentada na forma de tese no doutorado em História da UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS, São Leopoldo - RS..

_ Objetivo da pesquisa: é construir uma história da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA) a partir das visões dos quatro segmentos da comunidade universitária (funcionários, alunos, professores e diretores), tendo por base fontes escritas (documentos institucionais, leis, discursos, manifestos, jornais, panfletos, placas comemorativas e de formatura, etc.), imagéticas (fotografias e plantas), monumentos (prédios, estrutura interna) e, sobretudo, orais (entrevistas).

_ Detalhamento dos procedimentos: os dados de sua entrevista, que serão, portanto, utilizados nessa tarefa acadêmica, farão parte do acervo documental da UEMA, podendo ser consultados a qualquer tempo por quem tiver interesse. Você será entrevistado sobre o que sabe, o que viu ou ouviu no processo de constituição e consolidação da UEMA como campo acadêmico Caxias no período pertinente à atuação que você teve nessa instituição relativo ao recorte temporal da pesquisa que é de 1966 a 1994. A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo, em vista da construção da História da Universidade Estadual do Maranhão.

_ Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas: como se trata de uma pesquisa em história oral, sua fala é um testemunho vivo direto ou indireto dos acontecimentos em um determinado tempo pertinentes à instituição, então você terá sempre um compromisso com a verdade, embora essa seja relativa e passível de ser contestada, inclusive em juízo, podendo advir daí processos impetrados por quem de direito. Por isso, você pode optar pelo anonimato, se não estiver com disposição para sofrer ou provocar algum desconforto da parte de quem quer que seja. Mas você poderá retirar o anonimato daqueles dados que você julgar fora de risco, inclusive dizendo durante a gravação: "aqui pode citar meu nome e ali não".

_ Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa: Não há benefício direto dessa pesquisa para você, mas a comunidade será beneficiada, pois a pesquisa histórica ajuda produzir conhecimentos fortalecedores da identidade da instituição, bem como subsidia na elaboração das políticas da própria instituição e das políticas públicas.

_ Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, podendo telefonar para o telefone referido acima, inclusive a cobrar.

_ Garantia de sigilo: Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, caso você decida pelo anonimato na citação de dados. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, representantes do patrocinador (quando presente) Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo).

_ Esclarecimento do período de participação, término, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Como se trata de uma pesquisa em história, os dados oferecidos à pesquisa em sua entrevista não serão destruídos após a pesquisa, mas farão parte do acervo documental do Centro de Estudos Superiores de Caxias, porém você pode determinar quanto tempo após a entrevista o áudio e sua transcrição poderão ser consultados por pelo público em geral. Mas esse consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, ARTHUR ALMADA LIMA FILHO, RG/ CPF/ n.º _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo da reconstituição da história da Universidade Estadual do Maranhão, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "DE ESCOLAS

SUPERIORES E FEDERAÇÃO A UNIVERSIDADE: UMA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (1966-1994) Eu discuti com o pesquisador Roldão Ribeiro Barbosa, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Local _____ e data __/__/2016. Nome e Assinatura do

sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

(Somente para o pesquisador responsável pelo contato e tomada do TCLE)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.
São Leopoldo, RS, ___ de _____ de 2016

Assinatura do pesquisador responsável